

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ MARCONDES SOBRINHO

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

P.P.P.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

LARANJEIRAS DO SUL

2010

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.....	5
2.1. DADOS DO ESTABELECIMENTO.....	5
2.1. HISTÓRICO.....	5
3. MARCO SITUACIONAL	8
3.1. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE.....	8
3.2. NOSSOS LIMITES E POSSIBILIDADES	9
3.3. ÍNDICES DE APROVAÇÃO.....	11
3.4. RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE.....	11
3.5. ORGANIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE.....	12
3.6. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	14
3.7.1. OUTROS CURSOS.....	19
CELEM – Espanhol Básico.....	19
Salas de Apoio à Aprendizagem.....	19
Complementação Curricular – Programa Viva a Escola.....	20
Atividade Complementar – Programa Segundo Tempo.....	20
3.8- PROCESSO DE RECLASSIFICAÇÃO.....	20
3.9- A RELAÇÃO QUE SE ESTABELECE ENTRE OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA E OS DISCENTES	21
4. MARCO CONCEITUAL.....	23
4.1. O PROJETO POLÍTICO SOCIAL.....	23
4.2. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO.....	24
4.3- CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE.....	25
4.4- CONCEPÇÃO DE HOMEM.....	26
4.5- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	27
4.6- CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	27
4.7- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	29
4.8- CONCEPÇÃO DE CULTURA.....	30
4.9- CONCEPÇÃO DE ESCOLA.....	31
4.10- CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO.....	32
4.11. CONCEPÇÃO DE CIDADÃO E DE CIDADANIA.....	32
4.12- GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	33
4.13- CONSELHO ESCOLAR.....	33
4.14- REPRESENTANTES DE TURMA.....	34
4.15- APMF – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS	35
4.16- CONSELHO DE CLASSE	35
4.17- CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO NO CONSELHO DE CLASSE.....	37
4.18- DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO.....	37
4.19- O FUNCIONÁRIO E SUA ATUAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR.....	40
5. MARCO OPERACIONAL.....	42
5.1- PLANEJAMENTO DE AÇÕES DA ESCOLA.....	42
5.2- GESTÃO.....	42
5.3- CONSELHO ESCOLAR, CONSELHO DE CLASSE, APMF E GRÊMIO ESCOLAR.....	43
5.4- SISTEMA DE AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO.....	43
5.5- AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR.....	44
5.6- AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS, A VIOLÊNCIA E A INDISCIPLINA NA	

ESCOLA.....	46
5.7- PROGRAMAS QUE A ESCOLA PARTICIPA OU DESENVOLVE:.....	47
5.7.1- Projeto Fera Com Ciência.....	47
5.7.2- Semana Cultural	48
5.7.4- Programa Viva a Escola.....	49
5.7.5- Segundo Tempo.....	57
5.7.6- Campanhas que o estabelecimento realiza.....	58
5.7.7- Ações que envolvam a escola e outras instituições.....	59
5.7.9- Atendimento em sala de recursos.....	60
5.7.10- Sala de Apoio a Aprendizagem.....	60
5.7.11- Programa SAREH.....	61
5.7.12- Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.....	61
5.7.13- Política nacional de educação ambiental	62
5.7.14- Programa PEP (Prontidão Escolar Preventiva).....	62
5.7.15- Plano de estágio não obrigatório.....	63
5.8. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	63
6. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	65
6.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE CIÊNCIAS.....	65
6.2 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	77
6.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE GEOGRAFIA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	93
6.4 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	103
6.5 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	117
6.6 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE MATEMÁTICA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	135
6.7 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FILOSOFIA	147
6.8 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FÍSICA.....	152
6.9 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA.....	158
6.10 PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTES.....	167
6.11 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA/INGLÊS - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	182
6.12 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO.....	192
6.13 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE SOCIOLOGIA.....	195
6.14 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE BIOLOGIA.....	200
6.15 PROPOSTA PEDAGÓGICA - CELEM.....	207
6.16 PROPOSTA PEDAGÓGICA DA SALA DE RECURSOS.....	211
ANEXO I - PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PEP.....	237
ANEXO II - PLANO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO.....	240

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico além de ser o eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino, proporciona a busca da identidade da escola, tendo por finalidade o comprometimento na construção de uma sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação.

O planejamento é um modo de ordenar a ação tendo em vista os fins desejados, e por base conhecimentos que deem suporte ao objetivo, à ação; é um ato coletivo, não só devido a nossa constituição social, como seres humanos, mas, de que o ato escolar de ensinar e aprender são coletivos. A parceria depende da entrega a um objetivo ou tarefa que seja assumida por todos.

Planejar é o ato pelo qual decidimos o que construir; é o processo de abordagem racional e científica dos problemas da educação. Segundo Gadotti (Veiga, 2001, p. 18):

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Neste sentido a escola se dá como lugar do entrecruzamento do projeto político coletivo da sociedade com os projetos pessoais e existenciais de educandos e educadores. É ela que viabiliza que as ações pedagógicas dos educadores se tornem educacionais, na medida em que os impregna das finalidades políticas da cidadania que interessam aos educandos.

Só a presença viva e vivificante de um projeto educacional possibilitará a escola evitar a hipertrofia burocrática, a divisão técnica- social do trabalho, a prática autoritária e a rotina mecânica.

Mas, o que espera a sociedade da escola? Que prepare os seus membros para a vida social e política, para o desenvolvimento de sua consciência cidadã, sendo capaz de sistematizar e organizar o conhecimento universal, a produção científica, as conquistas da tecnologia e da cultura mundial; que tal sistematização possibilite novas conquistas e novos desenvolvimentos, ampliando a oferta do bem-estar que as questões novas, surgidas na própria produção do conhecimento, sejam dirimidas e analisadas na escola, e que ela seja, portanto, um lugar de produção de conhecimentos; que a escola possibilite a articulação dos diversos interesses dos variados setores da sociedade, sem que se perca sua verdadeira função: a de ensinar.

A sociedade moderna, através de suas inúmeras conquistas tecnológicas, criou sistemas cada vez mais integrados em nível mundial, ao mesmo tempo mais complexos e

diversificados. Frente a essa realidade urge a necessidade de se repensar o papel do conhecimento e da escola numa sociedade que sofre, em seu dia-a-dia, rápidas e profundas transformações.

Assim, espera-se que os egressos do sistema escolar possuam ou desenvolvam a capacidade de entender e interpretar a enorme quantidade de informações e valores que lhe são transmitidos diariamente via meios de comunicação e/ ou as diferentes instituições com as quais mantêm relação de modo que possam participar mais ativamente da vida social e política.

Deste modo, são as relações escola-sociedade que devem se constituir no foco de debate e da reflexão dos educadores, de modo que possam contribuir para a construção de uma escola comprometida com o ensino e com a formação de seus alunos, de acordo com as exigências da sociedade em que vivem.

Projetar, inovar, requer disponibilidade, desejo de mudança. Reformular o Projeto Político-Pedagógico não significa atualizá-lo de acordo com as novas teorias educacionais. Implica em rever a sala de aula, as características dos educandos, a influência da sociedade que vai além dos muros da escola de maneira a antecipar o amanhã, o futuro. Neste sentido, torna-se fundamental ter clara a importância do P.P.P. como um documento norteador das práticas e ações realizadas na instituição escolar, tendo em vista que possui uma intencionalidade.

Conforme afirma Veiga (2004, p.12) “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. Ele não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado as autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas, pois envolve os indivíduos presentes no processo educativo escolar, de modo que subsidia a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola. Para Veiga (2004, p.13):

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico, com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Sendo assim, o político e o pedagógico são indissociáveis, de maneira que o projeto político-pedagógico deve ser considerado um processo constante de discussão e reflexão dos problemas vivenciados pela comunidade escolar, além de possibilitar a busca de alternativas para efetivar a sua real intenção.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

2.1. DADOS DO ESTABELECIMENTO

1 – Denominação da instituição Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho Ensino Fundamental e Médio		
2 – Endereço Rua Ponta Grossa S/N		3 – Código do Estabelecimento 02620
4 – Bairro São Francisco	5 – Município - Código Laranjeiras do Sul - 1340	6 – NRE - Código Laranjeiras do Sul - 31
7 – CEP 85303-260	8- DDD 42	9 – Telefone/Fax 3635-5691
10 – E-mail Institucional ljsjosemarcondes@seed.pr.gov.br		11- Site ljsjosemarcondes.pr.gov.br
12 – Entidade mantenedora Secretaria de Estado da Educação - SEED		13 – CNPJ 76416965/0001-21
14 – Distância do Colégio até o NRE Aproximadamente 3 km		15 – Chefe do NRE Antonio Altair de Miranda
16 – Ato de Autorização de Funcionamento Res. Nº 278/96 DOE de 01/02/1996		
17 – Ato de Autorização de Funcionamento Ensino Médio Res. Nº 470/98 DOE de 05/03/1998		
18 – Ato de Reconhecimento da Instituição Res. Nº 738/98 DOE de 26/03/1998		
19 – Ato de Reconhecimento do Ensino Médio Res. Nº 2020/08 DOE de 05/08/2008		
20 – Ato de Renovação do Reconhecimento da Instituição Res. Nº 2558/03 DOE de 10/09/03		
21 - Ato de Aprovação do Regimento Escolar Ato Administrativo Nº 84/09 de 30/12/2009		

Tabela 1: Dados da Escola

2.1. HISTÓRICO

O Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho Ensino de 1º e 2º Graus teve sua origem na Escola Municipal Florindo Pellizzari, localizada na Vila São Miguel em Laranjeiras do Sul, Escola Municipal criada pelo Decreto Nº 51/90 de 1990 que tem o seu histórico relatado a partir do ano de 1998, quando um prédio medindo 119,26 m com finalidade de produzir leite de soja para a população carente, a chamada “Vaca Mecânica”, não chegou a entrar em funcionamento e suas instalações abandonadas serviram para abrigar um número bastante expressivo de crianças e adolescentes em idade escolar, que até

então estavam fora da escola por motivo de falta de vagas nas escolas das proximidades e também devido à grande distância para as crianças se locomoverem até a escola mais próxima.

Com essas condições descobertas através de uma pesquisa feita por uma entidade filantrópica “Instituto Sant’Ana”, ficou eminente a necessidade urgente de reaproveitar o prédio adaptando-o para funcionar como escola.

Assim a Escola Municipal Vereador Florindo Pellizzari Ensino de 1º Grau teve o seu funcionamento autorizado a partir do início do ano letivo de 1990 até 1993, para ministrar o ensino correspondente a primeira fase do ensino Fundamental pela resolução Nº 311/91.

No ano de 1994 a Escola Municipal Vereador Florindo Pellizzari foi transferida para o CAIC IRMÃ DULCE (Centro de Atenção Integral a Criança) construído na mesma comunidade. No ano de 1993 foi requerida pela Secretaria Municipal de Educação a implantação da segunda fase do Ensino Fundamental na referida escola. A autorização de funcionamento, foi concedida pelo prazo de dois anos a partir do início do ano letivo de 1994, para ministrar o Ensino Pré – Escolar nas fases Creche, Maternal e Jardim de Infância e a segunda fase do Ensino Fundamental de forma gradativa.

Em decorrência da resolução Nº 5.889/93 de 1 de novembro de 1993 o Estabelecimento passou a denominar-se “Escola Municipal Vereador Florindo Pellizzari – Ensino Pré Escolar e de 1º Grau”.

No ano de 1996 os CAICs pertencentes aos municípios parceiros e que atendiam a demanda de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, através de uma proposta da SEED, passaram para a responsabilidade do Estado, as quatro séries da segunda fase Ensino Fundamental.

Assim, a partir do ano de 1996, a SEED resolveu criar e autorizar através do ato de reconhecimento Resolução Nº 738/98 de 26 de março de 1998 o funcionamento da Escola Estadual José Marcondes Sobrinho CAIC IRMÃ DULCE Ensino de 1º grau, com oferta de 5ª à 8ª séries do 1º grau, sito à Rua Ponta Grossa s/n, Bairro São Francisco, no Município de Laranjeiras do Sul, através da resolução Nº 278/96 de 01 de fevereiro de 1996. Dando continuidade ao processo em 1998 a atual Administração Municipal através de reivindicações da comunidade entrou com um pedido para a implantação do 2º Grau noturno, o qual foi autorizado a funcionar através da Resolução Nº 470/98 de 11 de fevereiro de 1998 o Curso de 2o Grau – Educação Geral, com implantação gradativa a partir do ano letivo de 1998, passando a denominar-se Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Ensino de 1º e 2º Graus.

Devido à mudança de nomenclatura atualmente denomina-se Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Ensino Fundamental e Médio.

Em 2008 também passou a funcionar, no período da noite, as três últimas séries do

Ensino Fundamental – 2ª fase (6ª, 7ª e 8ª séries), visando atender alunos maiores de 14 anos que, devido ao trabalho, não podem estudar no período diurno.

Em 2010 através da Resolução Nº 5590/2008 da Secretaria de Estado da Educação, o Ensino Médio Regular passa a ser organizado em Blocos de Disciplinas Semestrais, com implantação simultânea, conforme opção dos profissionais que atuam neste estabelecimento.

Sobre a origem do nome, o Colégio José Marcondes Sobrinho, foi assim denominado como uma homenagem ao ex-prefeito de Laranjeiras do Sul (Gestão 1959 – 1963), o qual foi também um dos fundadores, em 1960, do Jornal “O Independente”, em circulação até os dias atuais no município e proprietário da Gráfica Independente. Preocupado com a educação escolar, construiu várias escolas nos distritos e interior do município de Laranjeiras do Sul.

3. MARCO SITUACIONAL

3.1. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE

O Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho é um estabelecimento constituído de Ensino Fundamental e Médio, está localizado em um bairro com muitas dificuldades, onde a maioria das famílias sofre as consequências de uma sociedade injusta que não oferece as condições mínimas para se viver com qualidade.

Os alunos atendidos são oriundos do Bairro São Francisco e suas adjacências: São Miguel, São Vicente, Vila Jardim, João Fernandes, Monte Castelo, Paz Nascente, Laranjeiras I, Jardim Santana e Invernada Grande.

Em relação às condições socioeconômicas e culturais podemos afirmar que maioria das famílias é de baixa renda, sobrevivendo de serviços informais que não geram uma renda fixa ou a garantia dos direitos trabalhistas como Carteira de Trabalho assinada.

Um outro dado que demonstra a renda desta comunidade é o número considerável de famílias atendidas por programas sociais, relatados na ficha de matrícula como: Bolsa Família, Leite das Crianças, PETI, Pão Nosso, dentre outros.

Faz-se importante também observar o baixo nível de escolaridade das famílias da comunidade escolar, que apresenta um grande número de analfabetos, os quais conseguem, ainda com certa dificuldade, assinarem o próprio nome. A maioria possui apenas o Ensino Fundamental incompleto. Poucos possuem o nível médio ou superior.

A religião praticada pela maioria da comunidade escolar é a Católica observando-se também grande número de Evangélicos.

De acordo com a realidade brasileira na qual o Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho está inserido verificam-se, dentre as já citadas, outras características sociais que refletem no processo de ensino e aprendizagem. Exemplifica-se aí a violência, a desigualdade social, a individualidade, os valores distorcidos, dentre outros...

“A verdade é que o brasileiro acordou para uma realidade que faz parte, hoje, do dia-a-dia. A violência urbana não tem como única causa a pobreza e a miséria que se abateram sobre a grande maioria da população...; mas é, com toda certeza, filha legítima dessa situação.”(PIRES, p.9, 1995).

A violência quando se manifesta no âmbito escolar é denominada como indisciplina, e pode ser de alunos com relação a outros alunos e de alunos com relação ao corpo docente. Nos dois casos, sabe-se que o aluno está refletindo, em parte, a sua realidade, a sua situação de vida.

Quanto à desigualdade social, que se torna cada vez mais evidente e visível, a escola está inserida num meio social que tem esta característica e atende, em sua maioria,

alunos que sofrem com esta desigualdade. Sendo assim, tem uma importante tarefa de conscientização, para que os indivíduos não sejam manipulados e percebam as contradições desta sociedade. Pois, assim sendo, existem maiores chances de superação desta realidade.

Por vivermos em uma sociedade capitalista, até mesmo o trabalho escolar, muitas vezes, se flagra aderindo a conceitos e métodos que tem traços capitalistas, por isso é indispensável pensar constantemente na prática que se adota na escola para as mínimas ações, principalmente no que diz respeito ao individualismo que acaba sendo norteador de algumas ações ou discursos dentro da escola, e não é este valor que devemos fortalecer em nosso meio e sim o que julgamos humanizador.

“...utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico.” (FREIRE, p.16, 1979)

No que diz respeito ao município, esta instituição tem grande importância, sendo que o número de alunos atendidos nas diferentes séries é significativo e ela está situada em um ponto estratégico para atendimento de alunos da periferia. Evidenciamos que aqui também há plena conscientização por parte de todos os envolvidos no processo educacional quanto a importância que tem o estudo na vida desses alunos, sendo que através do ensino existe também a busca pela ascensão social.

A nível estadual o colégio é classificado como de médio porte e tem grande importância, devido ao alunado que atende, os níveis de ensino que oferece, os projetos realizados, e a educação que se desenvolve em seu contexto. Sendo que a preocupação da instituição é a educação pública de qualidade para todos, garantindo assim a formação de cidadãos conscientes de seu papel, na transformação desta sociedade injusta e desigual. Pois, como diria Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.”

3.2. NOSSOS LIMITES E POSSIBILIDADES

Cientes do nosso compromisso em oferecer uma educação de qualidade, verificamos que em alguns aspectos esta instituição precisa de aperfeiçoamento e mudanças, tendo em vista que estamos em processo constante de modernização e atualização.

Sabendo que esta melhora dependerá de um movimento coletivo para se concretizar, diversas reuniões foram realizadas com os diferentes segmentos da comunidade escolar e muitas ideias e sugestões foram surgindo, as quais, de acordo com

as possibilidades, já estão sendo colocadas em prática visando a atender os anseios da comunidade e estando dispostos a ser mais atuantes.

Citamos a seguir alguns dos problemas enfrentados por este estabelecimento conforme levantamento realizado.

Em relação aos educandos percebemos a multiplicação de atitudes socialmente inusitadas e inconvenientes tais como: o descompromisso com o outro; a falta de motivação para qualquer tipo de atividade; a ausência de perspectiva para si mesmo; a indisponibilidade para qualquer reflexão; a sexualidade banalizada; a violência em suas diversas manifestações; dentre outros aspectos que geram insucessos nos estudos levando os alunos à evasão ou repetência que, no período noturno é bastante acentuada.

Diante desses fatos os professores têm se sentido “impotentes” em sua função fundamental: a de ensinar.

Outra preocupação evidente em nossa comunidade é em relação ao espaço físico, pois este não atende a demanda devido ao seu funcionamento em dualidade com o município. A construção do colégio já foi aprovada a aproximadamente 3 anos e a demora na sua execução tem adiado também a solução de alguns problemas que temos enfrentado no dia a dia, tais como: o número insuficiente de banheiros, tanto para funcionários quanto para alunos; o espaço destinado à biblioteca que não comporta todo o acervo literário existente, sendo necessário alguns improvisos; a sala de direção que não conta com espaço adequado; o ginásio de esportes que é utilizado em revezamento com as turmas do Ensino Fundamental do Município, o que causa transtornos frequentemente além de comprometer os objetivos propostos pelos professores de Educação Física em seus planejamentos; algumas salas de aula foram improvisadas e não estão adequadas ao número de alunos, bem como a falta de entrosamento entre os estabelecimentos que funcionam no mesmo espaço – Rede Municipal de Ensino e Rede Estadual.

Mesmo enfrentando tais adversidades constatamos que a comunidade escolar como um todo se preocupa com o trabalho a ser realizado e demonstra satisfação em relação à quantidade e qualidade dos materiais didáticos e pedagógicos que temos a nossa disposição. Neste sentido, a contribuição da SEED, nos últimos anos, tem sido bastante significativa, o que tem contribuído para tornar mais completa a atuação e, em consequência a aprendizagem. Destacamos o acervo numeroso e atualizado que temos em nossa biblioteca, o laboratório de informática com acesso à Internet para pesquisas e produção de trabalhos em todas as disciplinas, os materiais disponibilizados para o laboratório de Química e Física que proporcionam aulas mais dinâmicas, os jogos pedagógicos para as diversas disciplinas e Sala de Apoio, bem como a diversidade de materiais para as aulas de Educação Física que contribuem para a efetivação do plano de trabalho docente.

Segundo (VALE, p. 59 – 2005) "Estudar com curiosidade é exercitar o prazer de

pensar, construir - reconstruir e compartilhar conhecimentos” . Por isso, assumimos o compromisso de ofertar em nosso colégio uma educação de qualidade, capaz de formar alunos conscientes e com maiores chances de êxito no enfrentamento da realidade social à que estão sujeitos. Priorizamos um ambiente de trabalho onde a cooperação e a harmonia visam a busca pela coerência entre propósitos e posturas, onde a união e a unidade na busca de aperfeiçoamento é constante.

3.3. ÍNDICES DE APROVAÇÃO

ANOS			2008	2009
NÍVEIS SÉRIES	ENSINO FUNDAMENTAL	5 ^a	87,95%	91,45%
		6 ^a	82,64%	90,43%
		7 ^a	72,52%	81,65%
		8 ^a	82,95%	94,28%
	ENSINO MÉDIO	1 ^o	78,43%	79,66%
		2 ^o	91,89%	89,18%
		3 ^o	88,23%	85,29%

Tabela 2: Índice de aprovação

3.4. RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE

São dois os principais objetivos da parceria escola-família: o primeiro, propiciar o conhecimento da história de nosso aluno, da história do seu contexto familiar, os costumes e os valores culturais de sua família. Esse conhecimento favorece e complementa o trabalho realizado na escola, já que nos permite compreender o movimento e o envolvimento de nosso aluno na relação com o grupo e o conhecimento. O segundo objetivo é propiciar o conhecimento dos pais e responsáveis sobre a proposta pedagógica que está sendo desenvolvida, para que possam participar e discutir suas ideias com a equipe.

Como temos firmado o compromisso com uma educação democrática, transformadora e cidadã, o conhecimento, o relacionamento transparente e a participação das famílias dos educandos na vida da escola precisa ser um aspecto fundamental em nossa proposta pedagógica.

Segundo Paro (1992, p. 39):

Se concebermos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve-se voltar como real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não supunha a comunidade como sua parte integrante.

Neste sentido, compreendemos a parceria escola-comunidade na sua dimensão histórico social, respeitando os modos de agir e pensar dos pais, valorizando seus

costumes, tradições, valores e cultura mas, simultaneamente, expressando com clareza nossas metas, atitudes, visão de mundo, valores e prioridades educacionais.

Entretanto, é preciso pontuar que essa forma de conceber o papel das famílias esbarra, muitas vezes, em dificuldades oriundas tanto da maneira com que os pais e profissionais se percebem, de suas expectativas, como ainda das condições objetivas do cotidiano.

O ideal seria que houvesse participação efetiva dos pais nas decisões tomadas no interior da escola, até mesmo as mais simples, mas algumas vezes por comodismo ou por falta de abertura da escola as instâncias colegiadas tornam-se órgãos de caráter consultivo ao invés de deliberativo. Portanto, a participação dos pais nas instâncias colegiadas não é expressiva, sendo necessário um trabalho de conscientização amplo, não só no ambiente escolar, mas na política, nos meios de comunicação, nas igrejas e onde mais for possível para que haja uma mudança real na ideia de que os pais são chamados a participar só quando existem problemas ou falhas na escola, de maneira mais ampla – que os indivíduos só participam efetivamente de decisões simplistas e não de uma grande importância política - por exemplo.

Não se trata de enfrentar o autoritarismo apenas abrindo espaço para a participação e a comunicação. É preciso motivar para a participação. Isso porque o regime domesticou grande parte da população para a não participação. Arvorando-se em único intérprete dos interesses da sociedade, marginalizou sistematicamente toda a população das decisões. Ao lado, portanto do papel técnico de ensinar, o educador tem um papel político de mobilizar e organizar para a participação. (Gadotti, p.89, 1995)

Por este motivo, constantemente a escola realiza palestras direcionadas as famílias que fazem parte da comunidade onde está inserida. As mesmas também são convidadas a participar ou mesmo organizar festividades com o objetivo de integração entre família e escola. Também são realizadas reuniões de acompanhamento bimestrais, onde os professores, direção e equipe pedagógica ficam a disposição para atendimento aos pais que tiverem interesse em acompanhar o rendimento escolar de seu filho.

Acreditamos, portanto, que a conscientização para a participação deve partir da escola que poderá formar / ensinar os indivíduos para que exerçam sua cidadania de fato, conhecendo e entendendo a realidade social onde estão inseridos e atuando sobre ela. Portanto, faz-se necessária a mobilização do corpo docente, da direção e equipe pedagógica para motivar os pais a se tornarem mais participativos, mesmo que sejam necessárias parcerias com outros profissionais para que esta motivação aconteça.

3.5. ORGANIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/96, em

seu artigo 13, os docentes devem incumbir-se de ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional e, sobre a hora-atividade, o artigo 67 diz que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público [...] VI- período reservado aos estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

A hora-atividade deve favorecer o trabalho coletivo dos professores, conforme preconiza a Instrução Nº 02/04 – SUED. Sendo assim, seguimos esta orientação e distribuímos a horas-atividade em nosso estabelecimento de forma a favorecer o trabalho coletivo dos professores, que atuam na mesma turma, série ou por área de conhecimento, ou ainda com a formação de grupos que favoreçam o trabalho interdisciplinar.

Seguindo a orientação do NRE a organização da hora-atividade será concentrada por disciplina e destinada a todos os professores independente do vínculo (QPM, Extraordinária, PSS) conforme demonstrado na seguinte tabela:

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Língua Portuguesa LEM	Educação Física Arte	Biologia Ciências Química	Matemática Física	História Filosofia Sociologia Ensino Religioso Geografia

Tabela 3: Organização da Hora-atividade

Esta forma de organização de hora-atividade permite maior troca de experiências e conseqüentemente crescimento para o professor em sua prática diária.

A hora-atividade constitui-se num momento muito significativo para o professor, onde ele pode estar preparando ou corrigindo atividades, pesquisando novas metodologias de ensino, trocando experiências com professores da mesma área, ou de outras áreas, discutindo e analisando referenciais teóricos importantes à sua prática, junto a equipe pedagógica, direção ou equipe disciplinar do NRE, esclarecendo possíveis dúvidas, sugerindo mudanças, atendendo a solicitações e contribuindo para a qualidade do ensino com sua criatividade e inovação relacionados a prática educativa e desenvolvimento de projetos educativos.

Alguns professores também utilizam a hora-atividade para auxiliar alunos com dificuldades de aprendizagem na sua disciplina.

Existe também a possibilidade do atendimento aos pais interessados em saber da vida escolar do filho, ou quando o próprio professor julgar necessário e conveniente chamar os pais de alunos com defasagem ou dificuldades de aprendizagem ou ainda com

problemas de comportamento, nesta hora em que estará “disponível” para conversar junto com os demais profissionais da escola tornando assim mais significativa a solução dos problemas quando esta parte da decisão da maioria dos interessados.

Nos últimos anos, este trabalho vem oportunizando ao professor maior conhecimento da DCE, permitindo maior familiaridade com o objeto de estudo da sua disciplina, de conhecer o que são conteúdos estruturantes e básicos e saber porque são fundamentais serem tratados em sala de aula, tendo em vista a concepção de sociedade mais igualitária que almejamos.

E, ainda através de reuniões técnicas por disciplinas nos dias de hora-atividade temos a oportunidade de analisar e discutir temas que visam a valorização do profissional da educação como sujeito epistêmico que reflete, fundamenta e planeja sua ação.

O planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações a serem executadas na hora-atividade dos professores são de responsabilidade do conjunto de professores que vão desempenhar suas ações, sob a orientação, supervisão e acompanhamento da equipe pedagógica ou do diretor da escola e, por isto, devem vir acompanhados de um processo de reflexão sobre as necessidades e possibilidades de trabalho docente na escola.

Segue abaixo tabela demonstrativa quanto a correspondência hora-atividade/hora-aula:

HORA-ATIVIDADE	HORA-AULA
01 a 02	0
03 a 06	1
07 a 10	2
11 a 14	3
15 a 18	4
19 a 22	5
23 a 26	6
27 a 30	7
31 a 32	8

Tabela 4: Relação hora-atividadeXhora-aula

3.6. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca(...) É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. (FREIRE, Paulo- 1996)

Percebe-se na escola uma grande preocupação com a formação inicial e

continuada de todos os profissionais envolvidos no processo educacional, pois se sabe que as mudanças de concepções e métodos educacionais são constantes, e é absolutamente inquestionável o fato de que os profissionais precisam estar constantemente atualizando-se.

Salientamos a palavra profissional, pois hoje se reconhece que a educação não acontece apenas no espaço da sala de aula e, educador não é apenas o professor, mas todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo educacional. Justificando-se no fato de que o ser

humano aprende através da interação com o outro em todos os momentos ou situações que estiver presente. Segundo CUNHA, "... é fundamental muito estudo para dominar a matéria e a cultura mais ampla (...) domínio do conteúdo, a capacidade de interpretá-lo e localizá-lo histórica e socialmente..." (1994.p127).

O autor ressalta também a importância de valores como, por exemplo, a honestidade no trato do conhecimento, o respeito a pessoa humana e a capacidade de relacionamento que está atrelado a formação do professor.

Vivemos numa sociedade em constante evolução, onde o grande volume de informações veiculadas nos mais diversos meios de comunicação e instituições sociais requer um cidadão que seja capaz de ler, organizar, compreender e transmitir tais informações, sendo a escola, em especial os professores, responsáveis para com a formação do cidadão no que se refere aos processamentos e a utilização desse amontoado de informações.

Diante disso, nós educadores sentimos a necessidade de se inserir nesse "mundo de informações", através da busca ao saber, de novas metodologias de ensino e aprendizagem, de trocas de experiências com professores da mesma área e também de outras áreas.

Esta instituição, conhecedora dos anseios dos profissionais que aqui atuam e preocupada em ter um corpo docente plenamente capacitado e atualizado, é consciente que a capacitação deve ser constante. Por isso propõe como um momento de encontro e troca de experiências as **Reuniões Pedagógicas**, previstas em calendário escolar, onde estarão reunidos todos os professores das diversas áreas do conhecimento; podendo ainda ser realizadas nessas reuniões palestras e debates, com temas a serem definidos previamente pelos próprios professores e funcionários.

De modo a viabilizar a formação continuada de todos os profissionais em exercício nas Escolas Estaduais, também a mantenedora organiza no início do ano letivo e no segundo semestre letivo as **Semanas Pedagógicas**, conforme o previsto em calendário escolar, onde são discutidas com toda a comunidade as necessidades e possibilidades de cada instituição a partir de alguns referenciais teóricos definidos previamente. Assim, cada instituição estabelece, a partir das discussões realizadas no grupo, as metas para o próximo

período letivo, pois entendemos que professores, equipe pedagógica, agentes educacionais, alunos, pais e comunidade não só fazem parte de um mesmo ambiente cultural, como também constroem este espaço devendo haver a integração entre toda a comunidade escolar na organização do trabalho pedagógico que define a identidade da escola e o papel de cada um na construção do P.P.P.

Lembrando sempre, do fato de que nossos alunos aprendem também com gestos e exemplos de todos os envolvidos em seu ambiente de convívio, conforme afirma PARO, 1995:

... não apenas o professor mas todos os que trabalham no interior do estabelecimento de ensino devem ser considerados como educadores escolares, já que todos têm contato com os alunos e transmitem a eles, por meio da comunicação ou do exemplo, elementos formativos e informativos.

Salientamos ainda que a rede pública estadual de ensino do Paraná tem um amplo programa de formação continuada, sob as formas centralizada e descentralizada, presencial e a distância, por meio de cursos, simpósios, seminários, grupos de estudos, com a utilização de diferentes recursos tecnológicos e com apoio de materiais impressos, uso de mídias como WEB, TV Paulo Freire, Portal Dia-a-Dia Educação, etc.

Além das ações voltadas à produção de conteúdos utilizando as mídias web (Portal dia-a-dia Educação) e televisiva (TV Paulo Freire), as Coordenações Regionais de Tecnologia na Educação (CRTEs) vêm desenvolvendo junto às escolas um trabalho voltado para o uso de tecnologia que, além de oferecer assessoria operacional e instrumental para a utilização dos equipamentos, promove e incentiva a análise e a discussão com os educadores da rede pública acerca da inserção das tecnologias no universo educacional, contribuindo assim com a melhoria da qualidade da Educação Básica no Paraná.

Se a formação prévia adequada é imprescindível à competência profissional daqueles que atuam na educação, a formação continuada é essencial para o seu crescimento constante como profissionais, como cidadãos e como pessoas. Assim, a formação continuada constitui um dos aspectos fundamentais da valorização dos profissionais da educação aos quais é assegurado “progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho” seguindo assim o que é determinado na LDB em seu Artigo 67, inciso IV.

3.7. ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR

O Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho ocupa atualmente um espaço físico cedido pelo município, sendo este constituído de:

- nove (9) salas de aula;
- ginásio de esportes - revezado entre município e estado;

- amplo pátio para a realização de atividades extraclasse;
- uma biblioteca escolar com mobiliário adequado e um bom acervo de livros de literatura, didáticos, paradidáticos, enciclopédias e bibliográficos;
- laboratório de informática com 20 computadores com acesso a Internet e impressora;
- laboratório de Química, Física e Biologia com todos os materiais e equipamentos necessários;
- salas de apoio e recurso sem a estrutura necessária;
- sala de professores;
- secretaria;
- sala para a direção e equipe pedagógica;
- cozinha que funciona em espaço improvisado;
- almoxarifado onde são guardados além de materiais diversos os arquivos inativos;
- sala para o armazenamento dos alimentos utilizados no preparo da merenda dos alunos;
- saguão e um refeitório onde são realizadas as refeições de todas as turmas também sendo revezado com as turmas do município;
- 06 banheiros, sendo que dois (02) são destinados ao uso dos professores e demais funcionários e quatro (04) são destinados ao uso exclusivo dos alunos – dois (02) femininos e dois (02) masculinos.

No que diz respeito ao quadro de funcionários, o Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho conta atualmente com:

- 48 (quarenta e oito) professores atuando nos seus três turnos de funcionamento no Ensino Fundamental e Médio;
- 03 (três) professores que atuam nos projetos VIVA ESCOLA;
- 04 (quatro) professores nas salas de Apoio a Aprendizagem;
- 01 (uma) Pedagoga com formação em Educação Especial, que atua no atendimento aos alunos da Sala de Recursos;
- 01 (um) professor que atua nas turmas do CELEM – Espanhol;
- 06 (seis) Pedagogas – 20h, sendo duas em cada turno de funcionamento do Colégio;
- 05 (cinco) agentes educacionais II – 02 (dois) com 40h e 03 (três) com 20h – os quais atuam nas áreas de secretaria, biblioteca, laboratório de informática e laboratório de

Biologia, Física e Química;

- 09 (nove) agentes educacionais I – 08 (oito) com 40h e 01(uma) com 20h – estes, tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e alimentação escolar conforme o especificado no Regimento Escolar do estabelecimento;
- 01 (um) diretor com 40h;
- 01 (uma) diretora auxiliar com 20h.

Atendemos atualmente aproximadamente 570 alunos. Destes, 440 frequentam a segunda fase do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), distribuídos nos três turnos de funcionamento do estabelecimento e 130 frequentam o Ensino Médio no período noturno. As turmas estão divididas conforme tabela abaixo:

MANHÃ	TARDE	NOITE
5ª A	5ª D	6ª E
5ª B	5ª E	7ª E
5ª C	6ª C	8ª D
6ª A	6ª D	1ª A
6ª B	7ª C	1ª B
7ª A	7ª D	2ª A
7ª B	8ª B	2ª B
8ª A	8ª C	3ª A
		3ª B

Tabela 5: Distribuição de turnos e turmas

Seguindo as normas da L.D.B, as aulas terão duração 50 minutos de hora/ aula, que somados na Matriz Curricular, deverão totalizar 800 (oitocentas) horas relógio, a serem distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar, perfazendo no Ensino Fundamental de 5a a 8a série após quatro anos um total de 3200 horas e no Ensino Médio 2400 horas.

Para se fazer cumprir a legislação organizamos o horário das aulas da seguinte forma :

TURNO	AULAS	HORÁRIO
MANHÃ	1ª aula	07h30min às 08h20min
	2ª aula	08h20min às 09h10min
	3ª aula	09h10min às 10h
	INTERVALO	10h às 10h15min
	4ª aula	10h15min às 11h05min
TARDE	5ª aula	11h05min às 11h55min
	1ª aula	13h às 13h50min
	2ª aula	13h50min às 14h40min
	3ª aula	14h40min às 15h30min
	INTERVALO	15h30min às 15h45min

	4ª aula 5ª aula	15h45min às 16h35min 16h35min às 17h25min
NOITE	1ª aula 2ª aula 3ª aula INTERVALO 4ª aula 5ª aula	18h50min às 19h40min 19h40min às 20h30min 20h30min às 21h15min 21h15min às 21h30min 21h30min às 22h20min 22h20min às 23h10min

Tabela 6: Divisão de aulas por período

3.7.1. OUTROS CURSOS

Além do Ensino regular obrigatório os alunos podem estar inseridos em atividades de complementação curricular e apoio as quais são oferecidas em turno contrário sendo elas as seguintes:

CELEM – Espanhol Básico

O CELEM, em nosso colégio oferta o curso básico de Língua Estrangeira Moderna – Espanhol, com duração de dois anos, que estabelece em seu currículo uma carga horária total de 320 horas/aula, devendo ser cumpridas 160 horas/aula em cada ano de forma trimestral e distribuídas em 04 horas/aula semanais.

Além das vagas ofertadas aos alunos matriculados no estabelecimento, o curso também disponibiliza vagas para professores e funcionários que estejam em efetivo exercício de suas funções e para a comunidade.

Em nosso colégio está em funcionamento atualmente duas turmas do Curso de Espanhol Básico as quais funcionam em período intermediário: 17h20min às 19h, sendo que a TURMA A tem aulas nas terças e quartas-feiras e a TURMA B nas quintas e sextas-feiras, cumprindo um total de 04 horas/aula semanais.

Salas de Apoio à Aprendizagem

Sendo aulas no contra-turno aos alunos que apresentam dificuldades, as aulas são ministradas nos seguintes horários:

TURNOS	DISCIPLINAS	DIAS DA SEMANA	HORÁRIO
MANHÃ	Língua Portuguesa Matemática	Terça-feira Quinta-feira	7h30min às 11h05min
TARDE	Língua Portuguesa Matemática	Sexta-feira Quinta-feira	13h às 16h35min

Tabela 7: Cronograma das SAA

Complementação Curricular – Programa Viva a Escola

As aulas do Programa Viva a Escola são no contra-turno e nos seguintes horários:

TURNOS	PROJETOS	DIAS DA SEMANA	HORÁRIO
MANHÃ	Jogos de Matemática	Quarta-feira	7h30min às 11h05min
TARDE	Esporte na Escola	Quarta-feira Quinta-feira	13h às 14h40min
MANHÃ	Jornal Escolar	Terça-feira	7h30min às 11h05min

Tabela 8: Horários do Viva a Escola

Atividade Complementar – Programa Segundo Tempo

O Segundo Tempo é um programa do Governo Federal e atende alunos matriculados na rede pública, no contra-turno. As aulas são nos seguintes horários:

DIA DA SEMANA	TURNOS	HORÁRIO	MODALIDADES
Terça-feira	Tarde	15h às 17h	Xadrez
Quarta-feira	Manhã	9h30min às 11h30min	Futsal e Voley
Quinta-feira	Manhã	7h30min às 11h	Voley, Futsal e Xadrez
	Tarde	13h às 16h30min	Voley, Futsal e Xadrez
Sexta-feira	Manhã	7h30min às 11h	Voley e Futebol
	Tarde	13h às 16h30min	Voley e Futebol

Tabela 9: Horários do Segundo Tempo

3.8- PROCESSO DE RECLASSIFICAÇÃO

Levando em consideração o nível de alunos repetentes nas salas e a elevada idade dos mesmos, principalmente nas turmas de 5ª e 6ª séries, a escola busca planejar igualmente os procedimentos pedagógicos para organização, desenvolvimento e avaliação de reclassificação de estudos para alunos com atraso escolar, possibilitando que seja resgatada a dívida que uma organização tradicional, seletiva e excludente criou para eles.

Fazendo uma investigação mais profunda, esses alunos abandonam a escola num certo período de tempo para trabalhos diretos ou indiretos no município ou fora dele, pois necessitam de uma renda a mais na família, renda esta que a escola segundo eles, não pode oferecer (comida, vestuário, ...)

A solução deve ser muito bem planejada institucionalmente pela equipe pedagógica, corpo docente, administrativo e discutida com a comunidade de alunos e pais,

a revitalização do Conselho de Classe e outros órgãos colegiados é fundamental para uma análise crítica das situações de aprendizado/reprovação realizados em reuniões em que sejam discutidos esses problemas e formas de superá-los, assim como as salas de apoio, recurso e de avaliação que tenham sido efetivadas. Um esforço de chamamento dos pais para com eles discutir as dificuldades dos alunos e das turmas nesse processo (repetência e abandono), com exame dos resultados de avaliação do aproveitamento e da assiduidade, e dos procedimentos de recuperação adotados poderá servir para levantar novas alternativas de atuação.

Uma alternativa será o processo de reclassificação, pelo qual a escola avalia o grau de experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independente do que registre o seu histórico escolar. Esta deverá ocorrer no máximo até o final do 1º bimestre letivo, cabendo aos professores verificar as possibilidades de avanço na aprendizagem.

No processo de reclassificação serão avaliadas as matérias que constam no Regimento Escolar, sendo selecionados os conteúdos para que os alunos possam ter conhecimento prévio do que será cobrado. A escola comunicará com antecedência os alunos e seus responsáveis o procedimento próprio do processo, a fim de obter consentimento, caberá a mesma, instituir uma Comissão de Reclassificação, encarregada de elaborar relatórios, atas, documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados para que sejam arquivados na pasta individual de cada aluno. O aluno reclassificado deverá ser acompanhado pela equipe pedagógica quanto aos seus resultados de aprendizagem, tanto na série de reclassificação como em relação ao avanço para a série subsequente, visando possibilitar as intervenções pedagógicas necessárias. Será vedado o processo aos alunos de 8ª série (Ensino Fundamental).

Ao NRE caberá orientar e supervisionar os processos de reclassificação garantindo o cumprimento dos preceitos legais e éticos e das normas que o fundamentam.

3.9- A RELAÇÃO QUE SE ESTABELECE ENTRE OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA E OS DISCENTES

Como a educação é determinada pela estrutura social vigente, conforme afirma Saviani (1993), as formas de relacionamento entre professores e alunos varia de acordo com as concepções de ensino. Sabe-se que ao longo da História da Educação foram diversas as concepções e tendências que nortearam o trabalho e a função das escolas, e por consequência, dos profissionais que nela atuam. Assim, podemos concluir que a estrutura social define, mesmo que indiretamente, as relações entre professores e alunos.

Pensando na diversidade que atendemos hoje nas escolas, ou seja, a escola é um local privilegiado em reunir grupos bem diferenciados a serem trabalhados. Essa realidade acaba contribuindo para que, no conjunto de tantas vozes, as singularidades de cada aluno sejam respeitadas.

A relação que se estabelece entre os profissionais da escola e os discentes têm como característica fundamental o respeito mútuo. Tanto professores como equipe administrativa e pedagógica têm como objetivo a formação do aluno na sua totalidade, o professor se não deve preocupar somente com o conhecimento através da absorção de informações, mas também pelo processo de construção da cidadania do aluno.

O professor tem consciência de que seu papel é de facilitador da aprendizagem, aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos tentando levá-los à autorrealização. Ao mesmo tempo que por parte do aluno torna-se indispensável a disciplina e capacidade de seguir algumas regras básicas de convivência.

A relação educador-educando não deve ser uma relação de imposição, mas sim, uma relação de cooperação, de respeito e de crescimento. O aluno deve ser considerado como um sujeito interativo e ativo no seu processo de construção de conhecimento. Assumindo o educador um papel fundamental nesse processo, como um indivíduo mais experiente. Por essa razão cabe ao professor considerar também, o que o aluno já sabe, sua bagagem cultural e intelectual, para a construção da aprendizagem.

O conceito da afetividade também perpassa o ambiente escolar uma vez que alguns pensadores a consideram um requisito para a aprendizagem, na teoria de Henri Wallon, por exemplo, encontramos subsídios importantes no que diz respeito à dimensão afetiva do ser humano e como ela é significativa na construção da pessoa e do conhecimento. Para esse teórico, a afetividade e a inteligência são inseparáveis, uma vez que uma complementa a outra.

...não estamos falando da afetividade do professor para com determinados alunos, nem de amor pelas crianças. A relação maternal ou paternal deve ser evitada, porque a escola não é um lar. Os alunos não são nossos sobrinhos e muito menos filhos. Na sala de aula o professor se relaciona com o grupo de alunos. Ainda que o professor necessite atender um aluno em especial ou que os alunos trabalhem individualmente, a interação deve estar voltada para a atividade de todos os alunos em torno dos objetivos e do conteúdo da aula. (LIBÂNEO 1994, p.251).

Nesse sentido, acredita-se que uma das tarefas das equipes pedagógicas de qualquer escola, é a criação de estratégias eficazes, no sentido de promover uma formação continuada, a qual possibilite uma relação pedagógica significativa e responsável entre professores e alunos, garantindo a todos a melhoria no processo ensino aprendizagem. O pedagogo assume um papel importante ao estar sugerindo e direcionando um trabalho pedagógico que leve em consideração a afetividade e o respeito às diferenças.

4. MARCO CONCEITUAL

4.1. O PROJETO POLÍTICO SOCIAL

O Projeto Político Pedagógico do nosso estabelecimento define-se como uma ação coletiva, constituindo a expressão da autonomia da escola.

Nesse sentido, tomamos por base a realidade social, cultural e econômica do nosso educando, visando à formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo.

Para que isso ocorra, o Projeto Político Pedagógico deve ter objetivos e metas claras para atingir uma globalidade no seu contexto social e ser permanentemente objeto de reflexão e discussão em todo o ambiente escolar.

A prática do ensino que fragmenta o conhecimento em disciplinas estanque muitas vezes, dificulta e, às vezes, inviabiliza a compreensão destas realidades, o que acaba provocando alienação do educando sobre o seu próprio meio, portanto, dificultando-o de realizar ações transformadoras que visem melhorar a condição da qualidade de vida da sua comunidade.

Diante deste prisma a direção, professores, funcionários, conselho escolar, APMF e comunidade em geral, deverão ter clareza que o estabelecimento transcende a mera função de ensinar conteúdos, e deverão ser norteadores para uma escola pública de qualidade, visando o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar.

A escola deverá ter no centro das discussões a inovação, investigação e autonomia que permitindo a construção de sua identidade e exercendo seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e a participação, transformando-se num instrumento de libertação para todos.

É preciso revigorar o engajamento dos jovens no contingente de pessoas envolvidas na busca do crescimento próprio, do país e do mundo. Portanto, o educador deve possibilitar ao aluno a compreensão da realidade cultural, social e política, a fim de que se torne capaz de participar do processo de construção da sociedade – com perspectivas de um falar real, e não apenas científico. É preciso que surja um novo espaço para os saberes de cada um.

Se o exercício da cidadania se coloca como missão primordial para a educação escolar deve-se entender que a liberdade compreende a formação do homem social, participativo, responsável, político e produtivo. É a formação do homem capaz de estabelecer relações para além do individualismo e do seu egoísmo, e que compreende que seu conhecimento técnico, profissional, científico e intelectual só tem valor se socialmente necessário.

O processo educacional deve, portanto, ser um processo que introduz o indivíduo na atualidade histórica e social de sua época, possibilitando-lhe conhecer e relacionar-se com a realidade social e cultural. O conhecimento não pode ser morto e amorfo, mas vivo e dinâmico, levando o indivíduo a ser um agente de transformação e mudança, pois segundo LUCKESI (1984), "...o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações."

O educando se desenvolve à medida que torna propriamente sua, a experiência vivida não basta apenas que ele reproduza as informações, é preciso que ele as compreenda, manipule-as e as possa utilizar de modo flexível, transferível, multilateral.

Se desejarmos exercitar uma prática docente crítica, importa levar em conta objetivos políticos dessa prática, assim como princípios científicos e metodológicos que traduzam coerentemente a visão política que se tenha.

Portanto, para se exercitar a atividade de planejar torna-se necessária a posse de conhecimentos específicos, que possibilitem a melhor decisão sobre o que se pretende fazer e sobre o modo de atingir aquilo que se pretende.

O ato de planejar, através do Projeto Político Pedagógico, exige de nós um conhecimento seguro sobre o que fazer com a educação, quais seus valores e significados, devendo portanto, ser um ato coletivo, baseado no método da ação – reflexão – ação para só assim poder chegar a uma avaliação crítica do trabalho realizado, reciclá-lo e acrescentar-lhe novos conhecimentos convertendo-os em ação consciente, crítica e democrática capaz de transformar não somente a realidade, mas também os sujeitos nela inseridos.

4.2. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Esta instituição tem como proposta um currículo que retome a totalidade e a práxis como elementos constitutivos da formação humana.

A compreensão de currículo para uma escola transformadora deve ser de que este não é neutro nem deve se encontrar para além das discussões dos profissionais da educação e da sociedade.

O currículo é uma prática social e marca de forma definitiva o percurso formativo dos educandos na nossa sociedade, sendo também um terreno de disputas pela hegemonia, pois é desta discussão que se encaminham os projetos educativos de uma sociedade.

Segundo documento da SEED (2008), o currículo é [...] um produto histórico, resultado de um conjunto de forças políticas e pedagógicas que expressam e organizam os

saberes que circunstanciam as práticas escolares na formação dos sujeitos que por sua vez, são também históricos e sociais.

Sendo assim, ao optarmos por um currículo para a formação humana compreendemos que este precisa ser situado historicamente onde se possa introduzir sempre novos conhecimentos não se limitando apenas aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno mas que entende que o conhecimento formal traz outras dimensões ao desenvolvimento humano que vão além do uso prático; um currículo orientado para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento e que está, assim a serviço da diversidade.

A rede estadual de ensino do Paraná após ampla discussão entre os sujeitos da educação, elaborou suas Diretrizes Curriculares buscando manter o vínculo com o campo das teorias críticas da educação e com as metodologias que priorizem diferentes formas de ensinar, de aprender e de avaliar; além de adotar uma concepção de conhecimento que considera suas dimensões científica, filosófica e artística, enfatizando-se a importância de todas as disciplinas.

Para a seleção do conhecimento, que é tratado, na escola, por meio dos conteúdos das disciplinas concorrem tanto os fatores ditos externos, com aqueles determinados pelo regime sócio-político, religião, família, trabalho quanto as características sociais e culturais do público escolar, além dos fatores específicos do sistema como os níveis de ensino, entre outros. Além desses fatores, estão saberes acadêmicos, trazidos para os currículos escolares e neles tomando diferentes formas e abordagens em função de suas permanências e transformações.

Ainda com referência nas DCEs (2008), é importante destacar que embora se compreendam as disciplinas escolares como indispensáveis no processo de socialização e sistematização dos conhecimentos não se pode conceber esses conhecimentos restritos aos limites disciplinares. A valorização e o aprofundamento dos conhecimentos organizados nas diferentes disciplinas escolares são condição para se estabelecerem as relações interdisciplinares, entendidas como necessárias para a compreensão da totalidade.

Assim, o fato de se identificarem condicionamentos históricos e culturais, presentes no formato disciplinar de nosso sistema educativo, não impede a perspectiva interdisciplinar. Tal perspectiva se constitui, também, como concepção crítica de educação e, portanto, está necessariamente condicionada ao formato disciplinar, ou seja, à forma como o conhecimento é produzido, selecionado, difundido e apropriado em áreas que dialogam, mas que se constituem em suas especificidades.

4. 3- CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Para compreendermos o sentido da escola, sua função social e a natureza do trabalho educativo, precisamos antes entender em que tipo de sociedade estamos inseridos. Sempre que se exige a mudança da escola, a própria sociedade está em transição e precisa de outro tipo de educação. No mundo contemporâneo de intensa urbanização, as alterações são muito mais velozes do que nas comunidades tradicionais. Mesmo assim, não há sociedade estática: em maior ou menor grau, todas mudam, estabelecendo uma dinâmica que resulta do embate entre tradição e ruptura, herança e renovação.

A transformação produzida pelo homem pode ser caracterizada como um ato de liberdade, entendendo-se liberdade não como alguma coisa que é dada ao homem, mas como resultado da sua capacidade de compreender o mundo, projetar mudanças e realizar projetos.

A sociedade configura todas as experiências individuais do homem, transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo e recolhe as contribuições que o poder de cada indivíduo engendra e que oferece a sua comunidade. Nesse sentido a sociedade cria o homem para si. (PINTO, 1994)

4.4- CONCEPÇÃO DE HOMEM

Percebe-se de maneira cada vez mais evidente a necessidade de tornar coletiva a “ideia” do homem atual ao qual a escola pretende se dedicar enquanto instituição formadora / educativa.

Torna-se importante o reconhecimento da busca humana constante pelo aperfeiçoamento, pois o homem caracteriza-se pela insaciabilidade e é portanto insatisfeito permanentemente. Através desta busca surgem suas principais virtudes : a capacidade de tomar decisões e mudar, a capacidade de avaliar sua situação e a capacidade de permanecer na busca pelo que anseia.

Do ponto de vista antropológico é o homem como um ser de práxis, ou seja, um ser com características fundamentais, que o distinguem dos demais seres da natureza. Nesse sentido, pode se dizer que o homem:

- é um ser consciente- é sujeito
- sabe-se inacabado- é um ser em busca
- é solidário- um ser de relações
- é histórico- tem consciência de ter um passado e de possuir um futuro.

Existe, portanto, uma realidade social inegável onde cada indivíduo tem fundamental papel, acumulando e transmitindo experiências que vão preenchendo os espaços geográficos e históricos de sua existência, tornando- o um ser histórico-crítico-social, o qual convém a escola desenvolver, visando a competência e a criticidade, bem

como, a participação ativa e consciente, capaz de gerar mudanças significativas para construir uma nova realidade.

4.5- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade.

Assim como o ser humano, também a educação é um acontecimento sempre em transformação, seus objetivos e conteúdos variam ao longo da história e são determinados conforme o desdobramento concreto das relações sociais, das formas econômicas da produção, das lutas sociais.

A educação considera a interação de todos os aspectos da pessoa humana com a sociedade na qual está inserida. São múltiplos os conceitos estabelecidos sobre a educação, mas necessariamente, um conceito de educação considera o homem e a sociedade. Daí decorrem os questionamentos:

- Que tipo de homem desejamos obter com o produto do nosso trabalho?
- Que tipo de sociedade interage com este homem que pretendemos formar ?

Nesta instituição, pretendemos através das atividades educativas, se abrir para relações mais amplas entre o indivíduo e o meio humano, social, físico, ecológico, cultural e econômico, diversificando assim as formas de atuação, possibilitando maior interação entre esta instituição e a comunidade onde está inserida, pois compreendemos a educação como um processo que se baseia na reflexão sobre a realidade e, ao mesmo tempo, assimila suas necessidades e a crítica em suas inconsistências, agindo no sentido de entendê-la em muitos aspectos.

A função primordial da educação já não pode ser adaptar o aluno a uma ordem já existente fazendo com que assimile os conhecimentos e o saber destinados a inseri-lo em tal ordem, como procederam gerações anteriores, mas, ao contrário, ajudá-lo a viver num mundo que se transforma em ritmo sem precedente histórico tornando-o capaz de criar o futuro e de inventar possibilidades inéditas. (LUCKESI, 2005)

4.6- CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Por muito tempo a Pedagogia focou o processo de ensinar, no professor, supondo que, como decorrência, estaria valorizando o conhecimento. O ensino, então, ganhou autonomia em relação à aprendizagem, criou seus próprios métodos e o processo de aprendizagem ficou relegado a segundo plano.

Hoje se sabe que é necessário ressignificar a unidade entre aprendizagem e

ensino , uma vez que um não se realiza sem o outro.

Segundo FREIRE (1997):

Ensinar inexistente sem aprender e vice – versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar...Aprender precedeu ensinar ou em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender.

Daí a importância de conhecermos e refletirmos sobre o real significado do ensino e da aprendizagem que não se resumem apenas ao espaço da escola, mas estão presentes em diversos ambientes e situações como: em casa, na rua, no trabalho, no lazer, em contato com os produtos da tecnologia e no contato com a natureza.

Cada situação pode ser uma situação de ensino e aprendizagem, que consiste em ser capaz de indagar, pesquisar, procurar alternativas, experimentar, analisar, dialogar, compreender, ter uma atitude indagadora perante tudo o que se relaciona com a educação.

Aprender e ensinar são processos inseparáveis. Isto acontece porque o ato de ensinar “é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1995). Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários a sua formação e a sua humanização.

Nada mais democrático que ensinar com o compromisso que haja a aprendizagem por parte de todos os alunos. Contudo, a forma, o tempo e o entorno pelo qual se aprende, por parte dos sujeitos, são diferentes, isso deve ser considerado. Não se trata de negligenciar o que deve ser ensinado em nome das dificuldades do sujeito, deve-se sim, modificar as formas de mediação para que ele de fato aprenda.

É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existentes que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos (...) o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos (SEED/PR, 2005).

Para Vygotsky (1995) a aprendizagem é um processo histórico, fruto de uma relação mediada e possibilita um processo interno, ativo e interpessoal. “O conhecimento é, portanto, fruto de uma relação mediada entre sujeito que aprende e sujeito que ensina e o objeto de conhecimento. Os processos de produção do conhecimento permitem, ao aluno, sair do papel de passividade e fazer parte dessa relação, através do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, entre elas a linguagem.

Esta defesa de dimensão política da educação, da indissociabilidade entre o ensino e a aprendizagem, entre o fazer e o pensar, do movimento dialético de apropriação do

conhecimento que possibilite compreender o real em suas contradições, são algumas das muitas defesas da abordagem histórico cultural.

4.7- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Qualquer atividade que se exerça necessita, para alcançar o sucesso, ser bem planejada e avaliada criticamente, garantindo assim os seus resultados. De pouco adiantará iniciar e executar um trabalho, se não houver preocupação em avaliá-lo.

Com isso, pretendemos assumir a avaliação como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que este, possa avançar no seu processo de aprendizagem.

Nossa intenção não é a classificação ou a retenção de alunos, pois vemos a avaliação classificatória como um instrumento estático e freador no processo de desenvolvimento. Pretendemos pois, identificar o processo de compreensão e assimilação do saber pelo educando para a partir daí adotar medidas de caráter diagnóstico, visando sua emancipação e autonomia, voltadas para a construção do sucesso escolar e da inclusão como princípio e compromisso social.

A concepção de avaliação que fundamenta o nosso trabalho tem sua base no materialismo histórico dialético, de modo que a concepção de homem é a de ser histórico, produtor de sua existência, transcendência da natureza e portanto, livre no sentido de agir intencionalmente de modo a construir possibilidades não previstas, não naturais, optar por uma coisa ou outra, decidir entre o que é bom e o que não é.

Desse modo educa e educa-se, avalia e avalia-se também e assim transforma e se transforma, faz-se humano. Avaliar, portanto, é uma ação intencional, pois é trabalho, o qual contribui para “fundar a humanidade do homem junto com a postura ética, para lhe dar sustentação.”

A avaliação deve ser emancipadora que implica em garantir o acesso ao conhecimento por parte do aluno e avaliá-lo durante todo o processo de apropriação do saber.

A avaliação da aprendizagem será formativa diagnóstica, contínua permanente e cumulativa, dando ênfase aos aspectos qualitativos de aprendizagem e na atividade crítica de síntese e elaboração pessoal, respeitando sempre a realidade individual de cada aluno com base no crescimento para a autonomia. Sendo assim o processo avaliativo terá de situar-se e estar a serviço de uma pedagogia preocupada com a transformação social e não com a sua conservação, deve ser um ato acolhedor, interativo e inclusivo, não um ato de julgar e excluir . o acolhimento integra , o julgamento afasta.

A avaliação é a garantia do sucesso de toda a atividade da aprendizagem.

Cabe o senso crítico e à clareza de objetivos e valores do professor dividir a melhor forma de realizá-la, especialmente não reduzindo à simples verificação de resultados alcançados, mas considerando-a como o acompanhamento sistemático de todo o processo da tomada de decisões e da própria educação. (SCHIMITZ, 1993)

Compreende-se a avaliação como um referencial que gera parâmetros que devem ser previamente estabelecidos, descritos e conhecidos pelos alunos, favorecendo a transferência, a orientação do trabalho discente e a corresponsabilidade do aluno no processo de aprendizagem. Sabemos que devemos compreender que esses critérios caminham numa mesma perspectiva.

Sendo assim, os critérios de avaliação devem revelar na sua prática a relação coerente com a DCE, o PPP e o estabelecido no Plano de Trabalho Docente. Os critérios de avaliação devem ser previamente elaborados pelo professor a partir dos conteúdos estruturantes e específicos, propostos no PTD, apresentados aos discentes, e se necessário, adequá-los às necessidades educativas apresentadas no contexto do processo.

4.8- CONCEPÇÃO DE CULTURA

Podemos considerar que, de um ponto de vista antropológico, cultura é tudo o que o homem faz, seja material ou espiritual, seja pensamento ou ação.

A cultura exprime as variadas formas pelas quais os homens estabelecem relações entre si e com a natureza: como constroem abrigos para se proteger das intempéries, como organizam suas leis, costumes e punições, como se alimentam, casam e têm filhos, como concebem o sagrado e como se comportam diante da morte.

O contato do homem com a natureza, com outros homens e consigo mesmo é intermediado pelos símbolos, isto é, signos – arbitrários e convencionais - por meio dos quais o homem representa o mundo. Portanto, ao criar um sistema de representações aceitas por todo o grupo social, os homens se comunicam de forma cada vez mais elaborada.

Nesse sentido pode-se dizer que a cultura é o conjunto de símbolos elaborados por um povo em determinado tempo e lugar. Dada a infinita possibilidade de simbolizar, as culturas são múltiplas e variadas.

As diversas manifestações culturais são expressões diferentes de uma sociedade pluralista, e não tem sentido tecer considerações a respeito da superioridade de uma sobre outra, o que leva à depreciação, quando a avaliação é feita segundo parâmetros válidos para outro tipo de cultura.

O grande desafio está na abertura de oportunidades iguais, para que todos tenham acesso não só ao consumo ativo da cultura, mas também a sua produção. Para tanto é

necessário o esforço conjunto da sociedade, que não se restringe apenas ao espaço da escola, embora este seja importante. Nesses espaços, as atividades culturais devem ser realizadas não para as pessoas, mas com elas.

4.9- CONCEPÇÃO DE ESCOLA

O fato de a família encaminhar seus filhos à escola, não a exime de sua função principal de educadora. Antes a amplia. Através da escola, a família participa mais ampla e extensamente, não só nos problemas de seus próprios filhos, mas também nos dos outros.

Atualmente muitos autores discutem a existência ou a finalidade da escola. Entretanto, todos eles estão de acordo em que seja necessário que haja alguma forma de educação sistemática.

Com isso, acreditamos e vemos a escola como uma possibilidade de participação, socialização, desenvolvimento, integração, aquisição e aprofundamento do conhecimento nos diversos ramos do saber humano, bem como a preparação de novos membros para viver e se integrar na comunidade, para enriquecê-la e transformá-la, tornando-a cada vez melhor e mais humana.

Esperamos também, criar na escola um ambiente de discussão onde os educandos podem tomar consciência de suas aspirações e valores mais íntimos e mais legítimos, tomando decisões mais esclarecidas sobre sua vida, a partir de aprendizagens significativas.

Nossa escola pretende representar uma espécie de “consciência ativa” da própria comunidade, para alertá-la quanto aos seus valores, problemas e possibilidades, preparando seus elementos para que sejam membros renovadores e criativos nessa mesma sociedade. Tal atuação lhe dará mais força e consistência, porque os cidadãos assumirão com muito maior convicção e empenho os objetivos de sua comunidade, que se identificam com os objetivos das pessoas integrantes da sociedade.

Antes de qualquer coisa, a escola tem de conhecer o ambiente de onde provêm os alunos, para poder tratá-los de acordo com suas peculiaridades e características, não lhes oferecendo uma educação inadequada.

Concluimos, portanto, que a escola tem muito para oferecer, contanto que se prontifique a sair de seu isolamento e a considerar-se de fato um agente social da educação, uma colaboradora na tarefa ingente da educação das novas gerações. “Ainda que não mude o mundo, a escola pode ajudar o (a) estudante a melhor entender como o mundo opera, o que é condição indispensável para se operar nesse mundo.”(MOREIRA)

4.10- CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

Quando falamos em conhecimento, estamos designando o ato de conhecer como uma relação que se estabelece entre a consciência que conhece e o objeto conhecido, mas podemos também estar nos referindo ao produto, ao resultado desse ato, ou seja, ao saber adquirido e acumulado pelo homem.

O conhecimento humano não ocorre individualmente. Ele acontece no social gerando mudanças internas e externas no cidadão e nas relações sociais, tendo sempre uma intencionalidade. Ele também adquire diferentes formas: senso comum, científico, teológico e estético, pressupondo diferentes concepções, muitas vezes antagônicas que o homem tem sobre si, sobre o mundo e sobre o próprio conhecimento.

O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, mudando portanto a forma de interferir na realidade. Essa interferência traz consequências para a escola, cabendo a ela garantir a socialização do conhecimento que foi expropriado do trabalho nas suas relações. Conforme VEIGA, “o conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa- etária e aos interesses dos alunos”.(1995 p.27). Dessa forma, o conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos e generalizações, sendo portanto, o objeto de trabalho do professor.

Conhecer implica pois, fazer uma experiência e a partir dela ganhar consciência e capacidade de conceptualização. O ato de conhecer, portanto, representa um caminho privilegiado para a compreensão da realidade, o conhecimento sozinho não transforma a realidade; transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação (BOFF, 2000 p. 82).

4.11. CONCEPÇÃO DE CIDADÃO E DE CIDADANIA

O exercício da cidadania exige o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e participação responsável na vida social. Para que a escola atenda esses objetivos, torna-se necessário uma proposta educacional que expresse a busca da qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. A escola mais do que nunca é um espaço social privilegiado de construção de conhecimentos, significados éticos necessários e constitutivos das ações de cidadania, que de acordo com MARTINS, 2000 “... envolve um processo ideológico de formação de consciência pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres.” Assim sendo, exercemos nossa cidadania através de lutas contra as discriminações e contra as opressões e tratamentos desiguais.

É condição essencial da cidadania reconhecer que a emancipação depende fundamentalmente do interessado.

Portanto o grande desafio em nossa escola é dar condições aos educandos de se tornarem cidadãos conscientes, organizados e participativos do processo de construção político- social e cultural onde a educação constitui-se em um dos principais instrumentos de formação da cidadania e deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem a sua inserção na sociedade.

4.12- GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática, se efetiva com a consciência pedagógica sobre o administrativo, demonstrada pela participação dos integrantes da escola bem como a da comunidade visando a divisão de responsabilidades através do exercício da cidadania.

Desenvolver uma cultura de participação e comprometimento supõe um redimensionamento dos papéis tradicionalmente executados e a utilização efetiva de órgãos colegiados existentes na escola. Do ponto de vista da direção espera-se o exercício efetivo da liderança enquanto elemento integrador e catalisador dos esforços do grupo.

Conferir à escola maior poder de decisão é sem dúvida, livrá-la das amarras que constituem entraves à realização dos seus projetos, porém, isso implica aumento de responsabilidades para seus membros, sobretudo para o diretor. Espera-se dele um trabalho de articulação tanto em nível interno, com seus pares, como com a comunidade de pais e representantes legais da comunidade ou ainda com as lideranças locais, a fim de obter o apoio necessário para a execução dos projetos assumidos pela comunidade escolar. Sendo assim, a gestão da escola deve ser entendida como um processo que rege o seu funcionamento, compreendendo a tomada de decisões, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação referentes às políticas educacionais no âmbito da unidade escolar, com base na legislação em vigor e de acordo com as diretrizes fixadas pela SEED.

As relações com a comunidade escolar dimensionam os aparelhos de gestão participativa (eleição de diretor, Conselho Escolar, Conselho de Classe, dentre outros).

“Natural é criar instâncias e fazer parte delas. Extraordinário é exercer a direção coletiva.” (ADEMAR BOGO)

4.13- CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um colegiado constituído, de acordo com as normas estabelecidas pela SEED, por membro nato, por representantes dos pais, por representantes dos alunos e por representantes de outros segmentos representativos da

escola e da sociedade.

O Conselho Escolar terá natureza deliberativa, cabendo-lhe estabelecer para o âmbito da escola, diretrizes e critérios relativos a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, compatíveis com orientações e diretrizes, participando e se responsabilizando social e coletivamente pela implementação e deliberações.

As atribuições do Conselho Escolar definem-se em função das condições reais da escola, da organização do próprio Conselho Escolar e das competências dos profissionais em exercício na unidade escolar.

O Conselho Escolar é uma nova forma de organizar a gestão da escola através da divisão de responsabilidades. Através dele é possível ampliar as possibilidades de soluções dos problemas e reforçar compromissos, criando a possibilidade de mudança porque permite a união entre as pessoas. Com o auxílio do Conselho Escolar a escola também pode tornar-se mais justa pois nela estão representados os interesses dos diversos segmentos da comunidade.

Em nosso Colégio os membros do Conselho Escolar geralmente aparecem na escola quando são convocados e participam muito pouco das atividades escolares, principalmente no que diz respeito ao pedagógico.

Portanto constitui-se em desafio para a escola trazer o conselho escolar com mais frequência para o seu espaço, envolvendo-o mais diretamente nas atividades desenvolvidas, informando e conscientizando da importância de sua participação.

4.14- REPRESENTANTES DE TURMA

Em nosso Colégio os estudantes terão assegurado o direito de organizarem-se livremente com apoio da Equipe Pedagógica, para escolherem o seu representante através de eleição. Assim cada turma terá o seu representante que será o principal articulador entre a turma, a qual representa, e os profissionais que atuam no espaço escolar.

A formação política ajuda na gestão democrática através do poder de envolver os alunos em questionamentos e atividades que contribuem para o crescimento contínuo da Comunidade Escolar.

Percebemos também na escola o interesse de alguns alunos em implantar o Grêmio Estudantil, porém em discussão recente com professores e demais funcionários decidimos primeiramente buscar maiores informações ou experiências de sucesso que possam nos servir de referência na implantação do mesmo.

Sabemos da importância do Grêmio para a formação política de nossos alunos, portanto consideramos de fundamental importância que também os alunos estejam bem

informados sobre a função do Grêmio no espaço escolar não servindo apenas para organizar festas ou criticar sem fundamentos ou consciência política, mas que através dos seus representantes possam colocar sua opinião sobre os problemas da escola e propor soluções para ampliar a vida escolar e a comunidade em que vive.

Além dessa agremiação é papel da escola incentivar a organização de grupos de alunos em atividades artísticas e recreativas, estimulando os alunos a se envolver em ações de solidariedade e participação efetiva na gestão democrática da escola.

4.15- APMF – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS

É uma associação de representação dos pais, professores e funcionários da escola, sem caráter político, partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos. Tendo como objetivos principais: assistência ao educando, aprimoramento do ensino, integração família-escola-comunidade, melhoria do ensino e da adequação dos planos curriculares além de contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar.

Para atingir o objetivo acima exposto a APMF juntamente com o Conselho Escolar deverá mobilizar a sociedade para uma visão coletiva. Porém percebemos que os representantes da APMF em nosso Colégio participam muito pouco, falta iniciativa na atuação e definição propostas, geralmente aceitam o que já está colocado sem questionar. Na maioria das vezes agem assim pela própria cultura na qual estão inseridos. Esperamos poder contribuir para ajudá-los a participar mais mantendo-os informados das atividades do Colégio para que assim possam opinar e dar sua contribuição através de ações mais concretas.

A ação de mobilização inicia com propósito comum, levando a um consenso coletivo, que nada mais é que a escolha e construção de um interesse compartilhado, sem deixar de ser cada um de nós.

Uma escola solidária, livre e participativa só terá uma educação de excelência, pelo enriquecimento ou reforço curricular promovidas pela mobilização social, desempenhando um importante papel no desenvolvimento da plena cidadania. “Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar. É também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, e se amarrar nela.” (Paulo Freire)

4.16- CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe tem a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem. Através das informações referentes aos alunos serão discutidas no Conselho

de Classe, algumas alternativas possíveis de serem aplicadas aos alunos com defasagem na aprendizagem ou ainda com problemas que impeçam o bom rendimento dos mesmos.

O Conselho de classe tem como atribuições analisar as informações sobre conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e práticas avaliativas, bem como propor formas diferenciadas de ensino, estabelecendo mecanismos de recuperação concomitantes ao processo de aprendizagem.

Vemos portanto, o Conselho de Classe como um momento de reflexão de toda a prática educativa, onde professores, alunos e demais envolvidos no processo educativo, discutem suas dificuldades e levantam alternativas. Como afirma HOFFMANN: "... não basta discutir a manutenção ou não dos Conselhos de Classe, mas o seu significado. Não é o fato que está em questão, mas a sua concepção". Pois avaliar o que realizamos é importante não só para a escola. É necessário para todos os segmentos da sociedade, do individual ao mais complexo agrupamento. É a oportunidade de discutirmos, à luz dos objetivos propostos, as dificuldades enfrentadas, a parcela de responsabilidade de cada um em todo o processo e principalmente estratégias que serão adotadas para que todo o conjunto alcance seus objetivos.

Durante o Conselho de Classe será realizada uma ata descritiva na qual serão registrados: um parecer da turma, relação de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e defasagem de conteúdos, as linhas de ações relativas a tais dificuldades, o número de faltas quando considerável e em alguns casos o comportamento, quando intervir no processo ensino aprendizagem.

Em uma etapa posterior, os alunos relacionados na ata elaborada no Conselho de Classe realizado com os professores serão chamados pela equipe pedagógica para discutir suas dificuldades, dúvidas e sugestões buscando a partir delas alternativas para repensar sua situação e assumir a responsabilidade de solucionar os problemas levantados. Esta etapa deve ser estendida aos pais através de reuniões, incentivando a discussão e reflexão sobre o processo educativo como um todo, fazendo sentirem-se como parte essencial desta escola.

Para os alunos é de fundamental importância avaliar a própria aprendizagem e se tornar protagonista no processo educativo, uma vez que todas as discussões realizadas no Conselho de Classe serão socializadas com os alunos e posteriormente com os pais, como citado anteriormente.

A partir das discussões realizadas no Conselho de Classe os professores terão a oportunidade de realizar uma autocrítica, buscando alternativas de ações metodológicas, que levem a realização dos objetivos primeiros de sua atuação enquanto docente. Será possível também a idealização de adaptações curriculares para alunos com maiores dificuldades ou até avaliados no contexto escolar para atendimento especializado em Sala

de Recurso.

Durante o Conselho de Classe as relações interpessoais são favorecidas bem como a comunicação entre professores, alunos e gestores, pois é um momento de debate coletivo onde se tornam significativas as trocas de experiências entre os professores que poderão propor ações que para determinados alunos deram resultado positivo em determinado momento e/ou situação.

A coordenação dos Conselhos de Classe fica a cargo da orientadora educacional, que tem papel fundamental na condução dos encontros procurando fazer com que se tornem fórum de análise sobre as condições que a escola e as aulas devem assegurar para favorecer a melhoria do desempenho dos alunos, e não somente um momento de discussão retrospectiva do comportamento e notas do aluno no decorrer do período .

4.17- CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO NO CONSELHO DE CLASSE

- Avanços obtidos na aprendizagem;
- Trabalho realizado para que o aluno melhore a aprendizagem;
- Desempenho do aluno em todas as disciplinas;
- Acompanhamento do aluno no ano seguinte;
- Situações de inclusão;
- Questões estruturais que prejudicam o aluno (ex. Falta de professores sem reposição);
- Não há nota mínima estabelecida: todos os alunos que não atingiram média para aprovação devem ser submetidos à análise e decisões do Conselho;
- Não há número de disciplinas para aprovar ou reprovar. Mesmo que o aluno tenha sido reprovado em todas as disciplinas o que está em análise é sua possibilidade de acompanhar a série seguinte;
- Questões disciplinares não são indicativos para reprovação. A avaliação deve priorizar o nível de conhecimento que o aluno demonstra ter e não suas atitudes ou seu comportamento;
- Ter sido aprovado em conselho de classe no ano anterior não quer dizer que não possa ser novamente aprovado no ano seguinte.

4.18- DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO

No espaço democrático como é o ambiente escolar é necessário respeitar a diversidade, pois cada pessoa é um ser único e as mudanças de atitude por si só não

promovem a transformação. São necessárias uma rede de apoio ao aluno, aos profissionais e a família, principalmente o comprometimento da comunidade escolar.

De acordo com documento produzido pela SEED, a escola deve optar por uma inclusão responsável para assim enfrentar este desafio – o da inclusão escolar – repensando e reestruturando as políticas e estratégias educacionais de maneira a não só criar oportunidade efetivando o acesso para os educandos com necessidades educacionais especiais, mas garantindo condições indispensáveis para que possam não apenas estar na escola, mas sim, aprender.

A elaboração de um PPP inclusivo deve assegurar educação escolar que propicie respostas educacionais a todos os alunos, inclusive àqueles que apresentam Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento(TDG) e Altas Habilidades/Superdotação atendidos pela Educação Especial. O aluno com necessidades educacionais especiais deve ser inserido, preferencialmente, na escola regular com currículo adaptado para atender às suas necessidades individuais e as necessidades gerais da classe. A rede regular de ensino deve prever a rede de apoio à inclusão, no espaço físico da escola ou em espaços os mais próximos possíveis da mesma, onde o aluno receba o atendimento educacional especializado (AEE) sempre que necessário.(SEED, 2010)

Diante disso, compreendemos a inclusão educacional não apenas como a presença física, acessibilidade arquitetônica ou a matrícula, por isso necessitamos de uma rede de ajuda e apoio aos educandos, educadores e familiares. Essa rede de apoio precisa ser implantada e implementada com profissionais nas diversas áreas, o que ainda não é realidade em nossas escolas e tem dificultado o trabalho dos professores que não possuem formação específica para compreender e adotar atitudes inclusivas.

Neste sentido, torna-se necessário reflexão e estudos para que nós educadores possamos adquirir uma nova definição/concepção sobre temas como inclusão e diversidade, pois, são vários fatores incluindo uma gama de significados de olhares e formas, relações do “eu”, os “outros”e desta instituição escolar que definirão a realidade.

Visando a tendência das políticas educacionais da SEED, “escola para todos”, é importante que nossa instituição adote um sistema educacional que atenda e reconheça as diferenças individuais, bem como, as respeite na tentativa de adaptar-se as particularidades dos educandos, construindo um espaço dialógico no qual as diferenças se complementam tornando o currículo aberto e flexível.

Dentro de toda problemática que envolve a diversidade cultural surge, portanto a necessidade de saber como compreender o outro, o diferente no seu mundo de cultura, sem excluí-lo por antecipação, por isso através de análises e discussões realizadas consideramos importante conhecer antes de fazer julgamentos. E no que diz respeito ao professor, em sua prática pedagógica, é preciso conhecer o meio em que os alunos estão inseridos, para atender as diferentes culturas presentes na sala de aula.

No cotidiano escolar e social muitos preconceitos revelam-se, em geral através da

linguagem, do discurso ou de comportamentos e gestos, os quais podem ser identificados no conteúdo de dança, trabalhado em Educação Física e Arte - onde há preconceito com os meninos que dançam. Também existe discriminação referente ao local de origem das pessoas que vivem na cidade ou no campo, sendo muitas vezes chamados de “vileiros”, “favelados,” “colonos” dentre outros. Destacamos também o preconceito com relação a cor da pele, padrão de beleza, etnia, grupo social, gênero, religião e faixa etária.

Em nosso estabelecimento de ensino presenciamos esses problemas, que são visíveis através dos educandos e de suas famílias que enfrentam as desigualdades sociais, culturais, afetivas econômicas, que, por inúmeros motivos se evadem da escola.

Diante disso, em sala de aula, os educadores podem utilizar-se de recursos como dinâmicas, trabalhos em grupo, atividades lúdicas e entrosamento através de conversação ou diálogos que possam auxiliar no trabalho para que a prática pedagógica venha a ser heterogênea, lembrando que as diferenças e desigualdades não desaparecem, mas podem ser amenizadas quando compreendidas. Salientamos que neste estabelecimento de ensino não há registro de matrículas de descendentes da cultura indígena, mesmo assim nossos educandos e os profissionais que aqui atuam reconhecem a importância histórica dessa cultura na sociedade brasileira valorizando-a e respeitando-a.

Outro fator relevante é a dificuldade de aprendizagem, que vem através de anos em que o educando esteve presente na escola, mas que por vários fatores não se apropriou do conhecimento científico estabelecido. Vale ressaltar que a partir do ano de 2005, o colégio oferece salas de apoio e de recursos, com profissionais habilitados, na tentativa de aumentar o número de inclusos, pois é do nosso conhecimento que cada sujeito tem sua identidade determinada pelo contexto social histórico em que sua existência é produzida, o qual deverá ser respeitado.

Nossa tarefa enquanto escola é procurar atender a diversidade social, cultural e econômica na busca da inclusão para todos os indivíduos, e nosso maior desafio é criar uma proposta de ensino que valorize e reconheça práticas culturais destes indivíduos sem perder o conhecimento produzido por eles.

Enquanto educadores éticos, necessitamos de preparação técnica e científica para não “podar” a curiosidade do educando, domesticando-o. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.”

Existem valores que são condicionados à história, à cultura, ao espaço ou à formação de cada indivíduo e isto faz com que adote posturas eticamente incoerentes, ou seja, para aquele indivíduo, naquele momento e contexto, podem até ser julgados como moralmente corretos mas transgridem os princípios éticos de nossa existência tornando-se em um ato discriminatório muitas vezes presentes no espaço escolar e um dos principais

fatores de exclusão.

Acreditamos, portanto, que enquanto professores precisamos respeitar a dignidade do educando, sua autonomia e identidade através de uma prática educativa voltada às condições sociais, culturais e econômicas da comunidade escolar da qual fazemos parte. Reconhecemos também a necessidade de uma reflexão crítica permanente sobre a prática realizada, ou seja, uma auto-avaliação do próprio fazer com os educandos, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos. “A prática docente especificamente humana, é profundamente formadora, por isso, ética”.(Freire, 1996).

4.19- O FUNCIONÁRIO E SUA ATUAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

Os funcionários da escola participaram de vários momentos de capacitação que tinham como objetivo refletir sobre as questões legais e históricas que sustentam a sua atividade.

Diante disso surgiram as questões referentes ao seu papel dentro da instituição como um educador não docente, participando da implementação do PPP e da gestão democrática, visando com que os objetivos a que a escola se propõe sejam alcançados.

Os profissionais enquanto educadores, atuam na transmissão de valores, zelo e respeito, através, principalmente, de exemplos. Sendo assim, têm participação ativa na formação do cidadão, consciente dos seus direitos e deveres.

Os profissionais da educação, funcionários de escola, vêm buscando aperfeiçoar-se continuamente em sua função, com vista no plano de carreira (Lei 123/08), pois os princípios e garantias estão pautados na valorização do funcionário, buscando reconhecimento da carreira, qualidade da educação, gestão democrática, vencimento digno, resultando também em melhoria da qualidade de vida.

O plano de carreira dos funcionários de escolas públicas classificou estes profissionais em dois cargos, sendo Agente Educacional I e Agente Educacional II. Através do desempenho das suas funções é dado suporte a todo o trabalho desenvolvido na escola, desde as atividades do professor em sala de aula, conservação e zelo com o patrimônio e recursos da escola até a documentação e questão legal que dá sustentação a instituição de ensino.

A efetivação da gestão democrática só se realizará com a participação de toda a comunidade escolar, abrindo-se assim, espaço para o debate e a troca de experiências, no sentido de melhorar o ambiente de trabalho, tornando-o mais construtivo e respeitoso.

O primeiro passo para a tomada de consciência e participação no PPP é o seu pleno conhecimento por parte de toda a comunidade escolar. A partir daí, todos tem condições de opinar e avaliar o seu conteúdo, bem como agregar conhecimentos úteis para

o aprimoramento do mesmo.

Isso significa dizer que a construção do Projeto Político Pedagógico só pode acontecer a partir da ação empreendida pelo coletivo escolar. Considerando que todos os integrantes da escola são protagonistas do processo educativo, torna-se imprescindível a construção de uma prática de trabalho coletiva, comprometida com a qualidade da educação. (SEED, 2010)

O PPP precisa necessariamente ter a cara da escola e contemplar toda a sua comunidade, dedicando a todos sua devida importância, sem minimizar a relevância dos papéis dos seus componentes. A partir deste ponto fica mais fácil saber que rumo tomar e trilhar uma caminhada rumo ao sentido central e objetivo maior da escola, que é o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, todos juntos, por um objetivo comum.

A segunda ação, é a interação entre direção, equipe pedagógica, professores e funcionários, através do trabalho em equipe, da interação entre todos e da quebra de velhos paradigmas e modelos culturais, onde cada um está de um lado, com separações distintas, passando para um novo modelo, todos reunidos, lutando pela mesma causa, empunhando a mesma bandeira e falando a mesma linguagem, defendendo os interesses coletivos e deixando de lado a individualidade.

5. MARCO OPERACIONAL

5.1- PLANEJAMENTO DE AÇÕES DA ESCOLA

Nosso Colégio vem procurando melhorar o desenvolvimento de sua atuação como instituição educacional tendo como principal meta o ensino-aprendizagem efetivo, para isto muitas conquistas e avanços notam-se no histórico de nossa instituição, baseados em princípios sólidos de democratização do ensino e priorização da aprendizagem. Persistem alguns problemas de ordem estrutural que esperamos ainda resolver, temos para isto um planejamento de ações, visando mudanças significativas a serem alcançadas.

Um dos maiores desafios que tínhamos referia-se a pouca ou quase nula participação dos pais na vida escolar de nossos alunos, e notoriamente houve uma reversão deste quadro, contamos hoje com a presença maciça de pais e responsáveis em reuniões propostas pela direção ao longo do ano, os profissionais se sentem motivados a buscar parceria com as famílias, já que a resposta tornou-se positiva.

Buscaremos ainda a maior participação do Conselho Escolar, que não contempla o esperado, e que poderia estar respaldando muitas das ações de enfrentamento que ocorrem na escola no dia a dia, participando inclusive do Conselho de Classe. Portanto necessitamos de uma participação e atuação de pais e comunidade, representados pelos órgãos colegiados, mais presente.

5.2- GESTÃO

Há uma constante preocupação com o tipo de gestão que tem se efetivado na escola, pois procuramos uma maior participação dos órgãos colegiados, o que sugere maior caracterização da Gestão Democrática que deve acontecer no ambiente escolar.

[...] a gestão democrática na escola pública valoriza a participação de seus segmentos constitutivos, entendendo que o funcionamento da escola, exige uma relação ao mesmo tempo objetiva, pela via da definição de ações, como uma relação subjetiva, pela qual os sujeitos, movidos por suas próprias percepções, conferem ao processo de tomada de decisões as suas impressões. Entretanto, resta-nos saber que defini-las, no coletivo escolar, remete necessariamente a um planejamento, entendido como uma ação racional, intencional, estruturada e coordenada, pela qual se propõe objetivos, ações e suas formas de provimento, avaliação, etc. (PARANÁ, 2008a, p. 4)

A escola, ao construir seu Plano de Ação, deve definir ações a serem realizadas a curto prazo e organizá-lo coletivamente, já que a gestão democrática implica uma tomada de decisão coletiva nas ações de natureza imediata, proporcionando condições didático-pedagógicas para a realização e concretização do Projeto Político Pedagógico.

Como afirma Ferreira (2004, p. 1241) gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades.

5.3- CONSELHO ESCOLAR, CONSELHO DE CLASSE, APMF E GRÊMIO ESCOLAR

O redimensionamento da Gestão Democrática compreenderá a busca por uma maior participação do Conselho Escolar, como já dito anteriormente. A escolha deste conselho está sendo feita a cada dois anos através de reunião e eleição, porém sentimos a necessidade de torná-lo mais atuante no que diz respeito aos problemas enfrentados no ambiente escolar, para os quais seria preciso uma tomada de decisão coletiva, pois em algumas situações torna-se imprescindível a participação deste conselho representativo dos pais.

Buscamos também a re-significação do Conselho de Classe, onde questões de ordem comportamental ainda são postas em discussão durante o mesmo, entendemos que sua importância é fundamental para o estabelecimento de ensino, pois é uma instância avaliativa que analisa, discute e delibera sobre os processos de ensino aprendizagem, tornando-se assim parte integrante do processo de avaliação desenvolvido no decorrer do ano letivo. Precisamos redefinir as práticas pedagógicas a partir de definições feitas durante os Conselhos de Classe e superar a fragmentação do trabalho escolar, que ainda persiste apesar de todas as discussões já realizadas em reuniões pedagógicas.

A APMF tem sido geridora dos recursos recebidos pela escola, sua função vai além disso, porém precisamos torná-la mais participativa.

O Grêmio Estudantil está inativo, pois os alunos que receberam instrução para criação do mesmo já saíram da escola e não houve interesse por parte dos demais em dar continuidade aos trabalhos iniciados. O funcionamento produtivo e enriquecedor do Grêmio Estudantil é um desafio para a direção desta instituição.

5.4- SISTEMA DE AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO

Em concordância com nossas concepções já descritas anteriormente, a avaliação tem a função de diagnosticar o nível de apropriação dos conhecimentos pelos alunos, dar-se-á como uma prática pedagógica intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem, será contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares

cursados, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, devendo ser coerente com os pressupostos das diversas disciplinas. Os instrumentos de avaliação deverão estar adequados a metodologia de ensino do professor, descrita na Proposta Pedagógica Curricular e no Plano de Trabalho Docente, e conhecidos pelos alunos, o que favorece sua corresponsabilidade no processo de aprendizagem.

Estabelecemos ainda, uma porcentagem da nota para trabalhos e outra para avaliações propriamente ditas, o qual caracteriza o Sistema de Avaliação definido pelo coletivo da escola e regimentado.

Quanto ao resultado do processo avaliativo, servirá de reflexão sobre a ação pedagógica, de forma que a escola possa se reorganizar, ou seja, os critérios de avaliação poderão ser adequados às necessidades educativas apresentadas no decorrer do processo.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem referente a cada avaliação realizada no período, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Isto permite que todos os alunos tenham oportunidades de apropriar-se do conhecimento acumulado por meio de metodologias diversificadas e participativas.

O processo de recuperação deverá acontecer com a retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação e em seguida pela reavaliação do conteúdo já retomado em sala de aula.

Os pais e /ou responsáveis poderão acompanhar todo o processo avaliativo através de visitas à escola sempre que achar necessário, bem como ter acesso aos documentos que regularizam a forma como ocorre a avaliação na escola, os quais estão expressos no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica Curricular.

A escola também passa por uma avaliação dos resultados obtidos a cada ano, esta é denominada de Avaliação Institucional, é feita uma análise dos índices de aprovação, reprovação e abandono, bem como são sugeridos novos direcionamentos que venham a melhorar o andamento da escola como um todo.

5.5- AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR

Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida

Com base nas diretrizes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, que contemplam a articulação, integração e conscientização de todos os envolvidos no processo de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, a Coordenação de Gestão Escolar e com o apoio do Ministério Público do Estado do Paraná, apresenta o

Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida.

Com este programa, a Secretaria busca confirmar a concepção democrática da escola como direito de todos. Não apenas um direito legal, com a preocupação em situações que impeçam a permanência ou o acesso de crianças e adolescentes na escola.

A escola tem papel fundamental no combate à evasão escolar, pois o aluno está diretamente vinculado a ela em seu dia-a-dia. É necessário que a escola tome todas as iniciativas que lhe cabem, visando à permanência do aluno no sistema educacional, conscientizando-o da importância da educação em sua vida e para seu futuro, mantendo contato frequente e direto com os pais ou responsáveis, enfatizando a sua responsabilidade na educação dos filhos, encaminhando aos órgãos competentes casos que não foram resolvidos pela escola, ou casos recorrentes de evasão.

O Colégio tem desenvolvido suas ações conforme propõe o programa, buscando sempre estar atento às faltas dos alunos, enviando bilhetes, telefonando quando possível, visitando a residência, convocando os pais, na busca para encontrar a solução do problema e, quando a escola já tomou todas as providências necessárias e não obteve êxito, é enviado a ficha do FICA aos órgãos competentes.

O Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida foi concebido pela Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Ministério Público. Seu objetivo maior é garantir que nenhuma criança fique fora da escola, impedindo que os números da evasão escolar, motivada por vários fatores históricos, sociais e mesmo educacionais, continuem a crescer.

A Ficha de Comunicação do Aluno Ausente - FICA é um dos instrumentos colocados à disposição da escola para a sistematização de ações de combate à evasão escolar. No sistema de operacionalização da FICA o principal agente desse processo é o professor, na medida em que, constatada a ausência do aluno por 05 (cinco) dias consecutivos ou, então, 07 (sete) alternados no período de um mês, esgotadas as iniciativas a seu cargo, o professor comunicará o fato à equipe pedagógica da escola, que entrará em contato com a família, orientando e adotando procedimentos que possibilitem o retorno do aluno.

Recebendo a notícia (mediante a entrega, pelo professor, do formulário próprio), o pedagogo preenche imediatamente as três vias da FICA, comunicando o fato à direção da escola. A direção, juntamente com a equipe pedagógica e com o Conselho Escolar realiza, no prazo de cinco dias, contato com o aluno e sua família, buscando viabilizar o retorno daquele à escola. Não obtendo êxito, encaminha tal documento ao Conselho Tutelar (ou, na falta deste, ao Juiz da Infância e Juventude), arquivando a 2ª via na escola. Transcorridos 10 dias do encaminhamento da FICA ao Conselho Tutelar, não obtendo resposta, o Ministério Público deverá ser imediatamente comunicado.

O motivo das faltas são em relação a dificuldades com família, alunos, escola, políticas públicas e/ou outras, e, são descritas nas Fichas FICA enviadas ao Conselho Tutelar, na maioria dos casos há o retorno dos alunos ao ambiente escolar.

5.6- AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS, A VIOLÊNCIA E A INDISCIPLINA NA ESCOLA

Patrulha Escolar

A Patrulha Escolar Comunitária é a alternativa inteligente que a PMPR encontrou para assessorar as comunidades escolares na busca de soluções para os problemas de segurança encontrados nas escolas. Problemas esses que se faziam presentes em quase todos os estabelecimentos de ensino e que em uns, mais que em outros, determinavam comprometimento na segurança dos alunos, professores, funcionários e instalações dos estabelecimentos.

O trabalho realizado pela Patrulha Escolar é muito importante para nossa escola, pois temos problemas referentes às:

- Instalações Físicas Inadequadas: O acesso às dependências da escola é fácil e possível a qualquer um a qualquer momento do período de aula, devido a junção entre escola municipal, creche, Ensino de Jovens e Adultos(à noite) , Colégio Estadual, atendimento odontológico, entrega do leite (programa do Estado), Funcionamento de projetos tais como Segundo Tempo, entre outros.

- Arena de conflitos interpessoais e intergrupais: A escola por ser o centro das aglomerações e das movimentações de pessoas nos horários de aula na comunidade, passa a ser arena de muitos conflitos, principalmente aqueles que para se solucionarem ou mesmo se fortalecerem necessitam de opiniões externas. E o maior palco tornou-se o ambiente escolar. Alguns conflitos iniciados na comunidade acabam por interferir no ambiente escolar.

Cabe aos educadores a formação e instrução dos cidadãos. A PMPR é a instituição estadual mais especializada nas questões de segurança. Destes conhecimentos nasceu a Patrulha Escolar Comunitária que visa assessorar os estabelecimentos de ensino para restabelecer e manter a ordem e a segurança. Para tanto organiza seus trabalhos em cinco etapas:

I. Análise das instalações físicas com orientações em sua estrutura e utilização que possam proporcionar a segurança das pessoas que frequentem o estabelecimento;

II. Diagnóstico da realidade própria de cada comunidade escolar através da aplicação de dinâmicas aos pais, professores, funcionários e alunos de cada escola, que ao final indicará o compromisso de cada segmento e determinará o plano de ação e o plano de palestras necessário para a mudança da realidade encontrada ao início dos trabalhos;

III. Concretização do plano de ação, pela comunidade escolar;

IV. Concretização do plano de palestras pela PMPR e SEED;

V. Elaboração do Plano de Segurança por comissão representativa de todos os segmentos da comunidade escolar, descrevendo e registrando todas as providências tomadas para se atingir as melhorias que o foram ao final dos trabalhos;

A participação efetiva de todos as autoridades locais juntamente com a comunidade escolar nas reflexões sobre a realidade não desejada, as soluções para mudanças e o compromisso de cada um para juntos se chegar à realidade projetada é a retomada para a conquista do sentimento de segurança e das rédeas do crescimento social. O processo educativo deve ser constante e certo para que os resultados sejam satisfatórios.

5.7- PROGRAMAS QUE A ESCOLA PARTICIPA OU DESENVOLVE:

5.7.1- Projeto Fera Com Ciência

O Projeto Festival de Arte da Rede Estudantil (FERA) e o Projeto Educação Com Ciência mobilizam estudantes, professores, artistas e representantes da comunidade em suas atividades artístico-culturais, propiciando o enriquecimento na formação de alunos e professores e o aprimoramento da expressão de sua criatividade. O Projeto Educação Com Ciência oferece aos estudantes em todas as suas edições, a oportunidade de divulgação de trabalhos de natureza científica e tecnológica, incentivando a curiosidade e a pesquisa. Ambos os Projetos estimulam o aprendizado de conteúdos curriculares e a produção cultural e despertam na comunidade educacional o interesse pela cultura, pela arte e pela ciência, fortalecendo-a para estender o conhecimento adquirido a todos os domínios da vida. Os projetos foram integrados tornando-se Fera Com Ciência.

Nossa instituição participa com representantes de professores e alunos, que acabam por tornarem-se multiplicadores do conhecimento adquirido nas oficinas e palco de apresentações, o que enriquece ainda mais nossa prática pedagógica.

Os professores que tem interesse em desenvolver projetos para apresentarem nos estandes podem estar se inscrevendo, bem como para aplicar oficinas ou participar delas. Os trabalhos apresentados no Fera Com Ciência devem ser resultantes de ações pedagógicas curriculares e de complementação curricular desenvolvidas na escola que tem

como enfoque o conhecimento das diversas disciplinas curriculares, em consonância com as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Paraná.

O Fera Com Ciência é um evento com apresentações de teatro, dança, música, ginásticas, brinquedos e brincadeiras, cinema e vídeo, rádio escola, lutas, exposição de artes visuais, demonstrações de experimentos, jogos e esportes, bem como as atividades de exposições dos trabalhos resultantes das demais disciplinas da matriz curricular, a fim de contemplar o conhecimento escolar de forma ampliada.

O Fera Com Ciência articula-se à Semana Cultural que acontece na escola. Além de ser um espaço de socialização das atividades curriculares e de complementação curricular, desenvolvidas no Programa Viva a Escola, é também, importante estratégia para fomentar e incentivar, por meio de oficinas pedagógicas, o desenvolvimento de novas propostas a serem desenvolvidas por professores e alunos no Programa Viva a Escola.

Objetivos do Fera Com Ciência

1. Promover o intercâmbio com a cultura regional para enriquecimento do currículo escolar;
2. Incentivar a prática de estudos e pesquisas como espaço para iniciação científica, filosófica e artística;
3. Socializar os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos produzidos nas escolas públicas do Estado do Paraná.
4. Divulgar experiências pedagógicas realizadas em sala de aula no decorrer do ano letivo;
5. Organizar exposições e apresentações de trabalhos com fins demonstrativos;
6. Oportunizar o contato com a comunidade científica, artística e cultural;
7. Desenvolver o espírito crítico e criativo;
8. Oportunizar a comunidade escolar a discussão de problemas sociais e políticos.

5.7.2- Semana Cultural

A semana cultural articula-se ao Fera Com ciência e deverá ser entendida como um momento de socialização de atividades curriculares e de complementação curricular, mostrando ações investigativas desenvolvidas na escola.

A Semana Cultural, entendida como Mostra de Conhecimento, é um importante espaço de socialização dos resultados das investigações de cunho científico, filosófico e artístico. As disciplinas que compõem a matriz curricular e todas as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Viva a Escola tem contribuições importantes para a realização da Semana Cultural.

Organização da Semana Cultural

A Semana Cultural, será realizada na mesma data da realização do Fera Com Ciência. Sua efetivação será de responsabilidade da direção, equipe pedagógica, professores e alunos da escola, que deverão compor uma comissão organizadora.

O tema a ser desenvolvido na Semana Cultural será o mesmo do Fera Com Ciência. A escola poderá compartilhar junto a outras escolas os trabalhos realizados para esta semana. O mesmo trabalho poderá ser apresentado por grupos diferentes de alunos, na Semana Cultural e no Fera Com Ciência do NRE.

5.7.3- Conferência Infanto-Juvenil do Meio Ambiente e Política Nacional de Educação Ambiental

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Tem como objetivos fundamentais o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, garantindo a democratização das informações ambientais, estimulando e fortalecendo uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, incentivando à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania. Em nossa instituição a educação ambiental será desenvolvida através de uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todas as séries e não sendo implantada como disciplina específica no currículo de ensino. Com relação à Conferência Infato-Juvenil para o Meio Ambiente, o Colégio em sua tarefa de sensibilizar e formar cidadãos com espírito científico, procura tornar-se um centro de produção (não só de reprodução) do conhecimento, com pesquisas em ciências humanas e biológicas, provocando a reflexão, incentivando o debate, o raciocínio e a capacidade de aprender de forma continuada e permanente.

5.7.4- Programa Viva a Escola

Neste programa o colégio possui três modalidades de oficinas: esportes, jogos e

mídias, os quais possuem o nome de Esporte na Escola, Jogos Matemáticos e Jornal Escolar, respectivamente.

a) Esporte na Escola

- **Justificativa:** Este projeto tem o intuito de resgatar a prática de atividades esportivas em caráter educacional, garantindo aos alunos o direito de acesso e de reflexão sobre as práticas esportivas, permitindo a recriação dessa prática corporal, contribuindo para o lazer dos indivíduos envolvidos, através das relações sociais, ocupando o seu tempo livre, para oferecer aos mesmos melhoria na qualidade de vida através da prática de esportes.

- Conteúdos:

- Conteúdo Estruturante – ESPORTE
- Conteúdo Básico – FUTSAL
- Conteúdos Específicos:
 - Influência do esporte na sociedade brasileira;
 - Esporte para competição e esporte para o lazer;
 - Jogos cooperativos;
 - História do futsal;
 - Jogos recreativos;
 - Jogos predesportivos;
 - Regras para o jogo de futsal.

- Objetivos:

- Possibilitar a capacitação do educando para sua participação na vida social, cultural, esportiva, de conhecer, reconhecer e problematizar sentidos e significados nesta vida através da reflexão crítica, contribuindo assim com a possibilidade dos sujeitos agirem de forma autônoma e efetiva no processo de formação pessoal e da sociedade.

- Desenvolver a capacidade de atuar em equipe;
- Fundamentar as ações e os resultados na honestidade e na justiça;
- Inovar com criatividade, flexibilidade e capacidade de adaptar-se a novas situações;
- Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades, buscando a formação moral e construção da cidadania;
- Melhorar as condições de saúde física e psicológica através do esporte;
- Possibilitar uma melhoria na qualidade de vida através do esporte;

- Promover a inclusão social dos adolescentes.

- Encaminhamentos Metodológicos:

Este projeto pretende desenvolver um trabalho voltado para atividades que permitam ao educando a sua formação através da ampliação de sua visão de mundo por meio da cultura corporal, valorizando a cultura local, com diálogo constante, buscando a ampliação do conhecimento.

A prática pedagógica deve direcionar as aulas, proporcionando aos educandos a problematização, através do conhecimento prévio, que ele possui para então serem debatidos para a busca da construção do conhecimento escolar.

Através do Futsal podemos pensar o esporte enquanto manifestação da Cultura Corporal, discutir o que ele foi desde sua origem histórica até a atualidade. Nos permitirá reflexões sobre as possibilidades de recriar o conceito de esporte, através de uma intervenção consciente, sem deixar de estimular os educandos para a prática saudável do esporte.

O Futsal enquanto uma modalidade esportiva será trabalhado através do projeto Viva Escola, sob uma nova forma de pensar o esporte, não descartando a ideia de competição, mas, tendo como fundamento o prazer, desvinculado da lógica do individualismo, voltado para as necessidades dos alunos, de diversão, recreação e liberdade plena de movimento.

- Infraestrutura:

Ginásio de esportes do Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Ensino Fundamental e Médio.

- Resultados Esperados:

- Espera-se com este projeto que os educandos sejam capazes de:
- Ocupar seu tempo livre com a prática de esporte;
- Ter mais qualidade de vida com a prática de atividades esportivas;
- Melhorar sua condição biopsicossocial;
- Ser incluso socialmente através da prática do esporte;
- Fundamentar suas ações e os resultados na honestidade e na justiça;
- Ter cuidado com a vida;
- Ter capacidade de atuar em equipe;
- Inovar com criatividade, flexibilidade e capacidade de adaptar-se a novas situações;
- Ser cidadão consciente de seus direitos e deveres;

- Ser solidário.

- Critérios de Participação:

Os alunos estarem regularmente matriculados na escola, no ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, com frequência e disponibilidade de horário, que apresentem vulnerabilidade social, residentes na periferia.

b) Jogos Matemáticos

- Justificativa:

Muitos grupos de trabalho e pesquisa em Educação Matemática propõem o uso de jogos no ensino desta disciplina. Os jogos como são uma forma de abordar os conteúdos, resgatando o lúdico, aspectos do pensamento matemático que vêm sendo ignorados no ensino. Com uma tendência no nosso ensino à supervalorização do pensamento algorítmico, tem-se deixado de lado o pensamento lógico-matemático além do pensamento espacial.

A proposta desta atividade de complementação curricular é desenvolver através de jogos, o raciocínio da criança, além de trabalhar, também, a estimativa e o cálculo mental. Acredita-se que no processo de desenvolvimento de estratégias de jogo o aluno envolve-se com o levantamento de hipóteses e conjeturas, aspecto fundamental no desenvolvimento do pensamento científico, inclusive matemático. Neste sentido a proposta pedagógica baseia-se no desenvolvimento de atividades lúdicas, considerando a vivência, experimentação, criatividade e o raciocínio lógico-dedutivo através da utilização diversos jogos matemáticos.

É consenso entre a maioria dos educadores que utilização de materiais concretos, lúdicos e da tecnologia, auxilia e contribui para a eficácia do aprendizado do aluno, amenizando as dificuldades, antes encontradas dentro da sala de aula, ou seja, permite ao aluno evoluir dentro de seu próprio ritmo. Neste sentido as atividades lúdicas devem ser vivenciadas pelos educadores e educandos, pois são ingredientes indispensáveis no relacionamento entre as pessoas, bem como uma possibilidade para que afetividade, prazer, autoconhecimento, cooperação, autonomia, imaginação e criatividade cresçam, permitindo que se construa, por meio da alegria e do prazer de querer fazer e construir, uma aprendizagem significativa.

Em síntese, além de proporcionar prazer e diversão, os jogos podem representar um desafio e provocar o pensamento reflexivo do aluno, além de contribuir para o desenvolvimento cognitivo e social.

- Conteúdos:

Os Conteúdos Estruturantes propostos nestas Diretrizes Curriculares, para a Educação Básica da Rede Pública Estadual, são:

- Números e Álgebra
- Grandezas e Medidas
- Geometrias • Funções

• Tratamento da informação para o desenvolvimento desta atividade de complementação curricular serão contemplados os conteúdos estruturantes e específicos, utilizando vários recursos materiais como confecção de jogos, utilização de jogos matemáticos para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, tabuada e operações fundamentais, desafios, jogo de damas, xadrez, trilha, ludo, etc; resolução de problemas e modelagem matemática, utilização do laboratório de informática e construção de materiais concretos como: sólidos geométricos, geoplano, maquetes, etc.

- Objetivos:

- Possibilitar uma aprendizagem satisfatória, desenvolvendo raciocínio lógico-matemático, preparando para situações do cotidiano onde possa garantir o seu progresso como estudante e profissional, utilizando-se dos jogos matemáticos para a apropriação significativa dos conteúdos matemáticos

- Despertar o interesse ao estudo da Matemática;

- Revisar os conteúdos básicos da matemática;

- Garantir a permanência do aluno na escola;

- Melhorar a autoestima do aluno;

- Construir com o estudante por intermédio do conhecimento matemático, valores e atitudes de natureza diversa, visando a formação integral do ser humano;

- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.

- Encaminhamentos Metodológicos:

Esta atividade utilizará uma metodologia que priorize o cumprimento de regras, a contextualização dos conceitos presentes em diversos jogos, a criação e a adaptação de novas formas de se jogar, propondo atividades que partam da necessidade e dificuldades apresentadas pelos alunos atendidos no programa, bem como as especificidades da escola e dos educandos.

A abordagem metodológica baseia-se no processo de construção do conhecimento matemático do aluno, através de suas experiências com diferentes situações problemas, e aplicadas através de diversos jogos.

No desenvolvimento das atividades serão utilizadas várias linhas metodológicas enfatizando a construção de conceitos matemáticos pelos alunos, pretendendo que eles se tornem ativos na sua aprendizagem. Durante o desenvolvimento do Programa Viva a Escola com o título “Jogos da Matemática” serão desenvolvidas várias atividades contemplando as diretrizes curriculares da disciplina fazendo o entrelaçamento da atividade proposta com as tendências metodológicas: Resolução de Problemas: Serão propostos ao aluno situações problemas caracterizados por investigação e exploração de novos conceitos, visando a construção de conceitos matemáticos pelo aluno através de situações que estimulem a sua curiosidade matemática.

MODELAGEM A modelagem matemática será utilizada como uma forma de quebrar a forte dicotomia existente entre a matemática escolar formal e a sua utilidade na vida real. Os modelos matemáticos são formas de estudar e formalizar fenômenos do dia a dia. Através da modelagem matemática o aluno se torna mais consciente da utilidade da matemática para resolver e analisar problemas do dia-a-dia.

HISTÓRIA DA MATEMÁTICA A história da matemática servirá como motivação para o trabalho com o desenvolvimento de diversos conceitos matemáticos. Esta linha de trabalho parte do princípio de que o estudo da construção histórica do conhecimento matemático leva a uma maior compreensão da evolução do conceito, enfatizando as dificuldades epistemológicas inerentes ao conceito que está sendo trabalhado.

MÍDIAS Acredita-se que metodologia de trabalho desta natureza tem o poder de dar ao aluno a auto confiança na sua capacidade de criar e fazer matemática. Com essa abordagem a matemática deixa de ser um corpo de conhecimentos prontos e simplesmente transmitidos aos alunos e passa a ser algo em que o aluno faz parte integrante no processo de construção de seus conceitos.

Em todos esses casos os alunos passam a ter uma posição ativa diante da sua aprendizagem da matemática. Eles deixam de acreditar que a aprendizagem da matemática possa ocorrer como consequência da absorção de conceitos passados a eles por um simples processo de transmissão de informação. Serão utilizados para isso vários recursos materiais como confecção de jogos, utilização de jogos matemáticos para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, tabuada e operações fundamentais, desafios, resolução de problemas e modelagem matemática, utilização do laboratório de informática e construção de materiais concretos como: sólidos geométricos, geoplano, maquetes, etc.

Os jogos utilizados podem ser assim classificados: jogos estratégicos, onde serão trabalhadas as habilidades que compõem o raciocínio lógico. Com eles, os alunos lêem as regras e buscam caminhos para atingirem o objetivo final, utilizando estratégias para isso jogos de treinamento, os quais serão utilizados quando o professor perceber que alguns

alunos precisam de reforço num determinado conteúdo. jogos geométricos, que têm como objetivo desenvolver a habilidade de observação e o pensamento lógico. Com eles conseguimos trabalhar figuras geométricas, semelhança de figuras, ângulos e polígonos.

- Infraestrutura:

O Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho, embora ainda ocupe prédio cedido pelo município, possui espaço físico apropriado e pode disponibilizar sala de aula para o desenvolvimento do projeto.

- Resultados Esperados:

- Despertar a curiosidade dos alunos pela matemática;
- Aumentar o índice qualitativo das notas escolares na respectiva matéria;
- Ajudar o aluno a solucionar situações-problema de seu dia-a-dia através da indução matemática; -Despertar o aluno para as questões da vida, ajudando-o a se desenvolver tanto na vida escolar como profissional;
- Contribuir para o desenvolvimento cognitivo e social dos educandos.

- Critérios de Participação:

Alunos do Ensino Fundamental (5^a e 8^a série) que apresentarem dificuldades na matemática básica ou em conteúdos específicos, ou ainda que demonstrarem interesse em aprimorar e desenvolver seu conhecimento em matemática. O número mínimo de alunos participantes será 20 alunos.

c) Jornal Escolar

- Justificativa:

O Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho atende uma demanda de educandos que, fora da escola, tem pouco contato com a leitura de textos da esfera jornalística e demais gêneros. A produção de um jornal, na escola é uma forma lúdica de despertar-lhe o senso crítico, o desejo e a necessidade da leitura, da interpretação, da produção textual, da organização do pensamento lógico e da interação, entre alunos, professores, funcionários e comunidade escolar.

Esse projeto visa, também, superar o baixo rendimento dos alunos, a partir da melhoria da leitura e da escrita, bem como estimular a expressão oral e produção textual, motivando a autonomia e a criatividade dos alunos, no que diz respeito à leitura e à produção textual. E, bem sabemos que os professores já produzem ,em sala de aula, atividades interessantes, que muitas vezes não se tornam conhecidas e apreciadas por todos

os integrantes da comunidade escolar. É preciso ir além, ampliar nossos horizontes de expectativas, demonstrando o que já é produzido na escola e, assim, melhorar a relação e a aceitação dos alunos, no que diz respeito, a si mesmos, aos outros e a escola. O jornal é um meio de comunicação importantíssimo e de fácil acesso e que tem poder de formar leitores competentes, dentro e, principalmente, fora da escola.

- Conteúdos:

A linguagem é um processo social de interação, que conserva um vínculo estreito com o pensamento e é capaz de torna possível o pensamento abstrato, a construção de sistemas descritivos e explicativos. Dentro das relações linguísticas encontra-se o discurso como prática social que se manifesta por meio de textos, esses orais ou escritos. O trabalho com o jornal é uma forma de tornar os alunos mais interessados e receptivos, no que diz respeito, ao contato com a linguagem. Para eles o mais interessante serão os textos de sua autoria e os escritos pelos colegas de sala; o que tornará as atividades prazerosas e descontraídas , especialmente são os desafios, cruzadinhas, caça-palavras, piadas, adivinhações, jogo dos sete erros, charadas, etc.. As matérias que serão publicadas incluem textos da esfera jornalística , presentes no convívio social e na vida do aluno, tais como: artigos de opinião, poesias, notícias, concursos, acrósticos, charges, dicas (saúde, esporte, trabalho, vivências), crônicas, contos, diários, receitas, entrevistas, histórias em quadrinhos, resenhas (livros, filmes), adivinhações, charadas, desafios matemáticos, etc.

- Objetivos:

- Produzir um Jornal Escolar -Despertar o artista, escritor, jornalista, comentarista, desenhista, líder, observador, que há dentro de cada um.
- Criar um espaço onde os alunos possam se expressar, onde todos, de forma democrática, possam dizer o que pensam ou o que sentem.
 - Interação entre os alunos das diversas séries e turnos.
 - Despertá-los para a leitura e escrita de forma descontraída e atraente.
 - Incentivar a produção de tipos e gêneros textuais diferentes.
 - Expressar os acontecimentos relativos ao processo ensino-aprendizagem,na escola.
- Divulgar os trabalhos coletivos e/ou individuais desenvolvidos no ambiente escolar.
- Estimular a participação de todos através da troca de informações e valorização de cada um, nos seus diferentes aspectos.
 - Incentivar a pesquisa.
 - Desenvolver a capacidade de seleção de informação.

- Utilizar novas tecnologias de informação.

- Encaminhamentos Metodológicos:

Elaboração e publicação de jornal trimestral, ou seja, três jornais durante o ano letivo. Os alunos participarão do projeto em horário extracurricular. Os alunos serão pesquisadores, coletores de dados e informações, bem como escritores e produtores de textos dos mais variados gêneros da esfera jornalística. Isso os ajudará na formação como leitores autônomos, capazes de ler e produzir os mais diferentes gêneros textuais.

Os alunos coletarão suas pesquisas na comunidade escolar e local, através de entrevistas, reportagens, enquetes, pesquisas na Internet. Os textos serão produzidos, selecionados, reestruturados pelos alunos participantes, e, posteriormente, digitados pelos mesmos, tendo o professor a função de orientar e organizar a atividade. Depois de formatado, o jornal será impresso e distribuído na comunidade escolar.

Serão utilizados como recursos metodológicos: laboratório de informática – digitação, programa de editor de texto e de desenho, internet, impressora, tinta preta e colorida, câmera fotográfica digital, pen drive, etc..

- Infraestrutura:

O Colégio José Marcondes Sobrinho, embora ainda ocupe prédio cedido pelo município, possui espaço físico apropriado e pode disponibilizar sala para o desenvolvimento do projeto, bem como laboratório de informática e recursos tecnológicos.

- Resultados esperados:

Que os alunos desenvolvam um trabalho a partir das suas próprias ideias e aproximem-se da leitura e da escrita possibilitando o desenvolvimento do senso crítico dos mesmos. Que melhorem o seu desempenho escolar, em todas as disciplinas. Manter o educando na escola. Incentivar a leitura e a produção escrita. Ajudar o aluno perceber o seu potencial e despertar nele uma melhor autoestima. Descobrir talentos, seja na produção de textos verbais, como de textos não verbais (charge, quadrinhos, caricaturas, fotografias).

- Critério de participação:

Alunos do ensino fundamental que apresentem interesse à leitura e à produção escrita de textos da esfera jornalística. O número mínimo de alunos participantes será de 20.

5.7.5- Segundo Tempo

O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, promovido pela Secretaria de Esporte Educacional. O Governo do Paraná assumiu a sua implementação em

diversos Estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino, sob o gerenciamento da Paraná Esporte, objetivando o atendimento a 41.600 crianças e adolescentes com idade entre 07 e 17 anos, em situação de risco social, ocupando seu tempo ocioso com atividades diárias do esporte educacional no contra – turno escolar.

O Segundo Tempo é um programa estratégico do governo federal que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontra em áreas de vulnerabilidade social. Os NEE visam a ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens e oferecem, no contra-turno escolar (no mínimo três vezes por semana, duas horas por dia em seu modelo padrão), atividades esportivas sob orientação de coordenadores e monitores de Educação Física e/ou Esporte, reforço alimentar e atividades complementares. (OLIVEIRA; PERIN, 2009).

O Programa tem como conteúdo estruturante o “esporte” e a distribuição dos conteúdos básicos em “coletivos e individuais”, os conteúdos específicos seriam as modalidades esportivas e todas as suas derivações (basquete, handebol, vôlei, futebol, futebol de salão, lutas, ginástica e outras).

5.7.6- Campanhas que o estabelecimento realiza

a) Orientação sobre a gravidez na adolescência

Quanto a orientação sobre a gravidez na adolescência (Lei nº16105/2009), contamos com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde que faz palestras direcionadas às diferentes faixas etárias. Anualmente algumas enfermeiras com ampla experiência e capacitação na área de sexualidade humana nos propõem esta parceria ou quando sentimos necessidade de tratar do assunto fazemos a solicitação, a qual tem sido sempre atendida. Percebemos que estas palestras e orientações trazem bons resultados, os alunos sentem-se seguros ao tirar suas dúvidas com pessoas de fora de sua convivência constante e acabam participando com interesse e seriedade.

Os professores solicitam muitas vezes outras palestras direcionadas a temas específicos tais como: Dengue, Epidemias, ou outras. Bem como são feitas algumas campanhas durante o ano que a escola adere e trabalha com os temas sugeridos enviando as atividades realizadas aos competentes.

b) Dia da Consciência Negra

Desenvolvemos como ação educativa de combate ao racismo e a discriminação um projeto de atividades culturais, que foi formulado pela equipe pedagógica da escola em concordância com os professores de todas as disciplinas, o projeto é sempre bem aceito por todos os alunos da escola pela oportunidade que estes têm de estar pondo em prática demonstrações de talento e capacidade.

- **Tema:** História e Cultura Afro-brasileira – Ações Educativas de Combate ao Racismo e Discriminação

- **Objetivo:** Desenvolver atividades culturais visando a integração dos alunos matriculados nos três turnos do colégio valorizando a experiência de vida dos alunos e suas aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas brancas, negras e mestiças no conjunto da sociedade.

- **Justificativa:** Durante muito tempo foram apresentadas visões equivocadas sobre o negro e o continente africano. Visões estas que precisam ser desmistificadas através de medidas e ações capazes de corrigir as injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos os envolvidos no sistema educacional.

Acreditamos que a educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integridade estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeite as diferenças e características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

Nesse sentido pretendemos desenvolver no ambiente escolar atividades inovadoras que permitam a valorização das nossa diversidade etnico-racial e cultura. Pois a escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados.

Descrição das atividades a serem desenvolvidas:

- Desfile de personalidades negras e sua biografia;
- Pesquisa sobre um país africano (histórico, renda, bandeira, comidas típicas) e montagem de mural;
- Apresentação de dança: capoeira;
- Apresentação de paródias;
- Apresentação de gêneros musicais: samba, rap, axé, reggae, etc;
- Concurso de poesias/redações relacionadas ao povo afro-descendentes e sua cultura;
- Pintura/grafitagem – apresentar obras que retratam a figura do negro.

5.7.7- Ações que envolvam a escola e outras instituições ou instâncias

Comemoração e Desfile Cívico

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabelece todos os anos parceria com instituições, Clubes de serviços, escolas públicas e privadas, associações, empresas,

entre outros, que enviam à Semec um texto resumido com o histórico da instituição confirmando assim a participação no evento.

Nossa escola por sua vez participa da comemoração de aniversário do município desenvolvendo algumas atividades em sala de aula, referentes ao tema anual do desfile, e participamos na data - 30 de novembro, com alunos uniformizados e cartazes e/ou faixas do desfile propriamente dito.

5.7.8- JOCOP's

Os Jocop's – Jogos Colegiais do Paraná - tem como finalidade promover o desporto educacional, por meio de jogos que envolvam várias modalidades esportivas, dando oportunidade de participação de um maior número de alunos e despertando o gosto pela prática de esportes com fins educativos e formativos, bem como oportunizar a descoberta de novos talentos esportivos. Procuramos enfatizar a importância da cooperação e não apenas estimular-los a competir.

5.7.9- Atendimento em sala de recursos

A Sala de Recursos atende alunos de quinta a oitava séries, em período contrário ao de sala regular, este atendimento destina-se a alunos egressos da Educação Especial ou aqueles que apresentam problemas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, distúrbio de aprendizagem e ou deficiência mental. Na maioria dos casos os alunos veem com avaliação psicopedagógica realizada nos anos iniciais do ensino fundamental.

A partir de laudos anteriores ou constatação de que o aluno possui dificuldades significativas de aprendizagem, o aluno é avaliado por uma equipe formada por professores, equipe pedagógica e professor especializado. Muitas vezes é solicitado à família um atendimento complementar com Psicólogo, Oftalmologista ou Fonoaudiólogo, neste caso a escola estará fazendo encaminhamento à Secretaria de Saúde.

A professora responsável pela Sala de Recursos tem especialização em Educação Especial, e trabalha com número de alunos reduzido, distribuídos em um cronograma semanal, não ultrapassando 02 horas diárias.

O atendimento em Sala Regular visa amenizar a dificuldade de aprendizagem e a programação a ser trabalhada deverá observar as áreas do desenvolvimento (cognitiva, motora, sócio-afetiva-emocional) de forma a subsidiar os conceitos e conteúdos defasados no processo de aprendizagem para a atingir o currículo da classe comum.

5.7.10- Sala de Apoio a Aprendizagem

As Salas de Apoio a Aprendizagem atendem alunos das quintas séries que apresentam dificuldades e ou defasagens de aprendizagem essenciais tais como Leitura,

escrita, cálculos, interpretação e resolução de problemas.

Os alunos recebem atendimento individualizado por professores de Língua Portuguesa e Matemática em horário contrário ao de sala regular, as SAA atendem grupos de no máximo 15 alunos, por um determinado período de tempo, ou seja, até que estes tenham superado suas principais dificuldades, então a professora de sala regular estará observando tais avanços e encaminhando outros alunos.

A carga horária disponível para cada uma das disciplinas será de quatro horas-aulas semanais, sendo que os alunos podem estar inseridos somente em uma delas ou nas duas caso haja necessidade.

O NRE acompanha o andamento das SAAs solicitando relatório semestral e trabalhando em conjunto com a equipe pedagógica da escola no sentido de orientar os professores responsáveis pelo trabalho em SAA.

O resultado tem sido positivo, pois alunos têm sanado suas dificuldades e acompanhado seu grupo de sala regular satisfatoriamente. Inclusive com diminuição do índice de reprovação considerável nas quintas-séries .

As famílias são orientadas quanto a necessidade e importância dos alunos estenderem seu tempo escolar, há um número baixíssimo de desistência, devido ao constante acompanhamento dos pais relativo à frequência e ao aproveitamento dos alunos em sala regular.

5.7.11- Programa SAREH

O Programa tem como objetivo o atendimento educacional aos educandos, que se encontram impossibilitados de frequentar a escola em virtude de situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde, permitindo-lhes a continuidade do processo de escolarização, a inserção ou a reinserção em seu ambiente escolar.

O nosso objetivo enquanto instituição será garantir aos alunos pacientes ou em tratamento domiciliar um conjunto de ações, que lhes possibilite a continuidade das suas atividades escolares, reintegrando-o à escola aqueles que estão fora do contexto de ensino, incentivando o crescimento e desenvolvimento intelectivos e sócio-interativo, fortalecendo o vínculo entre o aluno paciente e o seu processo de aprendizagem, amenizando a trajetória acadêmica durante o seu período de internação hospitalar ou exercício domiciliar.

5.7.12- Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, conforme Resolução CNE/CP nº1, junho de 2004 e a História do Paraná - Lei 13.381/2001, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística,

Literatura e História do Brasil, tendo por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

A inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da educação básica, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, do potencial e das possibilidades de valorização do nosso Estado. Nosso estabelecimento de ensino oferta a disciplina História do Paraná distribuindo seus conteúdos em outros componentes curriculares, baseados em bibliografia especializada.

Para a aprendizagem dos conteúdos curriculares, a escola oferece atividades por diversas abordagens metodológicas, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, com o estudo das comunidades, municípios e regiões do Estado. A distribuição de conteúdos da História do Paraná em outras disciplinas configura-se no uso de materiais pedagógicos específicos, dados de fatos relacionados ao Paraná e ao seu desenvolvimento, bem como suas dificuldades e desafios.

5.7.13- Política nacional de educação ambiental

Os Desafios educacionais contemporâneos devem ser entendidos na mesma perspectiva do conteúdo escolar: na perspectiva da historicidade, da concreticidade e da totalidade. Buscamos fundamentos conceituais sobre eles, ou seja, não só em relação a Educação Ambiental, mas também a Cidadania e Direitos humanos, o Enfrentamento a Violência na Escola, a Prevenção ao uso indevido de drogas e a Educação Fiscal.

O tema Educação Ambiental (Lei nº 9795/99) portanto, é trabalhado durante o ano letivo e abordado de diferentes maneiras em todas as disciplinas. Descaracteriza-se como um problema isolado e independente do fator histórico, político, social e econômico, ou seja, é visto em sua totalidade.

A escola procura dar ênfase ao assunto já abordado e entendido pelos alunos, durante a semana do meio ambiente, onde a escola em parceria com professores de todas as disciplinas, organiza atividades relacionadas ao tema e é realizada então uma gincana que consiste em diferentes apresentações e exposições de trabalhos feitos pelos alunos.

5.7.14- Programa PEP (Prontidão Escolar Preventiva)

É um programa de natureza pedagógica que tem por objetivo preparar os profissionais que prestam serviço nas escolas para que possam dar os primeiros socorros, combate a princípio de incêndio e atividades de emergências em geral até a chegada de apoio qualificado. Aos profissionais que atuam nas escolas são repassados informações das técnicas necessárias para a prática do plano de evacuação, bem como diante de

situações de sinistros. Este programa conta com etapas obrigatórias, que são elas: conscientização, mobilização e operacionalização. Nas duas primeiras etapas é realizado o planejamento da implantação juntamente com os professores, funcionários e comunidade escolar, considerando as orientações sobre a importância, utilidade na vida escolar e sua aplicabilidade na vida pessoal. Na última etapa, está previsto a organização da Brigada de Emergência, a definição do papel de cada profissional na estrutura e suas funções, a aquisição de materiais e equipamentos e o cronograma de simulações.

5.7.15- Plano de estágio não obrigatório

Em virtude da Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio dos estudantes do Ensino Médio, o Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho pretende, através do plano de estágio não obrigatório, explicita as normas para a organização de estagio dos alunos que frequentam o Ensino Médio nesta instituição. Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo.

O estágio é uma atividade curricular de competência da instituição de ensino e será planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos para a formação dos alunos. Tem por objetivo contribuir para a formação do aluno no desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho que oportunizem concebê-lo como ato educativo. O educando deverá ter no mínimo 16 anos completos na data do termo de convênio/compromisso e ficará responsável pelo estágio o professor-pedagogo.

O aluno-estagiário poderá realizar no estágio não-obrigatório, atividades que possibilitem a integração social, o uso das novas tecnologias, produção de textos, aperfeiçoamento do domínio do cálculo, aperfeiçoamento da oralidade, compreensão das relações do mundo do trabalho, tais como: planejamento, organização e realizações de atividades que envolvam rotina administrativa, documentação comercial e rotinas afins.

5.8. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A avaliação do presente projeto seguirá uma perspectiva transformadora de uma escola democrática capaz de favorecer não só o acesso às camadas populares, mas sim, sua permanência na escola; visa a formação do aluno como cidadão crítico, participativo e autônomo, cuja apropriação significativa e crítica do conhecimento, constitui o objetivo do processo ensino-aprendizagem. Reconhece aluno e o professor como sujeitos socioculturais

dotados de identidade própria, com gênero, raça, classe social, visões de mundo e padrões socioculturais próprios a serem levados em consideração através das práticas docentes e avaliativas tendo em vista uma apropriação efetiva e significativa do conhecimento.

O presente Projeto será avaliado em seu dia-a-dia na escola observando-se os pressupostos que o embasam e os elementos facilitadores, bem como as dificuldades a serem superadas em nossa comunidade, seu potencial, os pontos fortes e fracos. Através deste, visamos a integração entre escola e comunidade fazendo uma análise realista da missão da escola, do perfil do cidadão, da aprendizagem, dos conteúdos da metodologia, dos recursos didáticos, da organização curricular e da avaliação, considerando-se sempre a igualdade, a sensibilidade e a identidade.

Pretendemos, junto as Instâncias Colegiadas envolvidas no trabalho da escola questionar constantemente: “O que fazemos que está dando certo e não queremos mudar”? “Precisamos melhorar e adequar o que foi planejado? O que fazemos que não está dando certo e não queremos repetir”?

Portanto, o Projeto Político Pedagógico desenvolvido pelos integrantes desta instituição não é algo pronto e acabado mas será sempre avaliado, repensado, redimensionado e realimentado no que for necessário, assim, seu objetivo se concretizará com sucesso.

6. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A Proposta Pedagógica Curricular é a expressão de uma determinada concepção de educação e de sociedade, pensada filosófica, histórica e culturalmente as quais já foram citadas anteriormente.

A Proposta Curricular deste estabelecimento foi construída coletivamente pelos professores das disciplinas e mediada pela equipe pedagógica, os quais lançam mão dos fundamentos curriculares historicamente produzidos para proceder a esta seleção de conteúdos e métodos com sua respectiva intencionalidade.

Levando em conta a melhoria de atendimento aos alunos que estudam no período noturno, este estabelecimento de ensino, após consulta à comunidade escolar, estudos subsidiados pelo Departamento de Educação Básica da SEED e da eminente necessidade de enfrentamento da evasão e repetência no Ensino Médio noturno, optou em ofertar esta modalidade de ensino na organização de Blocos de Disciplinas Semestrais com implantação simultânea para o ano de 2010.

Com esta opção as disciplinas da matriz curricular passaram a ser organizadas anualmente em dois blocos de Disciplinas Semestrais ofertados concomitantemente, assim a conclusão da série ocorrerá quando o aluno cumprir os dois blocos de disciplinas ofertados em cada série.

Ao assumir esta proposta nossa perspectiva é o sucesso do aluno em relação à aprendizagem e sua conseqüente aprovação o que será proporcionado pelo menor número de disciplinas e maior número de aulas para cada disciplina do bloco, que garante um maior contato do professor com os alunos exigindo do mesmo maior dinamicidade quanto as metodologias de ensino na realização das aulas.

Acreditamos ainda, enquanto comunidade escolar, que esta reorganização é necessária pois são inúmeros os fatores que vêm desqualificando o Ensino Médio noturno e modificar esta realidade passou a ser para nós um grande desafio que só será alcançado se todos, coletivamente, se sentirem responsáveis pela escola, pela sociedade, pelos alunos e pela aprendizagem.

6.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE CIÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A disciplina de Ciências tem como objeto de estudo o conhecimento científico que resulta da investigação da Natureza. Do ponto de vista científico, entende-se por Natureza o conjunto de elementos integradores que constitui o Universo em toda sua complexidade. Ao

Homem cabe interpretar racionalmente os fenômenos observados na Natureza, resultantes das relações entre elementos fundamentais como tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida.

As relações entre os seres humanos com os demais seres vivos e com a Natureza ocorrem pela busca de condições favoráveis de sobrevivência. Contudo, a interferência do Homem sobre a Natureza possibilita incorporar experiências, técnicas, conhecimentos e valores produzidos na coletividade e transmitidos culturalmente. Sendo assim, a cultura, o trabalho e o processo educacional asseguram a elaboração e a circulação do conhecimento, estabelecem novas formas de pensar, de dominar a Natureza, de compreendê-la e se apropriar dos seus recursos.

A história e a filosofia da ciência mostram que a sistematização do conhecimento científico evoluiu pela observação de regularidades percebidas na Natureza, o que permitiu sua apropriação por meio da compreensão dos fenômenos que nela ocorrem.

Uma opção para conceituar ciência é considerá-la

(...) um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos, etc, visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e renovação, que resulta da aplicação deliberada de uma metodologia especial (metodologia científica) (FREIRE-MAIA, 2000, p. 24).

A historicidade da ciência está ligada não somente ao conhecimento científico, mas também às técnicas pelas quais esse conhecimento é produzido, as tradições de pesquisa que o produzem e as instituições que as apoiam (KNELLER, 1980).

De acordo com Gaston Bachelard (1884-1962) existem três grandes períodos do desenvolvimento do conhecimento científico:

O primeiro período, que representa o estado pré-científico, compreenderia tanto a Antigüidade clássica quanto os séculos de renascimento e de novas buscas, como os séculos XVI, XVII e até XVIII. O segundo período, que representa o estado científico, em preparação no fim do século XVIII, se estenderia por todo o século XIX e início do século XX. Em terceiro lugar, consideraríamos o ano de 1905 como o início da era do novo espírito científico, momento em que a Relatividade de Einstein deforma conceitos primordiais que eram tidos como fixados para sempre (BACHELARD, 1996, p.9).

O pensamento pré-científico representa, segundo Bachelard (1996), um período marcado pela construção racional e empírica do conhecimento científico. Este estado representa a busca da superação das explicações míticas, com base em sucessivas observações empíricas e descrições técnicas de fenômenos da natureza, além de intenso registro dos conhecimentos científicos desde a Antigüidade até fins do séc. XVIII.

O século XIX foi, segundo Bachelard (1996), um período histórico marcado pelo estado científico, em que um único método científico constitui-se para a compreensão da Natureza.

O método científico, como estratégia de investigação, é constituído por

procedimentos experimentais, levantamento e teste de hipóteses, axiomatização e síntese em leis ou teorias. Isso produz um conhecimento (científico) a respeito de um determinado recorte da realidade, o que rompe com a forma de construção e divulgação do conhecimento feita no período pré-científico.

O estado do novo espírito científico configura-se também, como um período fortemente marcado pela aceleração da produção científica e a necessidade de divulgação, em que a tecnologia influenciou e sofreu influências dos avanços científicos. Segundo Sevcenko (2001), mais de oitenta por cento dos avanços científicos e inovações técnicas ocorreram nos últimos cem anos, destes, mais de dois terços após a Segunda Guerra Mundial. Ainda, cerca de setenta por cento de todos os cientistas, engenheiros, técnicos e pesquisadores formados desde o início da ciência ainda estão vivos, continuam a contribuir com pesquisas e produzir conhecimento científico. Ressalta-se que, se o ensino de Ciências na atualidade representasse a superação dos estados pré-científico e científico, na mesma expressividade em que ocorre na atividade científica e tecnológica, o processo de produção do conhecimento científico seria mais bem vivenciado no âmbito escolar, possibilitando discussões acerca de como a ciência realmente funciona (DURANT, 2002).

O ensino de Ciências, no Brasil, foi influenciado pelas relações de poder que se estabeleceram entre as instituições de produção científica, pelo papel reservado à educação na socialização desse conhecimento e no conflito de interesses entre antigas e recentes profissões, “frutos das novas relações de trabalho que se originaram nas sociedades contemporâneas, centradas na informação e no consumo” (MARANDINO, 2005, p.162).

O ensino de Ciências na escola não pode ser reduzido à integração de campos de referência como a Biologia, a Física, a Química, a Geologia, a Astronomia, entre outras. A consolidação desta disciplina vai além e aponta para “questões que ultrapassam os campos de saber científico e do saber acadêmico, cruzando fins educacionais e fins sociais” (MACEDO e LOPES, 2002, p.84), de modo a possibilitar ao educando a compreensão dos conhecimentos científicos que resultam da investigação da Natureza, em um contexto histórico-social, tecnológico, cultural, ético e político.

A disciplina de Ciências iniciou sua consolidação no currículo das escolas brasileiras com a Reforma Francisco Campos, em 1931, com objetivo de transmitir conhecimentos científicos provenientes de diferentes ciências naturais de referência já transmitiam-se informações gerais por meio de metodologia centrada na aula expositiva, não-dialogada, que exigia a memorização da biografia de cientistas importantes e da divulgação dos conhecimentos provenientes de suas descobertas. Desse modo, privilegiava-se a quantidade de informações científicas em prejuízo de uma abordagem de

base investigatória.

Na década de 1940, com a Reforma Capanema, o ensino objetivava a preparação de uma “elite condutora” e para tal, “a legislação era clara: a escola deveria contribuir para a divisão de classes e, desde cedo, separar pelas diferenças de chances de aquisição cultural, dirigentes e dirigidos” (GHIRALDELLI JR., 1991, p.86). O currículo era organizado no ensino secundário em dois ciclos, um de quatro e outro de três anos. O primeiro ciclo, ginásial, distribuía a disciplina de Ciências Naturais nas duas séries finais. Em linhas gerais, no 3º ano, atual 7ª série do Ensino Fundamental, abordavam-se os seguintes conteúdos: água, ar e solo, noções de botânica e de zoologia e corpo humano. No 4º ano, atual 8ª série do Ensino Fundamental, prevaleceram as noções de Química e Física e foram retirados alguns conteúdos da proposta anterior que propiciavam articulação com a realidade. Dessa maneira acentuava-se o caráter propedêutico da disciplina, objetivando o ingresso dos alunos da classe média, mesmo que em minoria, na universidade. O país modernizava-se rapidamente e o parque industrial exigia uma qualificação de mão-de-obra que o sistema público de ensino profissional, recém-criado, não poderia fornecer em curto prazo. Nesse contexto de modernização e industrialização, instituíram-se escolas de formação profissional paralelas ao ensino secundário público.

As decisões políticas instituídas na LDB nº 4024/61 apontaram para o fortalecimento e consolidação do ensino de Ciências no currículo escolar. Um dos avanços em relação às reformas educacionais de décadas anteriores foi a ampliação da participação da disciplina de Ciências Naturais no currículo escolar, ampliando para todas as séries da etapa ginásial a necessidade do preparo do indivíduo (e da sociedade como um todo) para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos por meio do exercício do método científico.

Os acordos entre o Brasil e os EUA, provenientes dos projetos voltados ao ensino de Ciências, asseguravam ao Brasil assistência técnica e financiamento externos, a fim de instituir novas reformas tanto no ensino universitário (Lei nº. 5540/68) quanto no ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5692/71). Tais reformas marcaram o advento do ensino tecnicista, que pretendia articular a educação ao sistema produtivo para aperfeiçoar o sistema capitalista. Portanto, os investimentos na área educacional pretendiam a formação para o mercado de trabalho, de acordo com as exigências da sociedade industrial e tecnológica.

O objetivo primordial do ensino de Ciências, anteriormente focado na formação do futuro cientista ou na qualificação do trabalhador, voltou-se, neste momento histórico, à análise das implicações sociais da produção científica, com vistas a fornecer ao cidadão elementos para viver melhor e participar do processo de redemocratização iniciado em 1985.

Nesse contexto histórico, ao final da década de 1980 e início da seguinte, no Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação propôs o Currículo Básico para o

ensino de 1º grau, construído sob o referencial teórico da pedagogia histórico-crítica. Este documento resultou de reflexões e discussões realizadas no Estado do Paraná, visando debater os conteúdos e as orientações de encaminhamento metodológico. Esse programa analisava as relações entre escola, trabalho e cidadania.

O Currículo Básico, no início dos anos 1990 ainda sob a LDB nº. 5692/71, apresentou avanços consideráveis para o ensino de Ciências, assegurando sua legitimidade e constituição de sua identidade para o momento histórico vigente, pois valorizou a reorganização dos conteúdos específicos escolares em três eixos norteadores e a integração dos mesmos em todas as séries do 1º Grau, hoje Ensino Fundamental, a saber:

1. Noções de Astronomia;
2. Transformação e Interação de Matéria e Energia;
3. Saúde - melhoria da qualidade de vida.

Com a promulgação da LDB nº. 9394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, foram produzidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que propunham uma nova organização curricular em âmbito federal. O Currículo Básico foi desvalorizado e os PCN contribuíram para a perda de identidade da disciplina de Ciências, pois parte de seus conteúdos mais tradicionais foram englobados pelos Temas Transversais. O quadro conceitual de referência da disciplina e sua constituição histórica com campo do conhecimento ficaram, assim, em segundo plano.

Tal proposta considerava que tudo o que fosse passível de aprendizagem na escola poderia ser considerado conteúdo curricular. O conceito de conteúdo curricular passou a ser entendido então, em três dimensões: conceitual, procedimental e atitudinal. Neste momento histórico houve a supervalorização do trabalho com temas, como por exemplo, a questão do lixo e da reciclagem, das drogas, dos valores, da sexualidade, do meio ambiente, entre outros. Entretanto, os conceitos científicos escolares que fundamentam o trabalho com esses temas não eram enfatizados, ficavam em segundo plano. A ênfase no desenvolvimento de atitudes e valores, bem como no trabalho pedagógico com os temas transversais enfraqueceram o ensino dos conteúdos científicos na disciplina de Ciências.

A incursão pela história da ciência permite identificar que não existe um único método científico, mas a configuração de métodos científicos que se modificaram com o passar do tempo.

No ensino de Ciências, ao assumir posicionamento contrário ao método único para toda e qualquer investigação científica da Natureza, faz-se necessário ampliar os encaminhamentos metodológicos para abordar os conteúdos escolares de modo que os alunos superem os obstáculos conceituais oriundos de sua vivência cultural.

Considera-se, nas Diretrizes Curriculares, que, no processo de ensino-aprendizagem a construção de conceitos pelo estudante não difere, em nenhum aspecto, do

desenvolvimento de conceitos não sistematizados que traz de sua vida cotidiana.

O aprendizado dos estudantes começa muito antes do contato com a escola. Por isso, aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida e qualquer situação de aprendizagem na escola tem sempre uma história anterior. Há, no entanto, uma diferença entre o aprendizado anterior e o aprendizado escolar. O primeiro não é sistematizado, o segundo é, além disso, este objetiva a assimilação do conhecimento científico e produz algo fundamentalmente novo no desenvolvimento do estudante.

Dentre os saberes sociais, os conhecimentos científico e cotidiano “se mostram como campos que se inter-relacionam com o conhecimento escolar” (LOPES, 1999, p.104), porém não sem contradições. O conhecimento cotidiano tem origem empírica e é a soma dos conhecimentos sobre a realidade produzida na cotidianidade. Esse conhecimento pode acolher certas aquisições científicas, por meio de divulgação na mídia e na informalidade, mas não é o conhecimento científico. O educando, nos dias atuais, tem mais acesso a informações sobre o conhecimento científico, no entanto, constantemente reconstrói suas representações a partir do conhecimento cotidiano, formando as bases para a construção de conhecimentos alternativos, úteis na sua vida diária.

A apropriação do conhecimento científico pelo estudante no contexto escolar implica a superação dos obstáculos conceituais. Para que isso ocorra, o conhecimento anterior do estudante, construído nas interações e nas relações que estabelece na vida cotidiana, num primeiro momento, deve ser valorizado. Denominam-se tais conhecimentos como alternativos aos conhecimentos científicos e, por isso, podem ser considerados como primeiros obstáculos conceituais a serem superados. Nem sempre o conhecimento cotidiano ou mesmo o alternativo podem ser considerados incoerentes com o conhecimento científico, uma vez que são úteis na vida prática e para o desenvolvimento de novas ideias. Valorizá-los e tomá-los como ponto de partida terá como consequência a formação dos conceitos científicos, para cada estudante, em tempos distintos.

Dessa forma, o ensino de Ciências deixa de ser encarado como mera transmissão de conceitos científicos, para ser compreendido como processo de superação das concepções alternativas dos estudantes, possibilitando o enriquecimento de sua cultura científica (LOPES, 1999). Espera-se uma superação do que o estudante já possui de conhecimentos alternativos, rompendo com obstáculos conceituais e adquirindo maiores condições de estabelecer relações conceituais, interdisciplinares e contextuais, de saber utilizar uma linguagem que permita comunicar-se com o outro e que possa fazer da aprendizagem dos conceitos científicos algo significativo no seu cotidiano.

Com base em investigações realizadas sobre o ensino de Ciências, nota-se uma tendência de superação de estratégias de ensino que privilegiam atividades de estímulo, resposta, reforço positivo, objetivos operacionais e instrução programada (MOREIRA, 1999).

Tais estratégias não enfocam a aprendizagem no processo de construção de significados.

A aprendizagem significativa no ensino de Ciências implica no entendimento de que o estudante aprende conteúdos científicos escolares quando lhe atribui significados. Isso põe o processo de construção de significados como elemento central do processo de ensino-aprendizagem.

A construção de significados pelo estudante é o resultado de uma complexa rede de interações composta por no mínimo três elementos: o estudante, os conteúdos científicos escolares e o professor de Ciências como mediador do processo de ensino-aprendizagem. O estudante é o responsável final pela aprendizagem ao atribuir sentido e significado aos conteúdos científicos escolares. O professor é quem determina as estratégias que possibilitam maior ou menor grau de generalização e especificidade dos significados construídos. É do professor, também, a responsabilidade por orientar e direcionar tal processo de construção.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / BÁSICOS DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

Desde que foi inserida no currículo escolar, a disciplina de Ciências passou por muitas alterações em seus fundamentos teórico-metodológicos e na seleção dos conteúdos de ensino. Isso ocorreu em função dos diferentes interesses econômicos, políticos e sociais sobre a escola básica e dos avanços na produção do conhecimento científico. Contudo, essa disciplina sempre contribuiu para superar a banalização do conhecimento que se alicerça, muitas vezes, na consolidação de conceitos equivocados, socialmente validados e tomados como um saber “científico”.

A seleção dos conteúdos de ensino de Ciências deve considerar a relevância dos mesmos para o entendimento do mundo no atual período histórico, para a constituição da identidade da disciplina e compreensão do seu objeto de estudo, bem como facilitar a integração conceitual dos saberes científicos na escola. Sendo assim, os conteúdos de Ciências valorizam conhecimentos científicos das diferentes Ciências de referência – Biologia, Física, Química, Geologia, Astronomia, entre outras.

Na disciplina de Ciências, os Conteúdos Estruturantes são construídos a partir da historicidade dos conceitos científicos e visam superar a fragmentação do currículo, além de estruturar a disciplina frente ao processo acelerado de especialização do seu objeto de estudo e ensino (LOPES, 1999).

São os conteúdos estruturantes:

- Astronomia
- Matéria
- Sistemas Biológicos

- Energia
- Biodiversidade

Propõe-se que o professor trabalhe com os cinco conteúdos estruturantes em todas as séries, a partir da seleção de conteúdos específicos adequados ao nível de desenvolvimento cognitivo do estudante. Para o trabalho pedagógico, o professor deverá manter o necessário rigor conceitual, adotar uma linguagem adequada à série, problematizar os conteúdos em função das realidades regionais, além de considerar os limites e possibilidades dos livros didáticos de Ciências.

QUADRO TEÓRICO DOS CONTEÚDOS BÁSICOS

5ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ASTRONOMIA

MATÉRIA
SISTEMAS BIOLÓGICOS
ENERGIA

BIODIVERSIDADE

CONTEÚDOS BÁSICOS

UNIVERSO
SISTEMA SOLAR
MOVIMENTOS TERRESTRES
MOVIMENTOS CELESTES
CONSTITUIÇÃO DA MATÉRIA
NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO CELULAR
FORMAS DE ENERGIA
CONVERSÃO DE ENERGIA
TRANSMISSÃO DE ENERGIA
ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS
ECOSSISTEMA
EVOLUÇÃO DOS SERES VIVOS

6ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ASTRONOMIA

MATÉRIA
SISTEMAS BIOLÓGICOS

ENERGIA

BIODIVERSIDADE

CONTEÚDOS BÁSICOS

ASTROS
MOVIMENTOS TERRESTRES
MOVIMENTOS CELESTES
CONSTITUIÇÃO DA MATÉRIA
MORFOLOGIA E FISILOGIA DOS
SERES VIVOS
FORMAS DE ENERGIA
TRANSMISSÃO DE ENERGIA
ORIGEM DA VIDA
ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS
SISTEMÁTICA

7ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ASTRONOMIA

CONTEÚDOS BÁSICOS

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO UNIVERSO

MATÉRIA
SISTEMAS BIOLÓGICOS

ENERGIA
BIODIVERSIDADE

CONSTITUIÇÃO DA MATÉRIA
CÉLULA
MORFOLOGIA E FISIOLOGIA DOS
SERES VIVOS
FORMAS DE ENERGIA
EVOLUÇÃO DOS SERES VIVOS

8ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES
ASTRONOMIA

MATÉRIA
SISTEMAS BIOLÓGICOS

ENERGIA

BIODIVERSIDADE

CONTEÚDOS BÁSICOS
ASTROS

GRAVITAÇÃO UNIVERSAL
PROPRIEDADES DA MATÉRIA
MORFOLOGIA E FISIOLOGIA DOS
SERES VIVOS
MECANISMOS DE HEREAANÇA
GENÉTICA
FORMAS DE ENERGIA
CONSERVAÇÃO DE ENERGIA
INTERAÇÕES ECOLÓGICAS

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

As Diretrizes Curriculares para o ensino de Ciências propõem uma prática pedagógica que leve à integração dos conceitos científicos e valorize o pluralismo metodológico. Para isso é necessário superar práticas pedagógicas centradas num único método e baseadas em aulas de laboratório (KRASILCHIK, 1987) que visam tão somente à comprovação de teorias e leis apresentadas previamente aos alunos.

Ao selecionar os conteúdos a serem ensinados na disciplina de Ciências, o professor deverá organizar o trabalho docente tendo como referências: o tempo disponível para o trabalho pedagógico (horas/aula semanais); o Projeto Político Pedagógico da escola, os interesses da realidade local e regional onde a escola está inserida, a análise crítica dos livros didáticos de Ciências disponíveis e informações atualizadas sobre os avanços da produção científica.

Para isso é necessário que os conteúdos específicos de Ciências sejam entendidos em sua complexidade de relações conceituais, não dissociados em áreas de conhecimento físico, químico e biológico; estabeleçam relações interdisciplinares e sejam abordados a partir dos contextos tecnológico, social, cultural, ético e político que os envolvem.

O professor de Ciências deve lançar mão de encaminhamentos metodológicos que utilizem recursos diversos, planejados com antecedência, para assegurar a interatividade no processo ensino-aprendizagem e a construção de conceitos de forma significativa para os estudantes. É importante que o professor tenha autonomia para fazer uso de diferentes recursos e estratégias, de modo que o processo ensino-aprendizagem em

Ciências resulte de uma rede de interações sociais entre estudantes, professores e o conhecimento científico escolar selecionado para o trabalho em um ano letivo.

No ensino de Ciências, alguns aspectos são considerados essenciais tanto para a formação do professor quanto para a atividade pedagógica. São eles:

I- A HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Considera-se que a história da ciência contribui para a melhoria do ensino de Ciências porque propicia melhor integração dos conceitos científicos escolares, prioritariamente sob duas perspectivas: como conteúdo específico em si mesmo e como fonte de estudo que permite ao professor compreender melhor os conceitos científicos.

O professor de Ciências, ao optar pelo uso de documentos, textos, imagens e registros da história da ciência como recurso pedagógico, está contribuindo para sua própria formação científica, além de propiciar melhorias na abordagem do conteúdo específico, pois “ensinar um resultado sem a fundamentação é simplesmente doutrinar e não ensinar ciência” (MARTINS, 1990, p.4).

II - A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Um importante papel da divulgação científica consiste em servir de alternativa para cobrir a defasagem entre o conhecimento científico e o conhecimento científico escolar, permitindo a veiculação em linguagem acessível do conhecimento que é produzido pela ciência e dos métodos empregados nessa produção. Também, tem o papel de oportunizar ao professor de Ciências o contato com o conhecimento científico atualizado contribuindo desta forma para sua própria formação continuada (LINS DE BARROS, 2002).

III - AS ATIVIDADES EXPERIMENTAIS

As atividades experimentais estão presentes no ensino de Ciências desde sua origem e são estratégias de ensino fundamentais, pois podem contribuir para a superação de obstáculos na aprendizagem de conceitos científicos.

Entende-se por atividade experimental toda atividade prática cujo objetivo inicial é a observação seguida da demonstração ou da manipulação, utilizando-se de recursos como vidrarias, reagentes, instrumentos e equipamentos ou de materiais alternativos, a depender do tipo de atividade e do espaço pedagógico planejado para sua realização. As atividades experimentais possibilitam ao professor criar dúvidas, problematizar o conteúdo que pretende ensinar e contribuir para que o estudante construa suas hipóteses. Tais atividades devem ser tão somente estratégias de ensino que permitam o estudante refletir sobre o conteúdo em estudo e os contextos que o envolvem.

Tão importante quanto selecionar conteúdos específicos para o ensino de Ciências,

é a escolha de estratégias pedagógicas adequadas à mediação do professor. A estratégia contribui para que o estudante se aproprie de conceitos científicos de forma mais significativa.

O professor de Ciências, no momento da seleção dos conteúdos, das estratégias e dos recursos instrucionais, dentre outros critérios, precisa levar em consideração o desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

O processo ensino-aprendizagem pode ser mais bem articulado com o uso de:

- recursos pedagógicos/tecnológicos que enriquecem a prática docente, tais como: livro didático, texto de jornal, revista científica, figuras, revista em quadrinhos, música, quadro de giz, mapa (geográficos, sistemas biológicos, entre outros), globo, modelo didático (torso, esqueleto, célula, olho, desenvolvimento embrionário, entre outros), microscópio, lupa, jogo, telescópio, TV multimídia, computador, retroprojetor, entre outros;
- de recursos instrucionais como organogramas, mapas conceituais, mapas de relações, diagramas V, gráficos, tabelas, infográficos, entre outros;
- de alguns espaços de pertinência pedagógica, dentre eles, feiras, museus, laboratórios, exposições de ciência, seminários e debates.

Diante de todas essas considerações propõem-se alguns encaminhamentos metodológicos a serem valorizados no ensino de Ciências, tais como: **a problematização, a contextualização, a interdisciplinaridade, a pesquisa, a leitura científica, a atividade em grupo, a observação, a atividade experimental, os recursos instrucionais e o lúdico.**

É importante ressaltar, que dentro de recursos como a pesquisa, a leitura científica, a interdisciplinariedade, a atividade em grupo, deverão ser tratados os temas referentes a História e Cultura Afro e Indígena (Lei nº 11.654/3/2008), e questões referentes ao Meio Ambiente (Lei nº 9795/99).

4. AVALIAÇÃO

A avaliação é atividade essencial do processo ensino-aprendizagem dos conteúdos científicos e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação como prática pedagógica que compõe a mediação didática realizada pelo professor é entendida como “ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as” (HOFFMANN, 1991, p.67).

A ação avaliativa é importante no processo ensino-aprendizagem, pois pode propiciar um momento de interação e construção de significados no qual o estudante aprende. O professor precisa refletir e planejar sobre os procedimentos a serem utilizados e superar o modelo consolidado da avaliação tão somente classificatória e excludente.

A avaliação deverá valorizar os conhecimentos alternativos do estudante, construídos no cotidiano, nas atividades experimentais, ou a partir de diferentes estratégias que envolvem recursos pedagógicos e instrucionais diversos. É fundamental que se valorize também, o que se chama de “erro”, de modo a retomar a compreensão (equivocada) do aluno por meio de diversos instrumentos de ensino e de avaliação.

A compreensão de um conceito científico escolar implica a aquisição de significados claros, precisos, diferenciados e transferíveis (AUSUBEL, NOVAK e HANESIAN 1980). Ao investigar se houve tal compreensão, o professor precisa utilizar instrumentos compostos por questões e problemas novos, não-familiares, que exijam a máxima transformação do conhecimento adquirido.

A investigação da aprendizagem significativa pelo professor pode ser por meio de problematizações envolvendo relações conceituais, interdisciplinares ou contextuais, ou mesmo a partir da utilização de jogos educativos, entre outras possibilidades, como o uso de recursos instrucionais que representem como o estudante tem solucionado os problemas propostos e as relações estabelecidas diante dessas problematizações.

O diagnóstico permite saber como os conceitos científicos estão sendo compreendidos pelo estudante, corrigir os “erros” conceituais para a necessária retomada do ensino dos conceitos ainda não apropriados, diversificando-se recursos e estratégias para que ocorra a aprendizagem dos conceitos que envolvem:

- origem e evolução do universo;
- constituição e propriedades da matéria;
- sistemas biológicos de funcionamento dos seres vivos;
- conservação e transformação de energia;
- diversidade de espécies em relação dinâmica com o ambiente em que vivem, bem como os processos evolutivos envolvidos.

Nestes termos, avaliar no ensino de Ciências implica intervir no processo ensino-aprendizagem do estudante, para que ele compreenda o real significado dos conteúdos científicos escolares e do objeto de estudo de Ciências, visando uma aprendizagem realmente significativa para sua vida.

5- REFERÊNCIAS

Diretrizes Curriculares de Ciências Para o Ensino Fundamental - Secretaria de Estado da Educação do Paraná - Superintendência da Educação. 2008.

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho.

6.2 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O surgimento da Educação Física se deu a partir do século XIX e tinha como intuito a aplicação de preceitos de moralidade, bem como instaurar a ordem social, adaptando o modo de viver dos novos cidadãos configurados na sociedade. A partir da Proclamação da República, começou a discussão sobre as instituições escolares e as políticas educacionais que eram praticadas pelo antigo regime. A princípio, a burguesia brasileira depositava na ginástica, a responsabilidade de promover através de exercícios físicos, a saúde do corpo, o pudor e os hábitos condizentes com a vida urbana.

As práticas pedagógicas escolares da Educação Física se fortaleceram com as instituições militares e pela medicina, onde seus modelos eram provindos da Europa e sendo incorporados nos currículos brasileiros.

Esses modelos visavam melhorar o funcionamento do corpo e dependiam de técnicas construídas com base no conhecimento biológico e tinha a tarefa de construir corpos saudáveis e dóceis que levassem o sujeito a um maior processo produtivo.

A Educação Física foi consolidada realmente no contexto escolar, somente a partir da Constituição de 1937 e tinha como objetivos a doutrinação, dominação e contenção dos ímpetos da classe popular, enaltecendo o patriotismo, a hierarquia e a ordem, além desses, ela pregava princípios higienistas para um corpo forte e saudável, com atividades ligadas a formação de um corpo masculino robusto, voltado para a defesa familiar e da pátria, e o feminino caracterizado pelas formas femininas e também preparação para a maternidade futura.

Ainda nessa década (30), o esporte começou a ser difundido e confundido com a Educação Física. Uma série de medidas foram implantadas para ressaltar o sentimento de valorização da pátria por meio dos esportes.

Foram criados vários centros esportivos e importados especialistas que dominavam técnicas de algumas modalidades esportivas.

Com o passar dos anos a Educação Física se tornou obrigatória e objetivava formar mão de obra fisicamente adestrada e capacitada para o mercado de trabalho, além de sua obrigação pela defesa da pátria.

A partir de 1964, o esporte ganhou mais ênfase no Brasil na área de Educação Física e os professores começaram a frequentar cursos de pós-graduação nos Estados Unidos na área esportiva. O esporte se tornou uma hegemonia nas escolas e os currículos passaram a tratá-lo com maior ênfase, através do método tecnicista que era centrado na competição e no desempenho, sendo seu objetivo central formar atletas para representar o país em competições internacionais.

Já no início da década de 90, um momento significativo para o Estado do Paraná foi a elaboração do Currículo Básico que está embasado na Pedagogia Histórica-Crítica da educação e caracteriza-se por uma proposta avançada onde a instrumentalização do corpo deveria dar lugar a formação humana do aluno em todas as suas dimensões.

Com o passar dos anos a Educação Física rompeu com as perspectivas da aptidão física fundamentada em aspectos técnicos e fisiológicos, destacando outras questões consideradas relevantes relacionadas as dimensões culturais, sociais, políticas e afetivas no tratamento dos conteúdos, baseada em concepções teóricas que discutem corpo e movimento.

é fundamental entender a importância da Educação Física como uma área que possibilita aos alunos uma ampliação da visão e trata um tipo de conhecimento denominado cultura corporal do movimento, que tem como temas e conteúdos que apresentam relações com os principais problemas dessa cultura corporal de movimento e o contexto histórico-social do aluno.

A participação dos alunos em atividades culturais, com jogos, esportes, danças, lutas e ginástica com a finalidade de lazer, é parte integrante do ensino-aprendizagem, possibilitando a eles maior valorização e vivência de modo concreto no cotidiano escolar.

A psicomotricidade na questão da busca de formação integral, com a inclusão das dimensões afetivas e cognitivas ao movimento humano, busca desatrelar sua atuação na escola dos pressupostos da instituição desportiva, valorizando o processo de aprendizagem e não mais a execução de um gesto isolado.

A análise crítica e a busca de superação apontam a necessidade de que se considerem também, discussões culturais, sociais e afetivas que integrem os educandos como cidadãos, visando seu aprimoramento como ser humano, para que desenvolvam suas possibilidades de forma democrática.

Visando garantir o acesso ao conhecimento e suas inúmeras manifestações ou praticas corporais produzidas pela humanidade, buscando um ideal mais completo na formação de um ser humano critico e reflexivo, nesse sentido o objeto de estudo e de ensino é a **Cultura Corporal**.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DA DISCIPLINA

ESPORTE

- Reconhecimento histórico-social nos jogos e esportes atuais, como a inclusão da mulher nos esportes, a mídia e o esporte espetáculo, a transformação do jogo em esportes, o esporte e a violência, a história das olimpíadas e a ética no esporte.
- Elaboração e prática de gestos desportivos no desenvolvimento da capacidade física e habilidades motoras.
- Participação em atividades desportivas, recreativas, coletivas e individuais, competição de classes, construção de novas regras aplicadas aos jogos e esportes.
- Participar de atividades em grandes e pequenos grupos, potencializando os benefícios e conquistas dos objetivos por todos.
- Perceber na convivência e práticas pacíficas, maneiras eficazes de crescimento coletivo, dialogando o seu ponto de vista em debates.

GINÁSTICA

- Vivência de diferentes formas de ginásticas relacionadas aos contextos históricos-sociais da estética, origens culturais e modismo.
- Aprofundar-se no conhecimento e compreensão das diferentes manifestações da cultura corporal, valorizando o desempenho, linguagens e expressividade.
- Participação de situações de repetição e a qualidade do movimento na aprendizagem do gesto ginástico, tanto no que se refere as acrobacias como na elaboração de sequencias de exercícios com e sem material.
- Desenvolvimento de competições, gincanas e atividades em grandes grupos dentro do contexto escolar.

LUTAS

- Valorizar conhecimentos que permitam identificar valores culturais, conforme o tempo e o lugar onde as lutas foram e são praticadas.
- distinguir características distintas entre lutas orientais e ocidentais.
- Esclarecimento acerca tanto da função das lutas, quanto as transformações pelas quais passaram ao longo dos anos.

DANÇA

- Compreender que a prática da dança reflete os diversos aspectos culturais dos povos, como manifestação diversa da humanidade através de diferentes práticas, como danças típicas nacionais e regionais, folclóricas, entre outras.
- Construir vivências de diferentes estilos de dança, possibilitando a liberdade de

recriação coreográfica.

- Analisar a dança que como forma de manifestação corporal se tem apropriado da erotização do corpo.

JOGOS BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

- Reconhecimento histórico-social nos jogos antigos e atuais, a mídia e o esporte espetáculo, a transformação do jogo em esporte.
- Elaboração e prática dos jogos e gestos no desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades motoras.
- Participação em atividades recreativas, intelectivas, psicomotoras, simbólico coletivas e individuais, construção de novas regras aplicadas aos jogos.
- Participar de atividades em grandes e pequenos grupos, potencializando os benefícios e conquistas dos objetivos por todos.
- Perceber durante a participação nas atividades e na convivência em grupo, maneiras eficazes de crescimento individual e coletivo, dialogando o seu ponto de vista.

ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEUDOS ESTRUTURANTES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL:

- GINÁSTICA;
- ESPORTE;
- DANÇA;
- LUTAS;
- JOGOS.

SERIE: 5^a

Esporte

- Futebol
- Handebol
- Voleibol
- Basquetebol
- Atletismo
- Tênis de mesa
- Futsal
- Xadrez

- Origem/histórico dos esportes
- Atividades pré desportivas com fundamentos e regras adaptadas
- Fundamentos básicos

Jogos e brincadeiras

- Brincadeiras de rua / populares
- Brinquedos
- Brincadeiras de roda
- Jogos de tabuleiro
- Jogos de estafetas
- Jogos dramáticos e de interpretação
- Origem e histórico dos jogos, brinquedos e brincadeiras.
- Brinquedos, jogos e brincadeiras com e sem materiais alternativos.
- Construção dos Brinquedos
- Disposição e movimentação básica dos jogos de tabuleiro

Dança

1. Danças folclóricas
2. Atividades de expressão corporal
3. Cantigas de roda
4. Origem e histórico das danças.
5. Contextualização da dança.
6. Atividades de criação e adaptadas
7. Movimentos de experimentação corporal (sequência de movimentos)

Ginástica

- Ginástica artística
- Atividades circenses
- Ginástica natural
- Origem e histórico da ginástica artística
- Movimentos Básicos (ex: rolamento, parada de mão, roda)
- Construção e experimentação de materiais utilizados nas diferentes modalidades

ginásticas

- Cultura do Circo
- Consciência Corporal

Lutas

- Judo
- Karate
- Taekwondo
- Capoeira
- Origem e histórico das lutas
- Atividades que utilizem materiais alternativos
- Jogos de oposição
- Musicalização
- Ginga, esquiva e golpes

SERIE: 6^a**Esporte**

- Futebol
- Handebol
- Voleibol
- Basquetebol
- Atletismo
- Tênis de mesa
- Futsal
- Xadrez
- Origem dos diferentes esportes e mudanças no decorrer da história.
- Noções das regras e elementos básicos.
- Prática dos fundamentos das diversas modalidades esportivas.
- Sentido da competição esportiva.

Jogos e brincadeiras

- Brincadeiras de rua
- Jogos dramáticos e de interpretação
- Jogos de raquete e peteca
- Jogos cooperativos.
- Jogos de estafetas
- Jogos de tabuleiro

- Recorte histórico delimitando tempos e espaços, nos jogos, brinquedos brincadeiras.
- Diferença entre brincadeira, jogo e esporte.
- A construção coletiva dos jogos, brincadeiras e brinquedos.
- Os Jogos, as brincadeiras e suas diferenças regionais.

Dança

- Hip Hop: Break
- Dança folclórica
- Dança criativa
- Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na dança.
- Desenvolvimento de formas corporais rítmico/expressivas.
- Criação e adaptação de coreografias.
- Construção de instrumentos musicais.

Ginástica

- Atividades circenses
- Ginástica rítmica
- Ginástica artística
- Ginástica natural
- Aspectos históricos e culturais da ginástica
- Noções de posturas e elementos ginásticos
- Cultura do Circo

Lutas

- Capoeira
- Judô
- Karate
- Taekwondo
- Origem das lutas, mudanças no decorrer da história jogos de oposição
- Ginga, esquiva e golpes
- Rolamentos e quedas

SERIE: 7^a

Esporte

- Futebol
- Handebol
- Voleibol
- Basquetebol
- Atletismo
- Futsal
- Xadrez
- Tênis de mesa
- Recorte histórico delimitando tempos e espaços, no esporte.
- Possibilidade do esporte como atividade corporal: lazer, esporte de rendimento, condicionamento físico.
- Esporte e mídia.
- Esporte: benefícios e malefícios à saúde
- Prática dos fundamentos das diversas modalidades esportivas.
- Discutir e refletir sobre noções de ética nas competições esportivas.

Jogos e brincadeiras

- Jogos cooperativos
- Jogos intelectivos
- Jogos de raquete e peteca
- Jogos de tabuleiro
- Recorte histórico delimitando tempos e espaços, nos jogos, brincadeiras e brinquedos
- Festivais
- Estratégias de jogo

Dança

- Hip Hop
- Danças folclóricas
- Dança de rua
- Dança de salão
- Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na dança.
- Hip Hop: apresentação dos elementos de forma crítica (DJ, MC, GRAFITE E BREAK).

- Elementos e técnicas de dança
- Esquetes (são pequenas sequencias cômicas).

Ginástica

- Ginástica artística
- Ginástica rítmica
- Ginástica geral
- Atividades circenses
- Recorte histórico delimitando tempos e espaços, na ginástica.
- Noções de postura e elementos ginásticos.
- Origem da Ginástica com enfoque específico nas diferentes modalidades, pensando suas mudanças ao longo dos anos.
- Manuseio dos elementos da Ginástica Rítmica.
- Movimentos acrobáticos

Lutas

- Capoeira
- Judô
- Karate
- Taekwondo
- Roda de capoeira
- Projeção e imobilização
- Jogos de oposição

SERIE: 8ª

Esporte

- Futebol
- Handebol
- Voleibol
- Basquetebol
- Atletismo
- Futsal
- Tênis de mesa
- Xadrez
- Recorte histórico delimitando tempos e espaços

- Organização de festivais esportivos
- Análise dos diferentes esportes no contexto social e econômico
- Regras oficiais e sistemas táticos
- A prática dos fundamentos das diversas modalidades esportivas
- Súmulas, noções e preenchimento
- Vivenciar atividades esportivas, trabalhando com arbitragens, súmulas e diferentes noções de preenchimento

Jogos e Brincadeiras

- Jogos cooperativos
- Jogos de tabuleiro
- Organização e criação de gincanas e RPG (Role-Playing Game, Jogo de Interpretação de Personagem), compreendendo que é um jogo de estratégia e imaginação, em que os alunos interpretam diferentes personagens, vivendo aventuras e superando desafios.
- Diferenciação dos jogos cooperativos e competitivos

Dança

- Dança de salão
- Dança Folclórica
- Recorte histórico delimitando tempos e espaços na dança.
- Organização de festivais.
- Elementos e técnicas de dança

Ginástica

- Ginástica artística
- Ginástica rítmica
- Ginástica de academia
- Origem da Ginástica: trajetória até o surgimento da Educação Física.
- Construção de coreografias.
- Ginástica e a cultura de rua (circo, malabares e acrobacias).
- Análise sobre o modismo.
- Vivência das técnicas específicas das ginásticas desportivas.
- Recursos ergogênicos (doping).

Lutas

- Taekwondo
- Capoeira
- Karate
- Judo
- Origens e aspectos históricos

ENSINO MÉDIO**CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:**

- GINÁSTICA
- ESPORTE
- DANÇA
- LUTAS
- JOGOS

Série 1^a**Ginástica**

Atividades físicas e o organismo Humano: coração, pulmões, glândulas, etc.

- O corpo e suas dimensões biológicas, históricas, culturais, sociais, etc.
- Qualidade de vida;
- Corpos femininos, masculinos, infantis, idosos, suas manifestações;
- Textos complementares: obesidade, stress, auto-estima, coluna vertebral;
- Ginástica de solo.

Esporte

- Educação Física atual e suas tendências;
- Futsal: sistemas, rodízio, função, posicionamento, ataque e defesa;
- Voleibol: sistemas, fundamentos, posicionamento, etc.
- Competições e formas de eliminatórias;
- Primeiros socorros;
- Handebol: regras, fundamentos, fintas, etc;
- Basquete: noções de defesa e ataque, regras aprofundadas, revisão dos anos anteriores;
- Atletismo: cross cauntry. Corridas, arremesso e de dardo.

Dança

- Danças: popular, aeróbica, etc;
- Dança popular(típicas da região);
- Dança coreografada;
- Dança de salão.

Lutas

- O corpo que é objeto: preconceitos, drogas, necessidades especiais, etc.
- Violência na Educação Física;
- Capoeira;
- A luta como defesa pessoal.

Jogos

- Recreação e ludicidade;
- Atividades complementares;
- Regras de convívio social;
- Resgate histórico de brincadeiras.

2ª Série**Ginástica**

- Mídia e suas manifestações corporais;
- Ginástica artística;
- Relaxamento;
- Qualidade de vida;
- Corpos femininos, masculinos, infantis, idosos, suas manifestações;
- Ginástica rítmica desportiva;
- Atividades físicas e o organismo Humano: coração, pulmões, glândulas, etc.

Esporte

- Educação Física atual e suas tendências;
- Futsal: sistemas, rodízio, função, posicionamento, ataque e defesa;
- Voleibol: sistemas, fundamentos, posicionamento, etc.
- Competições e formas de eliminatórias;
- Primeiros socorros;
- Handebol: regras, fundamentos, fintas, etc;

- Atletismo: cross country. Corridas, arremesso e de dardo;
- Tênis de campo: regras básicas, medidas e jogo;
- Basquete: noções de defesa e ataque, regras aprofundadas, revisão dos anos anteriores.

Dança

- Danças: folclore, popular, aeróbica, etc;
- Expressões corporais no teatro;
- Coreografias;
- Expressividade corporal.

Lutas

- O corpo que é objeto: preconceitos, drogas, necessidades especiais, etc.
- Violência na Educação Física;
- Luta como filosofia de vida;
- A diversidade (étnico-raciais, sexual, indígena, alunos com necessidades especiais);

Jogos

- Recreação e ludicidade;
- Recreação e atividades complementares;
- Retrospecto das atividades trabalhadas no Ano letivo;
- Jogos de mesa;
- Confecção de brinquedos.

3ª série

Ginástica

- Funcionamento do organismo: coração, pulmão e suas influencias na atividade física;
- Textos: o corpo e seus adereços, obesidade, medidas de avaliação corporal, dúvidas em Educação Física;
- Autoconhecimento corporal;
- Nutrição;
- Condicionamento físico;
- Musculação;
- Ginástica de academia;

- Postura.

Esporte

- Futsal: sistemas, jogadas, posicionamento e jogo;
- Violência no esporte;
- Voleibol: sistema de ataque e defesa, jogadas especiais, táticas e jogo;
- Handebol: regras, aprofundamento da teoria e da prática, jogo propriamente dito;
- Organizações de competições;
- Basquetebol: revisão dos conteúdos dos anos anteriores;
- Tênis de campo: fundamentação e jogo;
- Socorros urgentes;
- Lesões;
- Noções de arbitragem;
- Atletismo: corridas, cross country;
- Condicionamento físico;
- Futebol: posicionamento, regras.

Dança

- Manifestação social da dança;
- Atuais concepções da dança;
- Ritmos brasileiros;
- Danças: aeróbica, folclóricas.

Lutas

- Violência no esporte;
- As lutas, benefícios e objetivos;
- Artes marciais;
- Lutas e o vínculo com as desigualdades sociais.

Jogos

- Lazer: brincadeiras que estimulem a afetividade, cooperação;
- Cultura através da ludicidade;
- Brincadeiras cantadas;
- Retrospecto das atividades trabalhadas no ano letivo.

METODOLOGIA

Ao incluir o aluno na elaboração das propostas de ensino e aprendizagem, serão consideradas, a sua realidade social e pessoal, a percepção de si e do outro, suas dúvidas e necessidades de compreensão desta mesma realidade.

Os conteúdos de Educação Física serão trabalhados respeitando as individualidades físicas, rítmicas, psíquicas e motoras buscando a compreensão e vivências das diferentes formas de praticar esportes. Modismos, valores estéticos, percepção, desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades motoras serão relacionadas às atividades esportivas.

A partir da inclusão, pode-se construir um ambiente de aprendizagem significativa, que faça sentido ao aluno, no qual ele tenha a possibilidade de fazer escolhas, trocar informações, estabelecer questões e construir hipóteses na tentativa de respondê-las, valorizando a história e cultura do povo negro e índio, não apenas elevando a autoestima e compreensão de sua etnia, mas de todas as etnias, na perspectiva da afirmação de uma sociedade multicultural e pluriétnica.

Os alunos participarão das atividades propostas individualmente e em grupos variando conforme os objetivos a serem alcançados, abrindo assim um leque para discussões férteis para a melhoria da qualidade durante a aula.

Professor e aluno podem participar de uma integração cooperativa de construção e descoberta, em que o professor promove uma visão organizada do processo e o aluno contribui com o elemento novo, trazendo a síntese da atualidade para o movimento da aprendizagem.

Utilizaremos várias formas de trabalho como:

- Estudo do meio
- Exposição de vídeo
- Leitura de textos
- Apreciação de obras de vários autores
- Discussão de assuntos (debates, questionamentos e reflexões)
- Estudo sobre mídia
- Projetos interdisciplinares
- Resgate de brincadeiras populares
- Elaboração de coreografias
- Confecção de materiais alternativos

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Discutir com os alunos os critérios de avaliação, contribuindo no atendimento do

programa a ser desenvolvido no período letivo como também ampliará a compreensão dos alunos sobre o que buscamos alcançar, responsabilizando a todos pela trajetória a ser percorrida.

Estabelecer relações entre conhecimentos, conceitos, valores e atitudes; integrar-se a dimensão emocional e sensível do corpo à cultura corporal do movimento e ampliando sua compreensão de saúde e bem-estar, tendo em vista a promoção da qualidade devida, buscando do aluno o seu próprio valor como ser humano integrado na sociedade.

Utilização da autoavaliação como um momento para a reflexão do educando sobre as contribuições, no seu crescimento profissional e coletivo, sobre seu próprio desempenho, buscando assim, a mudança da conduta e posicionamento do educando sobre o processo de construção do conhecimento contínuo.

Avaliar a cooperação, integração social em grupo, com atitudes de respeito mútuo, solidariedade e dignidade, reconhecendo suas próprias características e limitações no seu desenvolvimento.

Não esquecendo que a avaliação deve ser contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Nas aulas práticas, o aluno será avaliado diariamente pela sua participação e produção na aula.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino-aprendizagem. Devendo ser feita uma revisão dos conteúdos, onde serão propostos novos exercícios de fixação e esclarecimentos das dúvidas que ainda possam existir. Quanto aos alunos inclusos será feita uma avaliação diferenciada, respeitando seu tempo e limitações, de acordo com o PPP da escola.

Dessa forma, utilizar-se-á diferentes critérios de avaliação, de acordo com as diversidades e possibilidades das várias turmas e turnos, respeitando as vivências dos alunos, tais como:

- Debate
- Participação
- Avaliação teórica e prática
- Avaliação oral
- Trabalhos individuais
- Trabalhos em grupo
- Pesquisas
- Relatórios

REFERÊNCIAS

- ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. Reinventando o esporte: Possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores associados/CBCE, 2001.
- AUTORES ASSOCIADOS. Imagens da educação no corpo. Campinas: 1998
- BARRETO, Débora. Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola. Campinas: Autores associados, 2004
- BERTHERAT, Thérèse. As estações do corpo. São Paulo: Martins Fontes, 1986
- BRACHT, Valter. **Educação Física: Conhecimento e especificidade.**
- BRACHT, Valter. **Pesquisa em ação: Educação Física na escola.** 2003.
- BREGOLATO, R.A. **Textos de Educação Física para a sala de aula.** Cascavel, assoeste, 1994
- CARVALHO, Yara Maria de RUBIO, Kátia. **Educação Física e Ciências Humanas.** São Paulo: Hucitec, 2001
- CRESPO Jorge. **A história do corpo.** Liboa: Difel. 1990.
- DCEs – **Diretrizes Curriculares da Educação Fundamental da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná.** 2008
- Educar em revistas nº16. **Corporalidade e educação.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000.
- GARCIA, Regina Leite (Org.). **O corpo que fala dentro e fora da escola.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lúdico, Educação e Educação Física.** 1999.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Revista Estudos Históricos, vol. 13 nº23. **Esporte e Lazer.** Rio de Janeiro: 1999.
- TABORDA DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio. **Existe espaço para o ensino de educação Física na escola básica? Pensar a prática.** Goiânia Junho/1998.
- VAGO, Tarcísio Mauro. **Intervenção e conhecimento na escola: por uma cultura escolar de Educação Física.**

6.3 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE GEOGRAFIA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Nas diretrizes curriculares, o conceito adotado para o objeto de estudo da Geografia é o *espaço geográfico*, entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade (LEFEBVRE, 1974), composto pela inter-relação entre *sistemas de objetos* – naturais, culturais e técnicos – e *sistemas de ações* – relações sociais, culturais, políticas e

econômicas (SANTOS, 1996).

A discussão acerca do ensino de geografia inicia-se pelas reflexões epistemológicas do seu objeto de estudo. Muitas foram as denominações propostas para este objeto, hoje entendida como Espaço Geográfico e sua composição conceitual básica - lugar, paisagem, região, território, natureza, sociedade, entre outros.

Ao tomar a dialética como método, propôs-se analisar o espaço geográfico a partir de algumas de suas categorias, tais como: totalidade, contradição, aparência/essência e historicidade. Segundo este método, nenhum fenômeno pode ser entendido isoladamente, só é possível conhecer o particular quando situado na totalidade. "A totalidade estrutura os elementos de acordo com uma lógica interna por isso só é compreensível no e pelo todo" (ARAÚJO, 2004, p. 80).

A sociedade é entendida por Santos (1985) como totalidade social. Assim, para que se compreenda a produção espacial é necessário ir além da aparência, dos aspectos visíveis, é preciso compreender como os determinantes políticos, culturais e econômicos se constituem na essência social e produzem as transformações espaciais.

Segundo Santos (1985) há uma relação entre a sociedade e um conjunto de formas materiais e culturais. O espaço pode ser entendido como um produto social em permanente transformação, ou seja, sempre que a sociedade sofre mudança, as formas (objetos geográficos) assumem novas funções, novos elementos, novas técnicas são incorporados à paisagem e ao espaço, demonstrando a dinâmica social. Os objetos construídos sobre o espaço são datados e vão incorporando novas tecnologias e novas formas de produzir. De acordo com esse autor, a história é uma totalidade em movimento e o movimento da sociedade produz mudanças em diferentes níveis e diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura em relação umas com as outras.

As relações com a natureza e com o espaço geográfico fazem parte das estratégias de sobrevivências dos grupos humanos desde suas primeiras formas de organização. Observando as estações do ano, conhecer o ciclo reprodutivo da natureza, a direção e dinâmica dos ventos etc. Esses conhecimentos permitiram às sociedades se relacionarem com a natureza e modificá-la em benefício próprio.

Os saberes geográficos, no processo histórico, passaram a ser evidenciados nas discussões filosóficas, econômicas e políticas, que buscavam explicar questões referentes ao espaço e às sociedades. Temas como comércio, formas de poder, organização do Estado, produtividade do solo, recursos minerais, territórios eram preocupações dos grandes impérios coloniais.

Pode-se considerar que o Ensino da Geografia, no século XIX, teve, do ponto de vista epistemológico, sua predominância no positivismo, e foi no interior dessa concepção de

ciência que a Geografia emergiu. Portanto, embora o exercício não estivesse caminhando de forma condizente, surgiu a necessidade de uma visão globalizada.

A partir dos anos 1960, iniciaram estudos com propostas para construção de uma outra Geografia que se construísse a partir de uma posição política, clara, a começar pelos professores, e que deveria, portanto, trabalhar as relações indelévels entre a política e o epistemológico diante de um novo contexto político. Porém, na década de 1970, teve início um movimento de contestação à geografia tradicional que na escola, traduzia-se por um ensino mecanicista.

Pode-se afirmar que a Geografia do século XXI é uma geografia crítica e que, portanto, trabalha com as contradições, os conflitos, as ambiguidades das lutas sociais, que caracterizam as relações entre sociedade e natureza que produziram e produzem o espaço geográfico. Contudo, trabalhar com assuntos que enfocam a natureza e seus fenômenos têm se distanciado cada vez mais do discurso geográfico, deslizando para um campo das teias interdisciplinares.

Mas, como deve caminhar o ensino da Geografia do século XXI? Vesentini (1995, p.15) esclarece:

(...) O ensino de geografia no século XXI, portanto, deve ensinar- ou melhor, deixar o aluno descobrir – mundo em que vivemos, com especial atenção para a globalização e as escalas local e nacional, deve focar criticamente a questão ambiental e as relações sociedade/natureza (sem embaralhar uma dinâmica na outra), deve realizar constantemente estudos do meio (para que o conteúdo ensinado não seja meramente teórico ou “livresco” e sim real, ligado à vida cotidiana das pessoas) e deve levar os educandos a interpretar textos, fotos, mapas, paisagens. (...).

Como a Geografia é a ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, em muitos momentos ela possui a tendência de utilizar outras ciências, segundo Andrade (1987, p.15), tem naturalmente a necessidade de manter contatos, de trocar conhecimentos e experiências com muitas das ciências ditas naturais. (...) tem colocado em perigo até a identidade da Geografia.

Ainda, conforme Andrade (op.cit, p.17):

Como a Geografia é uma ciência que tem relacionamento com uma série de ciências afins, é natural que entre ela e as outras ciências se desenvolvam áreas de conhecimento intermediário, ora como ramos do conhecimento geográfico, ora como ramos do conhecimento de outras ciências que se tornaram ou tendem a tornar-se novas ciências a serem pragmaticamente catalogadas. Daí a existência da Geomorfologia, entre a Geografia e a Geologia; da Hidrografia, entre a Geografia e a Hidrologia; da Climatologia, entre a Geografia e a Meteorologia; da Biogeografia, entre a Geografia e a Biologia; da Geo- história, entre a Geografia e a História; da Geopolítica entre a Geografia, a Ciência Política e as Relações Internacionais; da Geoeconomia, entre a Geografia e a Economia Política etc.

Partindo deste pressuposto, ao analisarmos um fenômeno de geografia, em um determinado espaço, temos que ter ciência da dimensão histórica deste fenômeno. Por conseguinte, a realidade que temos hoje é fruto de um processo de transformação social,

onde os principais agentes são os homens que interagem com o meio e o transformam através dos tempos (OLIVEIRA, 1984, p. 121).

O avanço da tecnologia, principalmente no campo da informática e da comunicação, e a conseqüente transformação econômica, social e política, trazem mudanças na configuração, na estrutura e na leitura da Geografia de hoje. Essa situação vem provocando discussões, entre profissionais, acerca de uma nova abordagem teórica e de sua prática nas escolas. Tal fato sinaliza a necessidade de uma constante atualização dos profissionais para o aprofundamento de conhecimento teórico, com a preocupação de novas formas de estudo e da aplicação de uma nova prática.

Ao nosso ver uma concepção de Geografia que visa a transformação e a formação do cidadão é aquela que leve o aluno, segundo Oliveira (1989, p.29), a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza.

Diante da terceira revolução industrial ou revolução técnico-científica, novas abordagens foram inseridas no contexto geográfico como nova ordem mundial, globalização, multipolaridade, sociedade pós-capitalista, competição econômica e tecnológica, excluindo quase que integralmente o estudo da natureza.

Levando em consideração que o mundo de hoje é submetido a expressões como globalização, nova ordem mundial e revolução técnico-científica, tudo isso passou a fazer parte, com maior frequência, do universo de estudiosos de comunicação de massa, provocando a moldagem de opiniões mais críticas.

O ensino de geografia e a escola sofrem suas crises provocadas pela abstração de suas responsabilidades, a geografia que não consegue firmar suas bases conceituais, pois como responsável por definir e analisar o mundo deveria ser um elo despertador de interesse parte dos alunos, mas apenas tem conseguido provocar por parte dos mesmos um bloqueio ao nível da disciplina, pois a primeira preocupação é descrever em lugar de explicar; inventariar e classificar em lugar de analisar e de interpretar.(BRABANT, 1986, p.19).

É preciso procurar elucidar as questões das contradições e entender que mesmo a degradação do meio ambiente tem sua origem nas relações intersociais; e levar em consideração que a realidade local, onde o aluno se encontra, está inserida no processo no contexto do mundo, em meio à globalização da economia e da mundialização da cultura engendrada numa sociedade tecnológica.

Como contribuir para formar o homem por inteiro, no sentido de torna-lo capaz de exercer sua cidadania, suprimindo suas necessidades e contribuindo para a construção de uma nova ordem mundial.

O trabalho do docente precisa ser integrado com as demais disciplinas no sentido de se buscar a humanização ou sua formação por inteiro, evitando o ensino compartimentado ou fragmentado.

A formação de o cidadão manifestar-se criticamente em relação à forma como foi ou está sendo, ou será construído, é um dos principais fundamentos do ensino da geografia. Ela não pode ser encarada apenas com uma ciência que serve para dotar os indivíduos de conhecimento sobre o mundo. Ele deve ir mais adiante questionando sobre os problemas da região, sobre as contradições existentes na vida econômica, social e política e tentar buscar as soluções que beneficiem a todos os segmentos da sociedade, principalmente aqueles que estão à margem de todo o processo.

Hoje a geografia possui um papel essencial que é o de investigar e debater o ser humano e a natureza podendo provocar a descoberta do “grande segredo da humanidade”: a ação humana pode construir um espaço melhor para todos.

II OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

A ciência geográfica possui a especificidade de articular diferentes níveis de análises, pois integra saberes oriundos tanto das ciências naturais e físicas como também aqueles provenientes das ciências humanas, o que estimula e torna viáveis leituras diferentes de um mesmo fenômeno ou temática estudada.

A Geografia é uma ciência que possibilita o aprofundamento dos conhecimentos geográficos, referentes ao resultado da inter-relação entre objetos e ações, de constituição e organização do Espaço, seus conhecimentos podem ser trabalhados através dos eixos, assim promove uma análise espacial sob a abordagem natural, histórica, econômica, cultural e política.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir conceitos geográficos como sociedade, natureza, território, região, paisagem e lugar.
- Investigação e compreensão;
- Contextualização sociocultural;
- Observar o espaço, vivência e transformações;;
- Interpretar diferentes mapas e fazer representações cartográficas;;
- Observar e analisar as interações homem-meio (natureza), identificando-se como agente transformador da mesma;
- Fazer leitura de diferentes fontes de informações locais e globais, relacionando a sua realidade e a ação do homem no percurso da história;

- Diagnosticar a realidade agrícola da região.
- Distinguir as formas de organização, através da produção de mercadorias nos diferentes espaços (rural e urbano) viabilizando o acúmulo de capital. Por produções de textos relacionados com temas abordados.
- Compreender o espaço geográfico como produto histórico-social e sua organização segundo os interesses de alguns e não de todos os membros da sociedade (espaço político e ideológico);
- Adquirir conhecimentos sobre a industrialização tardia do Brasil e do mundo, a atividade agropecuária, as fontes de energia, a urbanização e seus problemas;
- Compreender as causas dos principais desequilíbrios ambientais verificados no contexto nacional e local;
- Compreender alguns aspectos da geografia do Brasil e verificar, por meio de indicadores sociais, desenvolvimento econômico e utilização da natureza;

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS DE GEOGRAFIA ENSINO FUNDAMENTAL

Geografia 5ª Série

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
Dimensão econômica do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo e espaço • Formação e transformação das paisagens naturais • A sociedade moderna e o espaço • cartografia: leitura e interpretação de mapas; • Maneiras de se orientar no espaço geográfico; • As várias maneiras de representar o espaço;
Dimensão política do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Os Movimentos da Terra no Universo e suas influências na organização do Espaço Geográfico; • Litosfera: Rochas e Minerais, constituição dos solos, placas tectônicas, formas de relevo, alterações e desafios para sustentabilidade;
Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> • A superfície Terrestre: impactos socio-ambientais e suas influências na organização do Espaço Geográfico; • Hidrosfera: rios e Bacias Hidrográficas, oceanos e mares, alterações, poluição e desafios para sustentabilidade. • Atmosfera: camadas, tempo e clima, fenômenos atmosféricos, massas de ar e climas
Dimensão socioambiental do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Biosfera: Os grandes biomas mundiais • Sistemas de energia; • As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista • Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção

Geografia-6ª Série

Conteúdos Estruturantes

Dimensão econômica do espaço geográfico

Dimensão política do espaço geográfico

Dimensão cultural demográfico do espaço geográfico

Dimensão socioambiental do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

- A construção do espaço geográfico;
- Sociedade Moderna e Estado;
- Sociedade moderna e economia;
- Formação do território brasileiro: suas diversas reconfigurações;
- Atividades Industriais;
- Caracterização do espaço urbano;
- Caracterização do espaço rural;
- Comunicação, comércio e transportes;
- Fatores e tipos de migração e imigração e suas influências no Espaço Geográfico;
- Fluxos migratórios mundiais;
- Formações e conflitos étnicos, étnicos-religiosos e gênero (disputas territoriais e culturais entre Brancos e Índios);
- Crescimento demográfico e suas implicações políticas, sociais e econômicas;
- Composição demográfica regionais e nacionais;
- Identidade nacional e processo de globalização;
- Emprego, renda e situação econômica do País, da região e do lugar.
- Regionalização do espaço brasileiro contemporâneo;
- Características gerais do Nordeste;
- Características gerais do Centro-Sul;
- Amazônia: complexo mundial da biodiversidade.

Geografia-7ª Série

Conteúdos Estruturantes
Dimensão econômica do espaço geográfico

Dimensão política do espaço geográfico

Dimensão cultural demográfico do espaço geográfico

Dimensão socioambiental do espaço geográfico

Conteúdos Básicos

- Continentes: fatores que influenciaram em suas formações e suas características físicas (clima, relevo, hidrografia, vegetação e solo ou pedogênese).
- Regionalização do espaço Mundial;
- Conflitos e suas influências na organização e configuração espacial;
- Organizações internacionais e suas influências nas transformações do Espaço Geográfico;
- Neoliberalismo: suas características e influência na organização e na configuração de/o Espaço Geográfico;
- Movimentos sociais locais e globais: A formação dos microterritórios;
- América Latina e suas divisões regionais: formação histórica, suas diferentes etnias (indígenas, europeus e africanos), diferenças econômicas, sociais e culturais;
- África e seus conjuntos regionais;
- Ásia e suas peculiaridades, bem como suas divisões.

Geografia 8ª Série

Conteúdos estruturantes Conteúdos Básicos

Dimensão econômica do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> •As diversas formas de regionalizar o espaço geográfico. •Países do Norte e países do Sul. •A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado. •Europa, Japão, Estados Unidos e Canadá, Austrália e Nova Zelândia: características gerais.
Dimensão política do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> •A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos do espaço de produção. •Globalização e suas influências na configuração do espaço geográfico. •O comércio mundial e as implicações socioespaciais. •A formação e a mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.
Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> •A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a organização do espaço geográfico. •O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial. •A dinâmica da natureza e suas alterações pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.
Dimensão socioambiental do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> •A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos. •A mobilidade populacional e as modificações socioespaciais da diversidade cultural. •Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações.

CONTEÚDOS BÁSICOS – GEOGRAFIA**ENSINO MÉDIO**

Conteúdos estruturantes Dimensão econômica do espaço geográfico	Conteúdos Básicos <ul style="list-style-type: none"> •A formação e transformação das paisagens. •A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção •A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a (re) organização do espaço geográfico •A formação, localização e exploração dos recursos naturais. •A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção. •O espaço rural e a modernização da agricultura. •
Dimensão política do espaço Geográfico.	<ul style="list-style-type: none"> •O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial. •A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações. •Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.

Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico.	<ul style="list-style-type: none"> •As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista. •A formação e o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente. •Os movimentos sociais, urbanos e rurais, e a apropriação do espaço. •A evolução demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos.
Dimensão socioambiental do espaço geográfico	<ul style="list-style-type: none"> •Os movimentos migratórios e suas motivações •A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural. •O comércio e as implicações socioespaciais. •As diversas regionalizações do processo de mundialização. •A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.

V METODOLOGIA

No desenvolvimento das aulas, o tratamento metodológico assume o papel relevante no ensino da Geografia, uma vez que se torna imprescindível ao professor realizar um trabalho criativo com aulas diferentes e inovadoras, fugindo das atitudes padronizadas do cotidiano escolar que elimina a multiplicidade de ações.

O papel do professor frente a esta nova postura é ora de mediar nas interações educativas, ora de criador de desafios perante os conteúdos propostos, que por sua vez poderão estar revelando a realidade do mundo do aluno.

O espaço apropriado para a interação dos fatores envolvidos na aprendizagem desde o campo da afetividade o nível de maturidade e individualidade o nível de conhecimentos prévios a natureza do espaço físico e dos materiais e recursos didáticos é a sala de aula que deverão ser propiciadas as condições para:

Que seja desenvolvido um clima de aceitação e respeito em que erro seja encarado como desafio para o aprimoramento do conhecimento e construção de personalidade e que todos se sintam seguros e confiantes para pedir ajuda.

Para tanto, serão desenvolvidos diferentes atividades: trabalhos em grupos, leitura de textos, debates, leitura de paisagens (através de visitas, vídeos e tv multimídia (pen drive), fotografias, literaturas, relatos e mapas), observação, descrição, explicação, interação territorial e extensão (estabelecendo limites e fronteiras dos fenômenos, extensão e tendências espaciais), análise de trabalho com pesquisa, representação cartográfica, de forma dinâmica e instigante que propiciem a interpelação entre professores, alunos e conteúdos trabalhados. Oportunizando confronto de ideias, interesses, valores sociais, econômicos e ambientais.

O professor deve estar ciente à lei 10.639/03 envolvendo a temática da história e cultura afro-brasileira e africana, que devem ser vistas nas diferentes séries, relacionadas aos

conteúdos estruturantes de forma contextualizada.

VI AVALIAÇÃO

A avaliação depende de algumas questões: Para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar?

Sabemos que o ensino tradicional a avaliação é feita por meios de cobranças, isto é provas ou testes em que se mede apenas a capacidade de repetição do que foi ensinado na sala de aula. É uma avaliação somente quantitativa. Mas o professor que quiser implementar um ensino crítico deve avaliar no aluno tanto o desenvolvimento cognitivo (aquisição de conhecimento) quanto o desenvolvimento de sua habilidades (raciocínio, capacidade de observação e de crítica) e de sua atitudes (sociabilidade, responsabilidade, etc.). Deve, portanto, fazer uma avaliação contínua ou permanente mais qualitativa, sempre lembrando que o objetivo não é prejudicar o educando e sim orientá-lo, e ainda, medir o seu desenvolvimento e as suas deficiências para que se possa corrigí-las.

A avaliação da disciplina de Geografia deve ser entendida como um processo de compreensão do desenvolvimento do aluno e das práticas docentes.

O professor deve observar, então, se os alunos compreendem e utilizam os conceitos geográficos e as relações espaço-tempo e sociedade - natureza para a compreensão do espaço nas diversas escalas geográficas.

Quanto aos critérios a serem utilizados na avaliação, serão levada em consideração o uso de instrumentos que contemplem várias formas de expressão dos alunos, e que priorize a formação dos conceitos geográficos e a compreensão dos fenômenos nas diversas escalas geográficas, a questão da operacionalização de conceitos, os procedimentos e as atitudes do educando tendo em vista os conteúdos ministrados as competências e habilidades desenvolvidas da prática da realidade através de vídeos; cartazes; produção de textos; leitura e interpretação de fotos, imagens gráficos, tabelas e mapas trabalhos de pesquisas bibliográficas, em grupos ou individuais; exposição oral; debates; atividades no caderno; apresentações avaliações escritas: objetivas e subjetivas, dupla, individual, com pesquisa e sem pesquisa.

A recuperação paralela será automaticamente com base nos conteúdos trabalhados durante o trimestre (ensino fundamental) e o bimestre por meio de blocos (ensino médio) e poderá ser através de avaliações, trabalhos de pesquisa ou relatórios conforme o regimento escolar do estabelecimento.

De acordo com o Regimento escolar é vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação, sendo a *recuperação de estudos* um direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos

didático-metodológicos diversificados.

REFERÊNCIAS

- ALFLEN, André Aparecido **et al.** **Geografia, Ensino Médio**. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2006
- BARBOSA, J.L **Geografia e Cinema: Em busca de aproximação e do inesperado**.
- MENDONÇA F. e KOZEL, S. (org.) **Elementos da epistemologia da Geografia Contemporânea** . Curitiba: Ed. Da UFPR,2002.
- SANTOS M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro Record, 2000.
- SOUZA, M . J . L. **O Território: Sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**.
- PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. Departamento do Ensino Médio. **Diretrizes Curriculares de Geografia**. Curitiba: SEED/DEM, 2008.

6.4 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A História como disciplina escolar passou a ser obrigatória, com a criação do Colégio D. Pedro II em 1837.

Ao rever o ensino da História da década de 1970 aos dias atuais, pretendeu-se analisar as características da disciplina, suas permanências, mudanças rupturas e a inserção da produção historiográficas nas escolas.

Na segunda metade da década de 1980 e no início dos anos 90, cresceram os debates e propostas do ensino da História.

A História é uma ciência muito abrangente. Seu entendimento se faz através de análises, de busca de dados, pesquisas, hipóteses, associações de fatos, tabelas, épocas, siglas e os acontecimentos ocorridos desde o princípio da Humanidade, até nossos dias.

Em 2003, foi elaborada a DCE para o ensino da História e ao longo desse período veio sendo reestruturada com a colaboração dos professores da rede pública estadual.

A História esta sempre em construção, fazendo com que o individuo se reconheça como sujeito ativo no processo que analisa, compreenda o passado, para se posicionar em outro quadro social, cultural e familiar, sendo um cidadão e que lhe cabe direitos e deveres assim a seus semelhantes.

A História favorece a formação de cidadãos críticos, que assumam formas de

participação social, política, econômica, religiosa e cultural, diante da realidade atual, aprendendo a discernir os limites e as possibilidades de transformação da realidade histórica na qual se insere.

Somos uma peça fundamental da História da Humanidade que a construímos. Sua essência, sua filosofia, são análises à busca e a compreensão dos fatos.

A História tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e as relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações.

É necessário pensarmos a História enquanto conhecimento ampliado, tanto pelos historiadores com seus estudos teóricos (fontes de documentos), como pela aproximação com as demais áreas de ensino (interdisciplinariedade)

Define-se assim, a importância do conhecimento histórico, como elemento fundamental para a compreensão social. É por isso que a História desempenha papel relevante na formação da cidadania, possibilitando uma visão reflexiva sobre a pessoa enquanto indivíduo e também elemento de um grupo.

Segundo Rusen, a aprendizagem histórica é uma das dimensões e manifestações da consciência histórica. Esta articula ao modo como a experiência do passado é vivenciada e interpretada de maneira a fornecer uma compreensão do presente e a construir projetos de futuro.

Hobsbawn, em suas principais obras, investigou os processos históricos mundiais que ocorreram e interferiram em diversos locais em determinado contexto histórico, de modo que construíram novos modelos teóricos para seus objetos.

Os historiadores da Nova História Cultural, tais como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, compreenderam, por meio da micro-história, que a relação entre o local e o universal é um problema de escalas. Para eles esta diferença se refere a distintos graus na perspectiva de análise. Um olhar local é um procedimento fundamental para perceber fissuras nas estruturas sócio-históricas, e apontar caminhos que mapeiam as transformações estruturais que ocorrem durante a constituição do processo histórico.

Atualmente propõe-se também, uma autonomia da escola paranaense necessitando de um referencial coletivo proposto pelas Diretrizes Curriculares Estaduais.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que fundamenta o ensino, levou muito tempo em debates nas várias áreas do conhecimento.

Com base nessas discussões, houve a elaboração das Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Fundamental no Estado do Paraná.

A Autonomia da escola, vem retomar como sistema no qual se interligam as práticas pedagógicas. Somente nesse momento conseguiremos formar jovens que respeitem e compreendam a importância de outra sociedade.

CONTEÚDOS

ENSINO FUNDAMENTAL

5ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Relações de trabalho ,
- Relações de poder,
- Relações culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS

1. A experiência humana no tempo: a memória local e memória da humanidade; o tempo (as temporalidades e as periodizações): o processo histórico (as relações humanas no tempo).

O LOCAL E O BRASIL

O jovem aluno e suas percepções do tempo histórico (temporalidades e periodizações): memórias e documentos familiares e locais.

O jovem e suas relações com a sociedade no tempo (família, amizade, lazer, esporte, escola, cidade, estado, país, mundo).

A RELAÇÃO COM O MUNDO

- A formação do pensamento histórico.
- Os vestígios humanos: os documentos históricos.
- O surgimento dos lugares de memórias: lembranças, mitos, museus, arquivos, monumentos espaços públicos, privados, sagrados.
- As diversas temporalidades nas sociedades indígenas, agrárias e industriais.
- As formas de periodização: por dinastias, por eras, por eventos significativos, etc.

2. Os sujeitos e sua relação com o outro no tempo: as gerações e as etnias.

O LOCAL E O BRASIL

- Os povos indígenas e suas culturas na história do Paraná: Xetás, Kaigangs, Xoklengs e Tupi- guaranis.

- Colonizadores portugueses e suas culturas na América e no território paranaense.
- Os povos africanos e suas culturas no Brasil e no Paraná.
- Os imigrantes europeus e asiáticos e suas culturas no Brasil e no Paraná.
- A condição das crianças, dos jovens, dos idosos na história do Brasil e do Paraná.

A RELAÇÃO COM O MUNDO

- O surgimento da humanidade na África e a diversidade cultural na sua expansão: as teorias sobre seu aparecimento.
- As sociedades matriarcais
- As sociedades patriarcais
- O significado das crianças, jovens e idosos nas sociedades históricas.

3. A cultura local e a cultura: os mitos, lendas, a cultura popular, festas e religiosidades; a constituição do pensamento científico; as formas de representação humanas; a oralidade e a escrita; as formas de se narrar a história.

O LOCAL E O BRASIL

- Os mitos, rituais, lendas dos povos indígenas paranaenses.
- As manifestações populares no Paraná: a congada, o fandango, cantos, lendas, rituais e as festividades religiosas.
- Pinturas rupestres e sambaquis no Paraná.
- A produção artística e científica paranaense.

A RELAÇÃO COM O MUNDO

- Pensamento científico: a antiguidade grega e Europa Moderna.
- A formação da arte moderna.
- As relações entre a cultura oral e a cultura escrita: a narrativa histórica.

6ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Relações de trabalho,
- Relações de poder,
- Relações culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS

1- As relações de propriedade: a propriedade coletiva; a propriedade pública; a propriedade privada; a terra.

O LOCAL E O BRASIL

- A propriedade coletiva entre os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de ilhéus e faxinais no Paraná.
- A família e os espaços privados: a sociedade patriarcal brasileira.
- A constituição do latifúndio na América portuguesa e no Brasil imperial e republicano.
- As reservas naturais e indígenas no Brasil.
- A reforma agrária no Brasil; a propriedade da terra nos assentamentos.

A RELAÇÃO COM O MUNDO

- A constituição do espaço público da antiguidade na pólis grega e na sociedade romana.
- A reforma agrária na antiguidade greco-romana.
- A propriedade coletiva nas sociedades pré-colombianas.

2- O mundo do campo e o mundo da cidade:

O LOCAL E O BRASIL

- As primeiras cidades brasileiras: formação das vilas e das Câmaras Municipais.
- O engenho colonial a conquista do sertão.
- As missões jesuíticas.
- A Belle Époque tropical modernização das cidades.
- Cidades africanas e pré-colombianas

A RELAÇÃO COM O MUNDO

- As cidades na antiguidade oriental.
- As cidades nas sociedades antigas clássicas.
- A ruralização do Império Romano e a transição para o feudalismo europeu.
- A constituição dos feudos (Europa Ocidental, Japão e sociedades da África Meridional) e glebas servis (Europa Ocidental).
- As transformações no feudalismo europeu.
- O crescimento comercial e urbano.

3- As relações entre o campo e a cidade.

O LOCAL E O BRASIL

- As cidades mineradoras.

- As cidades e o tropeirismo no Paraná.
- Os engenhos da erva mate no litoral e no Primeiro Planalto.

A RELAÇÃO COM O MUNDO

- Relações campo- cidade no Oriente.
- As feiras medievais.
- O comércio com o Oriente .
- Os cercamentos na Inglaterra moderna.
- O início da industrialização na Europa.
- A reforma agrária na América Latina no século XX.

4- Conflito, resistências e produção cultural campo/cidade.

O LOCAL E O BRASIL

- A relação entre senhores e escravos.
- O sincretismo religioso (formas de resistência afro-brasileira).
- As cidades e as doenças .
- A aquisição da terra e da casa própria.
- O MST e outros movimentos culturais camponeses e urbanos no Brasil republicano.
- Os movimentos culturais camponeses e urbanos no Brasil republicano nos séculos XIX, XX e XXI.

A RELAÇÃO COM O MUNDO

- A peste negra e as revoltas camponesas.
- As culturas teocêntricas e antropocêntricas.
- As manifestações culturais na América Latina África e Ásia.
- As resistências no campo e na cidade: América Latina e continente africano.
- A história das mulheres orientais, africanas e outras.

7ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Relações de trabalho,
- Relações de poder,
- Relações culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS

1- História das relações da humanidade com o trabalho.

O LOCAL E O BRASIL.

- O trabalho nas sociedades indígenas.
- Sociedades patriarcal e escravocrata.
- Mocambos/Quilombos as resistências na colônia.
- Remanescentes de quilombos.

A RELAÇÃO COM O MUNDO

- A história do trabalho nas sociedades humanas.
- O trabalho e a vida cotidiana nas colônias espanholas.
- O trabalho assalariado.

2- O trabalho e a vida em sociedade.

O LOCAL E O BRASIL

- A desvalorização do trabalho no Brasil Colônia e Império.
- A busca pela cidadania no Brasil Império.
- Os saberes nas sociedades indígenas: mitos e lendas que perpetuam as tradições.
- Corpos dóceis: o papel da escola no convencimento para um bom trabalhador.

A RELAÇÃO COM O MUNDO

- Os significados do trabalho na Antiguidade – Oriental e Antiguidade Clássica .
- As três ordens do imaginário feudal .
- As corporações de ofício.
- O entretenimento no corte e nas feiras. .
- O mundo do trabalho.
- As resistências e as conquistas de direito.

8ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Relações de trabalho,
- Relações de poder,
- Relações culturais.

CONTEÚDOS BÁSICOS

1) A formação das instituições sociais: as instituições políticas; as instituições econômicas; as instituições religiosas; as instituições culturais; as instituições civis

O LOCAL E O BRASIL

- a formação das sociedades indígenas do Brasil
- a Igreja Católica e as reduções jesuíticas na América portuguesa
- as irmandades católicas e as religiões afro-brasileiras na América portuguesa
- o surgimento dos cartórios, hospitais, prisões, bancos, bibliotecas, museus,

arquivos,

- escolas e universidades no Brasil
- a formação dos sindicatos no Brasil
- as associações e clubes esportivos no Brasil

A RELACÃO COM O MUNDO

- a instituição da Igreja no Império Romano
- as ordens religiosas católicas
- as guildas e as corporações de ofício na Europa medieval
- o surgimento dos bancos, escolas e universidades medievais
- a organização do poder entre os povos africanos
- a formação das associações de trabalhadores e dos sindicatos no Ocidente
- o surgimento das empresas transnacionais e instituições internacionais (ONU, FMI, OMC, OPEP, FIFA, Olimpíadas)

2) A formação do Estado: a monarquia; a república (aristocracia, ditadura e democracia); os poderes do Estado

O LOCAL E O BRASIL

- as relações entre o poder local e o Governo Geral na América portuguesa
- os quilombos na América portuguesa e no Brasil Imperial
- a formação do Estado-nação brasileiro
- as constituições do Brasil imperial e republicano
- a instituição da república no Brasil: as ditaduras e a democracia
- os poderes do Estado brasileiro: executivo, legislativo e judiciário
- as empresas públicas brasileiras
- a constituição do Mercosul

A RELACAO COM O MUNDO

- o surgimento da monarquia nas sociedades da Antigüidade no Crescente Fértil
- a monarquia e a nobreza na Europa medieval
- a formação dos reinos africanos
- o Estado Absolutismo europeu
- a constituição da república no Ocidente
- o imperialismo no século XIX
- a formação dos Estados nacionais nos séculos XIX a XXI: as ditaduras e as democracias
- a constituição dos Estados socialistas e dos Estados de Bem-Estar Social

- a formação dos blocos econômicos

3) Guerras e revoluções: os movimentos sociais: políticos, culturais e religiosos; as revoltas e revoluções sociais (políticas, econômicas, culturais e religiosas); guerras locais e guerras mundiais.

O LOCAL E O BRASIL

- as guerras e revoltas indígenas e quilombos na América portuguesa e no Brasil imperial
- as revoltas republicanas na América portuguesa
- as revoltas sociais no Brasil imperial e republicano
- as guerras cisplatinas e a guerra do Paraguai
- os movimentos republicano e abolicionista no Brasil imperial
- o movimento anarquista, comunista e tenentista no Brasil
- o Brasil nas Guerras Mundiais
- os movimentos pela redemocratização do Brasil (carestia, feministas, etno-raciais e estudantis)

A RELACÃO COM O MUNDO

- as revoltas democráticas nas pólis gregas
- as revoltas plebéias, escravas e camponesas na república romana
- as heresias medievais
- as guerras feudais na Europa Ocidental e as cruzadas
- as revoltas religiosas na Europa moderna
- a conquista e colonização da América pelos povos europeus
- as revoluções modernas
- os movimentos nacionalistas
- as guerras mundiais
- as revoluções socialistas no século XX
- as guerras de independência das nações africanas e asiáticas
- os movimentos camponeses latino-americanos e asiáticos

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Relação de trabalho
- Relação de poder
- Relações culturais

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ENSINO MÉDIO (TEMAS HISTÓRICOS)

1. Trabalho Escravo, Servil, Assalariado e o Trabalho Livre

- O conceito de trabalho – livre e explorado
- O mundo do trabalho em diferentes sociedades no tempo: trabalho explorado escravo e servil (teocráticas, greco-romanas, medievais e africanas)
- Transição do trabalho escravo, servil e artesanal para o trabalho assalariado
- O trabalho livre: as sociedades do consumo produtivo: as primeiras sociedades humanas, as sociedades nômades e semi-nômades, as etnias indígenas e africanas
- As experiências do trabalho livre em sociedades revolucionárias: a Comuna de Paris, os soviets russos, associações húngaras, os círculos bolivarianos

2. Urbanização e industrialização

- As cidades na História: cidades neolíticas, da antiguidade greco-romanas, da Europa medieval, pré-colombianas, africanas e asiáticas
- Urbanização e industrialização no Brasil Urbanização e industrialização nas sociedades ocidentais, africanas e orientais
- Urbanização e industrialização no Paraná no contexto da expansão do capitalismo
- A arquitetura das cidades brasileiras em diferentes épocas e espaços

3. O Estado e as relações de poder

- Os Estados teocráticos
- Os Estados na Antiguidade Clássica
- O Estado e a Igreja medievais
- A formação dos Estados Nacionais
- As metrópoles européias, as relações de poder sobre as colônias e a expansão do capitalismo
- O Paraná no contexto da sua emancipação
- O Estado e as doutrinas sociais (anarquismo, socialismo, positivismo)
- O nacionalismo nos Estados ocidentais
- O populismo e as ditaduras na América Latina
- Os sistemas capitalista e socialista
- Estados da América Latina e o neoliberalismo

4. Os sujeitos, as revoltas e as guerras

- Relações de dominação e resistência nas sociedades grega e romana na Antiguidade grega e romana: mulheres, crianças, estrangeiros e escravos
- Guerras e Revoltas na Antiguidade Clássica: Grécia e Roma
- Relações de dominação e resistência na sociedade medieval: camponeses,

artesãos, mulheres, hereges e doentes

- Relações de resistência na sociedade ocidental moderna
- As revoltas indígenas, africanas na América portuguesa
- Os quilombos e comunidades quilombolas no território brasileiro
- As revoltas sociais na América portuguesa

5 . Movimentos sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções

- As revoluções democrática-liberais no Ocidente: Inglaterra, França e EUA)
- Movimentos sociais no mundo do trabalho nos séculos XVIII e XIX: o surgimento

do sindicalismo

- A América portuguesa e as revoltas pela independência
- As revoltas federalistas no Brasil imperial e republicano
- As guerras mundiais no século XX e a Guerra Fria
- As revoluções socialistas na Ásia , África e América Latina
- Os movimentos de resistência no contexto das ditaduras da América Latina
- Os Estados africanos e as guerras étnicas
- A luta pela terra e a organização de movimentos pela conquista do direito a terra

na América Latina

- A mulher e suas conquistas de direitos nas sociedades contemporâneas

6. Cultura e religiosidade

• A formação das religiosidades dos povos africanos, americanos, asiáticos e europeus neolíticos: xamanismo, totens, animismo

• os mitos e a arte greco-romanos e a formação das grandes religiões: hinduísmo, budismo, confucionismo, judaísmo, cristianismo, islamismo

- Teocentrismo *versus* antropocentrismo na Europa renascentista
- Reforma e Contra-Reforma seus os desdobramentos culturais
- O modernismo brasileiro
- Cultura e ideologia no governo Vargas

• Representação dos movimentos sociais, políticos e culturais por meio da arte brasileira

• As etnias indígenas e africanas e suas manifestações artísticas, culturais e religiosas

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Para os anos finais do Ensino Fundamental propõe-se, nestas Diretrizes, que os conteúdos temáticos priorizem as histórias locais e do Brasil, estabelecendo-se relações e

comparações com a história mundial. Para o Ensino Médio, a proposta é um ensino por temas históricos, ou seja, os conteúdos (básicos e específicos) terão como finalidade a discussão e a busca de solução para um tema/problema previamente proposto.

O trabalho pedagógico com os Conteúdos Estruturantes, básicos e específicos tem como finalidade a formação do pensamento histórico dos estudantes. Isso se dá quando professor e alunos utilizam, em sala de aula e nas pesquisas escolares, os métodos de investigação histórica articulados pelas narrativas históricas desses sujeitos. Assim, os alunos perceberão que a História está narrada em diferentes fontes (livros, cinema, canções, palestras, relatos de memória, etc.), sendo que os historiadores se utilizam destas fontes para construir suas narrativas históricas.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico com os conteúdos históricos deve ser fundamentado em vários autores e suas respectivas interpretações, seja por meio dos manuais didáticos disponíveis ou por meio de textos historiográficos referenciais. Espera-se que, ao concluir a Educação Básica, o aluno entenda que não existe uma verdade histórica única, e sim que verdades são produzidas a partir evidências que organizam diferentes problematizações fundamentadas em fontes diversas, promovendo a consciência da necessidade de uma contextualização social, política e cultural em cada momento histórico.

O estudo das histórias locais é uma opção metodológica que enriquece e inova a relação de conteúdos a serem abordados, além de promover a busca de produções historiográficas diversas.

Ressalta-se que, embora a proposta pedagógica de História para o Ensino Fundamental parta das Histórias locais e do Brasil para a História Geral, não se pode impor esta relação quando as condições históricas não permitem.

Abordagem dos conteúdos no Ensino Médio

Para o Ensino Médio, a metodologia proposta pela DCE está relacionada à História Temática. Os conteúdos básicos/temas históricos selecionados para o ensino deve articular-se aos Conteúdos Estruturantes propostos nestas Diretrizes. Tomá-los como ponto de partida é uma forma de responder às críticas a respeito da impossibilidade de ensinar “toda a história da humanidade”. A organização do trabalho pedagógico por meio de temas históricos possibilita ao professor ampliar a percepção dos estudantes sobre um determinado contexto histórico, sua ação e relações de distinção entre passado e presente.

Para trabalhar com a História Temática deve-se se constituir uma problemática por meio da compreensão, na aula de História, das estruturas e das ações humanas que constituíram os processos históricos do presente, tais como a fome, desigualdade e exclusão social, confrontos identitários (individual, social, étnica, sexual, de gênero, de idade, de propriedade, de direitos, regionais e nacionais).

Assim, ao problematizar situações ligadas às Relações de Trabalho, de Poder e Culturais é possível explicar, interpretar e narrar o objeto de estudo da disciplina de história, ou seja, ações e relações humanas no tempo, sendo que essas devem ser abordadas didaticamente, no processo de ensino/aprendizagem. Isso deve ser feito observando os recortes espaço/temporal e conceituais específicos, à luz da historiografia de referência anunciadas na DCE da disciplina de História.

As ações e relações humanas no tempo são os acontecimentos históricos relacionados aos conteúdos específicos, os quais comporão o Plano de Trabalho Docente e servirão de instrumentos para responder a problemática estabelecida.

A proposta da seleção de temas é também pautada em relações interdisciplinares considerando que é na disciplina de História que ocorre a articulação dos conceitos e metodologias entre as diversas áreas do conhecimento.

Assim, narrativas, imagens, sons de outras disciplinas devem ser tratados como documentos a serem abordados historiograficamente.

Atualmente, o ensino de História está em processo de mudanças substanciais, no que se refere ao conteúdo e à metodologia. Optou-se pela divisão tradicional da História, inserindo quando possível as contribuições dos estudos mais recentes. Entendemos que para analisar é necessário conhecer os fatos, mostrar as discontinuidades e rupturas, porém, dentro de um universo compreensível à faixa etária.

Devemos incorporar novas metodologias, compreender os processos e valorizando os personagens.

Precisamos utilizar a História para formar cidadãos conscientes, como objetivo principal, sendo fundamental a participação do aluno.

No estudo histórico pode-se incorporar gravuras, confecções de cartazes, mapas, murais, pesquisas em livros didáticos, Internet, almanaque abril, jornais, entrevistas,, vídeos, são instrumentos tecnológicos de relevante importância para o ensino-aprendizagem.

A construção do conhecimento pelo aluno, pode ser através da observação de paisagens, interpretações de textos, charges, fotos, vídeos, fazendo uma leitura de mundo.

Seus conceitos devem ser vistos como instrumentos retirados da experiência já acumulada e complementada com o “novo “, havendo interação entre aluno e professor, família, escola e sociedade.

Oferecer procedimentos de pesquisas variadas, individual e em equipe, local e à distância, promover intercâmbio com outros alunos, professores e escolas.

Debater questões do cotidiano, com a produção do conhecimento ímprico e sua apropriação pelos alunos, fazendo com que ele sinta-se integrado como sujeito do processo histórico e não apenas observador, podendo indagar sobre os problemas sociais e suas possíveis soluções.

É importante ressaltar o conhecimento prévio de todos os alunos, bem como aquilo que o aluno do campo traz consigo e assim, possibilitando novas experiências e aquisição de conhecimento que vem da apropriação da sua realidade.

Outros temas contemporâneos serão trabalhados como: História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena assegurada pela Lei 11.645/2008 e Meio Ambiente assegurada pela Lei 9.795/1999.

Dessa maneira, neste processo longitudinal de aprendizagem, o educador estará oportunizando aos educandos o direito à participação nos debates e atividades de leitura e escrita, agindo e interagindo, tornando-os agentes transformadores na sociedade onde vive.

AVALIAÇÃO

Os conteúdos devem ser avaliados processualmente, na expectativa que compreendam a formação do pensamento histórico e cultural que orienta o agir dos sujeitos no tempo.

Precisamos levar em conta os conhecimentos prévios do aluno, trabalhando com memória compreensiva, promovendo a aprendizagem funcional, a partir de situações de conflitos cognitivos.

Devemos motivar os alunos a aprenderem a adquirirem a habilidade de realizar aprendizagens. Se isto ocorrer, transformaremos a sala de aula num ambiente agradável, onde a auto-estima e o auto-conceito do aluno fluirão naturalmente.

Existem conteúdos que devem ser memorizados, só que não mecanicamente. Devem ser memorizados para servir de ponte para reflexões, análises e sobretudo de auxílio na busca de novos conhecimentos.

O processo de avaliação deve priorizar mecanismos que detectam, se o aluno compreendeu o processo histórico e se está capacitado para emitir julgamentos críticos sobre os temas estudados.

A avaliação será de forma somativa e cumulativa, com o objetivo de atingir a média bimestral de no mínimo 60% do valor de 0 a 100.

Valorizar a originalidade da produção dos alunos e a sua compreensão própria sobre os temas abordados.

A avaliação inclui a observação dos avanços e da qualidade da aprendizagem alcançada pelos alunos, ao final de um trabalho, seja este determinado pelo fim de um bimestre ou de um ano, seja pelo encerramento de um projeto ou sequência didática.

Observar as mudanças que ocorrem no cidadão em sala de aula, suas contribuições para a sociedade.

Olhar o aluno e seu crescimento, percebendo as diferenças como pessoa e cidadão, no decorrer do ciclo, entre seu início e término.

Espera-se que os alunos, no final do trabalho da disciplina de História, sejam capazes de identificar os processos históricos e que tenham condições de intervir no meio em que vivem e se fazem sujeitos da própria História.

Caso não assimilem os conteúdos de forma significativa, será proporcionada a recuperação de forma simultânea, para que seja atingido os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURRICULARES, Diretrizes Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC /Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

CURRICULARES, Diretrizes. **História**. Ensino Fundamental, Curitiba, 2006.

MOCELLIN, Renato. **Para compreender a História**. Curitiba. Nova Didática, 2004.

MONTELLATO, CABRINI, CATELLI. **Terra e Propriedade**. São Paulo, editora Scipione, 2001.

PANAZZO, Sílvia e VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela História**. São Paulo, editora Quinteto, 1ª edição, 2002.

PEDRO, Antônio. **História do Mundo Ocidental**: ensino médio. Volume único.

LIMA, Lizânia de Souza. CARVALHO, Yone. São Paulo: editora FTD, 2005.

6.5 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Língua Portuguesa é uma unidade que se constitui de muitas variedades. Num mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguísticas, associadas à diferentes valores sociais.

As atividades em Língua Portuguesa devem portanto criar situações em que os alunos possam operar a própria linguagem, construindo paradigmas próprios da fala de sua comunidade, colocando atenção sobre similaridade, regularidade, e diferenças das formas e de uso linguísticos, levantando hipóteses sobre as condições contextuais e estruturais que se dão.

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistemas simbólicos utilizado pôr uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem seu ponto de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim um projeto educativo

comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania.

Em síntese, pela linguagem se expressam idéias, pensamentos e intenções, se estabelecem relações interpessoais anteriormente inexistentes e se influencia o outro, alternado suas representações da realidade e da sociedade e o rumo de suas reações / ações.

Hoje em dia não basta visar a capacitação dos estudantes para futuras habilitações nas especializações tradicionais. Trata-se de Ter em vista a formação dos estudantes para o desenvolvimento de suas capacidades, em função de novos saberes.

Isso significa novas demandas para a educação básica, em que se destacam conteúdos que façam sentido para o momento de vida presente e que ao mesmo tempo favoreçam o aprendizado de que o processo de aprender é permanente.

Para tanto, é necessária a utilização de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento, a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade, a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas.

Faz-se necessário um espaço onde o aluno possa trabalhar comunicação como um todo.

O nosso ser como um todo tem necessidade de uma comunicação mais objetiva e adequada.

Para isso precisamos dominar a escrita, a leitura, o corpo, a interpretação do mundo, aprender a receber e passar informações.

Comunicar não é apenas falar, gesticular ou ouvir. Precisa sim estabelecer um elo de ligação entre emissor mensagem e receptor.

Essa disciplina será o espaço onde os alunos possam conhecer, compreender e aplicar essas comunicações, onde procurar as diversas maneiras de expressões.

A linguagem é vista como fenômeno social, pois nasce da necessidade de interação (política, social, econômica) entre os homens. Tendo como base teórica as reflexões do Círculo de Bakhtin a respeito da linguagem.

Bakhtin não teoriza sobre gênero. O ponto de partida é o vínculo intrínseco entre a utilização da linguagem e as atividades humanas.

Os seres humanos agem em determinadas esferas de atividades que implicam a utilização da linguagem na forma de enunciados.

Os gêneros estão sempre vinculados a um domínio da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades.

Bakhtin não pretendeu fazer um catálogo dos gêneros, nem descrever cada estilo, tão pouco a estrutura composicional de cada conteúdo temático. E com certeza não autorizou ninguém a fazer isso por ele.

Bastem insiste no fato de que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados e que os gêneros estão em contínua mudança. Gêneros surgem e gêneros desaparecem.

Os gêneros são meios de aprender a realidade. A divisão em gêneros primários: gêneros da vida cotidianas predominantemente orais. Os gêneros secundários: pertencem à esfera mais elaborada. São predominantemente escritos. Os gêneros secundários absorvem e digerem os primários, transformando-os.

Para Bakhtin (1992), os tipos relativamente estáveis de enunciados são denominados gêneros discursivos. A definição de gênero, em Bakhtin, compreendendo a mobilidade, a dinâmica, a fluidez, a imprecisão da linguagem, não aprisiona os textos em determinadas propriedades formais:

Bakhtin (1992) dividiu os gêneros discursivos em primários e secundários. Os primários referem-se às situações cotidianas; já os secundários acontecem em circunstâncias mais complexas de comunicação (como nas áreas acadêmicas, jurídicas, artísticas, etc.). As duas esferas são interdependentes.

Alguns gêneros são adaptados, transformados, renovados, multiplicados ou até mesmo criados a partir da necessidade que o homem tem de se comunicar com o outro, tendo em vista que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 1992, p. 261).

Um exemplo dessa necessidade é o surgimento dos gêneros do discurso eletrônico (e-mail; Chat; lista de discussão; videoconferência interativa; fórum de discussão; blog), que são criados e transformados pela cultura tecnológica na qual estamos inseridos.

Os gêneros variam assim como a língua – a qual é viva, e não estanque. As manifestações comunicativas mediante a língua não acontecem com elementos linguísticos isolados, elas se dão, conforme Bakhtin, como discurso.

O trabalho com os gêneros, portanto, deverá levar em conta que a língua é instrumento de poder e que o acesso ao poder, ou sua crítica, é legítimo e é direito para todos os cidadãos. Para que isso se concretize, o estudante precisa conhecer e ampliar o uso dos registros socialmente valorizados da língua, como a norma culta.

É na escola que um imenso contingente de alunos que frequentam as redes públicas de ensino tem a oportunidade de acesso à norma culta da língua, ao conhecimento social e historicamente construído e à instrumentalização que favoreça sua inserção social e exercício da cidadania. Contudo, a escola não pode trabalhar só com a norma culta, porque não seria democrática, seria a - histórica e elitista.

O que precisa ficar muito claro para os interlocutores deste documento é que ele não propõe o abandono do conhecimento gramatical e tampouco impede que o professor apresente regras gramaticais para os alunos, visto que toda língua é constituída de uma gramática e de um léxico. Vale considerar que, ao utilizar uma língua, usamos normas fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas. Contudo, é importante esclarecer a diferença entre regras de gramática e o ensino de nomenclaturas e classificações. As regras, segundo Antunes (2003), servem para orientar o uso das unidades da língua, são normas.

Em relação às práticas discursivas: oralidade, escrita e leitura as Diretrizes orienta que:

“No processo de ensino-aprendizagem, é importante ter claro que quanto maior o contato com a linguagem, nas diferentes esferas sociais, mais possibilidades se tem de entender o texto, seus sentidos, suas intenções e visões de mundo. A ação pedagógica referente à linguagem, portanto, precisa pautar-se na interlocução, em atividades planejadas que possibilitem ao aluno a leitura e a produção oral e escrita, bem como a reflexão e o uso da linguagem em diferentes situações. Desse modo, sugere-se um trabalho pedagógico que priorize as práticas sociais.”

Oralidade

Se a escola, constitucionalmente, é democrática e garante a socialização do conhecimento, deve, então, acolher alunos independentemente de origem quanto à variação linguística de que dispõem para sua expressão e compreensão do mundo.

Devemos lembrar que a criança, quando chega à escola, já domina a oralidade, pois cresce ouvindo e falando a língua, seja por meio das cantigas, das narrativas, dos causos contados no seu grupo social, do diálogo dos falantes que a cercam ou até mesmo pelo rádio, TV e outras mídias.

O professor precisa ter clareza de que tanto a norma padrão quanto as outras variedades, embora apresentem diferenças entre si, são igualmente lógicas e bem estruturadas.

Escrita

Cada gênero discursivo tem suas peculiaridades: a composição, a estrutura e o estilo variam conforme se produza um poema, um bilhete, uma receita, um texto de opinião ou científico.

O aperfeiçoamento da escrita se faz a partir da produção de diferentes gêneros, por meio das experiências sociais, tanto singular quanto coletivamente vividas. O que se sugere, sobretudo, é a noção de uma escrita como formadora de subjetividades, podendo ter um papel de resistência aos valores prescritos socialmente. A possibilidade da criação, no exercício desta prática, permite ao educando ampliar o próprio conceito de gênero discursivo.

É preciso que o aluno se envolva com os textos que produz e assuma a autoria do que escreve, visto que ele é um sujeito que tem o que dizer. Quando escreve, ele diz de si, de sua leitura de mundo. Bakhtin (1992, p. 289) afirma que “todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição do falante nesse ou naquele campo do objeto de sentido.” A produção escrita possibilita que o sujeito se posicione, tenha voz em seu texto, interagindo com as práticas de linguagem da sociedade.

Leitura

Nas Diretrizes, compreende-se a leitura como um ato dialógico, inter locutivo, que envolve demandas sociais, históricas, políticas, econômicas, pedagógicas e ideológicas de determinado momento. Ao ler, o indivíduo busca as suas experiências, os seus conhecimentos prévios, a sua formação familiar, religiosa, cultural, enfim, as várias vozes que o constituem.

Esse processo implica uma resposta do leitor ao que lê, é dialógico, acontece num tempo e num espaço. No ato de leitura, um texto leva a outro e orienta para uma política de singularização do leitor que, convocado pelo texto, participa da elaboração dos significados, confrontando-o com o próprio saber, com a sua experiência de vida.

Praticar a leitura em diferentes contextos requer que se compreendam as esferas discursivas em que os textos são produzidos e circulam, bem como se reconheçam as intenções e os interlocutores do discurso.

A literatura, como produção humana, está intrinsecamente ligada à vida social. O entendimento do que seja o produto literário está sujeito a modificações históricas, portanto, não pode ser apreensível somente em sua constituição, mas em suas relações dialógicas com outros textos e sua articulação com outros campos: o contexto de produção, a crítica literária, a linguagem, a cultura, a história, a economia, entre outros.

5ª. SÉRIE	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS:	CONTEÚDO BÁSICO
História em quadrinho, piadas, adivinhas, lendas, fábulas, contos de fadas, poemas, narrativa de enigma, narrativa de aventura, dramatização, exposição oral, comercial para TV, causos, carta pessoal, carta de solicitação, e-mail, receita, convite, autobiografia, cartaz, carta do leitor, classificados, verbete, quadrinhas, cantigas de roda, bilhetes, fotos, mapas, aviso, horóscopo, regras de jogo, anedotas, entre outros.	LEITURA <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do tema • Interpretação textual, observando: <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - interlocutores - fonte - intertextualidade - informatividade - intencionalidade - marcas linguísticas • Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários • Inferências

	<p>ESCRITA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao gênero: - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas linguísticas • Argumentação • Paragrafação • Clareza de ideias • Refacção textual
	<p>ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coesão e coerência do texto lido ou produzido pelo aluno • Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto • Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elementos do texto • A pontuação e seus efeitos de sentido no texto • Recursos gráficos: aspas, travessão, Negrito, hífen, itálico • Acentuação gráfica • Processo de formação de palavras • Gírias • Algumas figuras de pensamento (prosopopeia, ironia...) • Alguns procedimentos de concordância verbal e nominal • Particularidades de grafia de algumas palavras

6ª SÉRIE	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS:	CONTEÚDO BÁSICO
<p>Entrevista (oral e escrita), crônica de ficção, música, notícia, estatutos, narrativa mítica, tiras, propaganda, exposição oral, mapas, paródia, chat, provérbios, torpedos, álbum de família, literatura de cordel, carta de reclamação, diário, carta ao leitor, instruções de uso, cartum, história em quadrinhos, placas, pinturas, provérbios, entre outros.</p>	<p>LEITURA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interpretação textual, observando: - conteúdo temático - interlocutores - fonte - ideologia - papéis sociais representados - intertextualidade - intencionalidade - informatividade - marcas linguísticas • Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários • As particularidades (lexicais,

	<p>sintáticas e textuais) do texto em registro formal e informal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Texto verbal e não verbal <hr/> <p>ORALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao gênero: - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas linguísticas <ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos e marcas linguísticas típicas da conversação (entonação, repetições, pausas...) • Variedades linguísticas • Intencionalidade do texto • Papel do locutor e do interlocutor: - participação e cooperação <ul style="list-style-type: none"> • Particularidades de pronúncia de algumas palavras <hr/> <p>ESCRITA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao gênero: - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas linguísticas <ul style="list-style-type: none"> • Linguagem formal/informal • Argumentação • Coerência e coesão textual • Organização das ideias/parágrafos • Finalidade do texto • Refacção textual <hr/> <p>ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discurso direto, indireto e indireto livre na manifestação das vozes que falam no texto • Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elementos do texto • A pontuação e seus efeitos de sentido no texto • Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, itálico, parênteses, hífen • Acentuação gráfica • Valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais • A representação do sujeito no texto (expressivo/elíptico; determinado/indeterminado; ativo/passivo) • Neologismo • Figuras de pensamento (hipérbole, ironia, eufemismo, antítese) • Alguns procedimentos de concordância verbal e nominal
--	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem digital • Semântica • Particularidades de grafia de algumas palavras
--	--

7ª SÉRIE	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS	CONTEÚDO BÁSICO
Regimento, slogan, telejornal, telenovela, reportagem (oral e escrita), pesquisa, conto fantástico, narrativa de terror, charge, narrativa de humor, crônica jornalística, paródia, resumo, anúncio publicitário, sinopse de filme, poema, biografia, narrativa de ficção científica, relato pessoal, outdoor, blog, haicai, júri simulado, discurso de defesa e acusação, mesa redonda, dissertação escolar, regulamentos, caricatura, escultura, entre outros.	LEITURA <ul style="list-style-type: none"> • Interpretação textual, observando: <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - interlocutores - fonte - ideologia - intencionalidade - informatividade - marcas linguísticas <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários • As diferentes vozes sociais representadas no texto • Linguagem verbal, não-verbal, midiático, infográficos, etc. • Relações dialógicas entre textos
	ORALIDADE <ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao gênero: <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas linguísticas <ul style="list-style-type: none"> • Coerência global do discurso oral • Variedades linguísticas • Papel do locutor e do interlocutor: - participação e cooperação - turnos de fala <ul style="list-style-type: none"> • Particularidades dos textos orais • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos... • Finalidade do texto oral
	ESCRITA <ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao gênero: <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas linguísticas <ul style="list-style-type: none"> • Argumentação • Coerência e coesão textual • Paráfrase de textos • Paragrafação • Refacção textual
	ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:

	<ul style="list-style-type: none"> • Semelhanças e diferenças entre o discurso escrito e oral • Conotação e denotação • A função das conjunções na conexão de sentido do texto • Progressão referencial (loquções adjetivas, pronomes, substantivos...) • Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elementos do texto • A pontuação e seus efeitos de sentido no texto • Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen, itálico • Acentuação gráfica • Figuras de linguagem • Procedimentos de concordância verbal e nominal • E elipse na sequência do texto • Estrangeirismos • As irregularidades e regularidades da conjugação verbal • A função do advérbio: modificador e circunstanciador • Complementação do verbo e de outras palavras
--	---

8ª SÉRIE	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
GÊNEROS DISCURSIVOS	CONTEÚDO BÁSICO
<p>Artigo de opinião, debate, reportagem oral e escrita, manifesto, seminário, relatório científico, resenha crítica, narrativa fantástica, romance, histórias de humor, contos, música, charges, editorial, curriculum vitae, entrevista oral e escrita, assembleia, agenda cultural, reality show, novela fantástica, conferência, palestra, fotoblog, depoimento, imagens, instruções, entre outros.</p>	<p>LEITURA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interpretação textual, observando: <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - interlocutores - fonte - intencionalidade - intertextualidade - ideologia - informatividade - marcas linguísticas <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários • Informações implícitas em textos • As vozes sociais presentes no texto • Estética do texto literário <p>ORALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao gênero: <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas linguísticas <ul style="list-style-type: none"> • Variedades linguísticas • Intencionalidade do texto oral

	<ul style="list-style-type: none"> • Argumentação • Papel do locutor e do interlocutor: -turnos de fala • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...
	<p>ESCRITA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao gênero: - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas linguísticas • Argumentação • Resumo de textos • Paragrafação • Paráfrase • Intertextualidade • Refracção textual
	<p>ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conotação e denotação • Coesão e coerência textual • Vícios de linguagem • Operadores argumentativos e os efeitos de sentido • Expressões modalizadoras (que revelam a posição do falante em relação ao que diz, como: felizmente, comovedoramente...) • Semântica • Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto • Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elementos do texto • A pontuação e seus efeitos de sentido no texto • Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen, itálico • Acentuação gráfica • Estrangeirismos, neologismos, gírias • Procedimentos de concordância verbal e nominal • Valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais • A função das conjunções e preposições na conexão das partes do texto • Coordenação e subordinação nas orações do texto

ENSINO MÉDIO	
CONTEÚDO ESTRUTURANTE DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	
CONTEÚDO BÁSICO	
GÊNEROS DISCURSIVOS	LEITURA

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano de Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries.

- conteúdo temático
- interlocutores
- finalidade do texto
- aceitabilidade do texto
- intertextualidade
- situacionalidade
- temporalidade
- vozes sociais presentes no texto
- discurso ideológico presente no texto
- elementos composicionais do gênero
- contexto de produção da obra literária
- marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito)
- progressão referencial
- partículas conectivas do texto
- relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto
- semântica: operadores argumentativos, modalizadores, figuras de linguagem, sentido conotativo e denotativo.

ESCRITA

- conteúdo temático
- interlocutor
- finalidade do texto
- informatividade
- situacionalidade
- intertextualidade
- temporalidade
- referencia textual
- vozes sociais presentes no texto
- ideologia presente no texto
- elementos composicionais do gênero
- progressão referencial
- partículas conectivas do texto
- relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto
- semântica: operadores argumentativos, modalizadores, figuras de linguagem, sentido conotativo e denotativo, figuras de linguagem
- marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes

	<p>gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos(como aspas, travessão, negrito, etc.)</p> <ul style="list-style-type: none"> • vícios de linguagem • sintaxe de concordância • sintaxe de regência <p>ORALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> • conteúdo temático • finalidade • aceitabilidade do texto • informatividade • papel do locutor e do interlocutor • elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas. • adequação do discurso ao gênero • turnos de fala • variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras) • marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição • elementos semânticos • adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições) • diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito.
--	--

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO	EXEMPLOS DE GENEROS
COTIDIANA	Adivinhas, álbum de família, anedotas, bilhetes, cantigas de roda, carta pessoal, cartão, cartão postal, comunicados, causos, convites, curriculum vitae, diário, exposição oral, fotos, musicas, parlendas, piadas, provérbios, quadrinhas, receitas, relatos de experiências vividas, trava-língua
LITERÁRIA/ ARTÍSTICA	Autobiografia, biografias, contos, contos de fadas, contos de fadas contemporâneos, crônicas de ficção, escultura, fábulas, fábulas contemporâneas, haicai, histórias em quadrinhos, lendas, literatura de cordel, memórias, letras de músicas, narrativas de aventura, narrativas de enigma, narrativas de ficção científica, narrativas de humor, narrativas de terror, narrativas fantásticas, narrativas míticas, paródias, Pinturas, poemas, romances, tankas, textos dramáticos
CIENTÍFICA	Artigos, conferência, debate, palestra, pesquisas, relato histórico, relatório, resumo, verbetes

ESCOLAR	Ata, cartazes, debate regrado, relato histórico, relatório, relatos de experiências científicas, diálogo, discussão argumentativa, exposição oral, júri simulado, mapas, palestra, pesquisas, resenha, resumo, seminário, texto argumentativo, texto de opinião, verbetes de enciclopédia
IMPrensa	Agenda cultural, anúncio de emprego, artigo de opinião, caricatura, carta ao leitor, carta do leitor, cartum, charge, classificados, crônica jornalística, editorial, entrevista oral e escrita, fotos horóscopo, infográfico, manchete, mapas, mesa redonda, notícia, reportagens, resenha crítica, sinopse de filmes, tiras.
PUBLICITÁRIA	Anúncio, caricatura, cartazes, comercial para TV, e-mail, folder, fotos, slogan, músicas, outdoor, parodia, placas, publicidade comercial, publicidade institucional, publicidade oficial, texto político.
POLÍTICA	Abaixo-assinado, assembleia, carta de emprego, carta de reclamação, carta de solicitação, debate, debate regrado, discurso político de palanque, fórum, manifesto, mesa redonda, panfleto
JURÍDICA	Boletim de ocorrência, constituição brasileira, contrato, declaração de direitos, depoimentos, discurso de acusação, discurso de defesa, estatutos, leis, ofícios, procuração, regimentos, regulamentos, requerimentos
PRODUÇÃO E CONSUMO	Bulas, manual técnico, placas, regras de jogo, rótulos/embalagens
MIDIÁTICA	Blog, chat, desenho animado, e-mail, entrevista, filmes, fotoblog, home page, reality show, talk show, telejornal, telenovela, torpedos, vídeo clip, vídeo conferência.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O homem vive num mundo onde a comunicação é fundamental e imprescindível nas relações sociais.

Em todos os momentos de nossa vida estamos nos comunicando seja verbalmente ou não. E é através da linguagem, fenômeno heterogêneo e universal, capacidade específica dos seres humanos, que os homens estabelecem relações sociais.

A linguagem escrita é uma das formas mais elaboradas da comunicação humana, sendo que a escola tem como principal função, no que se refere à aprendizagem e o desenvolvimento da linguagem, desenvolver de forma competente, em seus educandos, a

leitura a escrita e, conseqüentemente, as interpretações de textos, sejam eles verbais ou não-verbais.

O ato de ler é um processo contínuo que se confunde com o próprio fato de estar no mundo, pois mesmo antes da criança frequentar a escola, ela já “leu” o mundo que a cerca, através das observações, antecipações, interpretações e interações, atribuindo significados a seres, objetos e situações que a rodeiam.

Sendo que, na escola, o processo de leitura ganha maior significado com a aprendizagem da escrita, despertando no aluno maior possibilidade de interagir com o mundo. E é na disciplina de Língua Portuguesa que todas as atividades relacionadas à linguagem ganham maior ênfase e, podem ser desenvolvidas, buscando total sucesso no desenvolvimento pleno de escritores e leitores competentes, não só nos meios escolares, mas também na sociedade.

Todas as atividades desenvolvidas buscam o aprimoramento do aluno como pessoa capaz de interagir num mundo letrado, ora como interlocutor, ora como receptor, utilizando-se das mais variadas formas de linguagem, sendo leitor e escritor competente.

Pensando nisso, é necessário não só expor as normas gramaticais aos alunos, como ocorre, muitas vezes, quando se fala em ensino de língua materna. É necessário ir muito além, levando os educandos a refletirem sobre as normas gramaticais, sobre certas construções linguísticas. Enfim, sobre todo o processo linguístico que envolve os seres humanos mesmo antes do seu nascimento até sua morte.

A produção escrita, a leitura, a interpretação de textos serão o centro de todo trabalho, pois é através dos textos que “apreendemos” o mundo e, também, através deles podemos refletir sobre a linguagem, fazer análises linguísticas e entender melhor a função da gramática no estudo da Língua Portuguesa.

Desta forma, espera-se que o educando desenvolva sua competência discursiva para falar, escutar, ler, escrever nas diversas situações de interação na sala de aula e, principalmente fora dela. Cabendo a nós, professores, ser o elo entre o aluno e a aprendizagem da língua padrão.

A Língua Portuguesa deve ser utilizada e trabalhada na escola, na forma como existe na sociedade. É preciso criar situações em que falar, ler e escrever tenham finalidade específica, não configurem um exercício mecânico e sem sentido.

Acreditamos que a aquisição da língua pelo aluno é tanto mais efetiva quanto mais oferecemos atividades que lhe permitam exercitar-se em situações reais de uso das modalidades oral e escrita.

Propomos dentro da nossa visão de linguagem que nas aulas de Língua Portuguesa a ênfase esteja no aprendizado da leitura, oralidade e da escrita, salientando a importância do perfeito domínio desses aspectos para que o aluno possa participar ativamente no

mundo letrado que vivemos. O trabalho com a gramática será feita na perspectiva do uso da funcionalidade dos elementos gramaticais, sempre de forma contextualizada, dentro de textos que serão trabalhados com alunos.

A gramática normativa, pôr sua vez, será do domínio do professor o qual será responsável pela criação de situações, ao nível da prática, em que os alunos deverão incorporar de modo cada vez mais elaborado, proporcionando assim o acesso a linguagem padrão e como consequência a ampliação de seu vocabulário.

Entendemos que o cerne do trabalho com a língua deve-se constituir na compreensão dos fatos linguísticos e não na nomenclatura e classificação dos mesmos e também que todo o trabalho deve estar voltado para a leiturização do nosso aluno, para que ele possa, quanto cidadão, ser agente de transformação da nossa sociedade.

O ensino de português deve tornar o aluno num usuário eficiente da língua:

Sabendo expressar adequadamente em diferentes situações, fazendo-se entender, sendo capaz de ouvir o outro; portanto, o professor na oralidade deve:

- Estimular a expressão oral;
- Criar situações para que todos se manifestem;
- Ajudar e orientar na organização das ideias (expô-las com clareza);
- Adequar sua fala (do aluno) a diferentes interlocutores.

Lendo com prazer e para informar-se, seguindo instruções escritas, percebendo a intencionalidade dos textos; portanto o professor na leitura deve:

- Incentivar a leitura (dentro e fora da sala);
- Ler para os alunos;
- Trazer variedades de textos;
- Orientar para uma leitura cada vez mais significativa.

Escrevendo pôr prazer; para registrar instruir; convencer; sendo capaz de decidir, ao fazê-lo que tipo de texto e que recurso lingüísticos usar para melhor atingir suas finalidade, portanto, na escrita o professor deve:

- Primar de produções de textos (diversidade);
- Esclarecer dúvidas com relação à escrita;
- Orientar o aluno (para que sua produção cumpra seu papel);
- Oportunizar momentos de troca (grupos);
- Divulgar (na medida do possível) os trabalhos;

Refletindo sobre a língua, trabalhando os aspectos de organização que comprometem a clareza, coerência e coesão de seus textos, bem como os aspectos gramaticais que constituem dificuldades no uso da modalidade escrita da língua padrão; portanto o professor na análise linguística deve:

- Fazer atividades de reescrita de textos;

- Orientar o uso de dicionário e gramáticas;
- Comparar formas diferentes de organização de textos;
- Selecionar as diferentes dúvidas apresentadas e saná-las;

Os sujeitos se apropriam dos conteúdos, transformando-os em conhecimento próprio, por meio da ação sobre eles, mediada pela interação com outro. Não é diferente no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem .

É nas práticas sociais, em situações linguisticamente significativas, que se dá a expansão da capacidade de uso da linguagem a construção ativa de novas capacidades que possibilitam o domínio cada vez maior de diferentes padrões de fala e escrita.

Escola é o lugar de construção é também o melhor lugar para o desenvolvimento e onde o aluno e o professor interagem para atingir seus objetivos.

Neste espaço o aluno, trabalhará com diversos textos e com os meios de comunicação, utilização dos materiais necessários, TV, biblioteca, passeios, jornais, revistas, livros de literatura, textos literários e não literários, informativos, piadas, anedotas, fábulas, cantos populares, receitas, danças, dramatização, expressão corporal, relaxamento, textos científicos, programas da TV escola, a interdisciplinaridade, o vídeo, o rádio, o CD, o computador, a mídia e outros recursos que sejam necessários para construção do saber.

Será desenvolvido um trabalho referente as leis : História e Cultura Afro e Indígena (11.645/3/2008), Meio Ambiente (9795/99) através de palestras, textos, seminários, debates, filmes, atividades extraclasse, feiras de ciências, semana cultural.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser compreendida como conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de que forma e em quais condições. Elaborando assim um conjunto de procedimentos investigativos que possibilite ao professor analisar criticamente sua prática educativa e como instrumento que apresente ao aluno seus avanços, suas dificuldades e suas possibilidades.

A avaliação será contínua e cumulativa, tendo processos específicos relacionados á leitura, interpretação e escrita, devendo contribuir efetivamente para a formação integral do educando, possibilitando assim sua participação social e cidadã.

A avaliação portanto não é unilateral ou monológica, mas dialógica. Deve realizar-se num espaço em que seja considerado aquele que ensina aquele que aprende e a relação intrínseca que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizagem. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as expectativas de aprendizagem, mas aplica-se as condições oferecidas para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

A avaliação será contínua, o professor recolhe todas as informações sobre o que o aluno aprendeu ao acompanhá-lo sistematicamente. Esses momentos de formalização da

avaliação são importantes por se constituírem em boas situações para que alunos e professores formalizem o que foi e o que não foi aprendido.

Terá processos específicos relacionados à leitura, interpretação e escrita. buscar-se-á o diálogo, através de anotações, correções e comentários para que o aluno esteja informado no que ainda precisa melhorar ou apropriar-se.

Espera-se que o aluno:

- Compreenda e produza textos orais, escritos, verbais ou não-verbais e seja capaz de posicionar-se criticamente, diante deles;
- Tenha uma boa leitura;
- Seja capaz de expressar-se tanto de forma oral, quanto escrita;
- Domine as principais regras gramaticais e saiba usá-las em suas produções textuais, tornando seus textos coerentes e coesos;

Será avaliado todo o desempenho oral e escrito dos alunos, respeitando cada indivíduo, na sua limitação.

Portanto, a avaliação servirá de subsídio para o professor repensar sua prática e perceber o que seus alunos não conseguiram apreender, retomando os conteúdos cada vez que se fizer necessário.

RECUPERAÇÃO SIMULTÂNEA

Na disciplina de Língua Portuguesa a recuperação paralela irá acontecer concomitantemente às situações avaliativas, num processo de construção e reconstrução do próprio conhecimento, dessa forma, o educando terá a oportunidade de refazer e avaliar o seu próprio desempenho escolar, buscando o seu aprimoramento e a aprendizagem de conteúdos e conseqüentemente de nota.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica** Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, Curitiba, 2008.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. Coleção: Português: Linguagens. São Paulo. Atual.

SOARES, Magda. Coleção: Português Uma proposta para o Letramento. São Paulo. Moderna.

GERALDI, João Wanderley. Portos de Passagem. São Paulo. Martins Fontes.

VIGOTSKY, L. S. Pensamentos e Linguagens. São Paulo. Martins Fontes.

CUNHA, Celso. Gramática da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. MEC.

Parâmetros Curriculares Nacionais. M D E

Currículo Básico do Paraná

ABRAMOVICH, Fanny. **O estranho mundo que se mostra às crianças**. São Paulo: Summus, 1983. (Novas buscas em educação)

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil**: Gostosuras e Bobices. São Paulo: Scipione, 1989.

AGUIAR, Vera Teixeira de & BORDINI, Maria da Glória. **Que livro indicar?**: Interesses do leitor jovem. Porto Alegre: mercado Aberto, 1979.

AGUIAR, Vera Teixeira. **Literatura; a formação do leitor**: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

AGUIAR, Vera Teixeira de. (Coord.) **Poesia fora da estante**. Porto Alegre: Projeto, 1997.

AGUIAR, Vera Teixeira. A literatura infantil no compasso da sociedade brasileira. In: ZILLES, Urbano. **Gratidão de ser**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

ARIES, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2ª ed. Trad. Dora Flakman. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Muito além da gramática**: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BARBOSA, Jaqueline Peixoto. **Trabalhando com os gêneros do discurso**: uma perspectiva enunciativa para o ensino da Língua Portuguesa. Tese (Doutorado em Lingüística) Aplicada ao Ensino de Línguas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BAKHTIN, Michail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem** . Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENJAMIM, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo Summus, 1984.

BORDINI, Maria da Glória & AGUIAR, Vera Teixeira. **Literatura. A formação do Leitor**: alternativas metodológicas.

BORDINI, Maria da Glória. **Poesia Infantil**. São Paulo: Ática, 1986. (série Princípios)

BRAGATO FILHO, Paulo. **Pela leitura literária de 1º grau**. São Paulo: Ática, 1995.

CADERMATORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos)

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. **A literatura infantil** : visão histórica e crítica. São Paulo: Ática, 1983.

CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Paulus, 2002.

6.6 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE MATEMÁTICA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Apresentação Geral da disciplina

A matemática é a ciência que através da harmonia entre seus aspectos prático e formalista, permite o estudo, náutico (arte de navegar, fazer com que o aluno descubra novos horizontes, enfrente desafios e supere os obstáculos dando subsídios para que ele se torne um cidadão crítico e participativo) o e quantitativo, das relações estabelecidas entre o homem e a realidade que o cerca.

A matemática transforma-se por fim na ciência que estuda todas as relações e interdependências quantitativas entre grandezas, comportando um vasto campo de teorias, modelos e procedimentos de análise, metodologias próprias de pesquisas, formas de coletar e interpretar dados.

Em seu papel formativo a disciplina contribui para o desenvolvimento de processo de pensamento e aquisição de atitudes, capacitando aos estudantes resolver problemas genuínos, habituando-os às novas tecnologias e a formação de uma visão ampla e científica da realidade, à percepção da beleza e da harmonia e o desenvolvimento da criatividade e de suas capacidades individuais.

A potencialidade do conhecimento deve ser explorada, da forma mais ampla possível, buscando na realidade do aluno as estruturações do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo do estudante na sua aplicação a problemas, situações da vida cotidiana e atividades do mundo do trabalho e no apoio à construção dos conhecimentos em outras áreas curriculares.

O estudo da matemática deve estar voltado para a busca de transformações que venham minimizar os problemas de ordem social. Isso implica olhar a própria matemática do ponto de vista do seu fazer e do ser pensar, da sua construção histórica privilegiando assim o ensinar e o aprender matemática sem perder de vista a compreensão.

Assim exige-se uma prática docente onde se estabeleçam posturas teórica metodológicas, onde o professor adote atitudes questionadoras, que seja investigador e reflexiva, tornando assim as aulas de matemática mais interessantes e desafiadoras, instrumentando os alunos com estratégias diversificadas, levando-os a pensar produtivamente, desenvolvendo seu raciocínio, ensinando-os a enfrentar situações novas, dando-lhes oportunidades de se envolver com as aplicações matemáticas.

Para Lorenzato Fiorentini (2001) a Educação Matemática é uma área que engloba inúmeros saberes, na qual apenas, o conhecimento da Matemática e a experiência

de magistério não garantem competência a qualquer profissional que nela trabalhe.

Outra finalidade apontada pelos autores “é fazer com que o estudante construa por intermédio do conhecimento matemático, valores e atitudes de natureza diversa, visando a formação integral do ser humano e particularmente, do cidadão, isto é do homem público (id. 2004, p.71).

Segundo as Diretrizes Curriculares de Matemática, pensar numa prática docente a partir da Educação Matemática, implica pensar na sociedade em que vivemos, construindo-se assim, o ato de ensinar numa ação reflexiva e política.

De acordo com a tendência histórico-crítico a matemática deve expressar no saber vivo dinâmico construído historicamente para atender as necessidades sociais econômicas e teóricas . A aprendizagem da matemática consiste em criar estratégias que possibilitem ao aluno contribuir sentidos e significados às ideias matemáticas, de modo a tornar-se capaz de estabelecer relações, justificar, analisar, discutir e criar. Desse modo, supera o ensino baseado apenas em desenvolver habilidades, como calcular e resolver problemas, ou fixar conceitos pela memorização ou listas de exercícios.

A ação do professor é articular o processo pedagógico, a visão de mundo do aluno, suas opções diante da vida, da história e do cotidiano. O auge das discussões da tendência histórico-critica aconteceu num momento de abertura política no país, na década de 1980.

O ensino da Matemática para o Segundo Grau (atual ensino médio) passou a visto “como instrumento para compreensão, a investigação, a inter-relação com o ambiente,e seu papel de agente de modificações do indivíduo, provocando mais que simples acúmulo de conhecimentos técnico, o progresso do discernimento político” (PARANÁ, 1993, p. 05).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, procura adequar o ensino brasileiro às transformações do mundo do trabalho, fruto da globalização econômica e apresenta novas interpretações para o ensino da Matemática.

Portanto, é necessário que o processo de ensino e aprendizagem em matemática contribua para que o estudante a partir do conhecimento matemático tenha possibilidades para entender e criticar questões sociais, políticas, econômicas e históricas.

Nesta perspectiva a Educação Matemática dá condições ao professor de matemática para desenvolver-se intelectual e profissionalmente, refletir sobre sua prática pedagógica, além de tornar-se um educador matemático e pesquisador, que vivencia sua própria formação continuada.

Segundo as Diretrizes Curriculares, os conteúdos da disciplina de Matemática estão organizados em estruturantes, ou seja, conhecimentos de grande amplitude, são conceitos e práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a sua compreensão.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

Os conteúdos estruturantes propostos nas diretrizes curriculares para a educação básica da rede pública estadual são:

- Números e álgebra
- Grandezas e medidas
- Geometrias
- Funções
- Tratamento da Informação

NÚMEROS E ÁLGEBRA

A álgebra e os números passam a fazer parte do conhecimento escolar, sendo que no cenário educacional brasileiro seu ensino foi influenciado pelas produções didáticas europeias do século XVIII, na forma de aulas avulsas em matérias denominadas Aritmética e Álgebra.

GRANDEZAS E MEDIDAS

As grandezas e medidas devem ser abordadas no contexto dos demais conteúdos matemáticos, configurando-se como conteúdo estruturante que possui fundamental importância, pois favorece o diálogo entre as pessoas, entre os Estados, entre os diferentes países e entre as instituições internacionais.

GEOMETRIAS

A geometria é a mais eficiente conexão didático – pedagógica da Matemática. Interliga-se com a aritmética e com a álgebra “ porque os objetos e relações dela correspondem aos das outras; assim sendo, conceitos, propriedades e questões aritméticas ou algébricas podem ser clarificados pela geometria, que realiza a tradução para o aprendiz” (LORENZATO, 1995, p. 7).

Entende-se que a valorização de definições, as abordagens de enunciados e as demonstrações de seus resultados são inerentes ao conhecimento geométrico. No entanto, tais práticas devem favorecer a compreensão do objeto e não reduzir-se apenas às demonstrações geométricas em seus aspectos formais.

FUNÇÕES

As abordagens do conteúdo funções no Ensino Médio devem ser ampliadas e aprofundadas de modo que o aluno consiga identificar regularidades, estabelecer generalizações e apropriar-se de linguagem matemática para descrever e interpretar

fenômenos ligados à Matemática e as outras áreas do conhecimento. O estudo das Funções ganha relevância na leitura e interpretação da linguagem gráfica que favorece a compreensão do significado das variações das grandezas envolvidas.

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

O tratamento da informação é um conteúdo estruturante que contribui para o desenvolvimento de condições de leitura crítica dos fatos ocorridos na sociedade e para interpretação de tabelas e gráficos que, de modo geral, são usados para apresentar ou descrever informações.

Na Educação Básica, propõe-se que o trabalho com estatística se faça por meio de um processo investigativo, pelo qual o estudante manuseie dados desde sua coleta até os cálculos finais. “ É o estudante que busca, seleciona, faz conjecturas, analisa e interpreta as informações para, em seguida, apresentá-las para o grupo, sua classe ou sua comunidade” (WODEWOTZKI E JACOBINI, 2004, P. 233).

PROPOSTA DE CONTEÚDOS PARA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA - ENSINO FUNDAMENTAL		
Série	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
a	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de Numeração; - Números Naturais; - Múltiplos e divisores; - Potenciação e radiciação; - Números Fracionários; - Números decimais.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de comprimento; - Medidas de massa; - Medidas de área; - Medidas de volume; - Medidas de tempo; - Medidas de ângulos; - Sistema Monetário.
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana; - Geometria Espacial.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Dados, tabelas e gráficos; - Porcentagem.
Série	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos

6 ^a	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> - Números Inteiros; - Números racionais; - Equação e Inequação do 1º grau; - Razão e proporção; - Regra de três.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de temperatura; - Ângulos.
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometrias Não-Euclidianas.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa Estatística; - Média Aritmética; - Moda e mediana; - Juros simples.
Série	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
7 ^a	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> - Números Irracionais; - Sistemas de Equações do 1º grau; - Potências; - Monômios e Polinômios; - Produtos Notáveis.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> - Medida de comprimento; - Medida de área; - Medidas de ângulos.
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometrias não-Euclídiana.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Gráfico e Informação; - População e amostra.
Série	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
8 ^a	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> - Números Reais; - Propriedades dos radicais; - Equação do 2º grau; - Teorema de Pitágoras; - Equações Irracionais; - Equações Biquadradas; - Regra de Três Composta.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> - Relações Métricas no Triângulo Retângulo; - Trigonometria no Triângulo Retângulo;

	FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Noção intuitiva de Função Afim . - Noção intuitiva de Função Quadrática.
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometria Não-Euclidiana.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Noções de Análise Combinatória; - Noções de Probabilidade; - Estatística; - Juros Composto.
PROPOSTA DE CONTEÚDOS PARA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA ENSINO MÉDIO		
	Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> - Números reais; - Números complexos; - Sistemas lineares; - Matrizes e Determinantes; - Polinômios. - Equações e Inequações Exponenciais, Logarítmicas e Modulares.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de área; - Medidas de Volume; - Medidas de Grandezas Vetoriais; - Medidas de Informática; - Medidas de Energia; - Trigonometria.
	FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Função Afim; - Função Quadrática; - Função Polinomial; - Função Exponencial; - Função Logarítmica; - Função Trigonométrica; - Função Modular; - Progressão Aritmética; - Progressão Geométrica.

<p style="text-align: center;">GEOMETRIAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometrias Não- Euclidianas.
<p style="text-align: center;">TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Análise Combinatória; - Binômio de Newton; - Estudo das Probabilidades; - Estatística; - Matemática Financeira.

METODOLOGIA

A finalidade de uma metodologia eficiente e adequada é priorizar as relações e interdependências entre conteúdos estruturantes e conteúdos específicos. A articulação entre os conteúdos é realizada na medida em que os conceitos são tratados em diferentes momentos e quando as situações de aprendizagem possibilitam aprofundamentos e retomadas; reforçadas as suas significações e associando-teoria à prática referente História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Prevenção ao uso indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Educação Ambiental, Educação Fiscal e Enfrentamento à Violência contra a criança e o adolescente, como temáticas trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas.

Na busca de uma “escola para todos”, é importante que nossa instituição adote um sistema educacional que atenda e reconheça as diferenças individuais, bem como, as respeite, na tentativa de adaptar-se as particularidades dos educandos, construindo um espaço dialógico no qual as diferenças se complementam tornando o currículo aberto e flexível. Neste sentido, a Educação Inclusiva tem como finalidade assegurar educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas da Educação Básica, oferecendo apoio, complementação, suplementação e ou substituição dos serviços educacionais regulares.

Em relação ao Meio Ambiente a compreensão das questões ambientais pode ser fornecida pela organização de um trabalho interdisciplinar em que a matemática esteja inserida. A quantificação de aspectos envolvidos em problemas ambientais favorece uma visão mais clara deles, possibilitando tomar decisões e fazer intervenções necessárias (reciclagem e reaproveitamento de materiais).

Sendo assim asseguramos uma formação que possibilite ao aluno, compreender o

mundo em que vive em sua complexidade, para que possa nele atuar com vistas à sua transformação; O aprimoramento do aluno como cidadão consciente, com formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico; a compreensão do conhecimento historicamente construído, nas suas dimensões filosófica, artística e científica, em sua interdependência nas diferentes disciplinas.

Desta forma como proposta da disciplina da matemática segue algumas considerações metodológicas:

- Resolução de Problemas
- Etnomatemática;
- Modelagem Matemática;
- Uso de Mídias Tecnológicas;
- História da Matemática ;
- Utilização de Laboratório de Informática;
- Utilização da Biblioteca como fonte de pesquisa;
- Investigações ma temáticas.

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

O professor deve fazer uso de práticas metodológicas para a resolução de problemas, por isso torna as aulas mais dinâmicas e não restringe o ensino de Matemática a modelos clássicos, como exposição oral e resolução de exercícios. Enquanto na resolução de exercícios os estudantes dispõem de mecanismos que os levam, de forma imediata, à solução, na resolução de problemas isto não ocorre, pois, muitas vezes, é preciso levantar hipóteses e testá-las.

ETNOMATEMÁTICA

Através desta metodologia, busca-se uma organização da sociedade que permite o exercício da crítica e a análise da realidade. É importante fonte de investigação da Educação Matemática, por meio de um ensino que valoriza a história dos estudantes pelo reconhecimento e respeito a suas raízes culturais: “ reconhecer e respeitar as raízes de um indivíduo não significa ignorar e rejeitar as raízes do outro, mas num processo de síntese, reforçar suas próprias raízes”(D'AMBROSIO, 2001, P.42), considerando aspectos como “memória cultural, códigos, símbolos, mitos e até maneiras específicas de raciocinar e inferir” (id. 1998, p. 18).

MODELAGEM MATEMÁTICA

A modelagem matemática tem como pressuposto a problematização de situações

do cotidiano. Ao mesmo tempo em que propõe a valorização do aluno no contexto social, procura levantar problemas que sugiram questionamentos sobre situações de vida.

Por meio da modelagem matemática, fenômenos diários, sejam eles físicos, biológicos e sociais, constituem elementos para análise crítica e compreensões diversas de mundo, assim sendo, “a modelagem Matemática consiste na arte de transformar problemas reais com os problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real” (BASSANEZI, 2004, P.16).

O trabalho pedagógico com a modelagem matemática possibilita a intervenção do estudante nos problemas reais do meio social e cultural em que vive, por isso, contribui para sua formação crítica.

MÍDIAS TECNOLÓGICAS

Os recursos tecnológicos sejam eles o software, a televisão, as calculadoras, os aplicativos da internet, entre outros, têm favorecido as experimentações matemática e potencializado formas de resolução de problemas.

O trabalho com as mídias tecnológicas insere diversas formas de ensinar e aprender e valoriza o processo de produção de conhecimentos.

HISTÓRIA DA MATEMÁTICA

A abordagem histórica deve vincular as descobertas matemáticas aos fatos sociais e políticos, às circunstâncias históricas e às correntes filosóficas que determinaram o pensamento e influenciaram o avanço científico de cada época.

A História deve ser o fio condutor que direciona as explicações dadas aos porquês da Matemática. Assim, pode promover uma aprendizagem significativa, pois propicia ao estudante entender que o conhecimento matemático é construído historicamente a partir de situações concretas e necessidades reais. (MIORIM, 2004).

INVESTIGAÇÕES MATEMÁTICAS

Uma investigação é um problema em aberto e por isso, as coisas acontecem de forma diferente do que na resolução de problemas e exercícios. O objeto a ser investigado não é explicitado pelo professor, porém o método de investigação deverá ser indicado através, por exemplo, de uma introdução oral, de maneira que o aluno compreenda o significado de investigar. Assim, uma mesma situação apresentada poderá ter objetos de investigação distintos por diferentes grupos de alunos. E mais, se os grupos partirem de pontos de investigação diferentes, com certeza obterão resultados também diferentes.

Na investigação matemática o aluno é chamado a agir como um matemático, não apenas porque é solicitado a propor questões, mas, principalmente, porque formula

conjecturas a respeito do que está investigando. Assim, “as investigações ma temáticas envolvem, naturalmente, conceitos, procedimentos e representações ma temáticas, mas o que mais fortemente as caracteriza é este estilo de conjectura-teste-demonstração “(PONTE; BROCARD; OLIVEIRA, 2006, P. 10). Enfim, investigar significa procurar conhecer o que não se sabe, que é o objetivo maior de toda ação pedagógica.

É fundamental acreditar que o indivíduo é capaz de construir seu próprio conhecimento, deste modo, por considerarmos o aluno agente de construção de sua aprendizagem utilizamos atividades e desafios, estimulando-o a agir reflexivamente, trocando ideias e opiniões com o professor e os colegas sobre as possíveis soluções.

Tal organização prevê momentos de trabalho com toda a classe, com grupos e tarefas individuais, além disso, propõe variedades de situações de apresentação, discussão e sintetização de conteúdos, as disciplinas enfatizam habilidades comuns de leitura, registro e produção escrita, ampliando o contato com diferentes textos e materiais informativos como tabelas, gráficos mapas, documentos da época, fotografias e dicionários.

Entende-se que a integração curricular assim sugerida não ultrapassa a divisão dos conteúdos pó disciplinas. Um currículo baseado em disciplinas pode proporcionar a análise dos fenômenos, do ponto de vista de diferentes campos do conhecimento e oferecer instrumentos para auxiliar a leitura da realidade.

Instalando-se assim uma nova prática de seleção de conteúdos e uma organização do ensino realmente pautada pelo ritmo de aprendizagem e pelas exigências de diversificar o atendimento a uma classe heterogênea.

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista, diagnosticar seu nível de apropriação do conhecimento , para a partir delas tomar decisões

suficientes e satisfatórias para que este possa avançar no seu processo de aprendizagem.

O objetivo principal da avaliação não é a classificação ou a retenção de alunos, mas identificar o processo de compreensão e assimilação do saber pelo educando, para a partir daí, adotar medidas de caráter diagnóstico, visando sua emancipação e autonomia, voltada para a construção do sucesso escolar e da inclusão, como princípio e compromisso social.

A avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados.

AVALIAÇÃO

Avaliar, seguindo a concepção de Educação Matemática, adotada na DCE de Matemática, tem um papel de mediação no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, ensino, aprendizagem e avaliação devem ser vistos como integrantes de um mesmo processo.

A Avaliação deve ser uma orientação para o professor na condução da sua prática docente e jamais um instrumento para reprovar ou reter alunos na construção de seus esquemas de conhecimento teórico e prático.

Nesta proposta, não será modificada apenas a relação ensino aprendizagem, mas também o processos de avaliação. Isso porque a avaliação será parte integrante dessa relação, atuando como diagnóstico e acompanhamento, fornecendo os dados reguladores das sequencias do trabalho docente, utilizando como instrumentos de avaliação: discussões, seminários, pesquisas, trabalho em grupo, interpretação de gráficos e tabelas, relatório de pesquisa, caderno do aluno e avaliação individual

A avaliação, durante o processo pedagógico, permitirá que o professor situe aspectos importantes para replanejar o prosseguimento do ensino e, ao mesmo tempo, identifique lacunas de aprendizagem que deverão ser retomadas com a classe ou com alguns alunos, antes que se acumulem problemas e insucessos.

Assim, enfatizam-se a observação o registro com aspectos centrais do processo de avaliação. É preciso ficar atento, no desenvolver das propostas destas disciplinas, para aproveitar todas as oportunidades de observar o aproveitamento do alunos e registrar o que já dominam, o que ainda é difícil para eles, o que deve ser retomado, registrar tudo e iniciar a organização de apreciações feitas a partir dos dados registrados.

No trabalho coletivo, os dados de avaliação devem ser levantados pelo grupo de professores devem fornecer pistas para promover situações de integração da aprendizagem e melhoria do aproveitamento dos alunos, contribuindo para o seu sucesso escolar.

Com objetivo de superar tal prática , considera-se que a avaliação deve se dar ao longo do processo do ensino-aprendizagem, ancorada em encaminhamentos metodológicos que abram espaço para a interpretação e discussão, que considerem a relação do aluno com o conteúdo trabalhado, o significado desse conteúdo e a compreensão alcançada por ele.

A função da avaliação é proporcionar aos alunos novas oportunidades para aprender, melhorar e refletir sobre seu próprio trabalho, bem como fornecer dados sobre as dificuldades de cada aluno (ABRANTES, 1994, P.15).

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso da observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir

manifestações escritas, orais e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador e calculadora.

Algumas questões são fundamentais para que o professor elabore uma proposta de práticas avaliativas que indiquem se o aluno:

- Comunica-se matemática mente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004).
- Participa coletiva e colaborativamente nos trabalhos realizados em grupos.
- Compreende, por meio da leitura, o problema matemático.
- Elabora um plano que possibilite a solução do problema.
- Encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático.
- Realiza o retrospecto da solução de um problema.

Dessa forma certas atitudes devem ser cultivadas pelo aluno sob a orientação do professor e se caracterizam por:

- Partir de situações - problema internas ou externas à matemática;
- Pesquisar acerca de conhecimentos que possam auxiliar na solução dos problemas;
- Elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;
- Perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;
- Sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- Socializar os resultados obtidos, utilizando, para isso, uma linguagem adequada;
- Argumentar a favor ou contra os resultados (NOGUEIRA; PAVANELLO, 2006, P.29).

O professor deve considerar as noções que o estudante traz, decorrentes da sua vivência, de modo a relacioná-las com os novos conhecimentos abordados nas aulas de Matemática. Assim, será então possível que as práticas avaliativas finalmente superem a pedagogia do exame para basearem-se numa pedagogia do ensino e da aprendizagem.

Referências

- ABRANTES, P. Avaliação e educação matemática. **Série reflexões em educação matemática**. Rio de Janeiro: MEM/USU/GPEM, 1994.
- FIORENTINI, D. Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil. **Revista Zetetiké**. Campinas, ano 3, n.4, p. 1-37. 1995.
- FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **O profissional em educação matemática**. Disponível em: <http://sites.unisanta.br/teiadodosaber/apostila/matematica> acesso em: 23 mar.2008
- LORENZATO, S. Por que não ensinar geometria? **Revista da Sociedade Brasileira de**

Educação Matemática. São Paulo, n. 4, p. 3-12, jan/jun. 1995.

MIGUEL, A; MIORIM, M. ^a **História na educação matemática: propostas e desafios.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

WODEWOTZKI, M. L.; JACOBINI, O. R. O Ensino De Estatística no contexto da educação Matemática. In BICUDO, M. ^a V.; BORDA, M. C. (ORGS.) **Educação matemática pesquisa em movimento.** São Paulo: Cortez, 2004.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

REGIMENTO ESCOLAR

NOVA VERSÃO DA DIRETRIZES CURRICULARES 2008

ESTADO DO PARANÁ – Diretrizes Curriculares de Matemática para o ensino fundamental e médio. Curitiba: SEED-PR, 2008.

Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2005.

Matemática/ vários autores.- Curitiba SEED-PR, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares de Matemática para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Curitiba, 2008

6.7 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FILOSOFIA

I APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Filosofia tem a sua origem na Grécia antiga e é constituída como pensamento há mais de 2600 anos, traz consigo o problema de seu ensino a partir do embate entre o pensamento de Platão e as teorias dos sofistas. Naquele período, tratava-se de compreender a relação entre o conhecimento e o papel da retórica no ensino. Por um lado, Platão admitia que, sem uma noção básica das técnicas de persuasão, a prática do ensino da filosofia teria efeito nulo sobre os jovens. Por outro lado, também pensava que se o ensino de Filosofia se limitasse à transmissão de técnicas de sedução do ouvinte, por meio de discursos, o perigo seria outro: a Filosofia favoreceria posturas polêmicas, como o relativismo moral ou o uso pernicioso do conhecimento.

Posteriormente no Brasil, a filosofia é vista como instrumentos de formação moral e intelectual da Igreja Católica, dos interesses das elites coloniais e do poder cartorial local. Com a proclamação da República, a filosofia passa a ser instaurada como disciplina obrigatória, o que não configurou um movimento de crítica social e política, por ser a Filosofia uma disciplina que busca desvelar a realidade, levando o indivíduo a criar consciência da sua existência no mundo, como agente histórico, portanto um ser de

relações e em constante transformação é que em 1971, erradicam-se as Ciências Humanas do currículo passando a ser extinta a partir da LDB n. 4.024/ 61 e com a Lei n. 5.692/71, durante a ditadura militar, desaparecendo dos currículos escolares do ensino médio, por não servir aos interesses políticos e ideológicos do período.

A partir de 1980 volta-se a discussão e o movimento pelo retorno da Filosofia ao Ensino Médio, essas discussões ocorreram em vários estados do Brasil, a partir de encontros com professores de várias escolas e de universidades, que contavam com articulações e organizações políticas voltada pela defesa e retomada do espaço da Filosofia onde conseguiram êxito em suas discussões, isto é, legitimaram sua instauração. Após um longo período fora do currículo, é que a filosofia está voltando para as escolas, lugar onde nunca deveria ter saído.

Sendo assim, a filosofia gira em torno de problemas e conceitos criados no decorrer de sua longa história, os quais, devidamente aplicados, geram discussões criativas, muitas vezes, ações e transformações, um dos objetivos é de oferecer aos estudantes a possibilidade de compreender a complexidade do mundo contemporâneo e tem como papel fundamental viabilizar interfaces com as outras disciplinas para a compreensão do mundo em todos os aspectos.

Cabe a Filosofia recuperar a prática reflexiva, questionadora que contribui para a compreensão de quem somos em que mundo vivemos, quais são as relações sociais existentes na sociedade, permitindo ampliar a visão de mundo trazida pela Ciência e outras expressões de cultura, apresentadas na escola como saber escolar.

A Filosofia tem como objeto de estudo o pensar ou raciocinar, que se apresenta como conteúdo filosófico e como exercício que possibilita ao estudante desenvolver estilo próprio de pensamento. O ensino de Filosofia é um espaço para análise e criação de conceitos, que une a Filosofia e o filosofar como atividades indissociáveis que dão vida ao ensino de Filosofia.

Segundo a nova LDB em seu Artigo 35 a finalidade da Filosofia no Ensino Médio é “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo” o aprimoramento do educando, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a compreensão dos fundamentos científicos tecnológicos dos processos produtivos.

Dessa forma, a Filosofia tem um papel fundamental na formação do cidadão e da cidadania, deve fornecer elementos para a construção deste. Não se pode pensar em nenhum homem que não seja solicitado a refletir e agir, isso significa que todo homem tem (ou deveria Ter) uma concepção de mundo, uma linha de conduta moral e política, e deveria atuar no sentido de manter ou modificar a maneira de pensar e agir do seu tempo.

Portanto, a Filosofia assim como as outras disciplinas, têm um papel árduo, frente aos novos desafios que a sociedade nos apresenta, logo, tem uma especificidade que se concretiza na relação do estudante com os problemas suscitados, na busca de soluções nos textos filosóficos por meio da investigação, no trabalho em direção a criação de conceitos.

II OBJETIVOS

Oportunizar o exercício de interpretação e reflexão através da compreensão de elementos da filosofia.

A reflexão filosófica permite ao ser humano uma consciência plena, em cada momento, de todos os fatores que envolvem cada situação e cada evento de sua existência, produzir a decisão certa no momento certo e oportuno, com sabedoria, a partir de valores éticos de respeito a vida em todas as formas

III CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Mito e Filosofia
- Teoria do Conhecimento
- Ética
- Filosofia Política
- Estética
- Filosofia da Ciência

IV CONTEÚDOS BÁSICOS

Mito e Filosofia

- Saber mítico;
- Saber filosófico;
- Relação Mito e Filosofia;
- Atualidade do mito;
- O que é Filosofia?

Teoria do conhecimento

- Possibilidade do conhecimento;
- As formas de conhecimento;
- O problema da verdade;
- A questão do método;
- Conhecimento e lógica.

Ética

- Ética e moral;
- Pluralidade ética;
- Ética e violência;
- Razão, desejo e vontade;
- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas.
- Filosofia política
- Relações entre comunidade e poder;
- Liberdade e igualdade política;
- Política e ideologia;
- Esfera pública e privada;
- Cidadania formal e/ou participativa.

Filosofia da ciência

- Concepções de ciência;
- A questão do método científico;
- Contribuições e limites da ciência;
- Ciência e ideologia;
- Ciência e ética.

Estética

- Natureza da arte;
- Filosofia e arte;
- Categorias estéticas – feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc.;
- Estética e sociedade.

V METODOLOGIA

As aulas de Filosofia dar-se-á em quatro momentos: o primeiro deles é a sensibilização, que pode ser conduzido pelo professor através de inúmeras atividades, assim como: a leitura de textos, filmes, imagens e músicas, são meios utilizados para poder iniciar uma aula de Filosofia, com o objetivo de levar o estudante a pensar e refletir motivando os mesmos a fazer possíveis relações com sua própria realidade e também com o conteúdo filosófico a ser desenvolvido.

Isso posto, passamos para o segundo momento, que é a problematização, trabalho propriamente filosófico, onde de forma conjunta professor e estudantes levantam

questionamentos, formulam conceitos, enfim, identificam problemas. Problemas estes, que sugerem uma análise profunda e que pode ser estudado por meio das investigações e que aqui podemos chamar de terceiro momento. Ao estudante recorrer à teoria e se empenhar na investigação, perceberá diferentes maneiras de encarar o problema, mesmo que este não encontre soluções, mas ao menos servirá para que guie ou oriente suas discussões. É importante ressaltar aqui, que haja uma preocupação em fazer uma análise da atualidade, trazer o debate para o presente com o objetivo de entender o que ocorre na nossa realidade.

Dessa forma, caminhamos para o último ou quarto momento da aula, que é a conclusão, depois que o estudante conhece o conteúdo filosófico e relaciona com seu cotidiano, pode-se dizer que ele possui capacidade para formular conceitos, ter suas próprias ideias e defender aquilo que pensa, enfim, é neste processo dialógico que ocorre o ensino-aprendizagem, onde o estudante vai se mostrar preparado para atuar sobre os problemas de nossa sociedade.

VI AVALIAÇÃO

A avaliação se inicia com a observação do que o estudante pensava antes e o que ele adquiriu durante e após os estudos. Deve ser levada em conta a parte prática, isto é, o diálogo com outro, é a partir da discussão que se constroem conceitos e que só se encontra seu sentido na experiência. O professor pode propiciar e preparar essas discussões. A avaliação deve ser concebida na sua função de diagnosticar, ou seja, auxiliar na ação do processo ensino aprendizagem.

No ato de avaliar, alguns aspectos devem ser levados em consideração: respeito pelas posições dos estudantes, pois o que está em jogo é a capacidade argumentativa, deve ser levada em conta a capacidade de construção e de tomar posições, isto é, avaliar qual discurso que o estudante tinha antes e qual é o discurso depois de ter estudado, jamais o professor pode determinar ou medir, pelo contrário, deve simplesmente diagnosticar sua capacidade desenvolvida antes e depois de ter estudado Filosofia.

Portanto, a avaliação deve conceber o educando como o sujeito do processo educativo e não pode ser tratado como algo estático que ocorre num determinado momento do processo educacional, mas que se dá no processo contínuo do ensino-aprendizagem.

VII REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola; **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Cromosete.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: Introdução a Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- CORDI, Cassiano... et al. **Para filosofar**. 4.ed. São Paulo: Scipione, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. 9.ed. São Paulo: Ática, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SEED, Secretaria de Estado da Educação/ Superintendência da Educação. Diretrizes Curriculares de Filosofia para a educação Básica. Curitiba, 2008.

6.8 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FÍSICA

Aspectos históricos da Física e do Ensino de Física

A Física tem como objeto de estudo o Universo, por isso a disciplina propõe aos estudantes o estudo da natureza. Porém os conhecimentos de Física apresentados no Ensino Médio são modelos elaborados pelo homem para aproximar-se mais da realidade.

A disciplina de Física está vinculada a uma ciência de referência – a Física, - cujo corpo teórico se apresenta na forma de princípios, leis, conceitos, definições e ideias que, interligados uns aos outros, não só sustentam a teoria, mas são fundamentais para compreendê-la.

Este quadro teórico, possui respeitável consistência e representa um empreendimento humano que teve início quando o homem, pela contemplação, buscou compreender e descrever os fenômenos naturais. Hoje, esse quadro permite compreender desde um simples caminhar até o comportamento de galáxias próximas ou distantes. Ele abrange desde a estrutura mais elementar da matéria até a busca de uma origem para o universo presente na cosmologia atual e, compõe parte da cultura científica atual.

Na sociedade em franco processo de globalização, o ensino dessa cultura propicia aos sujeitos reconstruírem o conhecimento técnico-científico historicamente produzidos como constituinte de sua formação como seres humanos e futuros profissionais. A apropriação desse conhecimento pode tornar esses sujeitos, pessoas críticas, criativas e inteiradas com a sociedade e com as tecnologias a sua volta.

Por isso, a relevância da disciplina de Física no Ensino Médio tem por objetivo a formação desses sujeitos visto que, a maioria deles somente terá contato com este corpo de conhecimentos somente nesta etapa da vida escolar.

O pressuposto teórico norteador desta orientação é “que o conhecimento científico é uma construção humana com significado histórico e social (DCE- física, 2008, p.50). Portanto, potencializar-se um enfoque conceitual, pois se estende que a cultura científica é necessária para as práticas sociais nas quais a escola está inserida e para o reconhecimento do que é científico de fato. Outra finalidade do ensino de física é que o aluno compreenda e questione os métodos e os modelos científicos em seus limites e suas possibilidades. Enfim, contribuir, em conjunto com as outras disciplinas, para a formação do

sujeito crítico ao considerar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que determinam a produção científica (DCE- física, p.50).

Encaminhamentos metodológicos

A partir do entendimento de que a ciência se constitui de um real construído por homens, os quais estão inseridos em uma realidade histórica, e que não é alheia às outras atividades humanas, pretende-se discutir o conhecimento científico como produto da cultura científica, sujeito ao contexto sócio-econômico, político e cultural de uma época.

Para tanto, utilizar-se-á de aulas teórico – expositivas, leitura e análise de textos históricos, de divulgação científica ou literário; apresentação e análise de filmes de curta duração (recortes de filmes) e documentários na TV pendrive; atividades práticas experimentais ou de pesquisa.

Entende-se que o “professor deve ensinar ciências, na perspectiva da ciência, destacando o modelo de formulação do saber” (Carvalho Filho, 2006, p.8). Assim, propõe partir do cotidiano do estudante, porém por meio de metodologias que propiciem condições para que os estudantes distanciem-se dos seus conhecimentos empíricos e se apropriem do conhecimento científico, sem, no entanto, estipular uma escala de valor entre ambos.

Considera-se que o estudante possui um conhecimento empírico fruto de suas relações sociais e das suas interações com a natureza, mas, da mesma forma que o conhecimento científico o conhecimento do estudante não é pronto e acabado. Assim, o trabalho com os conteúdos buscará mostrar a necessidade de superação do senso comum para adentrar o mundo da ciência.

Desta forma, conforme o conteúdo priorizar-se-á encaminhamentos metodológicos que considerem:

1. Os modelos científicos como explicações humanas a respeito de fenômenos científicos: apresentar e discutir esses modelos, suas possibilidades e limitações, isto é, seu campo de validade. Trabalha-se na perspectiva de que os modelos matemáticos não são simples quantificações das grandezas físicas, se prioriza o trabalho com dados literais em relação aos numéricos;

2. A história da ciência interna à Física: o objetivo é mostrar a evolução das teorias físicas, considerando a produção científica como um objeto humano e, portanto, cabível de erros e acertos, avanços e retrocessos (DCE-física, 2008, p.69);

3. A história externa à Física: o objetivo é inserir a produção científica num contexto mais amplo da História da Humanidade, a fim de evidenciar a não-neutralidade da produção científica e a Física como uma produção cultural humana;

4. As práticas experimentais: propõem-se atividades que gerem discussões e permitam que os estudantes participem expondo suas opiniões. Estas práticas possuem

uma base conceitual na qual o conteúdo está inserido e, o estudante deve conhecê-la, saber em que o experimento está baseado. Busca-se superar a visão indutivista “de que os experimentos são confrontos de olhos e mentes abertas com a Natureza, como um meio para adquirir conhecimento objetivo, isento e certo sobre o mundo” (Hodson,1988);

5. Atividades práticas de pesquisa: atividades que estimulem a pesquisa e reflexão em torno dos conteúdos científicos, através de questões problematizadoras, pesquisa bibliográfica, Internet e outros;

6. Leitura de textos: priorizam-se textos científicos (divulgação científica ou fato histórico), ou literários de caráter científico, entendendo-os como uma possibilidade para ir além de algoritmos matemáticos e atividades experimentais, para discutir os conceitos científicos contribuindo para a apropriação da cultura científica pelos estudantes.

Buscou-se na História e na Epistemologia da Física o caminho para elaboração destas orientações curriculares. Esta busca também contribui para a escolha da metodologia mais adequada ao conteúdo física, pois conforme já dissemos, o encaminhamento metodológico depende do conteúdo, embora não seja um fator determinante uma vez que é preciso considerar o contexto social no qual a escola está inserida e o que os estudantes já sabem, dentre outras coisas.

Abordagem dos conteúdos:

1ª série

Conteúdo estruturante: Movimento

Conteúdos específicos:

- notação científica;
- grandezas escalares e vetórias;
- leis do movimento
- leis de Newton;
- referencial, posição e trajetória;
- aplicações das leis de Newton;
- tempo;
- trabalho;
- velocidade;
- potência;
- movimento uniforme;
- rendimento;
- movimento vertical;
- energia;

- cinemática vetorial,
- impulso;
- movimento circular uniforme;
- quantidade de movimento

2ª série

Conteúdo estruturante: Movimento

Conteúdos específicos:

- Gravitação Universal;
- Mecânica dos fluídos
- hidrostática;
- Oscilações – ondas – acústica;

Conteúdo estruturante: Termodinâmica

Conteúdos específicos:

- temperatura;
- capacidade térmica;
- energia interna;
- calor específico;
- lei zero da termodinâmica;
- calor latente;
- escalas termométricas;
- estados da matéria;
- termômetros;
- transmissão de calor;
- dilatação linear;
- termodinâmica;
- dilatação superficial;
- máquinas térmicas;
- dilatação volumétrica;
- ciclo de Carnot.
- dilatação dos líquidos;
- Conteúdo estruturante: Eletromagnetismo
- Conteúdo específico:
- óptica;

3ª série

- Conteúdo estruturante: Eletromagnetismo
- Conteúdos específicos:
 - processos de eletrização;
 - campo magnético em uma espira circular;
 - carga elétrica;
 - campo magnético em um solenóide;
 - lei de Coulomb;
 - ferromagnetismo;
 - campo elétrico;
 - diamagnetismo;
 - potencial elétrico;
 - indução eletromagnética;
 - corrente elétrica;
 - fluxo magnético;
 - resistores;
 - corrente induzida;
 - supercondutores;
 - lei de Lenz;
 - Lei de Ohm;
 - lei de Faraday;
 - associação de resistores;
 - espectro eletromagnético;
 - geradores e receptores;
 - campo magnética sobre carga elétricas;
 - força magnética sobre condutores elétricos;
 - lei de Biot – Savart;

Avaliação

A avaliação dar-se-à ao longo do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, visto que ela é um instrumento para acompanhamento do trabalho do professor e do processo de aprendizagem dos estudantes.

No processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o

fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

Para cumprir essa função, a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem. Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002).

Assim, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, entendida como questão metodológica, de responsabilidade do professor, é determinada pela perspectiva de investigar para intervir. A seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento. Ao professor, cabe acompanhar a aprendizagem dos seus alunos e o desenvolvimento dos processos cognitivos.

A avaliação deve ter um caráter diversificado tanto qualitativo quanto do ponto de vista instrumental. Do ponto quantitativo o professor deve orientar-se pelo estabelecido no regimento escolar.

Quanto aos critérios de avaliação em Física, deve-se verificar:

- A compreensão dos conceitos físicos essenciais a cada unidade de ensino e aprendizagem planejada;
- A compreensão do conteúdo físico expressado em textos científicos;
- A compreensão de conceitos físicos presentes em textos não científicos;
- A capacidade de elaborar relatórios tendo com referência os conceitos, as leis e as teorias físicas sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva os conhecimentos da Física.

Assim, o professor terá subsídio para verificar a aprendizagem dos estudantes e, se for o caso, poderá interferir no processo pedagógico revendo seu planejamento.

Referências

- SAMPAIO, J.L.; CALÇADA, C.S. Universo da Física. São Paulo: Atual Editora, 2005.
- PARANÁ, SEED. Diretrizes Curriculares do Paraná – Física – Curitiba, 2008.
- PENTEADO, Paulo Cesar M. ; Penteado, Carlos Magno A. Torres. Ciência e Tecnologia. São Paulo: Moderna, 2005.
- LUZ, Antônio Máximo Ribeiro; LUZ, Beatriz Alvarenga Alvares. Física ensino médio. São Paulo: Scipione, 2005.

6.9 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA

I APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A aplicação da Química sempre esteve no desenvolvimento das civilizações. Mesmo antes de ela ser assim denominada, iniciou-se o desenvolvimento e estudo através de alquimia, evoluindo e passando pela iatroquímica até ser considerada como uma ciência essencial à evolução humana.

O século XIX foi o período no qual a ciência moderna se consolidou e passou a deixar marcas na caminhada da humanidade. Nesse contexto, John Dalton apresentou sua teoria atômica em uma série de conferências realizadas na Royal Institution de Londres. Para ele, a matéria era constituída de partículas esféricas maciças e indivisíveis, denominadas átomo, as quais seriam reorganizadas pelas reações químicas.

No Brasil, as primeiras atividades de caráter educativo envolvendo química, surgiram a partir do início do século XIX, provenientes das transformações de ordem política e econômica que ocorriam na Europa.

A partir de 1931, com a Reforma Francisco Campos, a disciplina Química passa a ser ministrada de forma regular no currículo do Ensino Secundário no Brasil.

O conhecimento químico interage com o homem em diversos meios, devendo não apenas pensar nele como problema para sociedade, e sim, como caminho para controlar fontes poluidoras, melhorar os processos industriais e tornar eficaz o tratamento de efluentes.

Conforme a DCE, o conhecimento químico interage com o homem em diversos meios, devendo não apenas pensarmos nele como problema para a sociedade, e sim, como caminho para amenizar os efeitos das fontes poluidoras, melhorar os processos industriais de diversos gêneros alimentícios, vestuário, medicamentos entre outros, e tornar mais eficaz o tratamento de efluentes.

A química tem como objetivo o conhecimento da matéria e suas transformações no mundo físico, assim sendo capaz de interferir nas suas aplicações tecnológicas, ambientais e sociais, políticas e econômicas.

É claro que o conhecimento químico, aliado aos conhecimentos de outras disciplinas afins de dar embasamento à compreensão do mundo em que vivemos. A preocupação em caráter interdisciplinar do estudo da química tem como objetivo estimular a percepção da inter-relação entre outros fenômenos, dos aspectos mais relevantes do seu caráter para as diversas tecnologias. Enfim, os objetivos propostos para o ensino da química, podem contribuir para a formação da pessoa humana, como cidadão crítico e transformador de sua sociedade.

Como consequência dessa abordagem, o ensino de química, no cotidiano da sala de aula, deve considerar o grau de maturidade dos alunos, estar voltado para o seu dia-a-dia, bem como mostrar-se mais flexível quanto à ordem dos conteúdos pragmáticos a serem estudados, desenvolver-se de maneira crítica, para que o aluno não aprenda apenas formulas e cálculos, mas, principalmente, como interpretar macro e microscopicamente o mundo da matéria, fazendo analogias e se posicionando sobre os aspectos sociais, políticos econômicos e éticos do mundo que o cerca.

II CONTEÚDOS ESTRUTURANTES, CONTEÚDOS BÁSICOS E CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

- Matéria e sua Natureza;
- Biogeoquímica;
- Química Sintética.

1ª SÉRIE:

Conteúdo Básico: **MATÉRIA**

Conteúdos Específicos:

- Constituição da matéria;
- Estados de agregação.
- Natureza elétrica da matéria;
- Modelos atômicos (Rutherford, Thomson, Dalton, Bohr e outros)
- Tabela Periódica.

Conteúdo Básico: **SOLUÇÃO**

Conteúdos Específicos:

- Substância: simples e composta;
- Misturas;
- Métodos de separação;
- Solubilidade.

Conteúdo Básico: **LIGAÇÃO QUÍMICA**

Conteúdos Específicos:

- Tabela Periódica;
- Propriedade dos materiais;
- Tipos de ligação química em relação às propriedades dos materiais;

- Solubilidade e as ligações químicas;
- Interações intermoleculares e as propriedades das substâncias moleculares;
- Ligações de hidrogênio;
- Ligação metálica;
- Ligações sigma e pi;
- Ligações polares e apolares;
- Alotropia.

Conteúdo Básico: **ÓXIDO-REDUÇÃO**

Conteúdos Específicos:

- Estudo dos metais (tabela periódica, propriedades, etc);
- Ligações metálicas (elétrons semi-livres).

Conteúdo Básico: **FUNÇÕES QUÍMICAS**

Conteúdos Específicos:

- Funções Inorgânicas;
- Tabela Periódica.

2ª SÉRIE:

Conteúdo Básico: **SOLUÇÃO**

Conteúdos Específicos:

- Concentração;
- Forças intermoleculares;
- Temperatura e pressão;
- Densidade;
- Dispersão e suspensão;
- Tabela periódica.

Conteúdo Básico: **VELOCIDADE DAS REAÇÕES**

Conteúdos Específicos:

- Reações químicas;
- Lei das reações químicas;
- Representação das reações químicas;
- Condições fundamentais para ocorrência das reações químicas (natureza dos reagentes, contato entre os reagentes, trajetória de colisão);
- Fatores que interferem na velocidade das reações (superfície de contato, temperatura, catalisador, concentração dos reagentes);

- Lei da velocidade das reações químicas;
- Inibidores das reações químicas;
- Tabela periódica.

Conteúdo Básico: **EQUÍLIBRIO QUÍMICO**

Conteúdos Específicos:

- Reações químicas reversíveis;
- Concentração;
- Relações matemáticas e o equilíbrio químico (constante de equilíbrio);
- Deslocamento de equilíbrio (princípio de Le Chatelier): concentração, pressão, temperatura e efeito dos catalisadores;
- Equilíbrio químico em meio aquoso (pH, constante de ionização, K_s);
- Tabela periódica.

Conteúdo Básico: **REAÇÕES QUÍMICAS**

Conteúdos Específicos:

- Princípios da termodinâmica;
- Calorias;
- Reações exotérmicas e endotérmicas;
- Forças intermoleculares;
- Temperatura e pressão;
- Densidade;
- Dispersão e suspensão;
- Tabela periódica.

Conteúdo Básico: **VELOCIDADE DAS REAÇÕES**

Conteúdos Específicos:

- Reações químicas;
- Lei das reações químicas;
- Representação das reações químicas;
- Condições fundamentais para ocorrência das reações químicas (natureza dos reagentes, contato entre os reagentes, teoria de colisão);
- Fatores que interferem na velocidade das reações (superfície de contato, temperatura, catalisador, concentração dos reagentes);
- Lei da velocidade das reações químicas;
- Inibidores das reações químicas;
- Tabela periódica.

Conteúdo Básico: EQUILÍBRIO QUÍMICO**Conteúdos Específicos:**

- Reações químicas reversíveis;
- Concentração;
- Relações matemáticas e o equilíbrio química (constante de equilíbrio);
- Deslocamento de equilíbrio (princípio de Lê Chatelier): concentração, pressão, temperatura e efeito dos catalisadores;
- Equilíbrio químico em meio aquoso (pH, constante de ionização, K_s);
- Tabela periódica.

Conteúdos Específicos: REAÇÕES QUÍMICAS**Conteúdos Específicos:**

- Princípios da termodinâmica;
- Calorias;
- Reações exotérmicas e endotérmicas;
- Variação de entalpia;
- Equações termoquímicas;
- Lei de Hess;
- Entropia e energia livre;
- Diagramas das reações exotérmicas e endotérmicas;
- Calorimetria;
- Tabela periódica.

Contudo Básico: RADIOATIVIDADE**Conteúdos Específicos:**

- Modelos atômicos (Rutherford);
- Elementos químicos (radioativos);
- Tabela periódica;
- Velocidade das reações;
- Emissões radioativas;
- Cinética das reações químicas;
- Fenômenos radiativos (fusão e fissão nuclear).

Conteúdo Básico: ÓXIDO-REDUÇÃO**Conteúdos Específicos:**

- Reações químicas;

- Número de oxidação;
- Balanceamento de reações de óxido-redução;
- Reações de óxido-redução: bafômetro de dicromato, fotografia em preto e branco (redução da prata e oxidação do ânion presente);
- Tabela periódica.

Conteúdo Básico: **GASES**

Conteúdos Específicos:

- Estados físicos da matéria;
- Tabela periódica;
- Propriedades dos gases (densidade/difusão e efusão, pressão x temperatura, pressão x volume e temperatura x volume);
- Modelo de partículas para os materiais gasosos;
- Misturas gasosas;
- Diferença entre gás e vapor;
- Leis dos gases.

3ª SÉRIE:

Conteúdo Básico: **FUNÇÕES QUÍMICAS**

Conteúdos Específicos:

- Funções orgânicas;
- Isomeria;
- Reações orgânicas;
- Polímeros.

IV FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA DISCIPLINA

O ensino da Química deve partir do conhecimento prévio dos estudantes, utilizando-o para a elaboração de um conhecimento científico.

A complexidade crescente dos conteúdos será alcançada através da abordagem dinâmica as interações entre as visões macroscópicas, tornando desta maneira conceitos significativamente entendidos.

Sendo que a química utiliza uma linguagem própria para a representação do real, símbolo formula convenções e códigos necessários que o aluno desenvolva competências adequadas para reconhecer e saber utilizar tal linguagem, sendo capaz de entender e empregar, a partir das informações, a partir das informações, a representação simbólica.

Os conteúdos abordados a partir de temas que permitam a contextualização do conhecimento ganham flexibilidade e interatividade e permitem que se desenvolvam

competências para identificar fontes de informação e de obter formas de informações, sabendo interpretá-las nos aspectos químicos e considerando também as implicações sócio-políticas, culturais e econômicas, promovendo discussões que levem a valorização de temas emergentes do dia-a-dia como política nacional da educação ambiental (9795/99), assim como a história da química, a história da cultura brasileira e africana (10639/03) e cultura dos povos indígenas (11645/3/2008), com isso reconhecer os limites éticos e morais do conhecimento científico, tecnológico e das suas relações.

No primeiro momento da aprendizagem de Química prevalece a construção dos conceitos a partir de fatos.

Sendo uma das estratégias que pode colaborar para que os alunos tenham uma visão mais abrangente do universo é a utilização da experimentação, porém pensando nela como ponto de partida para a compreensão de conceitos e não apenas para comprovar um fato já estudado teoricamente, dando ao aluno a falsa ideia da ciência como pronta e acabada. Essa experimentação pode se dar com a utilização de materiais simples de uso cotidiano sem, necessariamente precisar de um laboratório com equipamentos sofisticados.

A aula expositiva (demonstrativa) também deve ser utilizada como um recurso que propicia ao estudante condições para o entendimento da natureza e dos fatos tecnológicos ou culturais.

Outro recurso que consideramos de grande valia é a utilização de leituras complementares que contribuam para a formação e identificação cultural do aluno, motivando-o a aprendizagem da Química.

Devemos considerar a flexibilização dos conteúdos e da maneira de ensiná-los, procurando contemplar de forma satisfatória todos os estudantes, respeitando suas diversas diferenças.

Estas e outras estratégias adotadas nas aulas de Química visam integrar o aprendizado do aluno já com a realidade de seu meio.

Já no segundo momento, prevalece o conhecimento de informações ligadas as reações e transformações químicas. Na interpretação dessas informações, utilizam-se os conceitos e equações químicas já bem como se constroem outros, necessários para a compreensão dos assuntos tratados. A primeira leitura do mundo físico sob a ótica da química é reutilizada e, nesse processo, podem ser aperfeiçoadas, de acordo com a complexidade das situações em estudo.

A abordagem qualitativa e suas interações é a primeira ação a ser desenvolvida e após introduz-se o tratamento quantitativo para que dessa forma o aluno perceba as relações quantitativas sem utilização de algoritmos. Só então a partir de entendimento do assunto o aluno terá suporte para construir seus próprios algoritmos.

Com “esses dois momentos”, visa-se uma aprendizagem ativa e significativa, as

abordagens dos temas através de atividades elaboradas para provocar a especulação, a construção de ideias.

No terceiro momento reconhecemos a importância do modelo molecular orgânico, os quais constituem a maior parte das substâncias. Trabalhando seus mecanismos, reações e a conservação de suas massas. Valorização da importância dos compostos de carbono para os seres vivos, também estudar suas obtenção e elaboração através de laboratórios, bem como seu uso em produtos industriais, alimentícios e farmacêuticos.

Ainda tratar da relação e influência do homem sobre a natureza, levando benefícios, bem como agressões, com isto levar os alunos a ter uma consciência do bom uso dos conhecimentos adquiridos.

Todos os momentos de estudo serão estruturados de tal forma a permitir os desenvolvimentos (representação e comunicação, compreensão e investigação e percepção social e histórica).

No processo coletivo da construção do conhecimento em sala de aula, os valores com respeito pela opinião dos colegas, pelo trabalho em grupo, responsabilidade, lealdade e tolerância serão enfatizados para desenvolver valores humanos que fazem parte do processo educativo.

Como o processo ensino-aprendizagem é um processo ativo e coletivo, baseado nas interações alunos, aluno-professor, objeto do conhecimento, essas interações serão auxiliadas por recursos tais como:

- Leitura de textos, onde o importante é a discussão de ideias;
- Experimentação formal, com discussão pré e pós laboratório visando a construção e ampliação de conceitos;
- Demonstrações experimentais, como recurso para coleta de dados e posterior discussão;
- Estudo do meio, através do qual permite a interdisciplinaridade e contextualização;
- Aula dialógica, instigando sobre o objeto de estudo;
- Audiovisual, com período de pré e pós-discussão para facilitar a construção e ampliação dos conceitos;
- Informática, como fonte de dados e informações;
- Contextualização do objeto de estudo, visando à aproximação com o cotidiano;
- Projetos e oficinas;
- Biblioteca, como fonte de dados e informação;
- Através da mediação, pois dota o aluno de instrumento para pensar.

V AVALIAÇÃO

Avaliação é uma questão do cotidiano e se traduz na interação professor-aluno, no acompanhamento individual e coletivo no convencimento e reconhecimento de avanços e limites. A avaliação só tem sentido se for para um aprendiz, para que na escola e na vida ele se avalie e se auto-avalie sempre e se construa dessa maneira. É uma ação que ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalhos e que envolve não somente o professor, mas também pais e comunidade escolar. A avaliação para verificar, os valores e atitudes serão em Química um processo contínuo para que sirva de orientação na prática pedagógica, avaliação formativa e como promoção do aprendiz incluirá registros e comentários, adquirindo caráter formador do processo pessoal e da autonomia do aluno para permitir a mesma consciência de seu próprio crescimento intelectual e crescimento como ser humano atuante capaz de interagir na sociedade onde convive.

Portanto, é objeto da avaliação o progresso do aluno em relação aos domínios dos conceitos, das capacidades e das atitudes, dando informações sobre:

- A capacidade para aplicar os conhecimentos na resolução de problemas do cotidiano.
- A capacidade para usar as linguagens das ciências e das tecnologias;
- Comunicar ideias;
- Habilidades de pensamento, como: analisar, generalizar e tirar conclusões.

Será eixo norteador na prática pedagógica os pressupostos e princípios da avaliação, tais como:

- Que avaliação é um processo contínuo e sistemático, é um meio, um recurso;
- De que a avaliação é funcional, porque se realiza em função dos objetivos previstos;
- Em que a avaliação é orientadora, porque indica os avanços e dificuldade do aluno, ajudando-o no sentido de atingir os objetivos propostos;

Sendo, portanto, a avaliação formativa e processual visando orientar e facilitar a aprendizagem.

O objetivo principal da avaliação é a verificação da apropriação de conceitos científicos.

Vários instrumentos de avaliação que contemplem várias formas de expressão dos alunos devem ser utilizados, como: leitura e interpretação de textos, leitura e interpretação da tabela periódica, relatórios de atividades experimentais, entre outros.

Devemos também levar em conta a flexibilização dos conteúdos e das avaliações para que todos os alunos sejam contemplados.

VI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, Aécio Pereira; Como se faz Química. Editora UNICAMP. 3ª edição. São Paulo, 2001.

COVRE, Geraldo José. Química TOTAL. Editora FTD S.A. São Paulo, 2001.

MATEUS, Alfredo Luiz; Química na Cabeça. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Médio. Diretrizes Curriculares de Química. Curitiba: SEED/DEM, 2008.

RUSSEL, John B.. Química Geral. Vol. 1 e 2. Pearson Makron Books. 2ª edição. São Paulo, 1994.

SANDELLA, Antônio, Curso de Química. Editora Ática. 16ª edição. São Paulo, 2001.

TITO & CANTO; Química na abordagem do cotidiano. Editora Moderna. 1ª edição. São Paulo, 1995.

VANIN, José Atílio. Alquimista e Químicos. Editora Moderna. 2ª edição. São Paulo, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei: 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

6.10 PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTES

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A arte é a criação e manifestação do poder criador do homem. Criar é transformar e nesse processo o sujeito também se recria assim a existência humana é o objeto do estudo da Arte. A arte, quando cria uma nova realidade, reflete a essência do real. O sujeito, por meio de suas criações artísticas, amplia e enriquece a realidade já humanizada.

A Arte no âmbito escolar se desenvolveu embasada na educação jesuíta e foi importante, pois influenciou a cultura brasileira, manifestando-se também na cultura paranaense. A influencia francesa muito também contribuiu para o culto à beleza clássica, o que caracterizou o pensamento pedagógico tradicional da arte, mas com a proclamação da República o ensino da Arte passou as técnicas e artes manuais. Porém, sabe-se que o ensino da Arte nas escolas e cursos são influenciados também, por movimentos políticos e sociais, por exemplo, a semana da Arte Moderna de 1922 que valorizava a cultura popular brasileira.

Enfocando a expressividade, espontaneísmo e criatividade. A Arte passou por vários processos desde as novas ideias e experiências, mas o que estimulou a Arte a se tornar disciplina escolar foi sua importância para o desenvolvimento da sociedade e a

valorização da realidade local, bem como a aplicação dela nos meios produtivos.

O ensino da Arte proporcionará o conhecimento das mais variadas linguagens artísticas por intermédio do conhecimento dos conteúdos e das técnicas necessárias à leitura e produção, possibilitando a formação da percepção da sensibilidade estética e o domínio do conhecimento acumulado, por meio do contato com a produção cultural existente. Esta prática se fundamenta na premissa de que o acesso ao conhecimento no âmbito da escola, se realizará na interação professor-aluno. A Arte propicia um tipo de comunicação em que inúmeras significações se condensam na combinação de determinados elementos e conceitos específicos de cada modalidade artística. A percepção é condicionada pelas vivências culturais, experiências estruturas mentais.

O ensino de Arte na escola objetiva construir a identidade e a consciência do jovem, tornando-se capaz de conhecer, diferenciar e ao mesmo tempo integrar o concreto e o abstrato compreendendo a diversidade de valores que orientam tanto seus modos de pensar e agir na sociedade. A proposta curricular no ensino, aponta caminhos possíveis no processo de ensinar e aprender.

Conteúdos Estruturantes

São conhecimentos que constituem para a fundamentação do ensino das Artes, são eles:

- Elementos formais – Recursos empregados numa obra
- Composição – Produção artística
- Movimentos e Períodos – Caracterizado pelo contexto histórico relacionado ao conhecimento em Arte.

Conteúdos básicos para a disciplina de Artes no ensino fundamental:

5ª série- Área música

ELEMENTOS FORMAIS

- altura
- duração
- timbre
- intensidade
- densidade

COMPOSIÇÃO

- ritmo
- melodia
- escalas: diatônica, pentatônica cromática, improvisação

MOVIMENTOS E PERIODOS

- greco-romana ocidental, oriental e africana

6ª série- Área música

ELEMENTOS FORMAIS

- altura
- duração
- timbre
- intensidade
- densidade

COMPOSIÇÃO

- ritmo
- melodia
- escalas
- gêneros: folclórico, indígena, popular e étnico
- técnicas: vocal, instrumental, mista improvisação.

MOVIMENTOS E PERIODOS

- Música popular e étnica (ocidental oriental)

7ª série- ÁREA MÚSICA

ELEMENTOS FORMAIS

- altura
- duração
- timbre
- intensidade
- densidade

COMPOSIÇÃO

- ritmo
- melodia
- harmonia
- tonal, modal e a fusão de ambos
- técnicas: vocal, instrumental e mista

MOVIMENTOS E PERIODOS

- indústria cultural
- eletrônica
- minimalista

- rap, rock, tecno

8ª SÉRIE- ÁREA MÚSICA

- altura
- timbre
- duração
- intensidade
- densidade

COMPOSIÇÃO

- ritmo
- melodia
- harmonia
- técnicas: vocal, instrumental, mista
- Gêneros: popular, folclórico, étnico.

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- Música engajada
- música popular brasileira
- música contemporânea

5ª SÉRIE- ÁREA ARTES VISUAIS

ELEMENTOS FORMAIS

- ponto
- linha
- forma
- textura
- superfície
- volume
- cor
- luz

COMPOSIÇÃO

- bidimensional
- figurativa
- geométrica, simetria
- técnicas: pintura, escultura
- arquitetura

- gêneros: cenas da mitologia

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- arte Greco-Romana
- arte Africana
- arte Oriental
- arte Pré-histórica

6ª SÉRIE – ÁREA ARTES VISUAIS

ELEMENTOS FORMAIS

- ponto
- linha
- forma
- textura
- superfície
- volume
- cor
- luz

COMPOSIÇÃO

- proporção
- tridimensional
- figura e fundo
- abstrata
- perspectiva
- técnicas: pintura, escultura, modelagem, gravura...
- gêneros: paisagem, retrato, natureza morta...

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- arte indígena
- arte popular brasileira e paranaense
- renascimento
- barroco

7ª SÉRIE – ÁREA ARTES VISUAIS

ELEMENTOS FORMAIS

- linha
- forma

- textura
- superfície
- volume
- cor
- luz

COMPOSIÇÃO

- semelhanças
- contrastes
- ritmo visual
- estilização
- deformação
- técnicas: desenho, fotografia, audio-visual, mista

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- arte no Séc. XX
- arte contemporânea

8ª SÉRIE

ELEMENTOS FORMAIS

- linha
- forma
- textura
- superfície
- volume
- cor
- luz

COMPOSIÇÃO

- bidimensional
- tridimensional
- figura-fundo
- ritmo visual
- técnica: pintura, grafite, performace...
- gêneros: paisagem urbana, cenas do cotidiano...

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- realismo

- vanguardas
- muralismo e arte latino-americana
- hip hop

5ª SÉRIE – ÁREA TEATRO

ELEMENTOS FORMAIS

- personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
- ação
- espaço

COMPOSIÇÃO

- enredo, roteiro
- espaço cênico, adereços
- técnicas: jogos teatrais, teatro indireto e direto, improvisação, manipulação, máscara...
- gênero: tragédia, comédia, circo

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- greco-romana
- teatro oriental
- teatro medieval
- renascimento

6ª SÉRIE – ÁREA TEATRO

ELEMENTOS FORMAIS

- personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
- ação
- espaço

COMPOSIÇÃO

- representação
- leitura dramática
- cenografia
- técnicas: jogos teatrais, mímica, improvisação, formas animadas...
- gêneros: rua, arena, caracterização...

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- comédia dell'arte
- teatro popular brasileiro e paranaense
- teatro africano

7ª SÉRIE – ÁREA TEATRO

ELEMENTOS FORMAIS

- personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
- ação
- espaço

COMPOSIÇÃO

- representação no cinema e mídias
- texto dramático
- maquiagem
- sonoplastia
- roteiro
- técnicas: jogos teatrais, sombra, adaptação cênica...

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- indústria cultural
- realismo
- expressionismo
- cinema novo

8ª SÉRIE

ELEMENTOS FORMAIS

- personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
- ação
- espaço

COMPOSIÇÃO

- técnicas: monólogo, jogos teatrais, direção, ensaio, teatro-fórum...
- dramaturgia
- cenografia
- sonoplastia
- iluminação
- figurino

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- teatro engajado
- teatro do oprimido
- teatro pobre
- teatro do absurdo

- vanguardas

5ª SÉRIE – ÁREA DANÇA

- movimento corporal
- tempo
- espaço

COMPOSIÇÃO

- kinesfera
- eixo
- ponto de apoio
- movimentos articulares
- fluxo (livre, interrompido)
- rápido e lento
- formação níveis (alto, médio e baixo)
- deslocamento (direto e indireto)
- dimensões (pequeno e grande)
- técnica: improvisação
- gênero: circular

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- pré-história
- greco-romana
- renascimento
- dança clássica

6ª SÉRIE – ÁREA DANÇA

ELEMENTOS FORMAIS

- movimento corporal
- tempo
- espaço

COMPOSIÇÃO

- ponto de apoio
- rotação
- coreografia
- salto e queda

- peso (leve, pesado)
- fluxo (livre, interrompido e conduzido)
- lento, rápido e moderado
- níveis (alto, médio e baixo)
- formação
- direção
- gênero: folclórica, popular, étnica

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- dança popular
- brasileira
- paranaense
- africana
- indígena

7ª SÉRIE – ÁREA DANÇA

ELEMENTOS FORMAIS

- movimento corporal
- tempo
- espaço

COMPOSIÇÃO

- giro
- rolamento
- saltos
- aceleração
- desaceleração
- direções (frente, lado, atrás, direita e esquerda)
- improvisação
- coreografia
- sonoplastia
- gênero: indústria cultural e espetáculo

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- hip hop
- musicais
- expressionismo

- indústria cultural
- dança moderna

8ª SÉRIE ÁREA DANÇA

ELEMENTOS FORMAIS

- movimento corporal
- tempo
- espaço

COMPOSIÇÃO

- kinesfera
- ponto de apoio
- peso
- fluxo
- quedas
- saltos
- giros
- rolamentos
- extensão (perto e longe)
- coreografia
- deslocamento
- gênero: performance, moderna

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- vanguardas
- dança moderna
- dança contemporânea

ENSINO MÉDIO

ÁREA MÚSICA

ELEMENTOS FORMAIS

- altura
- duração
- timbre
- intensidade
- densidade

COMPOSIÇÃO

- ritmo
- melodia
- harmonia
- escalas
- modal, tonal e fusão de ambos
- gêneros: erudito, clássico, popular, étnico, folclórico, pop...
- técnicas: vocal, instrumental, eletrônica, informática e mista e improvisação

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- música popular
- brasileira
- paranaense
- indústria cultural
- engajada
- vanguarda
- ocidental
- oriental
- africana
- latino-americano

ÁREA ARTES VISUAIS

ELEMENTOS FORMAIS

- ponto
- linha
- forma
- textura
- superfície
- volume
- cor
- luz

COMPOSIÇÃO

- bidimensional
- tridimensional
- figura e fundo
- figurativo
- abstrato

- perspectiva
- semelhanças
- contrastes
- ritmo visual
- simetria
- deformação
- estilização
- técnica: pintura, desenho, modelagem
- instalação performance, fotografia, gravura e esculturas, arquitetura, história em

quadrinhos...

- gêneros: paisagem, natureza-morta, cenas do cotidiano, histórica, religiosa da mitologia

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- arte ocidental
- arte oriental
- arte africana
- arte brasileira
- arte paranaense
- arte popular
- arte de vanguarda
- indústria cultural
- arte contemporânea
- arte latino-americana

ÁREA TEATRO

ELEMENTOS FORMAIS

- personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
- ação
- espaço

COMPOSIÇÃO

- técnicas: jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica, ensaio, teatro-fórum
- roteiro
- encenação, leitura e dramática
- gêneros: tragédia, comédia, drama e épico
- dramaturgia

- representação nas mídias
- caracterização
- cenografia, sonoplastia, figurino, iluminação
- direção
- produção

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- teatro grego-romano
- teatro medieval
- teatro brasileiro
- teatro paranaense
- teatro popular
- indústria cultural
- teatro engajado
- teatro dialético
- teatro essencial
- teatro do oprimido
- teatro pobre
- teatro de vanguarda
- teatro renascentista
- teatro latino-americano
- teatro realista
- teatro simbolista

ÁREA DANÇA

ELEMENTOS FORMAIS

- movimento corporal
- tempo
- espaço

COMPOSIÇÃO

- kinesfera
- fluxo
- peso
- eixo
- salto e queda
- giro

- rolamento
- movimentos articulares, lentos, rápido e moderado
- aceleração
- desaceleração
- níveis
- deslocamento
- direções
- planos
- improvisação
- coreografia
- gêneros: espetáculo, industrial cultural, étnica, folclórica, populares, salão

MOVIMENTOS E PERÍODOS

- pré-história
- grego-romana
- medieval
- renascimento
- dança clássica
- dança popular brasileira, paranaense, africana, indígena, hip hop
- indústria cultural
- dança moderna
- vanguardas
- dança contemporânea

METODOLOGIA

É necessário sentir e perceber, conhecer e trabalhar artisticamente saberes que levem os educandos a conhecer, compreender e envolver-se com a arte. Portanto educar esteticamente é ensinar a ver, ouvir criticamente, interpretar a realidade a fim de ampliar as possibilidades de fruição e expressão artística. É necessário que deem continuidade a conhecimentos práticos e teóricos aprendidos anteriormente. E para isso tentaremos desenvolver três aspectos que se constituem como base para a ação pedagógica.

A humanização dos objetos e dos sentidos, a familiarização cultural e o saber estético, bem como o trabalho artístico.

Para isso nos fixaremos no ver, sentir, e fazer através de:

- Aulas expositivas.
- Leitura de obras produzidas.
- Aulas teóricas e práticas.

- Experimentação com técnicas e materiais diversos.
- Exposição de trabalhos realizados pelos alunos.
- Participação efetiva com materiais solicitados.

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO

Propomos no trabalho do aluno avaliar o domínio que vai adquirindo dos modos de organização destes conteúdos ou elementos formais na composição artística. Valorizar também o aspecto da sua formação como pontualidade, responsabilidade e respeito com os trabalhos dos outros e de seu próprio trabalho. Capricho, asseio com seu material produzido e propostas a fazer. Faremos através de:

- Participação efetiva das aulas através do uso de materiais e elaboração das atividades propostas, individual ou grupal.
- Entregar os cadernos ou pastas com os trabalhos e atividades no dia marcado, com condições satisfatórias para avaliação.
- Observação direta sobre a produção.
- Avaliação teórica descritiva.

AVALIAÇÃO SIMULTÂNEA

Fará de forma imediata possibilitando ao aluno uma nova chance para entrega dos trabalhos e ou apresentações do que lhe foi proposto, pesquisa, trabalho prático, entrega de atividades, apresentações em sala na cooperação com o grupo e outros, a fim de que se aproprie de uma ou outra forma do conteúdo trabalhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGHIROLI, Mário M, MORAIS, Walter A.- Educação Artística, Ed. FTD.
- FREITAS, Juliana e Orinaldo- Arte e comunicação, Ed. FTD.
- MARCHESI, Isaias Junior- *Atividades de Educação Artística*, Ed. Ática
- OLIVEIRA, Malaí Guedes- Hoje é dia de arte, Ed. IBEP.
- PARANÁ- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Diretrizes Curriculares para a disciplina de Artes, 2006.
- VASCONCELLOS, Thelma, NOGUEIRA Leonardo - *Reviver nossa arte*, Ed, Scipione
- XAVIER, Natália, AGNER, Albano- Viver com arte, Ed. Ática.
- YAJIMA, Eiji- Plástica e educação artística, Ed. IBEP.

6.11 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA/INGLÊS - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Dimensão Histórica da Disciplina

Através da língua estrangeira se reconhece a diversidade cultural no mundo em que vivemos, tornando-se possível oportunizar ao educando a vivenciar a cultura do outro e ao mesmo tempo valorizar a sua própria cultura. Essa compreensão intercultural promove ainda a aceitação das diferenças nas maneiras de expressão e comportamento, tornando-o um cidadão crítico, participativo e consciente sobre o papel exercido na sociedade.

O objeto de estudo da disciplina de Língua Estrangeira Moderna é a língua em sua função social contemplando as relações com a cultura, a ideologia, o sujeito e a identidade, ou seja: ensinar e aprender uma língua estrangeira moderna é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de construir sentidos, formar subjetividades, independentemente do grau de proficiência atingido.

No Brasil, o ensino de línguas estrangeiras está vinculado à organização social e histórica do país. No início da colonização, os jesuítas ensinavam latim às comunidades indígenas com o propósito de dominação e expansão do catolicismo. De 1581 a 1640, período em que se estabeleceu a União Ibérica, os jesuítas foram considerados pelos espanhóis um entrave para as demarcações territoriais, o que culminou com a expulsão da Ordem dos territórios portugueses na América. A partir de 1759, foi constituído o ensino régio no Brasil, o qual era garantido pelo Estado. A língua estrangeira oferecida continuava sendo o latim e os professores contratados eram não-religiosos.

O ensino de línguas modernas ganhou reconhecimento com a chegada da família real ao Brasil e abertura dos portos ao comércio. Os currículos passaram a oferecer o Inglês e Francês visando o intercâmbio comercial. Em 1837, foi fundado o Colégio Pedroll que se tornou modelo por quase um século, as línguas ensinadas ali eram o francês, o inglês e o alemão. De 1929 a 1931, a língua italiana também foi ofertada neste colégio.

A gramática, durou desde a educação jesuítica até o advento da Reforma Francisco Campos, a qual instituiu o Método Direto. Neste, a língua materna perdia a função de mediadora no processo de aprendizagem, o professor se comunicava exclusivamente em língua estrangeira durante as aulas.

No governo Vargas (1937) o francês apresentava pouca vantagem em relação ao inglês. O espanhol começou a ser ensinado em detrimento ao alemão, o italiano e o japonês por motivo da 2ª Guerra Mundial, e o latim permaneceu como língua clássica. A língua espanhola foi valorizada como língua estrangeira porque representava um modelo de patriotismo a ser seguido pelos estudantes e o respeito do povo espanhol às suas tradições.

Com o tempo, o ensino de língua inglesa foi fortalecido e se deu pela dependência econômica. A abordagem tradicional, que tinha como método ensinar através da escrita e da cultural do Brasil em relação aos Estados Unidos. O inglês teve garantia curricular por ser o idioma mais utilizado no comércio internacional.

Após a Segunda Guerra, a partir de 1950, a educação no Brasil passou a

direcionar o foco para a profissionalização do estudante, visando, sobretudo, o desenvolvimento econômico do país. Com a promulgação da LDB Nº 4024, em 1961, os estados ficaram desobrigados a manter nos currículos o ensino de LE. Este, por sua vez, ficou ainda mais desprestigiado com a ascensão dos militares ao comando do Brasil. Os militares alegavam que as línguas estrangeiras eram prejudiciais à cultura brasileira e ainda, que a escola não deveria ser porta de entrada de meios anticulturais. Em 1976, o ensino de LE voltou a ser prestigiado e obrigatório no 2º grau e recomendado no 1º grau. Porém, uma condição gerou insatisfação ao quadro de professores: o número de aulas ficou reduzido a uma aula semanal.

No Paraná houve movimentos de professores insatisfeitos com o modelo de currículo para LE e dessa insatisfação surgiu o Centro de Línguas Estrangeiras no Colégio Estadual do Paraná. Com a mobilização de professores organizados em associações, a Secretaria de Estado da Educação oficializou a criação dos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMs) em 1986.

Baseada em dar suporte aos educandos sobre a cultura de outros povos e conseqüentemente sua língua, a Língua Estrangeira Moderna estrutura-se no princípio de que o desenvolvimento do educando deve incorrer as três práticas essenciais ao processo de ensino-aprendizagem de uma língua: leitura, escrita e oralidade. No entanto, é preciso que esse processo supere, segundo as Diretrizes, “a visão de ensino apenas como meio para atingir fins comunicativos que restringem sua aprendizagem como experiência de identificação social e cultural” (DCE, 2009, p. 53) e sim ofereça possibilidades para que o aluno perceba e compreenda a diversidade cultural e linguística presente na aprendizagem da língua e, conseqüentemente construa significados em relação ao mundo em que vive.

Dessa forma, o objetivo do ensino de língua estrangeira deixa de ser apenas o linguístico e passa a ser um caminho para que o aluno:

- use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- vivencie, na aula de Inglês, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- tenha maior consciência sobre o papel da Língua Inglesa na sociedade;
- reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Assim, a pedagogia crítica deve ser o referencial teórico que alicerça o trabalho pedagógico com a Língua Inglesa, com o objetivo de levar o educando à “apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para

transformação da realidade.” (DCE, 2009, p. 52)

CONTEÚDOS

Os conteúdos estruturantes são os conhecimentos identificadores e organizadores dos campos de estudos da disciplina da língua estrangeira moderna. Eles se constituem através da história e são legitimados socialmente, por isso, são provisórios e processuais. Assim, ao tomar a língua como interação verbal, como espaço de produção de sentidos marcado por relações contextuais de poder, o conteúdo estruturante Discurso como Prática Social a tratará de forma dinâmica, por meio da leitura, da oralidade e da escrita.

Nas teorias do Círculo de Bakhtin, as quais concebem a língua como discurso, ou seja, um espaço de produção de sentidos, cada palavra transforma-se na arena onde competem as entonações sociais. Toda enunciação envolve a presença de pelo menos duas vozes: a voz do eu e a voz do outro. É no engajamento discursivo com o outro que damos forma ao que dizemos e ao que somos. Sendo assim a Língua Estrangeira Moderna apresenta-se como espaço para ampliar o contato com outras formas de conhecer, com outros procedimentos interpretativos da construção da realidade. A ênfase do ensino recai sobre a necessidade de os sujeitos interagirem ativamente pelo discurso, sendo capazes de comunicar-se de diferentes formas, materializadas em diferentes tipos de texto, considerando a imensa quantidade de informações que circulam na sociedade. Isso significa participar dos processos sociais de construção de linguagem e de seus sentidos legitimados, e desenvolver uma criticidade, de modo a atribuir o próprio sentido aos textos.

O trabalho em sala de aula deve partir de um texto de linguagem num contexto em uso, sob a proposta de construção de significados por meio do engajamento discursivo e não pela mera prática de estruturas lingüísticas. É importante que os textos selecionados abordem diversos gêneros discursivos e que apresentem diferentes graus de complexidade adequados a cada faixa etária.

CONTEÚDOS

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso como prática social

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

5ª SÉRIE

- Diálogos. E-mail.cartão pessoal.músicas .
- Números cardinais e ordinais.
- Operações matemáticas.
- Meses do ano.

- Vocabulário

6ª SÉRIE

- Diálogos. E-mail. Anúncios. Músicas.
- Adjetivos.
- Tipos de esportes.
- Verbos no presente contínuo
- Alimentos e bebidas.
- Substantivos contáveis e incontáveis.

7ª SÉRIE

- Filme, foto, música bilhete, diálogo.
- Verbo auxiliar can, cannot, could.
- Verbos regulares no passado.
- verbos irregulares no passado.
- Advérbios de frequência.
- Expressões

8ª SÉRIE

- Diálogo, música, poema, fotos, relatos de experiências vividas.
- Preposições.
- Vocábulos (too, either)
- Verbos auxiliares.
- Vocabulário.
- Verbos presente perfeito

GÊNEROS DISCURSIVOS

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação.

Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano de Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries.

LEITURA

- Conteúdo temático;

- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, figuras de linguagem.

- Semântica:
 - operadores argumentativos;
 - ambiguidade;
 - sentido conotativo e denotativo das palavras no texto;
 - expressões que denotam ironia e humor no texto.
- Léxico.

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
 - Concordância verbal e nominal;
 - Semântica:
 - operadores argumentativos;
 - ambiguidade;
 - significado das palavras;
 - figuras de linguagem;
 - sentido conotativo e denotativo;

- expressões que denotam ironia e humor no texto.

ORALIDADE

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Elementos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

Ensino Médio

Conteúdo Estruturante: “Discurso enquanto prática social”

Conteúdos Básicos:

Gêneros Discursivos e seus elementos composicionais

Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série.

LEITURA

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Vozes sociais presente no texto
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Marcadores do discurso;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Discurso Direto e Indireto;

- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- recursos estilísticos;
- marcas Linguísticas: língua, pontuação, recursos gráficos
- variedade linguística;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- intencionalidade do texto;
- intertextualidade;
- condições de produção
- Informatividade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Vozes verbais;
- Discurso direto e indireto;
- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem)
- Marcas estilísticas;
- Variedade linguística;
- Acentuação gráfica.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A pedagogia crítica é o referencial teórico que sustenta este documento a partir das Diretrizes Curriculares, por ser esta a tônica de uma abordagem que valoriza a escola como espaço social democrático, responsável pela apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para a transformação da realidade.

Ancorada nos pressupostos da pedagogia crítica, entende-se que a escolarização tem o compromisso de prover aos alunos meios necessários para que não apenas assimilem o saber como resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como

as tendências de sua transformação. A escola tem o papel de informar, mostrar, desnudar, ensinar regras, não apenas para que sejam seguidas, mas principalmente para que possam ser modificadas.

A partir do conteúdo estruturante, Discurso como Prática Social serão trabalhadas questões linguísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas, bem como as práticas do uso da língua: leitura, oralidade e escrita. O ponto de partida da aula de Língua Estrangeira Moderna será o texto verbal e não-verbal, como unidade de linguagem em uso. Serão abordados os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. Dessa maneira, o ensino deixa de priorizar a gramática para trabalhar com o texto, sem, no entanto, abandoná-la. O trabalho pedagógico com o texto trará uma problematização e a busca por sua solução deverá despertar o interesse dos alunos para que desenvolvam uma prática analítica e crítica, ampliem seus conhecimentos linguísticos culturais e percebam as implicações sociais, históricas e ideológicas presentes num discurso, no qual se revele o respeito às diferenças culturais, crenças e valores. Ao interagir com textos diversos, o educando perceberá que as formas linguísticas não são sempre idênticas, não assumem sempre o mesmo significado, mas são flexíveis e variam conforme o contexto e a situação em que a prática social de uso da língua ocorre.

As estratégias específicas da oralidade têm como objetivo expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos, lembrando que na abordagem discursiva a oralidade é muito mais do que o uso funcional da língua, é aprender a expressar ideias em Língua Estrangeira embora haja limitações. Vale explicitar que, mesmo oralmente, há uma diversidade de gêneros que qualquer uso da linguagem implica e que existe a necessidade de adequação da variedade linguística para as diferentes situações, tal como ocorre na escrita e em Língua Materna. Também é importante que o aluno se familiarize com os sons específicos da língua que está aprendendo.

Com relação à escrita, não se pode esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sociointeracional, ou seja, significativa. É importante que o docente direcione as atividades de produção textual, definindo em seu encaminhamento qual o objetivo da produção e para quem se escreve, em situações reais de uso. É preciso que, no contexto escolar, esse alguém seja definido como um sujeito sócio-histórico-ideológico, com quem o aluno vai produzir um diálogo imaginário, fundamental para a construção do seu texto e de sua coerência. Nesse sentido, a produção deve ter sempre um objetivo claro. Nesta proposta, para cada texto escolhido verbal e/ou não-verbal, o professor poderá trabalhar levando em conta os itens abaixo sugeridos:

a) Gênero: explorar o gênero escolhido e suas diferentes aplicabilidades. Cada

atividade da sociedade se utiliza de um determinado gênero;

b) Aspecto Cultural/Interdiscurso: influência de outras culturas percebidas no texto, o contexto, quem escreveu, para quem, com que objetivo e quais outras leituras poderão ser feitas a partir do texto apresentado;

c) Variedade Linguística: formal ou informal;

d) Análise Linguística: será realizada de acordo com a série. Vale ressaltar a diferença entre o ensino de gramática e a prática da análise linguística:

ENSINO DE GRAMÁTICA	PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA
Concepção de língua como sistema, estrutura inflexível e invariável	Concepção de língua como ação interlocutiva situada, sujeita às interferências dos falantes
Unidade privilegiada: a palavra, a frase e o período	Unidade privilegiada: o texto
Preferência pelos exercícios estruturais, de identificação e classificação de unidades/funções morfosintáticas e correção	Preferência por questões abertas e atividades de pesquisa, que exigem comparação e reflexão sobre adequação e efeitos de sentidos

e) Atividades:

- Pesquisa: será proposta para o aluno, acerca do assunto abordado. Lembrando, aqui, que pesquisa é entendida como uma forma de saber mais sobre o assunto, isso significa que poderá ser realizada não só nos livros ou na internet. Uma conversa com pessoas mais experientes, uma entrevista, e assim por diante, também serão consideradas pesquisas.

- Discussão: conversar na sala de aula a respeito do assunto, valorizando as pesquisas feitas pelos alunos. Aprofundar e/ou confrontar informações. Essa atividade poderá ser feita em Língua Materna.

- Produção de texto: o aluno irá produzir um texto na Língua Estrangeira, com a ajuda dos recursos disponíveis na sala de aula e a orientação do professor.

Os conteúdos poderão ser retomados em todas as séries, porém em diferentes graus de profundidade, levando em conta o conhecimento do aluno.

Os recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados serão: textos digitados, xerocados, imagens na TV multimídia, o laboratório de informática, internet, retroprojeto, livros literários, o quadro de giz, o livro didático, CD-roms, dicionários, rádio, dentre outros.

AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem será direcionada para a construção do conhecimento e estará a serviço da aprendizagem efetiva dos conteúdos socioculturais dos temas emergentes da sociedade tecnológica, com o objetivo maior de levar o aluno à formação para a cidadania. Ela também será um instrumento de investigação da prática pedagógica

docente levando o educador a uma reflexão sobre o seu trabalho em sala de aula. A avaliação é um processo intencional e planejado, contínuo e formativo. Serão utilizados instrumentos variados para obter-se uma mensuração. Haverá avaliações totalizando 100 (cem) pontos distribuídos em: 60 (sessenta) pontos para testes e quarenta (40) pontos serão de trabalhos e de todas as atividades propostas, seja de classe ou extraclasse. Os alunos serão avaliados quanto ao envolvimento, interesse e assimilação dos conteúdos através da: oralidade, leituras, interpretações textuais, pesquisas, trabalhos individuais e de grupos, tarefas, jogos, atividades recreativas, dramatizações, murais, cartazes, cartões dentre outros.

O aluno também terá a recuperação dos conteúdos não assimilados, e terá oportunidade de refazer suas atividades avaliativas averiguando seus erros e corrigindo-os.

O aluno saberá, constantemente, de seu progresso na aprendizagem, ter-se-á nota (média) bimestral que será divulgada ao educando. Esta será comentada em diálogo franco entre professor e aluno. Momento este (pré-conselho) que terá, também, o intuito de melhorar o ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

LEFFA, Wilson J. **O Professor de Línguas**. Pelotas, EDUCAT, 2006.

_____, **A Interação na Aprendizagem das Línguas**. Pelotas, EDUCAT, 2006.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares de língua estrangeira para o ensino fundamental**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. 2008.

ROSSETO, Eurides. **Together teacher's book**. 3ª ed. Pato Branco: Kamaro Artes Gráficas, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, **Língua Estrangeira Moderna, Espanhol e Inglês. Ensino Médio**. 2006.

6.12 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O Ensino Religioso tem como objeto de estudo o Sagrado. A disciplina de Ensino Religioso deve propiciar a compreensão, comparação e análise das diferentes manifestações do Sagrado, com vistas à interpretação dos seus múltiplos significados. Ainda, subsidiará os educandos na compreensão de conceitos básicos no campo religioso e na forma como as sociedades são influenciadas pelas tradições religiosas, tanto na afirmação quanto na negação do Sagrado.

O fenômeno religioso acontece no universo de uma cultura, é influenciado por ela e,

por sua vez também influencia a cultura. Tal fenômeno é inerente ao ser humano e tem como pressuposto a transcendência, a qual está na raiz de toda produção cultural.

O Ensino Religioso tem em vista o compromisso com a transformação social e histórica diante da vida, pois a religião e o conhecimento religioso se constitui em patrimônio da humanidade.

E como área de conhecimento, favorece a compreensão das diferentes expressões religiosas, possibilitando uma visão global de mundo e de pessoa. Essa humanização se constrói nas relações que o ser humano estabelece consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

A Educação Religiosa fundamenta-se na fenomenologia religiosa e objetiva instrumentalizar o aluno com o conhecimento do fenômeno religioso, tendo como ponto de partida a realidade sociocultural do mesmo, com enfoque centrado no conhecimento religioso, historicamente produzido e acumulado pela humanidade, sem perder de vista as questões que se relacionam ao aprendizado da convivência baseada em valores éticos.

A mesma tem uma contribuição social e uma função importantíssima na formação do cidadão. Todavia, o seu conteúdo precisa estar alicerçado na pluralidade e na diversidade religiosa, ser multireligioso e usar de uma comunicação inter religiosa. Sua metodologia precisa estar fundamentada nos princípios da imparcialidade. Esse conteúdo está sempre em movimento pelas ações da história.

Sendo assim é uma disciplina de grande importância pois é parte do processo da formação de um cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo a que essa escola se propõe.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

5ª SÉRIE	
Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
Paisagem Religiosa Universo Simbólico Religioso Textos Sagrados	Organizações religiosas Lugares Sagrados Textos Sagrados orais ou escritos Símbolos Religiosos

6ª SÉRIE	
Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
Paisagem Religiosa Universo Simbólico Religioso Textos Sagrados	Temporalidade Sagrada Festas Religiosas Ritos Vida e Morte

METODOLOGIA

Os Conteúdos Básicos devem ser tratados sob a Ética dos três Conteúdos Estruturantes, utilizando uma linguagem científica e não religiosa, a fim de que as aulas de ensino religioso deixem de ter o caráter proselitista.

O objetivo é superar toda e qualquer forma de doutrinação ou imposição de uma religião em específico, oferecendo subsídios para que os estudantes entendam como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o sagrado, através de um processo de ensino e aprendizagem que estimule a construção do conhecimento através de discussões, debates, apresentação de hipóteses, confronto de ideias, comparação e análise das diferentes manifestações religiosas, interpretação dos seus múltiplos significados e na exposição de conteúdos formalizados.

Para isso inicialmente o professor deve verificar o que os alunos conhecem sobre o assunto e que uso fazem desse conhecimento em sua prática social cotidiana. Deve-se então fazer com que os próprios alunos identifiquem o quanto já conhecem a respeito do conteúdo, promovendo a compreensão de que o assunto a ser desenvolvido em aula está presente na prática social deles próprios.

Após essa primeira etapa parte-se para a problematização do conteúdo, a elaboração de questões que articulem o conteúdo em estudo à vida do educando. É o momento da mobilização do aluno para a construção do conhecimento. Essa abordagem pressupõe a contextualização do assunto, pois o conhecimento só faz sentido se associado ao contexto histórico, político, cultural e social em que o aluno vive para que ele possa ser identificado. Ou seja, estabelecem-se relações entre o que ocorre na sociedade, o objeto de estudo da disciplina, nesse caso, o sagrado, e os conteúdos estruturantes.

Esses conteúdos formalizados devem tratar as diversas manifestações culturais e religiosas, englobando seus ritos, suas paisagens e símbolos. Os conteúdos dessa disciplina devem ser trabalhados enquanto conhecimento da diversidade sócio-político e cultural da realidade em que o aluno está inserido. Através da busca da compreensão dessa diversidade essa escola objetiva a inclusão do aluno nesse meio reconhecendo as diferenças individuais, e as utilizando como instrumentos na construção de um espaço dialógico no qual as diferenças se complementam tornando o currículo aberto e flexível, afirmando um dos princípios norteadores dessa escola que é o respeito a individualidade.

AValiação

A disciplina de Ensino Religioso não se constitui como objeto de reprovação, e por isso não tem registro de notas ou conceitos na documentação escolar, devido o seu caráter facultativo.

Deste modo, a avaliação no Ensino Religioso parte do princípio de inclusão e não

de exclusão. O aluno é avaliado na verificação do estabelecimento de discussões sobre o Sagrado numa perspectiva laica, no desenvolvimento de uma cultura de respeito à diversidade religiosa e cultural e no reconhecimento do fenômeno religioso como um dado de cultura e de identidade de cada grupo social. Nesse sentido podem ser usados alguns instrumentos para avaliar os alunos, tais como desenhos, debates, conclusão, textos produzidos pelos alunos, textos para análises, músicas, livros (montagens), individual ou coletivo, atividades no caderno ou outras atividades (painéis, cartazes).

REFERÊNCIAS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Ensino Fundamental e Médio.

REGIMENTO ESCOLAR - Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho – Ensino Fundamental e Médio.

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDDUCAÇÃO BÁSICA DE ENSINO RELIGIOSO – Ensino Fundamental, 2008.

6.13 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE SOCIOLOGIA

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DISCIPLINA

A Sociologia se consolida como disciplina a partir de meados do século XVIII tendo forte ligação com a consolidação do capitalismo, que com a revolução Industrial trouxe mudanças ao contexto social europeu e mundial. Tais mudanças fizeram com que novas formas de explicar a sociedade e sua organização fossem buscadas. A Sociologia faz emergir diferentes faces de um mesmo problema colocado para reflexão e busca de solução pelos primeiros pensadores sociais, – Comte, Durkheim, Weber e Marx.

A Sociologia ganhou corpo teórico com a obra de Durkheim, o primeiro a lecionar a disciplina na Universidade de Bordeaux, na qual em aula inaugural de 1887, expressou o esforço para tirá-la do ceticismo, propondo um método e um objeto próprios, além de provar que os fenômenos sociais eram passíveis de serem investigados cientificamente.

A trajetória da produção sociológica brasileira é uma prova de que ela se constitui disciplina no debate entre diferentes concepções teóricas responsáveis por respostas a questões que a sociedade se coloca em momentos diversos e, por isso, não está livre de contradições. A história das Ciências Sociais no Brasil atesta a vitória de uma estratégia de afirmação quando o quadro social e político do país era adverso, como apontam Vianna, Carvalho e Melo (1995). A Sociologia demonstra, paradoxalmente, que as condições de democracia para uma ciência com baixo prestígio social e mercado profissional escasso não

foram decisórias, pois ela se cria e se expande sob a égide de duas ditaduras: a dos anos trinta e a dos anos sessenta.

Encontram-se na galeria de sociólogos clássico-tradicionais, entre outros, o francês Émile Durkheim (1858-1917), o alemão Max Weber (1864-1920) e, por suas contribuições para a área, o filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) – sem mencionar a contribuição de outros como o escritor político francês Charles Tocqueville (1805-1859), que percebeu democrática, a sociedade moderna; o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), considerado o fundador da teoria evolucionista; e o italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), com sua teoria das elites sociais.

O ensino de Sociologia, no Ensino Médio, tem por objetivo compreender os processos de formação, transformação e funcionamento das sociedades contemporâneas. Trata-se de um modo de interpretar as contradições, os conflitos, as ambivalências e continuidades que configuram a vida cotidiana de cada um e da sociedade envolvente.

A Sociologia nos oferece elementos para nos voltarmos, o tempo todo, para os problemas que o homem enfrenta no seu dia-a-dia em sociedade. Todos possuímos conhecimentos práticos de como agir, como participar de instituições, de grupos, etc.

Esse conhecimento é parte de um certo senso comum acerca da sociedade. Assim sendo, a Sociologia está próxima de nossos problemas diários, mas não se limita a repetir o que já se sabe, ou seja, os ensinamentos do senso comum.

O objeto de estudo da Sociologia, então, constitui -se historicamente como o conjunto de relacionamentos que os homens estabelecem entre si na vida em sociedade. Interessa, para a Sociologia, portanto, não o indivíduo isolado, mas inter-relacionado com os diferentes grupos sociais dos quais faz parte, como a escola, a família, os grupos de amigos, de trabalho, as classes sociais, dentre outros. Não é o homem enquanto ser isolado da história que interessa ao estudo da sociedade, mas os homens enquanto seres que vivem e fazem a história.

Tudo isso nos coloca algumas questões centrais: Como os homens agem em sociedade? Como as ações de diferentes indivíduos se influenciam reciprocamente? Como as pessoas obedecem às regras definidas pela sociedade? Como as práticas sociais acabam definindo individualidades e, ao mesmo tempo, grupos homogêneos. O início dos estudos deve ser por meio de uma abordagem histórica e contextualizada sobre o surgimento do pensamento social, apresentando seus autores clássicos, suas principais perspectivas teóricas e sua importância para compreensão da realidade brasileira, apresentando assim os pensamentos fundantes da sociologia, responsáveis por inaugurar e sendo possível fazer uma análise crítica da realidade social.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

O Processo de Socialização e as Instituições Sociais

- Processo de Socialização;
- Instituições sociais Familiares; Escolares; Religiosas;
- Instituições de Reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc).

Cultura e Indústria Cultural

• Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades;

- Diversidade cultural;
- Identidade;
- Indústria cultural;
- Meios de comunicação de massa;
- Sociedade de consumo;
- Indústria cultural no Brasil;
- Questões de Gênero Cultura afro-brasileira e africana;
- Culturas indígenas

Trabalho, Produção e Classes Sociais

- O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades;
- Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais
- Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições;
- Globalização e Neoliberalismo;
- Relações de trabalho;
- Trabalho no Brasil.

Poder, Política e Ideologia Formação e desenvolvimento do Estado Moderno;

- Democracia, autoritarismo, totalitarismo
- Estado no Brasil;
- Conceitos de Poder;
- Conceitos de Ideologia;
- Conceitos de dominação e legitimidade;
- As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.

Direito, Cidadania e Movimentos Sociais

- Direitos: civis, políticos e sociais;
- Direitos Humanos;
- Conceito de cidadania;

- Movimentos Sociais;
- Movimentos Sociais no Brasil;
- A questão ambiental e os movimentos ambientalistas;
- A questão das ONG's.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A Sociologia no Ensino Médio se pautará em explicar como ações individuais podem ser pensadas no seu relacionamento com outras ações como, por exemplo, as eleições, ou como os indivíduos incorporam as regras determinadas pela sociedade, seja através da escola, das igrejas, ou de outros grupos dos quais faz parte, ou ainda como práticas coletivas acabam definindo diferentes grupos sociais, como as associações de bairros, os sindicatos ou os diferentes movimentos sociais.

Em todas essas situações citadas, estará em jogo o relacionamento entre indivíduo e sociedade. Por isso, a Sociologia não deverá tratar o indivíduo como um dado da natureza, isto é, como um ser autônomo, livre e absoluto desde o nascimento, mas, também, como um produto social, em alguma medida. É necessário mostrar que a ideia de individualidade é historicamente constituída, ou seja, em cada sociedade, em certo momento histórico, há uma visão específica a respeito do problema da individualidade.

A Sociologia possui um campo teórico capaz de orientar o estudo da cultura, dos processos de socialização – informal e formal –, as relações entre política, poder e ideologia, os movimentos sociais, a indústria cultural, os processos de trabalho e produção num mundo globalizado, a violência – institucionalizada ou não –, as desigualdades sociais e, assim, ajudar os alunos a confrontar com a realidade de seu Bairro, Cidade, Município, Estado, País e Mundo.

Independente, entretanto, do caminho a ser feito, se pela teoria, pelos conceitos ou por temas, deve-se partir sempre da prática social dos alunos, o que permitirá a tomada de consciência sobre essa mesma prática. A prática aqui pensada não é apenas o que pensam ou sentem os alunos, mas é, também, uma expressão social do grupo do qual ele faz parte.

Teorizar sobre essa prática permitirá que se busque um suporte teórico capaz de desvelar, explicitar e explicar essa realidade. Este é o caminho pelo qual nossos alunos poderão passar do conhecimento empírico para o teórico ou, dito de outra forma, passar do senso comum para conceitos científicos. Passando pela teorização da prática social, o aluno pode se posicionar de maneira diferente em relação à sua prática, pois pode entendê-la. Seu pensar e agir passam a ser em direção da transformação da realidade.

Como encaminhamentos metodológicos básicos para o ensino são propostos:

- Aulas expositivas dialogadas; aulas em visitas guiadas a instituições e museus,

quando possível;

- Exercícios escritos e oralmente apresentados e discutidos;
- Leituras de textos: clássico-teóricos, teórico-contemporâneos, temáticos, didáticos, literários, jornalísticos;
- Debates e seminários de temas relevantes fundamentados em leituras e pesquisa: pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica;
- Análises críticas: de filmes, documentários, músicas, propagandas de TV;
- Análise crítica de imagens (fotografias, charges, tiras, publicidade), entre outros.

AVALIAÇÃO

A avaliação não pode ser feita de forma isolada pois não se trata de algo estático, que ocorre num dado momento do processo educacional. E nem podemos confundir avaliar com medir, privilegiando unilateralmente o produto observável, mensurável e quantificável.

A avaliação deve conceber o educando como o sujeito do processo educativo e não como mero objeto. Por isso, devemos conceber a avaliação como processo diagnóstico, isto é, ela não possui uma finalidade em si mesma, mas tem por função subsidiar e até mesmo redimensionar o curso da ação do processo ensino-aprendizagem, tendo em vista garantir a qualidade do resultado, que educador e educando estão construindo coletivamente.

Avaliar é algo complexo, e tem que se considerar alguns aspectos que ajudarão:

- é essencial que exista um profundo respeito pela pessoa e posição do aluno, mesmo que o professor não concorde com elas;
- uma postura doutrinadora dogmática inaceitável filosoficamente falando, pois não há verdades absolutas, nem uma única filosofia, mas várias correntes, vários pontos de vista;
- o que poderá ser levado em consideração é o trabalho concreto com os conceitos, a capacidade em construir e avaliar proposições e em detectar os princípios subjacente aos temas e discursos;
- avaliar a capacidade dos alunos em reformular questões de maneira organizada e estruturada, procedendo de forma sistemática, com métodos determinados, procurando as raízes e encaminhando as diversas dimensões do problema num todo articulado.

Isso pode ser feito através de exercícios do “estilo reflexivo” nas aulas, nos trabalhos de pesquisa, nas discussões, nas leituras de textos e comentários escritos, reconstruindo as ideias com as suas próprias argumentações.

A avaliação não é feita para quantificar o educando sabe, mas diagnosticar as dificuldades e intervir no processo para que possa atingir uma maior qualidade de reflexão.

Recursos de Avaliação: Produção de texto, leitura de Textos Clássicos e interpretação. Será avaliado:

- A compreensão e não apenas a memorização dos conteúdos;
- Será considerado o desenvolvimento das capacidades dos alunos com relação à aprendizagem dos conceitos, procedimentos e atitudes.
- O entendimento dos conteúdos por meio do processo da resolução de atividades propostas

Quanto á **Recuperação**:

- Refacção da prova com análise dos erros e acertos
- Retomada dos conteúdos explicados pelo professor;
- Atividades de revisão e fixação no caderno do aluno;
- Prova de recuperação individual e escrita;

REFERÊNCIAS

SEED – Diretrizes Curriculares de Sociologia Para Ensino Médio (DCE), Governo do Paraná – Superintendência da Educação, Curitiba, 2008.

SEED – Diretrizes Curriculares de Sociologia Para Formação de Docentes (DCE), Governo do Paraná – Superintendência da Educação, Curitiba, 2008.

SOCIOLOGIA, ensino médio/vários autores. Livro didático público, 2ª Ed. Curitiba: SEED, 2008.

6.14 PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE BIOLOGIA

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A disciplina de Biologia tem como objetivo de estudo o fenômeno VIDA. Ao longo da história da humanidade muitos foram os conceitos elaborados sobre esse fenômeno numa tentativa de explicá-lo e ao mesmo tempo, compreendê-lo. Hoje o estudo da Biologia permite compreender o que esta acontecendo no mundo e participar, de forma esclarecida, das decisões que afetam toda a coletividade. Decidir sobre questões que envolvem a destruição dos ecossistemas, o aquecimento global, a perda da biodiversidade, o destino do lixo ou os alimentos transgênicos, nos torna mais capazes de tomar decisões que afetam nossa saúde e nosso bem-estar, como a importância de não fumar, de praticar atividades físicas, de ter uma alimentação equilibrada. Outro aspecto importante é o desenvolvimento do espírito crítico, a necessidade de se buscar evidências, de questionar afirmações gratuitas, de usar argumentos. Desenvolver o espírito crítico é extremamente importante no mundo de hoje, dominado pela propaganda, até mesmo propagandas enganosas veiculadas nos meios de comunicação (DCE- Biologia).

O estudo da Biologia deve possibilitar a compreensão de que a vida se organizou,

através do tempo, sob a ação de processos evolutivos, o que resultou numa diversidade de formas, sobre as quais continuam atuando as pressões seletivas. Esses organismos, incluindo os seres humanos, não estão isolados; ao contrário, constituem sistemas no interior dos quais estabelecem complexas relações de interdependência. O entendimento dessas interações implica compreender as condições físicas do meio, o modo de vida e a organização funcional interna própria das diferentes espécies biológicas. Contudo, particular atenção deve ser dada às relações estabelecidas pelos seres humanos, considerando a especificidade de seu potencial de interferência. Em tal abordagem, os conhecimentos biológicos não se dissociam das questões sociais, políticas e culturais.

A preocupação com a descrição dos seres vivos e dos fenômenos naturais levou o homem a diferentes concepções de VIDA, de mundo e de seu papel como parte deste. Tal interesse sempre esteve relacionado à necessidade de garantir a sobrevivência humana.

Desde o homem primitivo, caçador e coletor, as observações dos diferentes tipos de comportamento dos animais e da floração das plantas foram registradas nas pinturas rupestres como forma de representar sua curiosidade em explorar a natureza.

No entanto os conhecimentos apresentados pela disciplina de Biologia no Ensino Médio não resultam da apreensão contemplativa da natureza em si, mas dos modelos teóricos elaborados pelo homem – seus paradigmas teóricos –, que evidenciam o esforço de entender, explicar, usar e manipular os recursos naturais.

Para compreender os pensamentos que contribuíram na construção das diferentes concepções sobre o fenômeno VIDA e suas implicações no ensino, buscaram-se, na História da Ciência, os contextos históricos nos quais as influências religiosas, econômicas, políticas e sociais impulsionaram essa construção.

A História da Ciência mostra que tentativas de definir a VIDA tem origem na Antiguidade. Ideias desse período, que contribuíram para o desenvolvimento da Biologia, tiveram como um dos principais pensadores o filósofo Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.). Esse filósofo deixou contribuições relevantes quanto à organização dos seres vivos, com interpretações filosóficas que buscavam, dentre outras, explicações para a compreensão da natureza.

Na Idade Média, a Igreja tornou-se uma instituição poderosa, tanto no aspecto religioso quanto no social, político e econômico.

Os estudos de zoologia desenvolveram-se mais rapidamente a partir dos avanços tecnológicos, posteriores a 1800, com o desenvolvimento das técnicas de conservação dos animais que permitiram estudos anatômicos comparativos, dando novo impulso à sistemática animal e aperfeiçoando as observações e descrições feitas por Aristóteles (RONAN,1987a; MAYR,1998). (DCE- Biologia).

Enquanto a zoologia, a botânica e a medicina trataram de explicar a natureza de forma descritiva, no contexto filosófico discutia-se a proposição de um método científico a

ser adotado para compreender a natureza. Em meio às contradições desse período histórico, o pensamento do filósofo Francis Bacon (1561-1626) contribuiu para uma nova visão de Ciência, pois recuperou o domínio do homem sobre a natureza.

No início do século XIX, o naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882) apresentou suas ideias sobre a evolução das espécies. Inicialmente, manteve-se fiel à doutrina da Igreja Anglicana. Entretanto, os espécimes coletados na viagem pelas Ilhas Galápagos começaram a lhe fornecer evidências de um mundo mutável. Com Darwin, a concepção teológica criacionista, que compreendia as espécies como imutáveis desde sua criação, deram lugar à reorganização temporal dessas espécies, inclusive do homem. "Quando lemos A origem das espécies não surge dúvida nenhuma de que Darwin incluía o Homem entre os produtos da seleção natural" (REALE & ANTISERI, 2005, p. 344). (DCE-Biologia).

No século XIX, a Biologia fez grandes progressos com a proposição da teoria celular, a partir de descrições feitas por naturalistas como os alemães Matthias Schleiden (1804-1881), em 1838, e Theodor Schwann (1810-1882), em 1839, ao afirmarem que todas as coisas vivas – animais e vegetais – eram compostas por células. O aperfeiçoamento dos estudos sobre a origem da vida contribuiu para a refutação do vitalismo e da ideia de geração espontânea.

No século XX, a nova geração de geneticistas confirmou os trabalhos de Mendel e provocou uma revolução conceitual na Biologia que contribuiu para a construção de um modelo explicativo dos mecanismos evolutivos, vinculados ao material genético, sob influência do pensamento biológico evolutivo.

Os estudos do geneticista Thomas Hunt Morgan (1866-1945) contribuíram para que a Genética se desenvolvesse como ciência e, aliada aos movimentos políticos e tecnológicos decorrentes das grandes guerras, promoveu uma ressignificação do darwinismo e deu força ao processo de unificação das Ciências Biológicas. Nesse contexto histórico e social, a Biologia começou a ser vista como utilitária pela aplicação de seus conhecimentos na medicina, na agricultura e em outras áreas.

A Biologia então ampliou sua área de atuação e se diversificou. Uma dessas áreas a biologia molecular, considerada por Mayr (1998) o centro dos interesses biológicos na atualidade. Os avanços dessa área, sobretudo os relativos à bioquímica, à biofísica e à própria biologia molecular, permitiram o desenvolvimento de inovações tecnológicas e interferiram no pensamento biológico evolutivo. Por exemplo, ao conhecer a estrutura e a função dos cromossomos foi possível desenvolver técnicas que permitiram intervir na estrutura do material genético e, assim, compreender, manipular e modificar a estrutura físico-química dos seres vivos e as conseqüentes alterações biológicas (Mayr,1988). (DCE-Biologia).

Esses conhecimentos geram conflitos filosóficos, científicos e sociais e põem em discussão a manipulação genética e suas implicações sobre o fenômeno VIDA. Essas controvérsias contribuem para que um novo modelo explicativo se constitua como base para o desenvolvimento do pensamento biológico da manipulação genética.

Do ponto de vista do ensino, à semelhança do que ocorre com as demais disciplinas escolares, não se trata de promover, unicamente, a aquisição de um repertório de saberes, mas, sobretudo, de dar oportunidades aos estudantes para que desenvolvam os objetivos de:

- Reconhecer a Biologia como um fazer humano, e, portanto, histórico, fruto da conjunção de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e tecnológicos;
- Buscar encontrar a informação de maneira autônoma, crítica e criativa;
- Compreender os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática;
- Avaliar o impacto da produção científica e tecnológica na real melhoria da qualidade de vida da população;
- Reconhecer a relatividade (histórica e cultural) dos saberes e das crenças;
- Procurar as formas (institucionais ou não) de participação democrática;

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Na disciplina de Biologia segue-se a orientação de que os conteúdos não sejam ensinados com um fim em si mesmos, como resultados científicos, mas que se liguem à significação humana e social. Desta forma, os conteúdos específicos não estabelecem as posições entre cultura popular / conhecimentos espontâneos e cultura erudita, mas uma relação de continuidade em que o conhecimento sistematizado supera a apreensão da realidade requerida pela experiência imediata.

O ensino da Biologia não se trata, portanto, de um ensino enciclopédico, mas que exercita os modos de pensar, além da memória. Assim a maior parte das situações de aprendizagem deve procurar envolver a resolução de um problema, por meio de uma investigação documental e/ou experimental, a partir da qual os alunos, ao interagirem com os objetos e com os indivíduos, analisem, levantem hipóteses, proponham explicações, concluam e comuniquem os resultados, servindo-se de diferentes linguagens (textos, gráficos, tabelas, etc.). Tais situações devem estar preferencialmente, fundadas na vida real, o que implica ter em conta as experiências, os interesses e os contextos socioculturais dos alunos.

De acordo com a flexibilização curricular faz-se necessário uma modificação do nível de complexidade das atividades. Considerando que nem todos os alunos conseguem

aprender um determinado conteúdo se ele não lhe for apresentado passo a passo, mesmo que o “tamanho” dos passos precise ser diferente de um aluno para outro. Como na disciplina de Biologia utiliza-se com frequência a terminologia científica e termos até então desconhecidos pelos alunos o, professor, tanto pode eliminar componentes da cadeia que constitui a atividade, como dar nova sequência à tarefa, dividindo a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um e outro. Para isso pode apropriar-se de uma adaptação de matérias para atender às mais diferentes necessidades dos alunos, sendo elas permanentes ou temporárias, dando preferência a materiais que objetivem uma ação pedagógica voltada ao aprendizado do aluno e não um mero repasse de conteúdos.

As diretrizes curriculares para a disciplina de Biologia apresentam quatro modelos interpretativos do fenômeno VIDA, sendo divididos em conteúdos estruturantes, sendo eles:

- 1 – Organização dos Seres Vivos;
- 2 – Mecanismos Biológicos;
- 3 – Biodiversidade: relações ecológicas, modificações evolutivas e variabilidade genética;
- 4 – Manipulação Genética.

Sendo assim, os conteúdos estruturantes apontam como a Biologia se constitui como conhecimento, e como esta tem influenciado na construção de uma concepção de mundo contribuindo para que se possam compreender as implicações sociais, políticas, econômicas e ambientais que envolvem a apropriação deste conhecimento biológico pela sociedade.

Os conteúdos propostos serão trabalhados de tal forma que relacionem diversos conhecimentos específicos entre si e com outras áreas de conhecimento devendo priorizar o desenvolvimento de conceitos cientificamente produzidos e propiciar uma reflexão constante sobre as mudanças de tais conceitos de questões emergentes.

Os Conteúdos Estruturantes são interdependentes e não passíveis de seriação e organização, porém aqui, fez-se uma divisão geral dos conteúdos específicos para facilitar o trabalho, com estratégias metodológicas voltadas para a prática social, problematização, instrumentalização e o retorno à prática social, ressaltando que os conteúdos estruturantes serão trabalhados em todos eles.

Compreendendo-se a proposta dos Conteúdos Estruturantes, procurar-se-á dar uma atenção especial em como os recursos pedagógicos serão utilizados e aos critérios político-pedagógicos da seleção de recursos didáticos que podem contribuir para uma leitura crítica que permitirá realizar os recortes necessários dos conteúdos específicos identificados como significativos para o Ensino Médio.

Recursos como à aula dialogada, a leitura, a escrita, a experimentação, as analogias, entre tantos outros poderão ser utilizados no sentido de possibilitarem a

participação dos alunos, favorecendo a expressão de seus pensamentos, suas percepções, significações, interpretações, uma vez que aprender envolve a produção/criação de novos significados, tendo em vista que esse processo acarreta o encontro e o confronto das diferentes ideias que circulam em sala de aula.

A leitura e a escrita, práticas tão comuns e tão pouco refletidas em sala de aula merecem atenção especial, pois são propagadoras de repetição e ou de deslizamentos de significado dados ao conhecimento científico. Elas são demarcadoras do papel social assumido pelo professor e pelos alunos, devendo ser pensadas a partir do significado das mediações, das influências e incorporações que os alunos demonstram.

O uso de diferentes imagens como vídeo, transparências, fotos e atividades experimentais, são recursos a serem utilizados com frequência nas aulas de Biologia e requerem uma problematização em torno da questão demonstração-interpretação. Analisar quais os objetivos, expectativas a serem atingidas, além da concepção de ciência que se agrega a estas atividades, pode contribuir para a compreensão do papel do aluno frente a tais atividades.

Uma aula experimental, seja ela de manipulação de material ou demonstrativo, também representa um importante recurso de ensino. É preciso lembrar que para estas aulas promoverem aprendizagem elas não necessitam estar associadas a um aparato experimental sofisticado, mas sim a sua organização, discussão e reflexão, possibilitando a interação com fenômenos biológicos, a troca de informações entre os grupos que participam da aula e assim promover novas interpretações.

Atendendo aos encaminhamentos metodológicos expressos nas Diretrizes, essa prática pode potencializar o aprendizado e nesse sentido são indissociáveis do processo ensino-aprendizagem de Biologia. Assim os experimentos podem ser o ponto de partida para desenvolver a compreensão de conceitos ou a percepção de sua relação com as idéias discutidas em aula, levando os alunos à reflexão sobre a teoria e a prática e, ao mesmo tempo permitindo que o professor perceba as dúvidas de seus alunos.

Devem-se considerar também as aulas demonstrativas como um importante recurso, entretanto é preciso permitir a participação do aluno e não apenas tê-lo como observador passivo.

Outra atividade que, além de integrar conhecimentos veicula uma concepção sobre a relação homem-ambiente e possibilita novas elaborações por meio da pesquisa, é o estudo do meio, como parques, praças, terrenos baldios, bosques, rios, hortas, mercados, lixões, fábricas etc.

Também os jogos didáticos contribuem para gerar desafios. Segundo MOURA (1994), o jogo é considerado um instrumento impregnado de conteúdos culturais a serem veiculados na escola. Ele detém conteúdo com finalidade de desenvolver habilidades de

resolução de problemas, o que possibilita a oportunidade de traçar planos de ações para atingir determinados objetivos.

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão trabalhados de forma interdisciplinar adaptando as atividades no decorrer do ano letivo. A LEI 9795/99: Institui no país a Política Nacional de Educação Ambiental que deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e integrada nos diferentes conteúdos, pois é um direito coletivo devendo ser estimulado através da participação coletiva e individual.

AVALIAÇÃO

A avaliação diagnóstica será uma ajuda ao processo ensino aprendizagem: ela fornecerá elementos que permitam os conhecimentos prévios dos alunos bem como os pontos críticos para que se avance na construção do saber, tendo em vista um projeto de escola não excludente. A avaliação diagnóstica é vista como um processo de construção permanente, de acerto de estratégia para mobilizar a aprendizagem, ampliando o conceito e a prática da avaliação ao conjunto de saberes que interesse contemplar na aprendizagem de conceitos biológicos, superando sua habitual limitação a rememoração receptiva de conteúdos conceituais, de auxílio (e não de punição ou prêmio) ao aluno e professor.

Portanto, na perspectiva da diversidade sociocultural de nossos alunos, construir uma forma avaliativa é aquela que incorpora as diferenças, combatendo a desigualdade e discriminação, a exclusão, que permite a pesquisa, a reflexão crítica sobre os ajustes e reajustes de rota para que o diálogo com as culturas dos alunos se concretize no dia a dia da escola, avançando e alcançando os resultados desejados.

A avaliação na disciplina de Biologia permite ampliar o conceito e a prática do aluno, possibilitando reflexões e reformulações nos procedimentos e estratégias do trabalho do professor, visando sempre ao sucesso efetivo do aluno.

Propõe-se aqui uma avaliação como prática emancipadora, passando a ser entendida como instrumento cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de aprendizagem.

Pressupõe-se uma tomada de decisão onde o aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias.

A avaliação como instrumento reflexivo prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor ao longo do ano letivo. Professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superar obstáculos.

Para tanto, as formas de avaliação na disciplina de Biologia podem ser bem variadas, espera-se que o aluno:

- Identifique e compare as características dos diferentes grupos de seres vivos;

- Classifique os seres vivos quanto ao número de células, tipo de organização celular, forma de obtenção de energia e tipo de reprodução;
- Reconheça e compreenda a classificação filogenética dos seres vivos;
- Compreenda a anatomia, morfologia, fisiologia e embriologia dos sistemas biológicos;
- Reconheça e analise as diferentes teorias sobre a origem da vida e a evolução das espécies;
- Compreenda a importância e valorize a diversidade biológica para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas;
- Identifique algumas técnicas de manipulação do material genético e os resultados decorrentes de sua aplicação/utilização;
- compreenda a evolução histórica da construção dos conhecimentos biotecnológicos aplicados à melhoria da qualidade de vida da população e a solução de problemas sócio-ambientais;
- Analise e discuta interesses econômicos, políticos, aspectos éticos e bioéticos da pesquisa científica que envolvem a manipulação genética.

REFERÊNCIAS

- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica.** Diretrizes Curriculares de Biologia para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Curitiba, 2008.
- AMABIS, J. M. e MARTHO, G. R. e MIZUGUCHI, Y. **Biologia**. São Paulo: Editora Moderna
- CHEIDA, Luiz Eduardo. **Biologia Integrada**. São Paulo: Editora FTD
- MERCADANTE, Clarinda. **Biologia**. São Paulo: Editora Moderna
- SILVA JÚNIOR, César e SASSON, Zesar. **Biologia**. São Paulo: Editora Saraiva
- SOARES, José Luís. **Biologia**. São Paulo: Editora Scipione

6.15 PROPOSTA PEDAGÓGICA - CELEM

O cenário do ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil e a estrutura do currículo escolar sofreram constantes mudanças em decorrência da organização social no decorrer da história. As propostas metodológicas são instigadas a atender às expectativas e demandas sociais contemporâneas e a propiciar às novas gerações a aprendizagem dos conhecimentos historicamente produzidos.

Com base nestas afirmações Bakhtin afirma que a palavra é um fenômeno ideológico por excelência e essa é uma importante consideração que demonstra o valor

social das línguas existentes na sociedade. Assim as aulas de língua estrangeira se configuram Como espaços de interações entre professores e alunos e pelas representações e visões de mundo que se revelam no cotidiano.

Fundado em 1968, o centro de línguas estrangeiras e modernas do Paraná é responsável por orientar e acompanhar o ensino de idiomas, dando oportunidade à comunidade escolar de cursar uma língua estrangeira opcional.

O CELEM em nosso colégio oferta cursos básicos de Língua Estrangeira Moderna: Espanhol, com duração de dois anos com carga horária de 160 horas por ano. As aulas são ministradas duas vezes por semana, no período contra turno de ensino regular dos alunos.

O CELEM promove a esta comunidade a oportunidade de adquirir o conhecimento das culturas das etnias formadoras do povo paranaense, em especial o espanhol, bem como o aperfeiçoamento cultural e profissional dos alunos.

Este projeto pressupõe valorizar a necessidade da aprendizagem constante do indivíduo, implementar mudanças na sociedade em que estamos inseridos, e transformar sonhos em valores, com o objetivo de aprender outros idiomas.

Destaca-se o comprometimento com o plurilinguismo com política educacional é uma das possibilidades de valorização e respeito à diversidade cultural, garantido na legislação, pois permite as comunidades escolares à definição de língua estrangeira a ser ensinada.

Propõe-se que a aula de língua estrangeira constitua um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, de modo que se engaje discursivamente e perceba possibilidades de construção de significados em relação ao mundo em que vive.

O aprendizado de uma língua estrangeira pode proporcionar a consciência sobre o que seja a potencialidade desse conhecimento na interação humana. Ao ser exposto as diversas manifestações de uma língua estrangeira e as suas implicações político-ideológicas, o aluno constrói recursos para compará-la a língua materna, de maneira a alargar horizontes e expandir sua capacidade interpretativa e cognitiva. Ressalta-se como requisito a atenção para o modo como as possibilidades linguísticas definem significados construídos nas interações sociais. Ainda, deve-se considerar que o aluno trás para escola determinadas leituras de mundo que constituem sua cultura e, como tal, deve ser respeitadas.

Acreditamos que a educação é um caminho viabilizador da conquista da cidadania, se for garantido o conhecimento, a permanência e a oportunidade àqueles que nela ingressam. Para tanto o **Colégio Estadual José Marcondes Sobrinho - EFM**, optou por implementar o CELEM, permitindo assim o acesso de mais jovens à aprendizagem de idiomas, com dispensa de ônus e economia de tempo, visando a formação pessoal,

profissional e acadêmica do aluno, de forma integral.

OBJETO DE ESTUDO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA

Toda língua é uma construção histórica e cultural em constante transformação. No ensino de Língua Estrangeira o objeto de estudo é a língua, sendo assim, contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade.

DURAÇÃO

O currículo da Língua Estrangeira do CELEM estabelece que o curso terá carga horária total de 320 horas/ aula, organizados em (02) dois anos de 160 horas/aula por ano, de forma bimestral e distribuídos em 04 horas/aulas semanais.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo do Conteúdo Estruturante serão trabalhadas questões linguísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas, bem como as práticas do uso da língua: leitura, oralidade e escrita. Já o ponto de partida da aula de língua estrangeira será o texto verbal e não-verbal como unidade de linguagem em uso. Por isso propõe-se que nas aulas dessa disciplina o professor aborde os vários gêneros textuais em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição e o grau de informações presentes ali, intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois disso, a gramática em si. Assim é necessário provocar no aluno uma reflexão maior sobre o uso de cada um deles e considerar o contexto de uso e os seus interlocutores.

Para Bakhtin (1997, p. 279) os gêneros de discurso são os enunciados dos integrantes de uma ou doutra esfera da atividade humana e estas esferas de utilização da língua elaboram seus tipos relativamente estáveis de enunciado.

As atividades envolverão simultaneamente práticas e conhecimentos partindo dos textos de modo a proporcionar ao aluno condições para assumir uma atitude crítica e transformadora com relação aos discursos apresentados.

Conteúdo Estruturante : DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

Conteúdos Básicos

O ensino de Língua Estrangeira deverá contemplar os discursos sociais que a compõem; ou seja, aqueles manifestados em forma de gêneros textuais diversificados nas práticas discursivas, conforme Diretriz Curricular Estadual.

Assim, ao tomar a língua como interação verbal, como espaço de produção de sentidos marcado por relações contextuais de poder, sendo que os conteúdos poderão ser retomados em todas as séries com diferentes níveis de profundidade e em sincronia entre

a prática de análise linguística e sem deixar de abordar o ensino da gramática que estrutura a língua, pois o **conteúdo estruturante “Discurso” como prática social a tratará de forma dinâmica, por meio da leitura, da oralidade e da escrita.**

Será dada aos alunos a oportunidade para participar da escolha das temáticas dos textos, uma vez que um dos objetivos é justamente possibilitar formas de participação que permitam o estabelecimento de relações entre ações individuais e coletivas. Por meio dessa experiência, os alunos poderão compreender a vinculação entre auto-interesse do grupo. Além disso, essa iniciativa poderá levar à escolhas de conteúdos mais significativos porque resultam da participação de todos.

Os textos serão trabalhados em seu contexto social de produção, serão selecionados itens gramaticais que indiquem a estruturação da língua. Isso não quer dizer fazer uso do texto apenas para ensinar gramática, mas tê-lo como conteúdo a ser explorado para, a partir dele, produzir outros textos.

O conhecimento formal da gramática estará subordinado ao conhecimento discursivo, ou seja, reflexões gramaticais serão decorrentes de necessidades específicas dos alunos, a fim de que se expressem ou construam sentidos com os textos.

Sendo assim serão abordados os vários gêneros textuais em atividades diversificadas.

AValiação

A avaliação da aprendizagem em Língua Estrangeira está articulada aos fundamentos teóricos explicitados na DCE e na LDB nº. 9394/96.

Serão propostas reflexões sobre a prática avaliativa, para que se possa favorecer o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, nortear o trabalho do professor, bem como propiciar que o aluno tenha uma dimensão do ponto em que encontra no percurso pedagógico.

É importante nesse processo que o professor organize o ambiente pedagógico observando a participação dos alunos e considerando o engajamento discursivo na sala de aula se fará pela interação verbal, a partir dos textos, e de diferentes formas: entre os alunos e o professor; entre os alunos na turma; na interação com o material didático; nas conversas em língua materna e língua estrangeira; e no próprio uso da língua, que funciona como recurso cognitivo ao promover o desenvolvimento de ideias.

O aluno também como construtor do conhecimento deve ter seu esforço reconhecido por meio de ações tais como: um retorno sobre o seu desempenho e o entendimento do erro como integrante da aprendizagem.

Segundo Ramos (2001), é um desafio construir uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo no processo ensino/aprendizagem que nos permita formar cidadãos conscientes, críticos, criativos, solidários e autônomos. Assim, tanto o professor quanto os alunos poderão acompanhar o percurso desenvolvido e identificar dificuldades, bem como planejar e propor outros encaminhamentos para superá-las. A avaliação terá um caráter mediador, permitindo tanto ao educando como ao educador rever os caminhos para compreender e agir sobre o conhecimento e esse processo não se limita apenas a sala de aula, pois deve estar articulada com os objetivos e conteúdos definidos a partir das concepções e encaminhamentos metodológicos das diretrizes curriculares da educação básica.

As explicitações dos propósitos da avaliação e do uso de seus resultados podem favorecer atitudes menos resistentes ao aprendizado de Língua Estrangeira e permitem que a comunidade, não apenas escolar, reconheça o valor desse conhecimento.

REFERÊNCIAS

DCE- Diretrizes - Curriculares da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná da Disciplina de Língua Estrangeira Moderna, Curitiba /2010.

REGIMENTO ESCOLAR - Colégio Estadual JOSÉ MARCONDES SOBRINHO – EFM, Laranjeiras Sul / 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - Colégio Estadual JOSÉ MARCONDES SOBRINHO - EFM, Laranjeiras do SUL / 2008.

6.16 PROPOSTA PEDAGÓGICA DA SALA DE RECURSOS

JUSTIFICATIVA

O presente planejamento tem como finalidade definir o trabalho realizado na Sala de Recurso que se dá no horário de contra turno do ensino regular com o aluno devidamente matriculado no ensino regular e após avaliação do contexto escolar realizado pelos professores do ensino regular e equipe pedagógica, dando suporte pedagógico para alunos com alunos com dificuldade de aprendizagem e que precisem de atendimento individualizado, sendo levado em conta à defasagem nas habilidades, no desenvolvimento cognitivo, sensorial psicomotor/motor, linguagem, afetivo/emocional, social e saberes pedagógicos. Com o fim de ancorar esses pressupostos em que o sujeito com defasagem de aprendizagem, tenha o direito a uma educação de qualidade que garanta o seu pleno desenvolvimento.

O atendimento ao aluno se dá conforme cronograma que se segue em anexo.

Em suma a Sala de Recurso é um espaço destinado a um trabalho pedagógico específico com alunos que estejam integrados em turmas regulares, tendo como objetivo ampliar e complementar o trabalho realizado pelos professores do ensino regular, bem como atender as diversidades dos alunos, buscando integrar no ambiente escolar e social dando a ele atendimento individualizado atendendo suas necessidades pedagógicas e sócio/emocional e afetiva.

Objetivo Geral:

Atender às necessidades entre as ações desenvolvidas no ensino regular e especial, caracterizando uma prática voltada para a diversidade de conteúdo e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, buscando inserir no cotidiano escolar e social.

Objetivos Específicos:

- Reconhecer a existência de diferentes grupos culturais com suas manifestações específicas, respeitando a diversidade e pluralidade cultural de cada um.
- Perceber a influência das múltiplas linguagens no desenvolvimento acadêmico.
- Levar o aluno a refletir sobre o seu erro e como superá-lo.
- Desenvolver no aluno a autonomia na realização de suas atividades no cotidiano escolar e social.
- Aprimorar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita tendo clareza de ideias e construindo um vocabulário adequado a sua idade, priorizando a diversidade textual.
- Desenvolver no aluno produções textuais com coerência e coesão.
- Criar hábito de leitura, dando acesso a diversos tipos de texto e despertando o gosto pela leitura sendo ela oral ou silenciosa.
- Explorar a interpretação de texto tendo ele como alicerce no desenvolvimento acadêmico do aluno.
- Trabalhar a escrita tendo ela como meio de inserção social levando o aluno a perceber a importância dela como forma de registro sendo ela espontânea ou imposta.
- Desenvolver o raciocínio lógico matemático, priorizando resolução de problemas e as quatro operações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu capítulo I, art. 5º, garante a todo cidadão o direito à vida, à liberdade, à igualdade, entre outros. Sabe-se que apesar

de haver o reconhecimento do cidadão como um sujeito de direitos, materializado no fato do poder público assumir legalmente essa condição, não foi e ainda não é suficiente para garantir ao cidadão o real exercício desses direitos. Porém políticas públicas e propostas de ação voltadas para a Inclusão caracterizam um grande avanço no exercício pleno desse direito. Ou seja, o fato de a lei suprema de um país ressaltar, em seu texto, os direitos do cidadão não significa desses – ainda vemos em nossa sociedade uma incoerência entre a igualdade proposta na Lei e a exclusão dos que vivem à margem do social. Porém, a verificação da contradição entre discursos e práticas já é um grande passo para a construção de uma sociedade inclusiva. Fechar os olhos à falta de uma práxis é o mesmo que compactuar com os níveis de elevada exclusão, ao passo que admitir a realidade tal como ela se apresenta é sair à procura de alternativas na luta contra a exclusão, como por exemplo: denunciar, criar, recriar, plantar e colher elementos fundamentais na busca da melhoria de qualidade de vida dos sujeitos e dos grupos sociais.

Põem-se diante de nossos olhos inúmeras ideias para a seleção e a sistematização dos elementos significativos para a construção efetiva de uma sociedade inclusiva. O que viabiliza essa demanda é, por um lado, o fato de percebermos que somos parte integrante de um grupo que almejam as mudanças e podem pôr em movimento, através de investigações, e questionamentos, ações coerentes com a proposta. E, por outro, o reconhecimento da necessidade e da importância dos debates e das ações fora do âmbito específico da Educação Especial, fortalecidas pela história das políticas públicas nacionais.

A organização educacional no Brasil é norteada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e pelas Diretrizes e Bases para a Educação Especial na Educação Básica (resolução nº 02/2001 do Conselho Nacional de Educação – CNE).

A LDB nº 9394/96, em seu art.1º, do título I, ressalta que

“a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais” e, no art. 2º, do título II, confere “por finalidade [da educação] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

E, ainda, salienta como princípios (art. 3º) a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade, legitimando o acesso ao ensino fundamental como um direito público subjetivo (art.5º) e como dever do Estado (art. 4º) a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades”.

Nesse sentido, o papel e a função da escola têm se mostrado de grande valor na conquista de uma educação inclusiva, ratificando em prática os pressupostos teóricos da Lei

acima citada, uma vez que conta com um Projeto Político Pedagógico que leva em conta a diversidade do aluno e a necessidade de construir currículos capazes de garantir o acesso à qualidade de ensino por parte do deficiente.

A resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, obrigando

“os Sistemas de Ensino a conhecer a demanda real de atendimento a alunos portadores de necessidades educacionais especiais mediante a criação de sistemas de informações e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos”.

O Conselho Nacional de Educação concebe, em seu art. 3º, a Educação Especial como

“um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica”.

Para isso, faz-se necessário refletir sobre os processos que geram as exclusões, buscando um novo cenário, onde a diferença seja a expressão de uma maneira própria de agir e de pensar o mundo, e não um motivo para se desvalorizar os sujeitos segundo padrões pré-estabelecidos.

A LDB 9394/96 determina, no art. 59, inciso III, que os sistemas de ensinos, deverão assegurar, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

A construção de uma Educação Inclusiva não é simples, requer o envolvimento de todos os sujeitos na busca de uma qualidade de vida. E isso, implica em qualidade na educação, acesso de fato ao que a vida exige para uma efetiva participação social: saber ler, escrever, contar, mas também, reler, re-escrever, recontar as diversas histórias que habitam nosso universo e fazem dele o cenário para novas histórias, que emergirão como consequência do agir sobre o mundo.

O trabalho pedagógico que se impõe a partir desse termo, constitui-se como ponto de partida e de referência para não mais a simples identificação das dificuldades do aluno – “foco na deficiência” – mas para uma avaliação que busque compreender o aluno tanto no que ele já sabe, na sua autonomia, como no que ele pode vir a saber, a fazer, a produzir, apesar de suas dificuldades. Essas são as bases para um processo de intervenção pedagógica, dirigindo o trabalho de maneira prospectiva para as possibilidades do aluno. O que exige, por parte dos envolvidos, no processo, uma avaliação constante da relação entre desenvolvimento e aprendizagem, assim como da identificação das necessidades educacionais do aluno, a fim de que as metas para a educação de qualidade possam ser

atingidas.

Encarar as necessidades educacionais especiais é, portanto, não apenas estar atento às características pessoais de cada aluno e de sua deficiência, como também antever a forma como a escola organiza o processo educativo. Ou seja, as necessidades não são estabelecidas de forma definitiva mas se constituem na pragmática do fazer pedagógico cotidiano, buscando caminhos e respostas, indo além das dificuldades, possibilitando ao aluno um desenvolvimento pleno, norteados pelo horizonte da participação social, e não mais pelo patamar dos limites de sua deficiência – o que gera a sua exclusão social.

O conceito de necessidades educacionais especiais, visto dessa forma, harmoniza-se com os pressupostos teóricos do referencial sócio-histórico proposto por Vygotsky.

Vygotsky apontou a necessidade de avaliarmos o desenvolvimento sobre os seus aspectos qualitativos, e não mais centrando o olhar sobre os quantitativos. E, em relação ao desenvolvimento da criança portadora de alguma deficiência, afirma que ela não é uma criança menos desenvolvida do que as demais, é uma criança que se desenvolve de modo qualitativamente diferente, porém, com as mesmas leis gerais do desenvolvimento – as quais serão abordadas a seguir.

Segundo Vygotsky, os processos psíquicos do indivíduo são constituídos a partir da internalização de relações entre os sujeitos sociais. A ação humana está baseada na cooperação entre os indivíduos. E a forma como os homens participam e atuam na vida determina o que pensam. A partir da experiência social, conceitos são internalizados, permitindo identificações e diferenciações que constituirão a singularidade, a identidade do sujeito.

“Todas as funções do desenvolvimento da criança, aparecem duas vezes: primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos”. (VYGOTSKY, 2000: 75).

A internalização não é um processo mecânico de transposição da ação externa para o interior do indivíduo, mas mediada por ações partilhadas.

“A transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento. O processo, sendo transformado, continua a existir e a mudar como uma forma externa de atividade por um longo período de tempo, antes de internalizar-se definitivamente” (VYGOTSKY, 2000: 75).

Portanto, o homem é um ser social e a linguagem, o instrumento das interações sociais que possibilita ao sujeito pertencer a uma cultura. A linguagem, aqui, não é compreendida como sendo um sistema abstrato de normas ou, apenas, atividade verbal. A linguagem, vai muito além: é toda e qualquer forma de expressão. E está presente na arte, na pintura, na música, no cinema, no folclore, nos gestos, no olhar, na emoção, na

respiração e, inclusive, no silêncio.

“Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ideológico ou vivencial. É assim, que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN, 1992:95).

O ato expressivo transita entre o conteúdo interior do sujeito e sua objetivação exterior em direção ao outro. Assim, a expressão determina-se tanto pelo fato de que procede de alguém, quanto pelo fato de que se dirige a alguém, revelando-se como o produto da interação entre os interlocutores, ambos sujeitos singularizados a partir de muitas e diferentes interações sociais. Através da palavra, da expressão, nos definimos em relação ao outro: “se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra, apóia-se sobre meu interlocutor” (BAKHTIN, 1992:113).

A Relação entre Pensamentos e Linguagem

A linguagem possui duas funções básicas: a de intercâmbio social e a de pensamento generalizante. Ela fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

O pensamento e a linguagem têm origens diferentes e desenvolvem-se, segundo trajetórias diferentes, até que ocorra a unidade entre esses dois fenômenos, quando o pensamento se torna verbal. Para Vygotsky, a relação entre pensamento e linguagem deriva de duas raízes genéticas diferentes: há uma fase pré-verbal do pensamento e uma fase pré-intelectual da fala no desenvolvimento da criança.

A fase pré-verbal do pensamento pode ser descrita como aquela em que o pensamento associa-se à utilização de instrumentos. Já a fase pré-intelectual da fala aponta para a função social da linguagem. Pois, desde muito cedo, a criança reage à voz humana, demonstrando que sons inarticulados, risadas, movimentos, etc. são meios de contato social. Porém, há um momento em que as curvas de evolução do pensamento e da fala se unem, dando origem a uma forma de comportamento: “a fala começa a servir ao intelecto e os pensamentos começam a se verbalizados” (VYGOTSKY, 1989:37). Nesse momento, a criança não mais precisa estar diante do objeto para se relacionar com ele, basta sua representação para que isso ocorra. Assim, inicia-se uma nova forma de funcionamento psicológico – a fala torna-se intelectual, com simbólica e o pensamento torna-se verbal, mediado por significados dados pela linguagem – o significado das palavras.

O significado é um componente essencial da palavra e é, ao mesmo tempo, em ato de pensamento, pois o significado de uma palavra já é em si a generalização de um conceito. É no significado que se encontra a unidade das duas funções básicas da

linguagem: o intercâmbio social e o pensamento generalizante. São os significados que possibilitam a mediação simbólica entre o indivíduo e o real, constituindo-se no filtro através do qual o sujeito é capaz de compreender o mundo e agir sobre ele.

Os significados são construídos ao longo da história dos sujeitos com base nas suas relações com o mundo físico e social, encontrando-se, portanto, em constante transformação, tanto na história de uma língua e como na história do sujeito, segundo o processo de aquisição da linguagem pelo sujeito.

“O problema do pensamento e da linguagem entende-se, portanto, para além dos limites da ciência natural e torna-se o problema central da psicologia humana histórica, isto é, da psicologia social” (VYGOTSKY, 1989:44).

A perspectiva sócio-histórica de Vygotsky informa, no que se refere à percepção, memória e atenção dos sujeitos, que o desenvolvimento dessas funções psíquicas superiores caminha do social para o individual, do genérico ao particular.

O bebê humano nasce com suas possibilidades de percepção definidas pelas características biológicas do sistema sensorial humano. Ao longo do desenvolvimento, entretanto, principalmente através da internalização da linguagem e dos conceitos e significados culturalmente desenvolvidos, a percepção deixa de ter uma relação direta entre o indivíduo e o meio, passando a ser mediada por conteúdos culturais. A relação perceptual com o mundo não se dá em termos de atributos físicos isolados, mas em termos de objetos, eventos e situações categorizados pela linguagem e pela cultura. A função dos objetos, as situações concretas em que interagimos com estes objetos, o lugar que ele ocupa nas nossas atividades, irão interferir na forma como percebemos esse ou aquele fato ou objeto. Ao se perceber, elementos do mundo real, faz-se inferências baseadas em conhecimentos adquiridos previamente e em informações sobre a situação presente, interpretando os dados perceptuais à luz de outros conteúdos psicológicos.

A atenção inicialmente baseada em mecanismos neurológicos inatos gradualmente, vai se tornando voluntária e fundamentada na mediação simbólica. Há uma seleção de elementos relevantes e essa relevância está relacionada aos construídos nas relações do sujeito com o meio.

A memória pode ser natural ou mediada. A memória natural apóia-se em mecanismos inatos, numa relação direta entre estímulo e resposta, ao passo que a mediada ancora-se nos instrumentos e nos significados.

A cultura é a condição essencial para a existência humana, a principal base de sua especificidade. Ou seja, não existe natureza humana sem cultura. Nesse sentido, a cultura funciona como um centro produtor de mecanismos de controle para conduzir comportamentos. Nas palavras de Geertz, se não fosse “dirigido por padrões culturais – sistemas organizados de símbolos significantes – o comportamento do homem seria

virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais”. O homem não só cria signos como também é controlado por eles. Os sistemas de símbolos significantes (linguagens, arte, mito, rituais, mídias e sistemas de signos da cultura contemporânea) tornam-se sistemas de retroalimentação, de controle e de organização do próprio sistema biológico. Logo, não existe natureza humana sem cultura: “somos animais incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura” (GEERTZ, 1989:35).

O homem é um ser inacabado, em constante devir e em busca de acabamento. Se, é verdade que o homem precisa aprender para poder funcionar, ver e sentir, é igualmente verdade que ele precisa aprender a pensar para se desenvolver e transformar o mundo e a si próprio. Essa noção interfere em campos conceitos consolidados, desfazendo crenças e distinções, como a polêmica oposição entre o que é natureza e o que é cultura.

A relação entre Desenvolvimento e Aprendizagem

Para Vygotsky, os fenômenos tipicamente humanos só podem ser estudados tendo em vista a compreensão de que as funções psíquicas superiores são o produto das relações entre sujeitos sociais e da apropriação das produções culturais oriundo da ligação estreita entre história individual e coletiva.

Procurando explicar os modos de participação do outro na construção dos processos individuais e na transformação do funcionamento psíquico interpessoal em intrapessoal, Vygotsky introduz uma nova explicação sobre o processo de desenvolvimento, a partir do conceito de zona de desenvolvimento proximal, oferecendo uma nova concepção que irá ocupar uma posição fundamental nos debates sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Para Vygotsky, o desenvolvimento ocorre em dois níveis: o desenvolvimento real que se refere ao desenvolvimento já alcançado – caracterizado pela independência nas ações – tudo aquilo que a criança faz de forma autônoma; e o desenvolvimento potencial que se relaciona às competências em via de serem conquistadas – aquilo que o sujeito ainda não é capaz de realizar de forma independente, necessitando da participação e da colaboração de outras pessoas.

O conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) indica a distância entre os dois níveis de desenvolvimento humano – o real e o potencial. Mas para transformar o que é potencial em real, faz-se necessária a instrução de um espaço de ações partilhadas, pois, é na interação com outros sujeitos que se adquire a capacidade de internalização de conceitos, de organização do real e de regulação interna das ações.

O desenvolvimento da criança é visto, aqui, de forma prospectiva, uma vez que a zona de desenvolvimento proximal define as funções psíquicas, superiores que ainda não se

caracterizam no plano da independência, embora estejam presentes em estado embrionário.

O conceito de ZDP traz implicações decisivas e transformadoras para os critérios de avaliação diagnóstica e para a ação pedagógica, enfatizando que é na interação – e através dela – que a criança consegue solucionar os problemas que, ainda, não tem condições de resolver sozinha. É justamente nesse momento – o da interação com o outro – que o desenvolvimento potencial aparece, colocando em movimento vários outros processos de desenvolvimento que, sem a ajuda de um interlocutor, seriam impossíveis de se perceber.

“Aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje, será desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje ela será capaz de fazer sozinha amanhã” (VYGOTSKY, 2000:113). A partir dessas colocações, é possível pensar uma psicologia social, fundada e elaborada na compreensão de que o comportamento humano é fruto da ação educativa – seja no campo da educação formal das escolas, no da formação iniciada no seio familiar ou no da prática terapêutica – inserida no momento da interação e da interlocução entre os sujeitos.

O espaço dialógico, pensado por Vygotsky, baseia-se no pressuposto de que não há essência humana imutável. Investiga a construção da identidade do sujeito na interação com o mundo, na relação com outros sujeitos, explicando como a cultura torna-se parte da natureza humana a partir de um processo histórico que influencia o funcionamento psicológico.

Assim, a relação com o mundo é sempre mediada, não há acesso imediato aos objetos, mas sim a sistemas simbólicos que os representam. Por isso, a linguagem é atribuído papel de destaque, como sendo o instrumento que se interpõe entre o sujeito e o objeto, a partir da experiência significativa.

De acordo com a teoria em questão, os fenômenos de transição do desenvolvimento perpassam por todo o território intermediário entre o externo e o interno, tal como percebido por um território comum: o da cultura.

O Processo de Formação dos Conceitos

Diferentemente dos animais, os comportamentos humanos não conservam apenas ligação com os motivos biológicos, mas, são frutos de um processo de desenvolvimento que envolve a interação do sujeito com o meio físico e social em que vive. Tal interação não se dá diretamente, como no caso do animal, mas através da mediação possibilitada por dois tipos de elementos: os instrumentos e os signos. Os instrumentos regulam a ação do homem sobre os objetos e os signos, a ação sobre o psiquismo.

Ao longo do processo de desenvolvimento, os indivíduos passam a utilizar signos internos – representações mentais que substituem os objetos do mundo real. Dessa forma,

assim como um bilhete ajuda a lembrar um compromisso, a ideia de “mãe” representa a mãe real que temos dentro de nós, com quem possamos lidar mentalmente, mesmo quando ela não está presente.

Quando pensamos em um objeto ou coisa, não temos na mente o próprio objeto, mas uma ideia, um conceito, uma imagem, uma palavra, ou melhor, algum tipo de representação, de signo, que, na realidade, substitui o objeto real sobre o qual pensamos. Essa capacidade de substituir o real por representações é o que possibilita ao homem abstrair-se do tempo e do espaço presentes – lembrar-se das coisas mesmo na ausência das mesmas, fazer planos, imaginar, ter intenções. Essa relação indireta travada com o ausente é proporcionada, mediada pelos signos internalizados. Os signos não são marcas isoladas que as coisas adquirem, mas conceitos apreendidos, ao longo do processo de desenvolvimento do indivíduo, num determinado grupo social, permitindo a comunicação entre os sujeitos e o aprimoramento da interação social.

Os sistemas de representação da realidade são socialmente construídos. É o grupo cultural que fornece as formas de se perceber e de se organizar o real. Os sistemas simbólicos permitem, além da comunicação entre os homens, a internalização de significado, a percepção e a interpretação de objetos, situações e fatos presentes no mundo. A partir de sua inserção num dado contexto cultural, das relações que estabelece com os membros de seu grupo familiar e de sua participação em práticas culturais, a criança incorpora as formas de comportamento e vai constituindo-se como pessoa, formando sua identidade e, assim, orientando sua ação no mundo. Implicações.

Formação dos Conceitos

Vygotsky explica o papel da escola no desenvolvimento da criança, firmando uma distinção entre conceitos cotidianos e conceitos científicos. Os conceitos cotidianos instalam-se no psiquismo a partir da experiência pessoal, concreta e cotidiana das crianças. Ao passo que, os científicos são os elaborados e fundados na sala de aula, por meio do ensino sistemático.

Os conceitos científicos aludem-se àqueles que não estão, diretamente, acessíveis à observação ou à ação imediata da criança, mas dependem da sistematização das práticas pedagógicas propriamente ditas. Incluem-se, num sistema conceitual gradativo de abstrações, adquirindo cada vez mais abrangência e complexidade.

O processo de formação dos conceitos, sejam cotidianos ou científicos, abarca operações intelectuais guiadas pela utilização e pelo partilhar das palavras. Para a internalização de um conceito, faz-se necessária uma grande atividade mental, além das informações externas recebidas. Ou seja,

“o desenvolvimento dos conceitos ou dos significados das palavras, pressupõe o

desenvolvimento de muitas funções intelectuais: atenção deliberada, memória lógica, abstração, capacidade para comparar e diferenciar. Esses processos complexos não podem ser dominados apenas através da aprendizagem inicial”

Portanto,

“o ensino direto de conceitos é impossível e infrutífero. Um professor que tenta fazer isso geralmente não obtém qualquer resultado, exceto o verbalismo vazio, uma repetição de palavras pela criança, semelhante a um papagaio, que simula um conhecimento dos conceitos correspondentes, mas que na realidade oculta um vácuo” (VYGOTSKY, 1989:72).

Segundo essa perspectiva, o espaço escolar, então, deve, funcionar de forma a desafiar e a exigir do intelecto da criança e do adolescente. A escola proporciona ao aluno um conhecimento sobre coisas e fatos que não estão disponíveis à percepção ou à experiência diretas, fornecendo as bases para o acesso ao conhecimento construído e acumulado pela humanidade, ao longo do tempo, possibilitando, assim, a criação de novos conhecimentos, que farão a história posterior.

“O aprendizado escolar induz a tipo de percepção generalizante, desempenhado assim um papel decisivo na conscientização da criança dos seus próprios processos mentais. Os conceitos científicos, com o seu sistema hierárquico de inter-relações, parecem constituir o meio no qual a consciência e o domínio se desenvolvem, sendo mais tarde transferidos a outros conceitos e a outras áreas do pensamento. A consciência reflexiva chega à criança através dos portais dos conhecimentos científicos” (VYGOTSKY, 1989:79)

Contribuições de Vygotsky para a Educação Especial

Tomando o referencial sócio-histórico como concepção de educação, torna-se possível ultrapassar a visão naturalística de homem, passando-se a conceber o signo lingüístico como produção cultural que afeta radicalmente a natureza biológica do psiquismo. Para Vygotsky, no processo geral de desenvolvimento, há duas linhas qualitativamente diferentes do desenvolvimento, que diferem quanto à origem: de um lado, os processos elementares, de origem biológica; de outro, as funções psíquicas superiores, de origem sócio-cultural. Mas é do entrelaçamento dessas duas linhas que a história do comportamento da criança emerge.

Considera-se que o entrecruzar do desenvolvimento natural e o do histórico-cultural pode re-significar, radicalmente, a noção sobre a deficiência. Vygotsky afirma que o desenvolvimento cultural se constitui no maior desafio para a Educação Especial, pois o desenvolvimento orgânico se realiza em um meio cultural, onde um defeito originado do desenvolvimento biológico altera o percurso do processo de inserção na cultura. Porém, a cultura está preparada para as interações típicas da “normalidade”

O termo normalidade encontra-se entre aspas para evidenciar sua contradição e ambiguidade, dificultando ou impedindo as crianças com desenvolvimento atípico de usufruírem, das produções culturais.

O uso do termo “desenvolvimento atípico” se aplica ao limite imposto pelo biológico,

o que não significa conceber o desenvolvimento dessas crianças como se fosse regido por leis diferentes – abordagem biológica do desenvolvimento. Ao contrário, Vygotsky enfatiza que o desenvolvimento da criança portadora de deficiência é governado pelas mesmas leis gerais do desenvolvimento da criança “normal”, ressaltando a importância dos aspectos sociais e culturais – a aprendizagem – para a superação das dificuldades apresentadas por essas crianças.

Vygotsky faz uma crítica ao uso de testes de QI para a triagem de crianças, uma vez que estes podem apenas detectar o nível de desenvolvimento real – aquilo que a criança realiza de forma independente – argumentando que os referidos testes se ancoram no ponto fraco da criança. Por isso, propõe que se leve em conta não só a gravidade da deficiência, mas também a incorporação de estratégias pedagógicas capazes de distinguir entre deficiência e dificuldade, visando à superação desses problemas, através de práticas eficientes. Dito de outra forma, Vygotsky apresenta uma teoria que salienta a forma de levar a criança de um estado atual de aprendizagem e de desenvolvimento para um ponto no futuro – nível de desenvolvimento potencial – acentuando que o papel do professor e de outros sujeitos mais competentes é indispensável na mediação do mundo para a criança.

Isso caracteriza, segundo Vygotsky, a lei psicológica que aponta que qualquer função psíquica aparece duas vezes no desenvolvimento humano: primeiro, entre pessoas, entre pessoas, no plano social; depois, no interior da própria criança, no plano psicológico. A manifestação dessa lei se dá no domínio do conceito de “zona de desenvolvimento proximal”, lugar onde as ações educacionais devem ancorar-se para que não o passado, mas o futuro do desenvolvimento, o desenvolvimento potencial, possa vir a se fazer presente, transformando-se em desenvolvimento real e, assim, abrindo novos horizontes ou novas zonas de aprendizagens.

Vygotsky aponta que as crianças portadoras de deficiência desenvolvem mecanismos compensatórios de suas funções, cuja nova organização orienta o funcionamento psicológico na superação dos limites impostos pela deficiência. Mais uma vez, ressalta-se a importância da eficácia da estratégia pedagógica utilizada com o objetivo de fornecer condições adequadas às necessidades educacionais especiais da criança.

A medida que a criança portadora de deficiência passa a ser vista como aquela que usa e precisa usar diferentes instrumentos para ter garantido o seu desenvolvimento pleno, a Educação Especial precisa desempenhar a tarefa de colocar à disposição do aluno a diversidade de instrumentos peculiares, de forma a viabilizar o desenvolvimento de seu processo social e cultural. Ou seja, a criança portadora de deficiência tem o direito ao acesso a instrumentos especialmente desenvolvidos para ela e a Educação Especial, o dever de criar esses instrumentos. Assim, a concepção, teórico-prática, do trabalho pedagógico move-se do lugar onde o aluno portador de deficiência não é capaz de fazer,

para o do realizar com a colaboração do outro em condições adequadas de interação e interlocução, num contexto permanente de diálogo e de significação no uso de diferentes linguagens.

Surge, aqui, a prática pedagógica que compreende o desenvolvimento e a aprendizagem da criança portadora de deficiência, orienta para a reorganização da personalidade do aluno como um todo, criando recursos adicionais de forma a permitir que alunos e professores se envolvam na tarefa educativa de modo significativo. Mas para que a tarefa significativa tenha lugar, é fundamental que a ação educativa não “abra mão” do conceito de zona de desenvolvimento proximal – distância entre os níveis de desenvolvimento real (aquilo que a criança põe em prática sozinha) e potencial (aquilo que a criança só consegue realizar com a colaboração de outro sujeito) – para que as interações entre criança e criança, aconteçam de forma a impulsionar o desenvolvimento sempre para um futuro (potencial) – visão prospectiva.

De modo geral, a avaliação do aluno portador de deficiência só preocupa com o nível de desenvolvimento real, inferindo a partir daí as possibilidades de aprendizagem da criança. Uma prática de avaliação desse tipo absorve-se em tabular, quantificar e descrever as fraquezas ou as deficiências, pois se baseia no platô evolutivo.

Em momentos como esse, o tão anunciado direito à Educação é negado: por um lado, liga-se à baixa expectativa com relação às possibilidades de aprendizagem; por outro, converge-se para conteúdos curriculares específicos que valorizam, na maioria das vezes, a formação de hábitos e atitudes, a socialização. Certamente, a Educação não pode se resumir a esses termos, pois o acesso ao currículo “formal” é das prerrogativas para a Inclusão (no atraso) do desenvolvimento da criança (visão retrospectiva).

A visão vigotiskiana de desenvolvimento potencial fornece subsídios fundamentais para a definição da prática pedagógica adequada às necessidades educacionais especiais do aluno, uma vez que aponta na direção do que a criança pode realizar em colaboração com outras pessoas. Essa mudança do olhar – da visão prospectiva – frente ao desenvolvimento da criança, traz implicações impactantes sobre o currículo, as práticas pedagógicas, as relações interpessoais, o papel do educador e o do aluno, a função da escola e a avaliação na Educação Especial.

O desenvolvimento do currículo deve indicar objetivos de colaboração e de tomada de decisões estruturadas, enfatizando o planejamento, a implementação e a avaliação como um modelo de sistema, cuja finalidade é interferir nas práticas que irão garantir a qualidade do ensino e a real inserção do aluno práticas sociais.

Como os professores podem criar zonas de desenvolvimento proximais (ZDP) com os alunos e que implicações isso teria para o sistema escolar? Como proceder às adaptações curriculares para a Educação Especial? Como desenvolver uma prática

pedagógica para o aluno com necessidades educacionais especiais?

“Isso significa que o professor começa a ensinar à criança com um determinado objetivo em mente e, em seguida, modifica esse objetivo por meio de uma série sistemática de interações, durante as quais a aprendizagem da criança é monitorada, até que se possa observar que a criança está fazendo progressos. Quando o sucesso é alcançado, um novo objetivo é selecionado e o processo recomeça” (EVANS, 1994:79).

O destaque dado ao papel dos aspectos sócio-históricos nas práticas educacionais e ao papel do professor como mediador da cultura pode responder às questões acima formadas. A educação tem como função fundamental levar a criança a organizar os conhecimentos e as experiências numa ação que faz sentido para todos os parceiros envolvidos no seu processo de desenvolvimento.

Um sistema estruturado que objetiva a aprendizagem bem sucedida, não apenas para o aluno, mas também para o professor, precisa ser realimentado por um processo de avaliação constante, o que irá permitir que sejam feitas modificações sistemáticas e eficazes na direção das metas traçadas. Determina-se o currículo, aperfeiçoando-se os programas de ensino que melhor conduzem a concretização das metas.

O currículo move-se para melhor atender às necessidades dos alunos. Para isso, faz-se necessário que professores (e demais agentes do universo educacional) envolvam-se, através da pesquisa-ação, na tarefa criativa de desenvolvimento do currículo, compreendendo sua natureza pedagógica, flexibilizando-o para perceber e alcançar os processos de aprendizagem dos alunos.

“(…) os objetivos derivados da pesquisa de ação pelos professores, a partir do processo de ensino e debate, têm funções especiais. Uma delas é estimular a comunicação entre professores e alunos, mas serve, também, como uma base sólida para a comunicação entre os professores, e entre professores e outros. Dessa forma, servem como instrumentos de aprendizagem para alunos, professores e terceiros” (EVANS, 1994:82).

A orientação filosófica, os fins e metas, o conteúdo curricular, bem como as ações práticas referem-se a essa tomada de decisões, acima citadas, que a Educação Especial quer ver concretizadas.

Para que esse contexto possa ser vislumbrado na prática, não se pode deixar de ressaltar dois importantes aspectos: a) todo o professor necessita de formação constante para atuar junto aos alunos; b) os sistemas educacionais precisam tomar para si a responsabilidade de adaptar-se para atender ao grupo de alunos como um todo – passos fundamentais na direção da Educação Inclusiva.

Visto isso, professores e instituições de ensino incorporando a luta pela inclusão, como algo de relevância para a melhoria de vida no planeta, e como fundamental função da escola a garantia de acesso ao conhecimento e a construção de práticas cidadãs, as contribuições da perspectiva sócio-históricas se fazem presentes na concretude das relações das relações pedagógicas educacionais.

Segundo a concepção sócio-histórica, a Educação Especial tem a tarefa de criar formas de trabalho que correspondem às peculiaridades do educando, não significando com isso posicionar-se como mero instrumento facilitador de alívio e de superação das dificuldades impostas pela deficiência, mas como possibilidade real e concreta sobrelevação das consequências da deficiência no processo de constituição da personalidade e do desenvolvimento da criança.

A Educação Especial visa a garantia dos mesmos princípios fundamentais e núcleos conceituais do Ensino Básico a todos os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, ressaltando à necessidade de serem promovidas as devidas adaptações, de forma que todos os alunos sejam atendidos nas suas especificidades.

A Multieducação nos possibilita refletir sobre os caminhos e alternativas a serem traçados para que o aluno portador de deficiência possa ter acesso à qualidade de ensino.

Porém, para que a qualidade do ensino seja alcançada, propõe-se que cada professor analise os objetivos resultantes da articulação entre Princípios Fundamentais e Núcleos conceituais, cuja finalidade é a atenção às especificidades de cada sujeito para seu desenvolvimento como um todo.

Se tomarmos o objetivo da articulação entre o princípio educativo Linguagens e o núcleo conceitual Tempo como exemplo: “estabelecer interação com as linguagens de seu tempo, analisando criticamente o poder das tecnologias de comunicação, tornando-se não apenas um receptor, mas um produtor de significados”. Então, estaremos viabilizando o contato e a apropriação por parte dos envolvidos com as variadas linguagens presentes no mundo, através do sentido e do significado que as ressonâncias das mesmas podem surtir em nós.

O termo refere-se à multiplicidade de expressões: p olhar, o gosto, o movimento, a fala, a moda, a música, o teatro, a mídia, as artes plásticas, da literatura, do cinema, da TV, da Internet, o silêncio etc. toda e qualquer manifestação que provoque a interação entre dois, ou mais agentes, que são apenas agem sob a perspectiva de receptores ou emissores de mensagens, mas principalmente, como produtores de significados e provocadores de novas demandas de interação. Ou seja, “trata-se de um processo a ser construído com os alunos concretos que temos diante de nós e não uma proposta abstrata onde alguns entram e outros ficam de fora, devido ao grande deficiência” (MULTIEDUCAÇÃO:99).

O múltiplo está presente em toda a concepção de Multieducação, que propõe respeito à diversidade, considerado as variedades de situações e as diferenças no agir e no pensar, como a possibilidade de transformação da excludente em Educação Inclusiva – para todos.

“Daí vale repetir que para que esta prática possa acontecer é importante que façamos da escola um grande espaço social, um lugar onde caibam a ousadia, a criatividade, sonhos e diferentes falas. Lugar onde se possa assumir a liberdade de

saltar as cercas; quando as exigências desafiadoras do conhecimento forçarem e, especialmente, onde o trabalho solidário entre direção, professores, alunos e suas famílias passem a ser uma prática efetivamente vivenciada. Para tanto, é necessário rever o que nos parece seguro e certo, desconfiando de verdades estabelecidas e também dos nossos preconceitos, procurando investir de modo ousado nas possibilidades dos alunos, mesmo daqueles que apresentam problemas mais complexos". (MULTIEDUCAÇÃO: 192,193)

A função da escola é ensinar, cuja concretização se dá no processo de aprendizagem e de apropriação de conhecimentos e habilidades acumulados na história da humanidade, bem como no de criação de novos conhecimentos que emergem dessas relações sociais, incorporados na história futura, por parte dos envolvidos – professores e alunos. Quando o ensino é concebido dessa forma, rejeita-se a visão de escola como simples transmissão de conteúdos prontos e acabados, desvinculandos das realidades dos sujeitos e desprovidos de sentido e significação.

O saber, numa visão crítica de currículo, é compreendido na sua amplitude cultural e histórica, onde alunos e professores são sujeitos interativos, orientados por princípios, propósitos e metas, intencionalmente, voltados para a dialética dos saberes. Como nos aponta SAVIANI (1991:21), “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Outro aspecto importante na organização do planejamento diz respeito à relação entre conteúdo e método. Na orientação tradicional, o conteúdo está submetido ao método, reduzido a técnicas, recursos, e procedimentos didáticos. Porém, para um planejamento criticamente organizado, as relações entre conteúdo e método constituem uma unidade de entrelaçamento da função educativa e da participação social, supondo uma trajetória de mediação entre o objetivo e o sujeito do conhecimento, ou seja, entre o conhecimento e o uso deste, por parte dos agentes sociais.

No entanto, para que objeto e sujeitos do conhecimento possam ser concebidos histórica e socialmente, pressupõe-se uma ação educacional específica: aquela que viabilize e garanta uma atitude prática significativa. Nesse contexto, o professor assume o papel de mediador dessa relação, onde a interação e a intervenção constantes possibilitem o avanço do aluno no seu processo de desenvolvimento e de conhecimento do mundo, garantindo, assim uma participação social plena.

De modo geral, as questões levantadas sobre o contexto escolar se estendem ao planejamento da Educação Especial, que deve ser o mesmo para todos os alunos, ressalvadas as devidas adaptações às necessidades especiais do portador de deficiências.

Faz-se importante ressaltar que os conteúdos não podem e nem devem ser selecionados a partir do rebaixamento das metas e dos objetivos a serem atingidos – prática comum e recorrente do ensino especial frente à baixa expectativa de aprendizagem do

aluno portador de deficiência.

A expressão da baixa expectativa que afeta o aluno do ensino especial, diz respeito, principalmente, ao portador de deficiência mental, considerado incapaz de alcançar um pensamento abstrato; com isso, as práticas pedagógicas se limitam ao uso de métodos que privilegiam o trabalho concreto junto ao aluno, eliminando qualquer experiência de exercício e de desenvolvimento do pensamento abstrato. Porém, se é justamente o desenvolvimento das habilidades de pensamento abstrato o que o portador de deficiência mental mais precisa para impulsionar o seu desenvolvimento, então, não se justifica sua eliminação. Ao contrário, uma prática dessa natureza apenas reforça a deficiência, ao invés de possibilitar o avanço na direção da construção de conceitos.

Cabe à escola levar o aluno portador de deficiência na direção do pensamento abstrato, transformando o seu nível de conhecimento concreto num nível superior de conhecimentos, ou seja, a transformação do desenvolvimento potencial em desenvolvimento real, abrindo novas zonas de desenvolvimento proximal.

Outro aspecto que a educação deve contemplar no seu curso, trata-se da relação com a comunidade e as famílias. Essa relação situa-se no âmbito dos movimentos sociais, tendo como eixo o conceito de cidadania e sua expressão plena, num exercício de movimentos sociais que mobilizam, pressionam e engendram mudanças no rumo da história.

A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. (...) se constrói no cotidiano, através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram (GOHN, 1992: 16,17).

O caráter educativo dos movimentos sociais pressupõe uma concepção de educação que não se limita à transmissão dos conteúdos curriculares, mas também implica na criação de mecanismos capazes de elaborar estratégias de ação no enfrentamento das demandas e das necessidades da coletividade.

Esse enfoque conduz à reformação de normas, de regulamentos e de leis referenciados na valorização da pessoa portadora de deficiência e na sua plena inclusão social. A prática dialógica voltada para o planejamento de ações instrumentiza as famílias, as associações representativas e os próprios indivíduos para desempenharem um novo e significativo papel como agentes de transformações do processo histórico.

O resultado dessa prática social, como ressalta a Declaração de Salamanca, significa a libertação dos estigmas e rótulos, a aceitação da diversidade e a real inserção no contexto sócio-educacional, que garante o atendimento da pessoa portadora de deficiências no sistema educacional regular, garantindo-lhe acesso ao currículo básico, através dos suportes necessários ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

A inserção do aluno portador de necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino tem sido objeto de reflexão e de angústia para a Educação Especial. Muitos educadores não recebem com bons olhos tal proposta, por acreditarem que um espaço específico – segregado – seja mais adequado para garantir a esses alunos o acesso ao conhecimento. Muitas vezes, a rejeição ao processo inclusivo justifica-se pela ideia de que a Educação Regular não prima pela qualidade nem quando o foco é o aluno “normal”.

O Ensino Especial, de modo geral, está marcado por procedimentos especiais centrados no indivíduo portador de deficiência com o objetivo de integra-lo à sociedade, através da “formação de hábitos e atitudes”, ficando o acesso ao conteúdo escolar prejudicado.

Porém, a partir dos princípios da Constituição Federal, que demarcam a Educação como um direito social, assegurando-a como “direito de todos e dever do Estado e da família, “(...), visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art.205 – CF), e do estabelecimento de que é dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (art.208, inciso III – CF). O cidadão portador de deficiência torna-se aluno, sujeito do fazer pedagógico específico da Educação. A condição de aluno, para o portador de deficiência, ganha maior peso com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases e Bases da Educação Nacional de 1996. Porém, somente em 2001, as políticas públicas nacionais instituem uma Lei (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica) específica para a Educação Especial, cujo teor reforça o acesso e a qualidade de ensino para todos, concebendo “por Educação Especial, modalidade da Educação Escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar; complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica” (art. 3º, da Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001).

As novas diretrizes e bases para a Educação Especial representam anseios no sentido de se alcançar metas educacionais democráticas, para todos os sujeitos, na Educação Básica. No entanto, conceber a Educação Especial como modalidade da educação escolar significa ressaltar o caráter pedagógico da Educação Especial, implicando a definição de uma proposta pedagógica que garanta a qualidade do ensino para todos, venha conquistando avanços significativos para a qualidade do ensino e para o atendimento das necessidades dos alunos portadores de deficiência, ainda, revela-se de forma contraditória, apresentando expressões baseadas tanto no modelo mecanicista – ênfase na

formação de hábitos e atitudes para a integração do aluno à sociedade – quanto no sócio-histórico – privilégio para a construção social da aprendizagem e do desenvolvimento,

“(…) a educação deve estar voltada para uma reflexão e redefinição de sua prática, de modo que possamos superar as posturas excludentes, em nome de uma escola para todos, uma escola para a diversidade – A ESCOLA INCLUSIVA. (...) Não se trata, portanto, de uma proposta encaminhada isoladamente pela Educação Especial. A educação inclusiva pressupõe o atendimento a todos os alunos, onde um mesmo currículo esteja aberto às diferenças, garantindo o direito à construção de conhecimentos e valores e da qual participem todos os profissionais da Educação”(BLANCO E FERNANDEZ).

Acredita-se que o referencial sócio-histórico possa fornecer os subsídios necessários para uma proposta educacional democrática, crítica e ampliadora das potencialidades dos sujeitos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como daqueles que direta ou indiretamente fazem parte desse processo.

É muito importante que uma perspectiva metateórica unificada seja alcançada, a fim de que as práticas educacionais deem sentido ao trabalho docente, e também ao discente, para refletir a articulação da Educação Especial à política social. Dessa forma, os princípios éticos estarão sendo consolidados e novos rumos históricos constituídos. No entanto, essa meta só será alcançada quando a Educação abranger:

A democratização do acesso e da qualidade do ensino para todos os alunos, incluindo os portadores de necessidades educacionais especiais;

A organização necessária para a inclusão dos alunos p.n.e.e. na rede regular de ensino;

A garantia das adaptações, físicas e curriculares, que os alunos p.n.e.e. demandam para a efetiva participação social;

A garantia de recursos técnicos e humanos indispensáveis ao acesso com qualidade ao ensino escolar;

A consolidação das metas e objetivos, proposta pedagógica e curricular;

A continuidade de uma política de formação de recursos humanos capaz de alavancar as mudanças necessárias à garantia da qualidade da Educação;

A articulação com os diversos setores da sociedade para a garantia da inclusão social;

A promoção de projetos e práticas que favoreçam a interconstituição de saberes voltados para o enfrentamento dos problemas que afetam o Ensino Especial;

A legitimação do espaço escolar como lugar de negociação e exercício de cidadania, que valorize ações partilhadas que visem à superação dos problemas encontrados.

Para que a Educação Inclusiva deixe de ser uma meta,

“para concretizá-la, é necessário à reflexão continuada de todos os aspectos que fazem uma escola viva, desde suas instalações às concepções de criança, desenvolvimento e aprendizagem, às relações para tomadas de decisões e ao

currículo em ação dentre os múltiplos aspectos” (BLANCO e FERNANDEZ).

“Mais do que integrar, estamos definindo políticas e estratégias que materializam os princípios definidos na Confederação Mundial de 1994, que resultou na Declaração de Salamanca, onde é reafirmado o compromisso com a Educação para Todos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e da Confederação Mundial sobre Educação Para Todos em 1990.

Pensando e agindo com respeito à diversidade, rediscutindo a função, as práticas e os objetivos da educação escolar, que vivenciamos a construção de uma sociedade presente e futura que seja melhor para todos” (BLANCO e FERNANDEZ).

METODOLOGIA

Através de um trabalho desenvolvido partindo, das necessidades e dificuldade de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos e contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos na classe do ensino regular.

Atendendo os conteúdos pedagógicos defasados das séries iniciais, de maneira diversificada e individualista procurando trabalhar num caminho metodológico capaz de abarcar os limites de tempo e complexidade de questões consideradas importantes nos campos políticos ideológicos e técnico em que a Educação Especial se encontra imersa, realizando um estado de natureza exploratória, proporcionando condições para o aluno superar sua dificuldade, ou seja, defasagem de conteúdo para que possa acompanhar o ensino regular.

A escolha de uma metodologia que encontra ligada a uma concepção teórica que valoriza a abordagem qualitativa que se preocupa com a inclusão do aluno Portador de Necessidade Especiais, ao ensino regular buscando a emancipação e a cidadania do aluno com dificuldade de aprendizagem, priorizando uma prática pedagógica de diferentes formas de aprendizagem e conteúdos escolares e conteúdos escolares, dando ênfase aos conhecimentos científicos das diversas áreas do saber.

CONTEÚDOS

Habilidades do Desenvolvimento:

- Desenvolvimento das capacidades que possam levar o sujeito ao conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação das informações;
- Análise, síntese e interpretação de dados, fatos e situações;
- Planejamento das atividades;
- Raciocínio com lógico-dedutiva;
- Cálculo mental;
- Conceito de número;
- Processos aritméticos;
- Classificação, ordenação e seriação;
- Compreensão analítica do todo.

Habilidade Sensorial:

- Acuidade auditiva;
- Decodificação auditiva;
- Associação audio-verbal;
- Memória auditiva;
- Sequencia auditiva;
- Discriminação visual de forma;
- Diferenciação visual figura fundo;
- Memória visual e auditiva.

Habilidade Psicomotora:

- Organização do corpo e no espaço;
- Discriminação tátil;
- Sentido de direção;
- Lateralidade;
- Orientação no tempo;
- Coordenação viso motora fina.

Habilidade Motora:

- Correr;
- Arremessar;
- Pular;
- Saltitar;
- Dançar;
- Destreza motora;
- Força muscular;
- Equilíbrio e ritmo;
- Coordenação muscular.

Habilidade da Linguagem:

- Vocabulário;
- Fluência Verbal;
- Articulação;
- Habilidade para lidar com palavras;
- Compreensão de leitura;

- Escrita;
- Gestos.

Habilidade Afetivo-Emocional:

- Valores;
- Atitudes;
- Sentimentos;
- Emoções;
- Relações frente às situações de aprendizagem.

Habilidade Social:

- Habilidade em lidar com pessoas (interpessoal);
- Aceitação e reconhecimento social;
- Julgamento e valor;
- Maturidade social;
- Conhecimento de valores e normas;
- Reação frente regras sociais;
- Adaptação;
- Controle sobre a própria conduta;
- Aprendizagem de hábitos sociais.

Saberes Pedagógicos:

➤ Língua Portuguesa

- Domínio da linguagem oral:

- Concordância Verbal;
- Regência verbal e nominal;
- Conjunção verbal;
- Emprego de pronomes;
- Omissões ou trocas de fonemas;
- Raciocínio lógico (sequencia, coerência e coesão);

- Linguagem Receptiva:

- Compreensão do falado (simples ou composto);
- Atenção;
- Concentração na tarefa;

- Quantidade de informações recebidas.

- Linguagem Expressiva:

- Clareza de idéias;
- Construção do vocabulário;
- Articulação e organização do pensamento;
- Pronúncia das palavras;
- Coesão;
- Criatividade;
- Imaginação;
- Criação de detalhes;
- Produção de texto oral.

- Domínio da leitura (silenciosa, oral e interpretação de texto):

- Leitura com fluência;
- Entonação e ritmo;
- Valor expressivo do texto e relação com os sinais de pontuação;
- Oralidade da ideia principal do texto;
- Sinais de pontuação;
- Acentuação;
- Relação entre o texto e o título do mesmo;
- Nomear os personagens principais e secundários.

- Domínio da Escrita (ditado, cópia, produção de texto e escrita espontânea):

- Função da escrita na sociedade;
- Escrita convencional como forma de registro;
- Relação entre a escrita e a fala;
- Escrita para registrar opiniões sobre fatos, textos e obras;
- Concordância verbal letras maiúscula, minúscula;
- Acentuação;
- Trabalhar com palavras do texto quanto à flexão dos substantivos;
- Concordância nominal;
- Tonicidade nominal;
- Som das palavras;
- Cópia.

- Ditado;
- Escrita espontânea;
- Produção de texto;
- Diversidade textual.

Matemática:

- Classificação, seriação e números;
- Relação entre quantidade;
- Seriação numérica;
- Registro de quantidade;
- Leitura e escrita de números;
- Noções de antecessor/sucessor par/ímpar igualdade/desigualdade;
- Crescente/decrescente;
- Agrupamento, trocas (sistema de numeração decimal);
- Operação e resolução de problemas;
- Quatro operações;
- Construção de algoritmos;
- Cálculo de metade, dobro etc;
- Medidas de tempo e sequencia temporal;
- Noção de valor;
- Unidade de medidas;
- Geometria (classificação de quadrado, retângulo, triângulo e círculo);
- Medidas relacionadas com situações problemas.

Avaliação:

A Avaliação começa no contexto escolar, para observação do desempenho dos alunos, sendo analisado o relacionamento aluno/professor, aluno/aluno e alunos saberes pedagógicos. Após, sua avaliação será continua feita pelo professor durante a realização das atividades e em conjunto com os professores da sala regular. Também com relatório de desempenho sendo ele semestral. Essa forma de avaliar tem o objetivo de acompanhar a superação das dificuldades que o aluno apresentou no ensino regular e essa dificuldade se tornou, então, uma barreira para a aprendizagem. Os avanços podem ser relatados e observados diariamente e servirão de base para a continuidade do trabalho com estes alunos, durante o período de atendimento em sala de recurso.

Referências Bibliográficas

- AMORIM, M. **O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas ciências sociais**. São Paulo: Musa, 2001.
- ARIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BENJAMIN, W. **Rua de mão única. Obras Escolhidas II**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BLANCO, L. **Língua, linguagem, reflexão...** Rio de Janeiro: SME, 2002.
- BLANCO, L e FERNANDEZ, S. **Falando de integração**. Rio de Janeiro: SME, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05/10/1988. Brasília: Senado Federal. 1988.
- _____. Lei nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial – Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**, 1998.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1990.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontez, 2000.
- GAGNEBIN, J.M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- GEERTZ, C **A interpretação da cultura**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GLAT, R. **A Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.
- _____. E NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. Revista Integração, Brasília: MEC/SEESP, 14 (24), p.22-27, 2002.
- GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- IHA Revista Mediação. Rio de Janeiro: SME, 1999.
- KRAMER, S. e LEITE, M.I. (orgs.) **Infância e produção cultural**. São Paulo: Papirus, 1998.
- MOREIRA, A. F. B. **Currículos e programas no Brasil**. São Paulo: Papirus, 1990.
- _____. e SILVA, T.T. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Papirus, 1990.
- NOSELLA, P. **Educação e cidadania em Antonio Grasci**. In: ARROYO, M: BUFFA, E. e NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 1988.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.
- SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. São Paulo: Autores Associados, 1994.
- SILVA, T. M. N. **A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador**. São Paulo: E. P. U., 1990.
- SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1989.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZACCUR, E. (org) **A magia da Linguagem.** Rio de Janeiro: DP& A: SEPE, 2001.

ANEXO I

PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PEP

(Programa Prontidão Escolar Preventiva)

O Projeto Prontidão Escolar Preventiva na Escola (P.E.P.), tem por finalidade principal levar aos alunos, professores e funcionários, conhecimentos básicos na área de Prevenção de Riscos, Combate a Incêndio e Primeiros Socorros em casos de sinistros que possam atingir a instituição escolar durante o período de aula.

1. Ações na implementação do programa:

- Treinar os profissionais da escola;
- Reunir a comunidade escolar para o repasse do PEP;
- Diagnóstico da escola (fatores de risco);
- Implantação da brigada contra incêndio;
- Elaboração e implementação do Plano de emergência.

2. Tipos e quantidade de simulações:

- De 2 (duas) a 4 (quatro) simulações por ano;
- Primeiro com professores e funcionários;
- Posteriormente com os alunos.

3. Qual a função que cada um desempenhará, na implementação do programa:

- Direção – Coordenador geral de prédio;
- Secretário(a) – Controle da chave geral;
- Pedagogos(as) – Coordenador de setores;
- Professores(as) – Cerra filas;
- Agente Educacional I – Abertura de portas e portões/utilização de extintores; sinalizadores;
- Agente Educacional II – Acionar alarme/ ligar ao Corpo de Bombeiros;
- Professores Readaptados – Responsáveis nos pontos de encontro;
- Aluno monitor – Puxa fila.

4. Rota de Fuga:

- Caminhos mais curtos e retos;
- Maior acessibilidade;
- Caminhos mais seguros e bem sinalizados.

5. Pontos de Encontro:

- Quadra de esportes coberta;
- Frente da escola.

6. Locais de extintores:

- Secretaria;
- Sala dos professores;
- Cozinha;
- Laboratórios;
- Biblioteca;

7. Equipamentos indispensáveis numa emergência:

- Colocar o telefone de emergência bem visível;
- Kit Primeiros Socorros;
- Alarme/lanterna;
- Lâmpada de emergência;
- Sinalizador de Rota de Fuga;
- Extintores em funcionamento e no lugar;
- Brigada de emergência;
- Maca e colete cervical.

8. Recursos Financeiros: Fundo Rotativo / PDDE.

- Avaliação do prédio;
- Solicitação de serviços para reparos;
- Solicitação de extintores;
- Solicitação de lâmpadas de emergência.

9. Fatores de Risco do estabelecimento:

- Única saída muito perto da cozinha;

- Corredor muito estreito;
- Instalações elétricas muito antigas.

10. Bibliografia:

Instrução Técnica: nº16/2004

NR – 23 do MTB

NBR 9077, 5413 e 13434

Código Estadual de Prevenção de Incêndios e Pânico.

ANEXO II -